SANTA CATARINA

BALANÇO GERAL 2020

Volume 1 - Relatório Contábil de Propósito Geral - RCPG

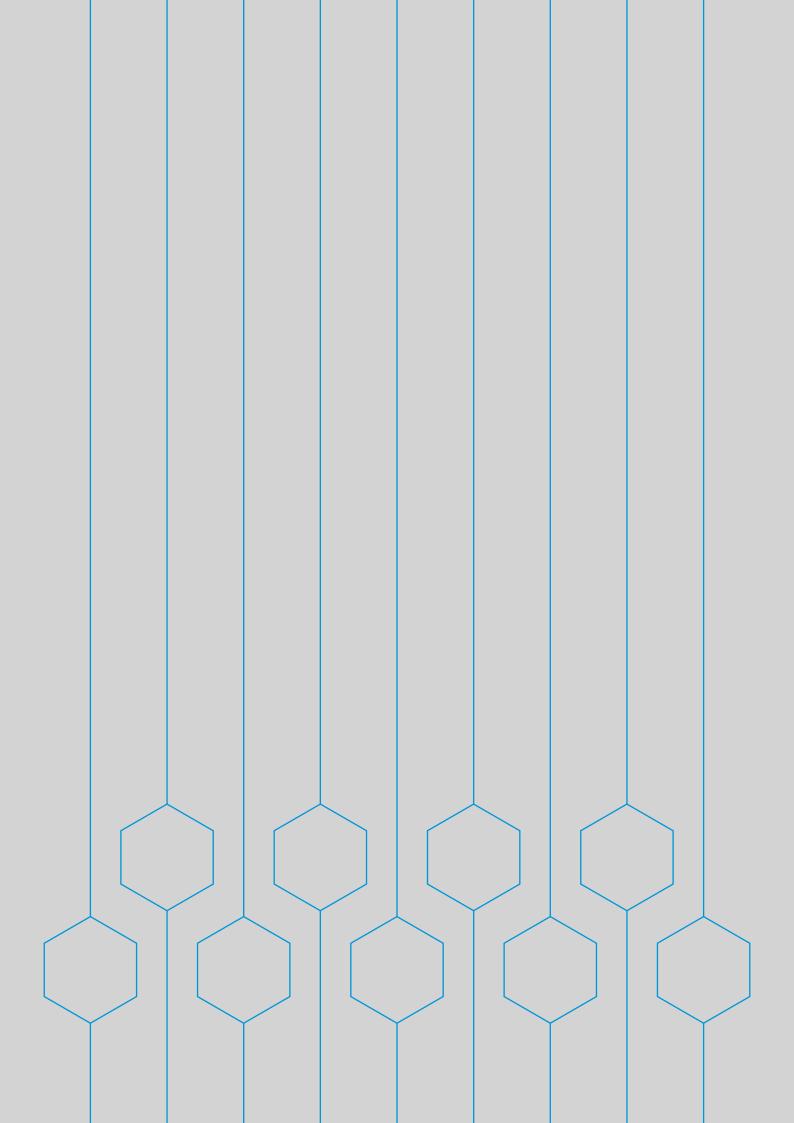


ENFRENTAMENTO COM RESILIÊNCIA E RETOMADA ECONÔMICA

> DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA





Enfrentamento com Resiliência e Retomada Econômica

SANTA CATARINA BALANÇO GERAL DE 2020

Volume 1

BALANÇO GERAL DE 2020

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEF) DIRETORIA DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS (DCIF)

DIRETOR

Jefferson Fernando Grande

ASSESSORIA

Rosangela Della Vechia

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO VOLUME 1 DO BALANÇO

Djalma Lúcio Ferreira da Silva Arena - GECOP

Geraldo Catunda Neto - GECOP

Gilceu Ferreira - GEINF

Janice Vilsélia Pacífico da Silveira - GECOP

Jefferson Fernando Grande - DCIF

Kely Cristina da Silva Truppel - GECOP

Loreni Pizzi - GECOP

Maria Luiza Seemann - GEINF

Roberto Mosanio Duarte de Carvalho Junior - GECOP

Rosangela Della Vechia - Assessoria

Tatiana Borges – GEINF

Vagner Alonso Pacheco - GEINF

COLABORAÇÃO

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Loreni Pizzi (Gerente) Ísis Paz Portinho

Andréa Terezinha Vitali Janice Vilsélia Pacífico da Silveira Cintia Fronza Rodrigues Kely Cristina da Silva Truppel

Djalma Lúcio Ferreira da Silva Arena Raquel Costa Pereira

Geraldo Catunda Neto Roberto Mosanio Duarte de Carvalho Junior

Guilherme Cerutti Bueno Sandro Robson Pontes

GERÊNCIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÕES FISCAIS

Marcelo Inocêncio Pereira (Gerente) Graziela Luiza Meincheim

Daniela de Souza Pereira Ivan Grave

Elizabete Salazar da Silva Michele da Silva Espindola

GERÊNCIA DE INFORMAÇÕES FISCAIS E GERENCIAIS

Maria Luiza Seemann (Gerente)
Alice Luciane Rhoden
Gilceu Ferreira
Gilmar de Oliveira Amorim

Marcelo Fernandes Pedrosa
Márcio Studart Nogueira
Mário Wendhausen Gentil
Paulo Rodrigo Capre

Giuliano da Silveira Martins Tatiana Borges

Heber Lima da Costa Vagner Alonso Pacheco

CONTADORES DA FAZENDA ESTADUAL RESPONSÁVEIS PELA CONTABILIDADE DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES ESTADUAIS

Isac Garcia Fernandes Abel Guilherme da Cunha Adalberto Cervino Ventura Ivana Kretzer Santos Alexandra Mara de Brito Mafra Júlio Cesar Siqueira Anderson Pereira Laizy da Silva André Amaral Medeiros Luana Claudia Torres André Luis Steffen Marcelo Carlos Botelho Arcangelo Felisberto Michely Bernardini Schweitzer Bruno Hubacher da Costa Nadieg Sorato Pacheco Ozemar Nascimento Willmer Cristiano Severo Martins Dielis Heder Fiorentini Patrick Estevão Imeton Pereira Eliana Amorim Rosa Paulo Guilherme Orcioli Belvedere

Elisa Mayer Priscila Tais Schulle
Enalto de Oliveira Gondrige Rinaldo José Valese
Ercí Velho de Melo Petronilio Sandro Medeiros Alves
Everaldo Elias Vieira Vera Lúcia Hawerroth Santana
Fabiana Santana Correa Wilson Henrique Fetzner Filho

Graziela Gesser

OUTRAS DIRETORIAS E ÁREAS QUE COLABORARAM COM A ELABORAÇÃO DO BALANÇO

Assessoria de Comunicação – SEF Diretoria de Administração Tributária – SEF Diretoria de Planejamento Orçamentário – SEF Diretoria do Tesouro Estadual – SEF

Grupo de Trabalho de Informações para a Prestação de Contas Anual do Governador, criado pela Portaria SEF nº 217/2019

INFORMAÇÕES

Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais balancogeralsc@sef.sc.gov.br - (48) 3665-2684 Centro Administrativo do Governo Rodovia SC-401, n° 4.600 - Km 5 - Saco Grande II - Florianópolis - SC

REVISÃO TEXTUAL

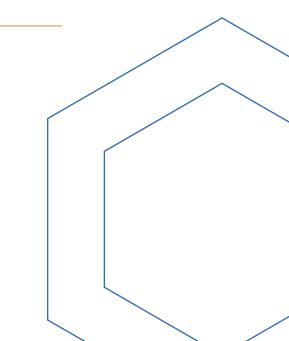
Oficina do Texto

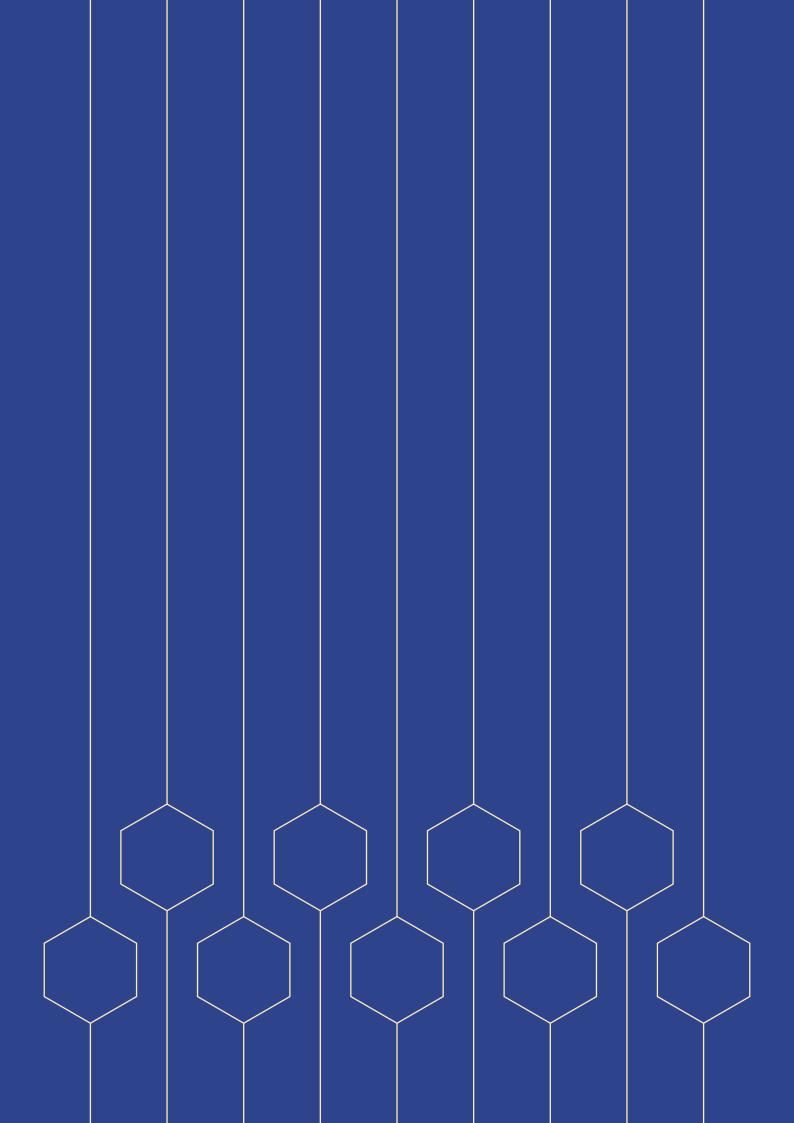
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Nuovo Design

FOTOS DA CAPA

Ricardo Wolffenbüttel/SECOM (Fotos 1, 3, 4 (central), 5 e 7) Maurício Vieira/SECOM (Fotos 2 e 6)





Enfrentamento com Resiliência e Retomada Econômica

ESTADO DE SANTA CATARINA BALANÇO GERAL DE 2020

Carlos Moisés da Silva

GOVERNADOR DO ESTADO

Daniela Cristina Reinehr

VICE-GOVERNADORA DO ESTADO

Paulo Eli

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Michele Patricia Roncalio

SECRETÁRIA ADJUNTA DA FAZENDA

Jefferson Fernando Grande

DIRETOR DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS

MENSAGEM DO

GOVERNADOR

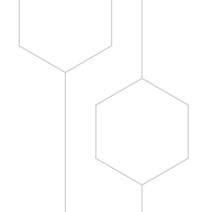
Um ano para construir oportunidades

Mesmo com todos os desafios enfrentados no ano que passou – e os impactos de muitos deles ainda se estendem para 2021 –, 2020 pode ser visto como repleto de oportunidades construídas para Santa Catarina.

Acelerados por causa da necessidade imposta pela pandemia, avançamos na construção de um novo modelo de saúde pública para o Estado, regionalizado e descentralizado, focando as parcerias com os hospitais filantrópicos e com as Secretarias Municipais de Saúde.

As contas em dia – saneadas ainda em 2019 – nos permitiram autonomia para agir com toda a rapidez possível. Embora tenhamos consciência de que em algum momento a pandemia passará, esse novo sistema de saúde tende a persistir, pois é legado de todos os que vivem aqui.

Também na educação experienciamos algo semelhante. Com as aulas suspensas ainda no primeiro bimestre do ano letivo, o que era um projeto-piloto foi transformado em padrão para toda a rede estadual de ensino. A adoção da plataforma Google Classroom



ENFRENTAMENTO COM RESILIÊNCIA E RETOMADA ECONÔMICA

transformou o jeito de aprender e ensinar em Santa Catarina, criando novas possibilidades de aprendizagem e de interação entre alunos e professores, mas sem deixar de atender aqueles que não possuíam acesso a computadores ou internet. Mais uma oportunidade construída a muitas mãos e que tornou o nosso Estado uma referência para o País.

E já que estamos falando em estado-referência, o agro seguiu surpreendendo. O setor não parou, apesar da crise de saúde, e bateu novos recordes em exportação, com destaque para a carne suína. Os desafios no campo, aliás, não se restringiram à pandemia, que se somou à estiagem severa e aos eventos climáticos extremos. Da parte do Governo do Estado, trabalhamos para fazer chegar até o produtor a ajuda necessária para superar tantas dificuldades. Novas linhas de crédito foram criadas, sementes foram distribuídas para recuperação do plantio, equipamentos e materiais foram destinados à reconstrução de casas e propriedades atingidas.

As melhorias chegam também por meio da infraestrutura, que segue sendo a área prioritária desde o primeiro dia de governo. Assim, estamos tirando obras históricas do papel e finalizando várias outras: as duplicações do Eixo Industrial de Joinville e do trecho estadualizado da BR-280, no Norte; a macroadutora do rio Chapecozinho e a pavimentação entre Ouro e Jaborá, no Oeste; a contenção da Serra do Rio do Rastro, na Serra; a revitalização da SC-401, na Capital; a duplicação da Rodovia Antônio Heil, no Vale; a construção das pontes sobre o rio Araranguá e entre Tubarão e Capivari de Baixo, no Sul; e muitas mais.

O trabalho foi – e continua – intenso. Mesmo diante de tantos desafios e incertezas, chegamos ao fim de 2020 com resultados bastante positivos. Conseguimos manter a menor taxa de letalidade do País e uma das melhores gestões da pandemia entre todos os estados. Ao mesmo tempo, a economia cresceu acima da média nacional, e as contas públicas tiveram o melhor resultado da década. Ademais, a oferta de serviços públicos avançou no digital, e seguimos como um dos estados mais competitivos do País, além de ser, também, um dos mais seguros, com índices de criminalidade caindo a cada ano. E para coroar um 2020 desafiador e de muito trabalho, fomos o estado brasileiro que mais gerou empregos nesse ano, com um saldo positivo de mais de 53 mil vagas.

Sabemos, porém, que essas são conquistas do passado. Merecem sim ser celebradas, mas estamos com o nosso olhar e os nossos esforços totalmente voltados para o futuro. Afinal, se já somos um grande estado, é porque sabemos que podemos melhorar sempre.

Carlos Moisés da Silva

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

MENSAGEM DO

SECRETÁRIO

Resiliência e gestão para vencer as dificuldades

O ano de 2020 ficará marcado na história como um período de transformação e de aprendizados. Foi, sem sombra de dúvidas, um dos anos mais difíceis dos últimos tempos e que trouxe incertezas e sobretudo mudanças. Mudamos a forma de pensar e de trabalhar. Mudamos os protocolos e as ações. Evoluímos para nos adaptar ao novo normal. E mesmo com as adversidades, causadas principalmente pela maior crise de saúde mundial dos novos tempos e agravadas pelas intempéries climáticas, que incluíram de escassez hídrica a tornados, Santa Catarina mostrou ser um exemplo de resiliência.

A união de esforços e o trabalho de toda a equipe da Secretaria de Estado da Fazenda (SEF/SC) contribuíram para que conquistássemos números positivos, entre os quais o superavit orçamentário de R\$ 1,86 bilhão em 2020, o melhor resultado orçamentário de todos os tempos, e o incremento superior a 80% nos investimentos com recursos próprios, cuja soma foi superior a R\$ 1 bilhão. Estivemos abertos ao diálogo, fortalecendo a parceria entre os setores público e privado, instituindo o núcleo

ENFRENTAMENTO COM RESILIÊNCIA E RETOMADA ECONÔMICA

econômico logo no início da pandemia de Covid-19. Para minimizar as perdas na economia catarinense, reduzimos o ICMS em diversos segmentos, como o transporte intermunicipal de passageiros e o querosene de aviação, além da isenção de medicamentos e demais produtos.

Demos continuidade ao processo de desoneração a indústrias, revogando as cobranças de Substituição Tributária (ST) dos setores de autopeças e, no encerramento do ano, de produtos farmacêuticos, medicamentos, higiene e beleza, e bebidas quentes. Lançamos a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e), modelo que traz mais segurança, agilidade, controle e simplificação ao processo de coleta de impostos em Santa Catarina, bem como o aplicativo Malhas Fiscais. Cumprimos o calendário de remuneração dos servidores rigorosamente em dia e efetuamos o pagamento inédito de emendas impositivas que ultrapassaram R\$ 500 milhões.

Intensificamos as fiscalizações e os treinamentos, geramos informações contábeis com celeridade, responsabilidade e transparência, focamos a aplicação de recursos com gestão efetiva, observando as vinculações obrigatórias e as prioridades, garantimos a segurança jurídica para atração de empresas e investimentos, e planejamos as ações de curto e longo prazos, sempre atentos aos cenários inconstantes de cada dia.

Novos desafios virão, e os bons resultados apresentados no Balanço Geral de 2020 mostram que estamos no caminho certo. O Estado encerrou o ano com saldo positivo de 53.050 empregos, um terço de todos os postos de trabalho gerados em todo o País, e com taxa de desemprego de 6,6%, a menor do Brasil. A SEF/SC segue sendo referência em gestão pública e fazendária, e exemplo para todo o território brasileiro. Continuaremos unindo forças para vencer os obstáculos, focando um objetivo comum: promover políticas tributárias justas, arrecadando e executando a aplicação responsável dos recursos públicos e colaborando com o desenvolvimento e o fortalecimento econômico e social de Santa Catarina.

Paulo Eli

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

MENSAGEM DO DIRETOR

DE CONTABILIDADE E DE

INFORMAÇÕES FISCAIS

Balanço Geral: contabilidade a serviço da sociedade catarinense

O ano de 2020 foi desafiador! A pandemia trouxe novos hábitos, novas formas de trabalho e várias adversidades a serem superadas, visando especialmente a proteção à vida. Nesse contexto, o papel do Estado e sua responsabilidade na gestão dos recursos públicos estiveram em evidência.

Desse modo, a contabilidade estadual assume importância ímpar como a responsável por registrar e evidenciar o ingresso dos recursos orçamentários e financeiros, assim como os gastos realizados com esses recursos, especialmente no enfrentamento da pandemia, além das movimentações no patrimônio do Estado.

A Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda busca a melhoria das informações contábeis disponíveis aos órgãos fiscalizadores e à sociedade, especialmente em momentos como os que experienciamos em 2020. Esse zelo pela qualidade da informação contábil pode ser verificado na colocação alcançada pelo Estado de Santa Catarina no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal 2020, iniciativa da Secretaria do Tesouro Nacional, o qual mostra que o Estado, com base nos dados de 2019, subiu cinco posições e alcançou a segunda posição.

O Balanço Geral de 2020, como componente central da transparência e da responsabilização (accountability), apresenta informações que não só cumprem a obrigação legal de prestação de contas aos órgãos fiscalizadores, mas que, principalmente, servem para o cidadão catarinense acompanhar o desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial do Estado nesse ano atípico.

Esta publicação é coordenada pela Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda, responsável pela organização e pela consolidação das informações contábeis dos diversos órgãos, fundos e entidades da Administração Pública estadual, que, por sua vez, são responsáveis pela consistência e pela veracidade dos seus registros contábeis.

Nosso desejo é que, apesar de ter sido um ano difícil, o Balanço Geral do Estado de 2020 propicie uma boa leitura, trazendo conteúdo relevante aos leitores e cumprindo assim a sua principal função: informar!

Jefferson Fernando Grande

DIRETOR DE CONTABILIDADE E DE INFORMAÇÕES FISCAIS



AOS QUE LUTARAM
AOS QUE SALVARAM
AOS QUE VENCERAM
AOS QUE PARTIRAM E
AOS QUE PERSISTEM.



Foto: Divulgação/SES

SUMÁRIO

Gestão Administrativa	
Pandemia, Gestão e Retomada Econômica	
Economia Catarinense	
Produto Interno Bruto	
Comércio Exterior	
Mercado de Trabalho	
Desempenho das Principais Áreas de Governo	
Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural	
Saúde	
Educação	
Cultura	
Esporte	
Defesa Civil	••
Segurança Pública	
Administração Prisional e Socioeducativa	
Desenvolvimento Social	. 1
Desenvolvimento Econômico-Sustentável	
Turismo	. 1
Infraestrutura e Mobilidade	
Integridade e Governança	. 1
Gestão Orçamentária, Patrimonial e Financeira	_ 1
Panorama Geral	1
Gestão Orçamentária	
De Onde Vieram os Recursos de 2020	1
Para Onde Foram os Recursos de 2020	1
Planejamento e Orçamento	. 1
Receitas	. 1
Despesas	
Gestão Patrimonial	
Ativo	. 1
Passivo	
Patrimônio Líquido	
Gestão Financeira	
Fluxo de Caixa	
Superavit Financeiro	. 2

ENFRENTAMENTO COM RESILIÊNCIA E RETOMADA ECONÔMICA

Indicadores Fiscais	
Panorama Geral	
Indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal	
Despesa com Pessoal	
Dívida Consolidada Líquida	
Operações de Crédito	
Garantias e Contragarantias	
Disponibilidade de Caixa e Inscrição dos Restos a Pagar	
Resultado Primário	
Resultado Nominal	
Receitas e Despesas	
Receitas e Despesas Previdenciárias	
Limites Constitucionais Federais	
Receita Líquida de Impostos	
Saúde	
Educação	
Limites Constitucionais e Legais Catarinenses	
Educação Superior	
Ciência e Tecnologia	
Emendas Individuais de Parlamentares	
Educação Especial	
Demenstrações Contábois	
Demonstrações Contábeis	
Balanço Orçamentário	
Balanço Financeiro	
Balanço Patrimonial	
Demonstração das Variações Patrimoniais	
Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	
Notas Explicativas às Domonstrações Contábois	
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis ————	
Relação de Notas Explicativas	
Balanço Patrimonial	
Demonstração das Variações Patrimoniais	
Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	
Balanço Orçamentário	
Balanço Financeiro	
Outras Notas Relevantes	
Indiandaras Cantábais	
Indicadores Contábeis	
Indicadores Contábeis	
Análise Consolidada dos Indicadores Contábeis	

295 Junicípios

1% do Território Nacional

Área Territorial 95.730,684 km²

Capital

Florianópolis

Maior Expectativa de Vida do País

79,9 anos Mulheres: 83,2 | Homens: 76,7

3% da População do Brasil

População Estimada 7.252.502 pessoas (IBGE, 2020)

Municípios mais populosos				
597.658	508.826	361.855	250.181	224.013
Joinville	Florianópolis	Blumenau	São José	Chapecó
Municípios menos populosos				
1.235	1.418	1.474	1.546	1.547
Santiago do Sul	Lajeado Grande	Paial	Jardinópolis	Presidente Castello Branco

Receita Realizada
Líquida
R\$ 29,95 bilhões
6,2%
2020/2019

Importações
US\$ 15,99 bilhões
-5,5%
2020/2019

6° Maior PIB
Nacional
R\$ 298,23 bilhões
3,7%
(IBGE, 2018)

Despesa
Empenhada
R\$ 28,09 bilhões
0,2%
2020/2019

Exportações
US\$ 8,13 bilhões
-9,2%
2020/2019

Saldo da Balança
Comercial
US\$ -7,86 bilhões
Deficit
2020

10,1% Participação nas Importações Nacionais

Ranking de Importações

3,9%
Participação nas
Exportações
Nacionais

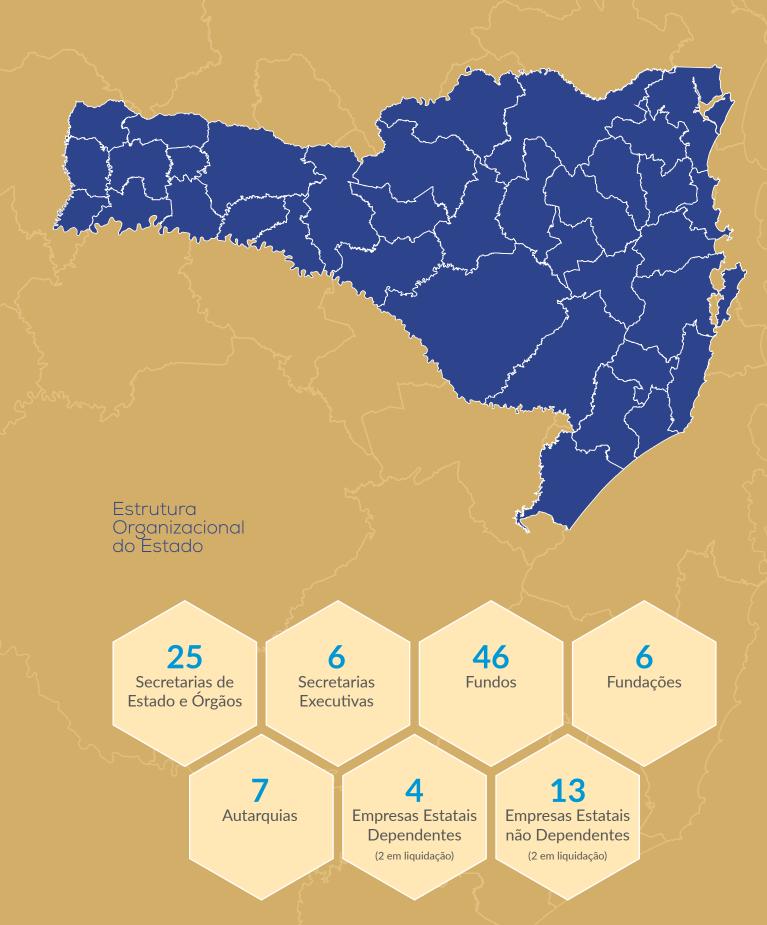
9°
Ranking de Exportações

R\$ bilhõe:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Bens e Direitos	56,25	53,13

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Obrigações	253,25	34,85
Patrimônio Líquido Ativo - Passivo	-197,00	18,29







GESTÃO ADMINISTRATIVA



GESTÃO ADMINISTRATIVA

No ano de 2020, o Governo de Santa Catarina deu continuação às ações para ampliar o atendimento ofertado aos cidadãos catarinenses pela administração estadual.

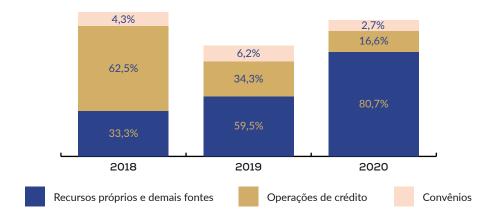
Com uma maior integração da gestão orçamentária e financeira, a redução da estrutura, a revisão de contratos e a digitalização de processos e serviços, o Estado evitou desperdícios de recursos e gerou economia para voltar a investir com recursos próprios.

Em 2020, 80,71% dos investimentos realizados pelo Poder Executivo de Santa Catarina foram feitos com recursos arrecadados diretamente pelo Estado sem a necessidade de operações de crédito ou convênios, o que equivale a mais de R\$ 1 bilhão. As áreas com maiores investimentos foram Infraestrutura de Transportes, Educação e Saúde.

Investimentos

(R\$ milhões)

Origem dos Investimentos do Poder Executivo	2018	2019	2020
Recursos próprios e demais fontes	457,09	605,52	1.052,57
Operações de crédito	858,23	349,00	216,06
Convênios	58,90	62,77	35,59
Total	1.374,22	1.017,30	1.304,22



Além dos desafios financeiros, Santa Catarina precisou enfrentar outras adversidades ocasionadas por uma pandemia sem precedentes na história recente da humanidade. Apesar disso, o Governo do Estado trabalhou com uma gestão fiscal responsável, conseguindo alcançar bons resultados no ano, como o equilíbrio das contas públicas, a geração de economia, a aplicação de recursos em áreas prioritárias, a transparência e o aprimoramento dos serviços com foco no ambiente digital.

Redução de Estrutura

Em 2020, aconteceu o encerramento do processo de liquidação da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC).

A CODESC apresentava deficits consecutivos desde 2007, quando os jogos de bingo foram proibidos. A Companhia era responsável pela regulação e pela fiscalização dessas atividades.

A extinção de estatais que perderam as suas funções e que acumulam deficits representa economia para o Estado. Por isso, em 2020 houve também a continuidade do processo de liquidação de outras empresas estatais, como a Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (CODISC), a Besc S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens (BESCOR), a Santa Catarina Turismo S.A. (Santur) e a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB).

Governo mais Digital do País

A digitalização dos serviços e a busca por soluções tecnológicas e inovadoras para as operações de governo estão entre as principais bandeiras da atual gestão. A ideia é facilitar cada vez mais a vida dos cidadãos que precisam dos serviços públicos, dar agilidade aos trâmites burocráticos e gerar economia.

Os processos eletrônicos internos ganharam força a partir do programa Governo sem Papel, promovendo transparência, segurança e rapidez aos processos administrativos que tramitam no âmbito do Poder Executivo estadual.

Para ampliar o processo de inovação, o Governo criou o Nidus – Laboratório de Inovação do Governo do Estado de Santa Catarina, que está inserido no maior hub de inovação da América Latina, o LinkLab da Acate. Em 2020, foi publicado o Decreto nº 842/2020, que possibilitou a contratação de soluções inovadoras pelo Governo, sendo Santa Catarina um dos estados pioneiros nesse tipo de regulamentação de compras públicas.

Para consolidar o perfil digital e inovador que está sendo construído no Estado, Santa Catarina conquistou o primeiro lugar no Ranking Nacional de Oferta de Serviços Digitais ao Cidadão 2020.



Segundo Estado mais Competitivo

Em 2020, Santa Catarina obteve a segunda colocação no Ranking de Competitividade dos Estados, conforme a publicação do Centro de Liderança Pública (CLP). O ranking é baseado em 73 indicadores, os quais são organizados em 10 pilares: Sustentabilidade Social, Sustentabilidade Ambiental, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Infraestrutura, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Potencial de Mercado e Inovação.





O Estado figura por quatro anos seguidos na segunda colocação no ranking, mas com elevação da pontuação geral no último ano, passando de 74,4 pontos em 2019 para 79,5 pontos na avaliação de 2020, com destaque para as temáticas Sustentabilidade Social (1ª posição), Segurança Pública (1ª posição), Eficiência da Máquina Pública (1ª posição), Educação (2ª posição), Infraestrutura (2ª posição) e Inovação (3ª posição). Para conhecer mais sobre o tema, acesse: http://www.rankingdecompetitividade.org.br.

Santa Catarina também recebeu o Prêmio Excelência em Competitividade, na categoria Destaque Internacional, diante da forte presença no mercado externo. A conquista do prêmio significa que o Estado conta com o maior número de indicadores internacionais acima da média dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), demonstrando ser o mais competitivo no cenário.

PANDEMIA, GESTÃO E RETOMADA ECONÔMICA

Os desafios da gestão estadual, que já eram grandes, tomaram proporções maiores no início de 2020 com a chegada da pandemia de Covid-19, a qual exigiu intervenções estaduais duras, embora necessárias, para proteger a vida da população.

A pandemia atingiu todos os 295 municípios catarinenses e infectou quase meio milhão de pessoas, ocasionando mais de 5 mil mortes no ano de 2020.

A Pandemia em Santa Catarina em 2020



Fonte: Secretaria de Estado da Saúde

Decretar situação de emergência¹ no território catarinense e posteriormente de calamidade pública², com a consequente adoção de medidas de isolamento e distanciamento social, foi uma ação que impactou diretamente a atividade econômica, resultando em muitas empresas e postos de trabalho fechados no Estado.

Recursos Recebidos

Para combater esse inimigo por demais poderoso, o Estado contou com a ajuda vinda do Governo Federal, da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas, do Poder Judiciário, de pessoas físicas e de instituições privadas, entre outros. Ao todo, Santa Catarina recebeu R\$ 1,78 bilhão, sendo

¹ A situação de emergência em todo o território catarinense, para fins de prevenção e enfrentamento da Covid-19, foi estabelecida em 17 de março de 2020 pelo Decreto nº 515/2020.

² O estado de calamidade pública foi decretado em todo o território catarinense para fins de enfrentamento da Covid-19, por meio do Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020. O Decreto Legislativo Estadual nº 18.332/2020 declarou o estado de calamidade pública em Santa Catarina, para fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, notadamente em relação às dispensas do atingimento dos resultados fiscais previstos na Lei nº 17.753, de 10 de julho de 2019, e da limitação de empenho de que trata o art. 9º da referida Lei Complementar nº 101, de 2000.

R\$ 333,33 milhões para enfrentamento da pandemia e R\$ 1,44 bilhão como auxílio financeiro, conforme preveem a Lei Complementar Federal nº 173/2020 e a Medida Provisória nº 938/2020.

R\$ 1.775.005.557,25 Recursos externos recebidos em 2020 por Santa Catarina para enfrentamento da pandemia e para mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública Governo Federal -Governo Federal -Governo Federal Auxílio Financeiro Apoio Financeiro SUS³ MP n° 938/2020 Lei n° 173/2020 R\$ 281.590.182,44 R\$ 1.359.137.456,85 R\$ 82.537.645,91 FR 0.129 Devolução dos Governo Federal Justiça Federal Municípios Lei nº 14.017/2020 R\$ 3.236.906,83 Lei n° 14.017/2020 R\$ 44.986.857,87 R\$ 3.483.783,72 FR 0.229 FR 0.229 Pessoas Físicas Instituições Privadas R\$ 12.050.00 R\$ 20.673.63 FR 0.169 Aplicação obrigatória vinculada ao enfrentamento da Covid-19

Além dos valores acima mencionados, o Poder Executivo também recebeu recursos da Assembleia Legislativa (R\$ 22 milhões), do Tribunal de Contas (R\$ 20 milhões) e do Tribunal de Justiça (R\$ 10 milhões), destinados ao enfrentamento da pandemia.

Livre aplicação ou aplicação em ações de saúde, assistência social ou apoio ao setor cultural

³ O valor repassado pelo SUS teve dedução de R\$ 432.000,00.

Benefícios Concedidos pela Lei Complementar nº 173/2020

A Lei Complementar nº 173/2020 estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus e autorizou, entre outras medidas, a suspensão do pagamento de dívidas com a União, a distribuição de recursos da União, na forma de auxílio financeiro, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, e em ações de enfrentamento da Covid-19. Em contrapartida, os entes federativos foram submetidos a várias condições e restrições, especialmente no que tange ao não aumento da remuneração dos seus servidores até 31 de dezembro de 2021.

O art. 5° estabeleceu a entrega do auxílio financeiro pela União em quatro parcelas mensais e iguais, no exercício de 2020, e sob duas formas de aplicação: os recursos do inciso I, alínea "a", destinados para ações de saúde e assistência social, inclusive para o pagamento dos profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS); e os recursos do inciso II, alínea "a", para aplicação em ações no enfrentamento da Covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros.

Auxílio Financeiro Recebido do Governo Federal em 2020

Lei Complementar n° 173/2020

Mês	Inciso I (R\$)	Inciso II (R\$)	Total (R\$)
Junho	46.132.567,28	287.772.620,97	333.905.188,25
Julho	46.612.336,50	287.772.620,97	334.384.957,47
Agosto	54.067.925,80	287.772.620,97	341.840.546,77
Setembro	61.234.143,39	287.772.620,97	349.006.764,36
Total	208.046.972,97	1.151.090.483,88	1.359.137.456,85

Além do auxílio financeiro, o Programa Federativo de Enfrentamento da Covid-19, previsto na LC nº 173/2020, autorizou a suspensão temporária dos pagamentos das dívidas contratadas entre a União e os estados, o Distrito Federal e os municípios. Com a suspensão, o Estado deixou de pagar R\$ 1,06 bilhão no ano de 2020.

Os valores das parcelas referentes aos contratos da dívida que não foram pagos em razão da LC nº 173/2020 estão registrados em contas de controle (8.9.9.6.1.09.01.01 – Valores não Pagos de Dívidas com a União e 8.9.9.6.1.09.02.00 – Suspensão de Pagamentos de Dívidas com o Sistema Financeiro e Instituições Multilaterais Crédito), conforme orientação da Nota Técnica SEI nº 25.948/2020/ME, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Parcelas da Dívida Pública não Pagas em 2020 de Acordo com a Suspensão Prevista na Lei Complementar nº 173/2020

Mês	Amortização (R\$)	Juros (R\$)	Encargos (R\$)	Total (R\$)
Março	15.733.360,23	32.708.371,55	136.199,68	48.577.931,46
Abril	15.767.218,05	32.622.498,00	135.668,13	48.525.384,18
Maio	95.771.036,39	87.344.253,03	635.674,92	183.750.964,34
Junho	15.864.300,56	32.500.393,77	135.971,01	48.500.665,34
Julho	100.042.607,18	105.731.057,84	9.241.854,97	215.015.519,99
Agosto	36.292.702,12	48.447.253,71	135.583,35	84.875.539,18
Setembro	36.324.794,17	46.300.398,80	135.419,28	82.760.612,25
Outubro	36.358.920,94	53.793.672,01	135.243,99	90.287.836,94
Novembro	101.358.092,92	71.529.912,46	315.422,21	173.203.427,59
Dezembro	36.390.067,05	45.663.995,97	134.608,53	82.188.671,55
Total	489.903.099,61	556.641.807,14	11.141.646,07	1.057.686.552,82

Valores da Dívida que Deixaram de ser Pagos em 2020 (por Contrato)

Contrato	Valor (R\$)	%
Lei n° 9.496/97	483.581.286,06	45,72%
Acelera Santa Catarina	220.701.333,11	20,87%
Pacto por Santa Catarina	191.263.827,54	18,08%
Prevenção de Desastres Naturais	124.458.627,97	11,77%
Caminhos do Desenvolvimento	26.135.789,27	2,47%
CASAN	7.880.600,09	0,75%
Joinville	2.937.103,56	0,28%
Programa de Esforço Fiscal II	727.985,22	0,07%
Total	1.057.686.552,82	100,00%

Dos valores que não foram pagos em 2020, 45,72% referem-se à dívida com a União, 29,85% são da dívida com o Banco do Brasil e 24,43% dizem respeito à obrigação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Recursos Recebidos em Virtude da Medida Provisória nº 938/2020

A Medida Provisória nº 938/2020, convertida na Lei Federal nº 14.041/2020, dispôs sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com o objetivo de mitigar as dificuldades financeiras decorrentes do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

O montante do repasse financeiro corresponde à variação nominal negativa entre os valores creditados por FPE e FPM, de março a novembro de 2020, em relação ao mesmo período de 2019.

O valor recebido pelo Estado em 2020 com o referido apoio financeiro foi de R\$ 82,54 milhões e é de livre utilização, conforme prevê a Nota Técnica SEI n° 21.231/2020/ME, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Apoio Financeiro Recebido do Governo Federal em 2020

Medida Provisória nº 938/2020

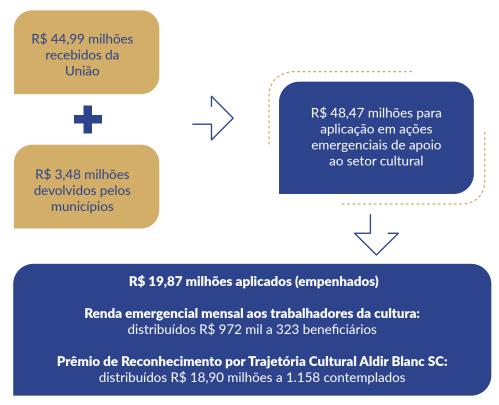
Mês	R\$
Abril	4.081.718,53
Maio	5.106.663,73
Junho	27.325.464,00
Julho	19.910.724,62
Setembro	10.592.250,93
Outubro	15.520.824,10
Total	82.537.645,91

Recursos Recebidos em Função da Lei Federal nº 14.017/2020 (Lei Aldir Blanc)

Em 2020, Santa Catarina recebeu R\$ 48,47 milhões para aplicação em ações emergenciais de apoio ao setor cultural, valores esses provenientes da Lei Federal nº 14.017/2020. Do valor recebido, R\$ 44,99 milhões foram repassados ao Estado diretamente pelo Governo Federal, e R\$ 3,48 milhões foram recebidos de municípios estaduais que não utilizaram o recurso no prazo previsto⁴.

⁴ Os recursos que não tenham sido objeto de programação publicada no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da descentralização aos municípios, deverão ser automaticamente revertidos ao Fundo Estadual de Cultura do estado onde o município se localiza ou, na falta deste, ao órgão ou à entidade estadual responsável pela gestão desses recursos (Lei Federal nº 14.017/2020, art. 3º, parágrafo único).

Lei Aldir Blanc



Fonte: Fundação Catarinense de Cultura

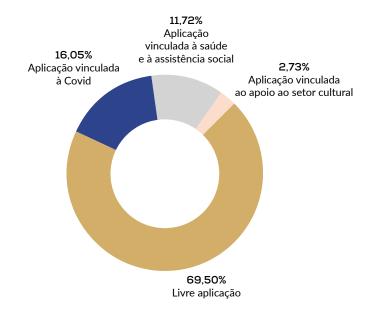
No setor cultural, destaca-se também a destinação emergencial de R\$ 4 milhões, advindos do Tesouro Estadual e da Assembleia Legislativa, aos trabalhadores e às pessoas jurídicas do setor cultural catarinense, conforme previsto na Lei nº 18.002/2020 – originada da Medida Provisória nº 229/2020. Trata-se do Edital de Credenciamento #sculturaemsuacasa, conforme detalhamento apresentado no Capítulo Desempenho das Principais Áreas de Governo deste Balanço.

Recursos Destinados ao Enfrentamento da Pandemia

Do valor total recebido em 2020 por Santa Catarina do Governo Federal, da Justiça Federal, de instituições privadas e de pessoas físicas, 16,05% devem ser aplicados diretamente no enfrentamento da Covid-19, 11,72% têm vinculação destinada às áreas de saúde e de assistência social, 2,73% têm aplicação vinculada ao apoio ao setor cultural e 69,50% são de livre aplicação.

Vinculação dos Recursos Externos Recebidos

Vinculação	Enfrentamento da Covid	Saúde e assistência social	Apoio ao setor cultural	Recursos de livre aplicação
Origem	SUS Justiça Federal Pessoas físicas e jurídicas	LC n° 173/2020 - Inciso I	Lei Federal n° 14.017/2020	LC nº 173/2020 - Inciso II e MP nº 938/2020 (convertida na Lei nº 14.041/2020)
Valor (R\$)	284.859.812,90	208.046.972,97	48.470.641,59	1.233.628.129,79



O Decreto Estadual nº 524/2020 dispôs sobre a operacionalização e a transparência de uso dos recursos recebidos para fins de emergência de saúde pública decorrente do coronavírus.

Para tal, foram estabelecidos controles orçamentários, financeiros e contábeis adicionais pelo Estado para dar transparência ao recebimento e à utilização dos recursos recebidos, conforme síntese apresentada a seguir e detalhamento feito na Nota Explicativa às Demonstrações Contábeis n° 46.

Controles Orçamentários, Financeiros e Contábeis Criados pelo Estado para Garantir Transparência ao Recebimento e à Utilização dos Recursos Recebidos para Fins de Enfrentamento do Coronavírus

Criação de detalhamentos de fontes de recursos para o controle dos valores recebidos e aplicados em ações de enfrentamento da pandemia, inclusive para aqueles provenientes da União, em especial os relativos ao Sistema Único de Saúde.

Mapeamento ("de/para") desses recursos para o envio das informações ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), garantindo sua equivalência e rastreabilidade, conforme o rol mínimo de fontes de recursos previsto na Portaria STN n° 394/2020.

Classificação das receitas orçamentárias conforme a origem e a criação de naturezas de receita específicas para registrar o recebimento dos valores para ações de enfrentamento da pandemia.

Abertura de domicílio bancário específico para os recursos recebidos por meio de transferências, com posterior prestação de contas (exceto para os recursos Fundo a Fundo).

Implantação de um complemento na nota de empenho, no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), de utilização obrigatória por todas as unidades orçamentárias do Poder Executivo, para permitir a identificação das despesas vinculadas ao enfrentamento da pandemia.

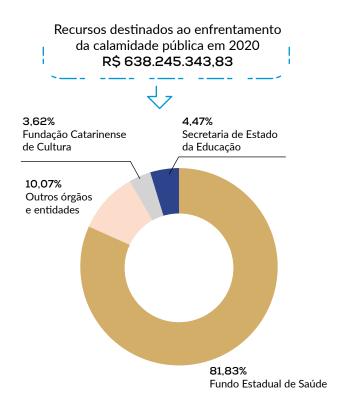
Criação de uma subação específica no Plano Plurianual vigente para as despesas relacionadas à Covid-19 do Fundo Estadual de Saúde, em conjunto com a respectiva alteração da Lei Orçamentária Anual de 2020, para abrir o crédito especial no orçamento, objetivando possibilitar o controle da vinculação orçamentária e financeira das despesas executadas.

Criação de novos subelementos de despesa para atender o empenhamento das gratificações temporárias criadas pela Medida Provisória Estadual nº 228/2020, que são relacionadas diretamente ao enfrentamento da Covid-19.

Disponibilização no Portal da Transparência do Poder Executivo de um espaço exclusivo para apresentação de receitas, despesas, notas de empenho, contratos e demais informações relacionadas ao enfrentamento da pandemia (http://transparenciacovid19.sc.gov.br/).

Além dos recursos externos recebidos, Santa Catarina também destinou recursos próprios para atender a população catarinense. No total, as despesas de 2020 diretamente relacionadas ao enfrentamento da pandemia foram de R\$ 638.245.343,83. Além desse valor, outros recursos foram aplicados pelo Estado, sem vinculação específica com a doença.

As maiores destinações dos recursos recebidos foram para o Fundo Estadual de Saúde (R\$ 522.276.831,67), para a Secretaria de Estado da Educação (R\$ 28.549.596,68) e para a Fundação Catarinense de Cultura (R\$ 23.128.890,59). Aos demais órgãos e entidades, foram destinados R\$ 64.290.024,89 diretamente para ações de enfrentamento da Covid.



Dos valores destinados diretamente ao enfrentamento da Covid, 57,22% foram pagos com recursos aportados pelo Tesouro Estadual (Fontes de Recursos 0.100 e 0.300). A segunda maior destinação de recursos (28,85%) foi proveniente do Sistema Único de Saúde (Fonte 0.223). Os gastos com outras origens de recursos representam 13,93% do total.

Enfrentamento da Covid - Valores Gastos por Fonte de Recursos

Fonte de Recursos	Descrição	Valor (R\$)	%
0.100	Recursos ordinários do Tesouro	345.452.366,67	54,13%
0.223	Recursos do Sistema Único de Saúde	184.106.029,96	28,85%
0.229	Outras Transferências de diversos entes à Administração Indireta	23.103.655,48	3,62%
0.124	Convênio - programa de educação	20.898.453,99	3,27%
0.300	Superavit de recursos ordinários do Tesouro	19.756.100,60	3,10%
0.129	Outras transferências de diversos entes ao Tesouro	15.235.904,59	2,39%
0.228	Convênios, ajustes e acordos administrativos	10.094.496,88	1,58%

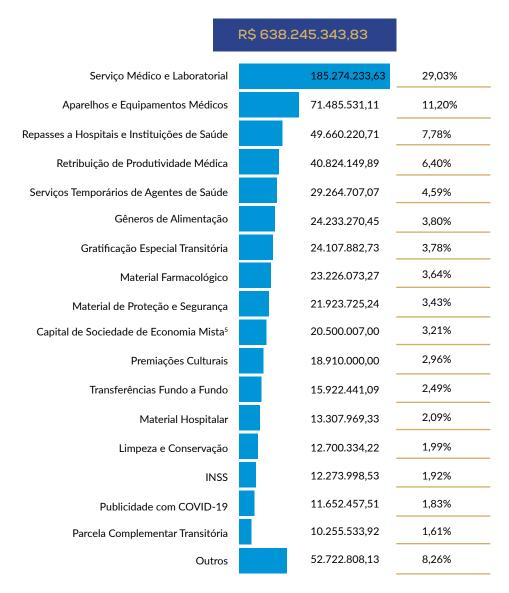
Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Fonte de Recursos	Descrição	Valor (R\$)	%
0.111	Taxas da segurança pública	6.959.761,81	1,09%
0.120	Cota-parte do salário-educação	4.998.562,69	0,78%
0.269	Outros recursos primários - fundos e administração indireta	3.201.849,90	0,50%
0.392	Superavit de operações de crédito externas	1.488.542,58	0,23%
0.623	Superavit de recursos do Sistema Único de Saúde	837.829,70	0,13%
0.240	Receitas de serviços - fundos e administração indireta	661.138,49	0,10%
0.391	Superavit de operações de crédito internas	450.800,00	0,07%
0.219	Outras taxas vinculadas - fundos e administração indireta	277.371,02	0,04%
0.324	Superavit de convênio - Programa de Educação	274.232,50	0,04%
0.669	Superavit de outros recursos primários - fundos e administração indireta	122.354,00	0,02%
0.319	Superavit de outras taxas vinculadas	108.502,13	0,02%
0.629	Superavit de outras transferências ao Tesouro	59.032,25	0,01%
0.119	Outras taxas vinculadas da administração direta	52.107,90	0,01%
0.640	Superavit de receitas de serviços - fundos e administração indireta	37.763,47	0,01%
0.169	Transferências de pessoas físicas e instituições privadas	27.780,00	0,004%
0.101	Ressarcimentos e restituições ao Tesouro	25.227,80	0,004%
0.619	Superavit de outras taxas vinculadas	4.500,00	0,001%
0.680	Superavit de remuneração de disponibilidade bancária - administração indireta	4.355,00	0,001%
0.250	Contribuição previdenciária	3.409,80	0,001%
0.285	Remuneração de disponibilidade bancária - fundos e administração indireta	1.368,40	0,0002%
0.160	Receitas patrimoniais da administração direta	1.040,00	0,0002%
0.121	Cota-parte da CIDE	324,32	0,0001%
0.698	Superavit de receita de alienação de bens	270,00	0,00004%
0.360	Superavit de receitas patrimoniais - aluguéis de hangares	156,24	0,00002%
0.628	Superavit de convênios, ajustes e acordos administrativos	41,85	0,00001%
0.260	Receitas patrimoniais - fundos e administração indireta	13,81	0,000002%
Total		638.245.343,83	100,00%

Dos gastos diretamente vinculados ao enfrentamento da pandemia, 40,23% foram destinados ao pagamento de serviços médicos e laboratoriais e à aquisição de aparelhos e equipamentos médicos.

Detalhamento dos Valores Gastos Vinculados Diretamente ao Enfrentamento da Covid em 2020



⁵ Integralização de capital social do BADESC para constituição do Fundo de Aval do Estado de Santa Catarina, conforme Decreto nº 906/2020 e detalhamento apresentado neste capítulo.

Enfrentamento da Covid em 2020

Quem empenhou	Recursos utilizados	Objeto do gasto
 81,83% - Fundo Estadual de Saúde 4.47% - Secretaria de Estado da 	• 57,22% - Recursos do Tesouro (Fontes 0.100 e 0.300)	 29,03% - Serviço médico e laboratorial
Educação	• 28,85% - Recursos do SUS	• 11,20% Aparelhos e equipamentos
• 3,62% - Fundação Catarinense de	• 13,93% - Recursos de outras origens	médicos
Cultura		• 7,78% - Repasses a hospitais e
• 10,07% - Demais órgãos e		instituições de saúde
entidades		 6,40% - Retribuição de produtividade médica
		 4,59% - Serviços temporários de agentes de saúde
		• 41,01% - Outros gastos

Ações, Benefícios e Subsídios Concedidos pelo Estado Objetivando a Retomada Econômica

A capacidade de recuperação econômica observada nos mais diversos setores produtivos indica que o Estado e os catarinenses foram impactados pela pandemia de Covid-19, porém mostraram reação diferenciada. Assim como o Governo agiu rapidamente em prol da saúde, também teve a mesma agilidade ao lidar com a economia. Em abril, já ocorreram as primeiras flexibilizações de atividades. Junto com as federações e entidades que representam os segmentos produtivos, o Governo foi atuante no apoio aos empreendedores, concedendo-lhes benefícios e subsídios para diminuir os impactos na economia causados pela pandemia e pelo isolamento social.

Já no início das primeiras medidas de isolamento, o Governo do Estado apresentou o Plano de Enfrentamento e Recuperação Econômica, desenvolvido pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, coordenado pelas Secretarias da Fazenda e de Desenvolvimento Econômico Sustentável. Entre as ações apresentadas estão: carência e postergação de dois a seis meses dos contratos de financiamento em andamento para pequenas e médias empresas; ampliação de crédito para microempreendedores individuais; lançamento da Linha Badesc Emergencial para atender as micros e pequenas empresas afetadas pelos efeitos das medidas de combate ao coronavírus, com juros subsidiados pelo Tesouro Estadual.

Além disso, o Estado concedeu incentivos fiscais aos contribuintes, como a prorrogação do prazo de recolhimento de impostos, a suspensão de atos destinados ao envio de certidões para protesto de débitos inscritos em dívida ativa e a isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Ações de Natureza Tributária Desenvolvidas pelo Estado em 2020 Destinadas ao Enfrentamento da Pandemia e à Retomada do Desenvolvimento Econômico

Decreto nº 532/2020	Suspendeu e prorrogou prazos no âmbito da Administração Tributária estadual estabeleceu outras providências.		
Lei nº 17.929/2020 e Decreto nº 739/2020	Suspendeu temporariamente os atos destinados ao envio de certidões para protesto o débitos inscritos em dívida ativa.		
Lei nº 18.029/2020	Dispôs sobre a não exigência do crédito tributário relativo ao ICMS devido pelo descumprimento de metas e de compromissos assumidos por contribuintes como contrapartida à concessão de benefícios fiscais ou financeiro-fiscais em face da crise econômica decorrente da pandemia de Covid-19.		
Medida Provisória nº 230/2020, convertida na Lei nº 18.030/2020	Isentou do ICMS as operações de doação ao Tribunal Superior Eleitoral e aos demais órgãos da Justiça Eleitoral de mercadorias de combate e prevenção à Covid-19 para a realização das eleições municipais de 2020.		

Subsídios Concedidos em Função da Lei Estadual nº 17.935/2020

A Lei nº 17.935/2020 autorizou o Poder Executivo a conceder subsídio parcial da taxa de juros remuneratórios de operações de crédito a micros e pequenos empreendedores com sede no Estado para enfrentamento dos prejuízos econômicos advindos da emergência de saúde pública provocada pelo novo coronavírus, ofertadas pela Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC) e pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

Em 2020, o Estado ressarciu ao BADESC o valor de R\$ 1.260.774,62 referente às despesas decorrentes da execução da Lei nº 17.935/2020.



Subsídio concedido pelo Estado em 2020 na taxa de juros remuneratórios de operações de crédito ofertadas pelo BADESC a micros e pequenos empreendedores

Fundo de Aval

Em 2020, por meio do Decreto nº 906/2020, foi instituído o Fundo de Aval do Estado de Santa Catarina, um programa público com a finalidade de facilitar a concessão de crédito, por meio do BADESC, para pessoas jurídicas catarinenses com até R\$ 96 milhões de faturamento anual e que não possuam garantias reais disponíveis.

O aporte do Poder Executivo será de R\$ 164 milhões, divididos em 24 parcelas, sob a forma de integralização no capital social do BADESC. Por meio da alavancagem financeira dos recursos aportados, o Estado pretende auxiliar as micros e pequenas empresas, objetivando promover a retomada do crescimento econômico e social de Santa Catarina.

No ano, foram repassadas ao BADESC três parcelas do valor previsto, totalizando R\$ 20,50 milhões.

Medidas Administrativas

Em 2020, o Grupo Gestor do Governo estabeleceu algumas medidas objetivando a contenção de gastos para o enfrentamento dos impactos negativos nas finanças públicas decorrentes da pandemia de Covid-19. Entre elas estão:

- » Resolução GGG nº 10/2020 suspendeu temporariamente o pagamento e a implementação de vantagens na folha, nomeações, a criação de grupos de trabalho e comissões remuneradas, o provimento de cargos, a realização e o pagamento de horas extras não relacionadas a serviços públicos essenciais; e
- » Resolução GGG nº 11/2020 determinou aos órgãos e às entidades do Poder Executivo a adoção de medidas para reduzir despesas de custeio e investimentos, tais como renegociação de contratos, postergação de obras e reformas não iniciadas, suspensão de despesas com feiras, exposições, congressos e eventos, entre outros.

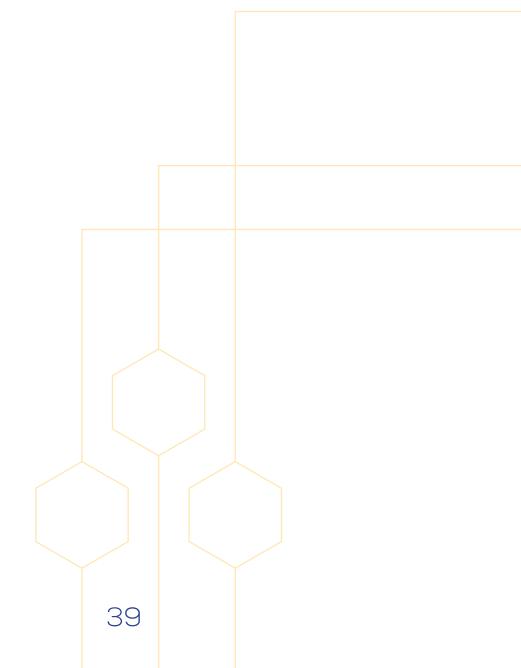
Lições Aprendidas

Apesar dos desafios impostos pela pandemia, Santa Catarina construiu um novo modelo de saúde pública regionalizado, descentralizado e focado nas parcerias com os hospitais filantrópicos e com as Secretarias Municipais de Saúde. Conhecimentos foram compartilhados e construídos a muitas mãos. Leitos – clínicos e de UTIs – foram abertos respeitando as necessidades regionais e evitando a concentração em poucas cidades. Profissionais foram contratados sob essa mesma lógica. Recursos foram assegurados aos hospitais filantrópicos, que têm sido grandes parceiros no atendimento de quem mais precisa, diuturnamente.

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Na construção dos regramentos, a gestão estadual fez questão de ter ao seu lado os gestores municipais. Com base no diálogo e nas particularidades de cada região, foram promovidos ajustes sempre que possível.

Embora se acredite que a pandemia passará em algum momento, esse novo sistema de saúde – ampliado, fortalecido e regionalizado – persistirá. E esse é um legado de todos os que vivem aqui em Santa Catarina.





ECONOMIA CATARINENSE



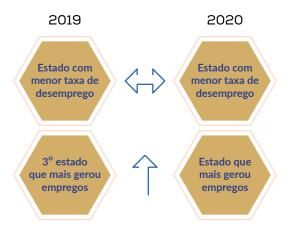
FCONOMIA CATARINENSE

O ano de 2020 foi singular. A crise sanitária afetou vários pilares da economia, como a cotação do dólar – que chegou a alcançar o maior valor nominal de toda a história do real –, a inflação – que fechou 2020 com alta de 4,52%, a maior desde 2016 – e o desemprego – que atingiu a maior taxa no País desde o início da série histórica, iniciada em 2012. A economia catarinense também sentiu os efeitos causados pela pandemia e, além disso, o Estado sofreu com eventos climáticos que causaram prejuízos diversos e irreversíveis.

Medidas em nível nacional, como o auxílio emergencial do Governo Federal aos trabalhadores, além do apoio financeiro aos estados e municípios, derivado da Medida Provisória nº 938 e da Lei Complementar nº 173, injetaram recursos na economia, auxiliaram na manutenção das atividades estatais e atenuaram os impactos da pandemia.

Em Santa Catarina, apesar de alguns setores terem sido mais fortemente afetados e ainda estarem se recuperando, os resultados seguiram positivos em 2020, alicerçados na diversificação da economia catarinense, que, bem distribuída geograficamente, consegue se desenvolver com destaque em todas as regiões.

Em 2020, apesar da estimativa de retração no PIB, o Estado conseguiu se manter em destaque no País. Mesmo com as restrições advindas da pandemia, como o isolamento social e a paralisação de alguns setores, Santa Catarina conservou o menor nível de desemprego do Brasil e alcançou o posto de estado que mais criou empregos nesse ano.



Os indicadores de confiança na economia catarinense também terminaram 2020 em alta, apesar de terem oscilado durante o ano. Prova disso é que o índice de confiança dos empresários industriais registrou a sua sexta melhora consecutiva em outubro – últimos dados divulgados –, alcançando patamares próximos aos observados antes dos impactos econômicos da pandemia.

Os índices de confiança no comércio também passaram por oscilações durante o ano, especialmente nos períodos mais afetados pela pandemia, mas encerraram 2020 em alta, apesar de terem variado negativamente em relação ao mesmo período de 2019.

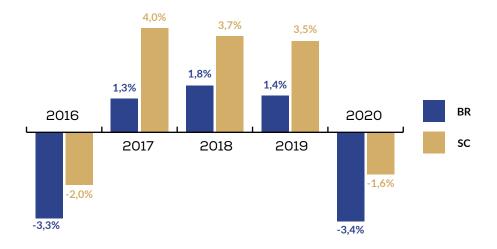
Além disso, Santa Catarina terminou 2020 com três municípios entre os 100 melhores do país para se abrir empresas no Brasil, conforme dados do Índice de Cidades Empreendedoras (ICE). Destaque para Florianópolis, que ficou na segunda posição, atrás apenas da maior cidade do Brasil: São Paulo. Joinville (16°) e Blumenau (17°) são as outras duas cidades catarinenses apontadas pelo índice.

A chegada da vacina e a possibilidade de uma retomada total das atividades econômicas trazem a expectativa de que em 2021 a economia catarinense volte a crescer, baseada na geração de empregos, na solidez da arrecadação e nos investimentos em infraestrutura, que seguiram fortes em 2020.

Produto Interno Bruto

Em 2020, a economia catarinense foi impactada pela pandemia e depois de três anos de crescimento voltou a apresentar retração. Conforme estimativa da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE), o PIB catarinense retraiu 1,6%, considerando os quatro trimestres encerrados em setembro de 2020. Porém, mesmo com retração, Santa Catarina encerrou o ano como um dos estados de melhor desempenho econômico no País e seguiu ganhando participação no PIB nacional.

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB (%)
2016-2018 (REAL) E 2019-2020 (ESTIMADO)



Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina

Como se percebe, a retração estimada para o PIB catarinense é inferior à prevista para o PIB nacional (3,4%) no mesmo período, como mostram indicadores parciais disponíveis até dezembro de 2020. A retração na economia catarinense também foi menor do que a observada no período da crise de 2015 e 2016, quando o PIB estadual caiu 4,2% e 2%, respectivamente.

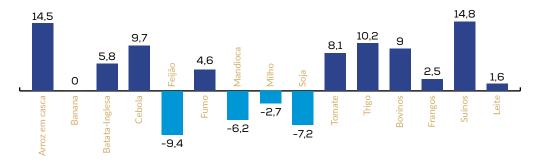
A indústria foi o setor com maior retração em Santa Catarina, devendo chegar a 5,7%, com destaque para a indústria de transformação, que deve chegar a 7%. O único segmento que apresentou variação positiva entre os segmentos de transformação industrial foi o de fabricação de produtos alimentícios (+1%). Metalurgia básica (-23,5%), fabricação de veículos automotores (-22,3%), vestuário (-19%) e minerais não metálicos (-13,5%) foram os segmentos que apresentaram as maiores quedas.

O setor de serviços – que tem o maior peso no PIB catarinense – também retraiu (0,3%), sendo que apenas comércio (+4%), serviços profissionais, científicos, técnicos, administrativos e complementares (+2,3%) e serviços domésticos (+2,5%) tiveram variação positiva. Os demais segmentos de serviços estão retraindo, com destaque para os serviços prestados às famílias (-20,7%) e os serviços de informação (-7,8%).

Por outro lado, a pecuária e a construção civil apresentaram crescimento, apesar das dificuldades enfrentadas em 2020. Nos últimos 12 meses encerrados em setembro, a agropecuária catarinense cresceu 3,3%, sendo que a pecuária cresceu 6,9% e a agricultura 0,4%.

A agricultura catarinense foi favorecida pelo aumento das exportações e dos preços – impulsionado pela alta do dólar –, especialmente das carnes, dos grãos e da soja. A produção pecuária cresceu consideravelmente, visto que o mercado foi impactado pelo aumento da demanda chinesa em função dos problemas sanitários da produção animal naquele país. Por outro lado, o volume global da produção agrícola catarinense cresceu discretamente após dois anos de encolhimento. Destacase a queda na produção de soja, milho e feijão, que, assim como outras culturas, tiveram a sua produtividade afetada pelo verão quente e seco.

CRESCIMENTO NA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 2019/2020 (%)



Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina

A construção civil continua se erguendo e cresceu 7,7%, baseada na recuperação do mercado imobiliário e na autoconstrução (residencial e comercial), que se intensificou nesse período de isolamento social.

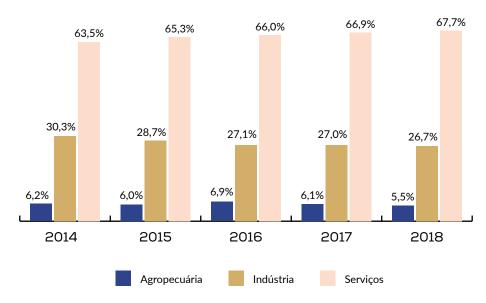
O ano de 2018 é o mais recente com os dados finais do PIB já divulgados. Naquele ano, o PIB estadual alcançou R\$ 298,2 bilhões, registrando uma taxa de crescimento de 3,7%, mais que o dobro do crescimento observado no PIB nacional, que foi de 1,8%. Santa Catarina foi o quarto estado que mais cresceu.

Com esse desempenho, o Estado manteve o posto de sexta economia do País, posição que tinha sido retomada em 2017. Em 2018, as atividades que mais se destacaram foram o comércio e a reparação de veículos automotores e motocicletas, bem como as indústrias de transformação. Santa Catarina contribuiu com 4,3% do PIB total nacional, pouco acima dos 4,2% observados em 2017.

O Estado manteve a posição no ranking dos maiores PIBs per capita, ficando atrás apenas do Distrito Federal, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em 2018, o valor do PIB per capita observado foi de R\$ 42.149,30, maior que a média nacional, que ficou em R\$ 33.593,82.

A participação dos setores na formação do PIB catarinense continuou praticamente a mesma em 2018 – comparando-se aos percentuais verificados em 2017 –, continuando a supremacia do setor de serviços.

PIB DE SANTA CATARINA POR SETOR (2014 A 2018)



Fonte: IBGE/Contas Regionais

Os cinco maiores municípios de Santa Catarina concentravam 35,1% do PIB estadual em 2018, acima dos 34,25% verificados em 2017. A ordem de participação observada em 2017 foi mantida em 2018: Joinville (10,3%), Itajaí (8,5%), Florianópolis (7,1%), Blumenau (5,7%) e São José (3,6%). O Vale do Itajaí foi a região que teve maior participação no PIB estadual (30,1%).

Oeste 16,8% Vale do Itajaí 30,1% Grande Florianópolis 4,6% 15,2%

Sul 11,1%

PIB DE SANTA CATARINA POR REGIÃO EM 2018

Fonte: IBGE/Contas Regionais

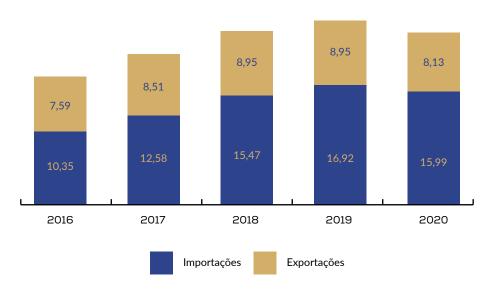
Os resultados de 2018 e os estimados para 2019 demonstram que o Estado continuou crescendo, o que já havia ocorrido em 2017, superando de vez a recessão verificada em 2015 e 2016. As estimativas para 2020 apontam retração nos PIBs catarinense e nacional, o que já era esperado em função dos acontecimentos desse ano. No entanto, a diversidade e a pujança da economia catarinense garantiram um crescimento acima do nacional em 2017 e 2018, bem como uma retração abaixo da nacional em 2020.

Apesar das dificuldades encontradas em 2020, os catarinenses continuam menos endividados do que a média das famílias brasileiras, havendo uma redução de 14,8% no total de famílias endividadas em comparação a 2019. A inadimplência e o número de famílias que não teriam condições de pagar as suas dívidas em atraso também diminuíram. Apesar de a confiança dos empresários ter reduzido em relação a 2019, eles seguem confiantes, assim como a média do empresariado nacional.

Comércio Exterior

Como ocorre desde 2009, no ano de 2020 a balança comercial catarinense apresentou deficit. As importações catarinenses superaram as exportações em US\$ 7,86 bilhões, resultado próximo ao de 2019, quando o saldo foi de US\$ 7,97 bilhões. Esse resultado é reflexo da localização estratégica de Santa Catarina, aliada à sua estrutura portuária.

EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DE SANTA CATARINA 2016 A 2020 (US\$ BILHÕES)



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

As exportações catarinenses alcançaram o montante de US\$ 8,1 bilhões em 2020, diminuindo 9,2% em relação a 2019, o que explica em parte o resultado da balança comercial nesse ano. As importações também diminuíram, porém em menor grau (5,5%).

Em 2020, Santa Catarina permaneceu como o terceiro maior importador do País, sendo que as importações catarinenses representaram 10,06% do total importado pelo Brasil – acima dos 9,5% de 2019. As importações catarinenses foram compostas do seguinte modo: 96,01% de produtos da indústria de transformação, 2,47% de produtos agropecuários, 0,76% de produtos da indústria extrativista e 0,76% de outros produtos.

Em relação às exportações, Santa Catarina terminou o ano como o nono exportador nacional, ficando abaixo da oitava colocação alcançada nos anos anteriores. O montante exportado equivale a 3,89% das exportações brasileiras do ano.

Do total exportado, 89,7% foram de produtos da indústria de transformação, 9,4% de produtos agropecuários, 0,9% de produtos da indústria extrativista e 0,1% de outros produtos.

Evolução do Comércio Exterior

Em 2020, as exportações catarinenses voltaram a diminuir, como ocorreu em 2019. Além dos efeitos naturais da pandemia, a redução nos embarques de carne de frango e de tabaco impactaram diretamente as vendas para o exterior. A carne suína, principal produto exportado por Santa Catarina em 2020, apresentou um crescimento de 36,8%, o que atenuou a queda nas exportações.

As exportações brasileiras diminuíram 6,9% em 2020, enquanto as exportações catarinenses diminuíram 9,2%, seguindo a tendência nacional.

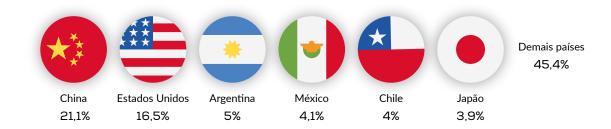
Os maiores valores exportados referem-se a aves e suínos, que representaram 29% das exportações catarinenses. Motores, geradores e transformadores elétricos, veículos, bombas, compressores e ventiladores responderam por 10,6% do total estadual em 2020. As exportações de soja também se destacaram, representando 8,2% das vendas.

O perfil das importações catarinenses é bem mais diversificado, sendo que o valor dos cinco principais produtos importados representa apenas 19% das importações totais. Do total importado, 80,9% dos produtos entraram pelos portos de Itajaí (48,8%) e de São Francisco do Sul (32,1%).

Destino das Exportações e Origem das Importações em 2020

O destino das exportações estaduais seguiu bastante diversificado em 2020. Os principais destinos das vendas catarinenses continuam sendo a China (21,1%) e os Estados Unidos (16,5%). As exportações para a Argentina representaram 5%, resultado que recolocou os nossos vizinhos no posto de terceiro maior destino, superando o México (4,1%), o Chile (4%) e o Japão (3,9%). O restante das exportações (45,4%) teve como destino diversos países diferentes.

PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES CATARINENSES EM 2020



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Em relação às importações catarinenses, a maior fornecedora seguiu sendo a China, que respondeu por 37,9% do que foi importado em âmbito estadual. Chile (7,5%), Estados Unidos (6,5%), Argentina (6,1%) e Alemanha (4,5%) completam os nossos cinco maiores fornecedores do exterior. As importações catarinenses são bem mais concentradas do que as exportações, de modo que esses cinco países juntos responderam por 62,5% de tudo o que foi importado em 2020.

ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES CATARINENSES EM 2020



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Mercado de Trabalho

Apesar das restrições que ocorreram em 2020 em função da pandemia, o Estado segue com a menor taxa de desemprego do País, posição que ocupa há anos. Além disso, Santa Catarina foi o estado que mais gerou postos de trabalho nesse ano, mostrando a força do nosso mercado de trabalho, que continuou se destacando.

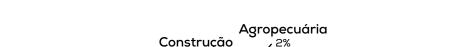
Empresas e Empregos

Em 2020, Santa Catarina encerrou o ano com 2.132.495 trabalhadores, total 10% inferior ao verificado em 2019. Os três setores que mais empregaram em 2020 foram o setor de serviços (34,8%), a indústria (33,6%) e o comércio (22,1%).

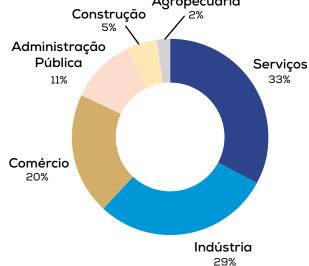
Uma análise mais apurada do mercado de trabalho catarinense pode ser feita com base nos dados de 2019 – último ano com informações completas divulgadas. Naquele ano, Santa Catarina contava com 2.369.729 trabalhadores, distribuídos em 228.080 estabelecimentos, sendo o estado com maior crescimento no número de trabalhadores em relação a 2018. Do total dos trabalhadores, 88,9% eram celetistas, e 11,1% eram estatutários. Em comparação com o ano de 2018, o número de postos de trabalho aumentou 5,1%, e o de empresas, 1,53%. A remuneração média do catarinense em 2019 foi de R\$ 3.012,49.

Os três setores que mais empregaram foram o de serviços (33,3%), a indústria (29,3%) e o comércio (19,8%), que juntos responderam por 82,3% dos trabalhadores empregados naquele ano. Destaca-se também a administração pública, que empregou 11,3% dos trabalhadores. Essa sequência foi a mesma observada em 2018.

O comércio varejista sozinho empregou 16,1% dos trabalhadores, sendo o subsetor que mais se destacou como gerador de empregos em 2019.



TRABALHADORES POR ATIVIDADE ECONÔMICA EM SANTA CATARINA EM 2019



Fonte: Ministério da Economia - Painel de Informações da Relação Anual de Informações (2019)

No que tange à distribuição dos trabalhadores entre as empresas, continuaram se destacando as microempresas, que seguem como as maiores geradoras de emprego no Estado. Em 2019, as 212.356 microempresas catarinenses representavam 93,1% do total de estabelecimentos e empregavam 33,1% dos trabalhadores.

Destaque também para as grandes empresas, que, apesar de representarem apenas 0,2% dos estabelecimentos, eram responsáveis por 24,5% do total de trabalhadores empregados em 2019. A média de trabalhadores por empresa em Santa Catarina foi de 10,4 trabalhadores por empresa em 2019.

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E TRABALHADORES DO ESTADO EM 2019 POR ATIVIDADE E TAMANHO

	Micro	Pequena	Média	Grande	Total
Empresas	212.356	13.262	2.087	375	228.080
Trabalhadores	784.470	544.613	459.110	581.536	2.369.729
Trabalhadores por empresa	3,7	41,1	220,0	1.550,8	10,4

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - Relação Anual de Informações (2019)

Quanto à natureza jurídica, 85% dos trabalhadores catarinenses estavam empregados nos seguintes tipos de negócios: Sociedades Limitadas (50,4%), Firmas Mercantis Individuais (22,4%) e Empresas Individuais de Responsabilidade Ltda. (12,2%).

Evolução do Emprego e da Taxa de Desocupação

O mercado de trabalho catarinense consolidou a recuperação verificada em 2018 e 2019. Prova disso é que Santa Catarina encerrou o ano como o estado que mais gerou postos de trabalho no País, depois de ocupar a terceira posição em 2019. No total, foram gerados 53.050 postos de trabalho em 2020.

CINCO ESTADOS QUE MAIS GERARAM POSTOS DE TRABALHO EM 2020



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED

Os cinco municípios que mais geraram empregos foram Joinville, São José, Chapecó, Itajaí e Palhoça, responsáveis por 42,7% dos novos postos criados em 2020.

No tocante à instrução dos trabalhadores em Santa Catarina, a maior geração de postos de trabalho se deu entre trabalhadores com ensino médio completo (87,9%).

No Estado, o setor industrial liderou as contratações, com 25.452 novos postos de trabalho, sendo seguido pelo setor de serviços (17.776) e pelo comércio (7.141). Apesar de o setor de serviços ter apresentado saldo positivo, cabe destacar o subsetor de alojamento e alimentação, que ficou com saldo negativo de 12.075 postos, setor este gravemente afetado pela pandemia.

EVOLUÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO 33.866 25.452 18.663 17.776 11.876 7.141 6.684 2.051 317 630 2019 2020 Agropecuária Comércio — Construção Indústria Serviços

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - CAGED (2019 e 2020)

Além de ser o estado que mais gerou novos postos de trabalho no Brasil em 2020, Santa Catarina também apresentou a menor taxa de desocupação do País, com 5,3%, enquanto a média nacional foi de 13,9%. O rendimento médio do trabalho em Santa Catarina era de R\$ 2.672,00, acima da média nacional de R\$ 2.554,00. É o quinto maior entre os estados brasileiros.



Foto: Julio Cavalheiro e Ricardo Wolffenbüttel - SECOM



DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GOVERNO



AGRICULTURA, PESCA E DESENVOLVIMENTO RURAL



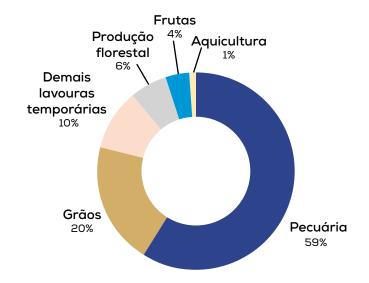
Santa Catarina tem grande destaque no agronegócio. Com 1,12% de espaço geográfico do território nacional, os catarinenses colecionam os títulos de maior produtor nacional de suínos, maçã, cebola, pescados, ostras e mexilhões. O Estado também é considerado o segundo maior produtor de tabaco, palmito, aves, alho e arroz, além de ser o quarto maior produtor de uva, cevada e leite do País.

Com um agronegócio produtivo e voltado para o mercado externo, o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) de 2020, de acordo com a Epagri/CEPA, ficou próximo de R\$ 33,60 bilhões.

Maçã Venice

Foto: Divulgação/Epagri

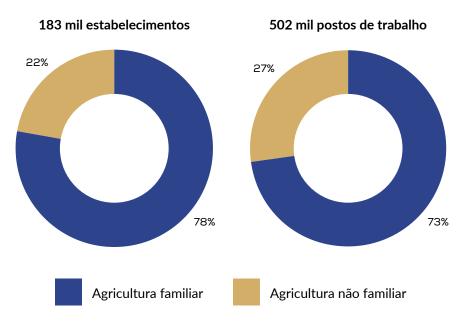
Participação por segmento no Valor Bruto da Produção Agropecuária



Fonte: Epagri/CEPA

Santa Catarina conta com cerca de 183 mil estabelecimentos agropecuários, gerando mais de 500 mil postos de trabalho diretos e outros milhares de empregos ao longo das diversas cadeias produtivas, sendo uma parte desses estabelecimentos formada por agricultores familiares, que constroem um setor forte.





Fonte: IBGE/2018

Para manter um agronegócio fortalecido e competitivo, os produtores rurais catarinenses contam com o apoio da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural (SAR) e de suas empresas vinculadas na execução de assistência técnica, extensão rural, defesa agropecuária, pesquisa, comercialização, inovação e fomento. Os investimentos nessas áreas ultrapassam R\$ 700 milhões ao ano e contam com mais de 3.500 colaboradores.

Estrutura Pública Envolvida

A SAR e suas vinculadas: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S/A (CEASA). A Ceasa é uma empresa não dependente do orçamento fiscal e da seguridade social do Estado para pagamento de pessoal e custeio em geral.



Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural

O ano de 2020 foi desafiador para todos os setores, contudo para a agricultura foi ainda mais, pois, além dos efeitos da pandemia, ocorreram eventos climáticos extremos, tais como vendavais, tornados e estiagens, que levaram o Estado a intervir com políticas públicas intensas e de forma cirúrgica para amenizar as consequências adversas.



Estiagem em SC Foto: Julio Cavalheiro/SECOM

Foi feito um investimento de mais de R\$71,1 milhões nos programas de recuperação dos estragos causados pelo clima, a fim de amenizar o efeito da estiagem, e no Programa Terra Boa para aplicação em fomento, aumento da produtividade, melhoria do processo produtivo, agregação de valor, desenvolvimento da pesca e aquicultura, aquisição de animais, projetos de irrigação, energias alternativas, armazenagem e kits de informática para jovens agricultores.

Mais de 75 mil produtores rurais foram beneficiados, entre os quais mulheres, jovens agricultores e pescadores, que tiveram atendimento prioritário na liberação de recursos. Também foi viabilizada a entrega de produtos da agricultura familiar a domicílio, e os cursos e as capacitações foram transformados em eventos on-line.

Dados dos programas realizados:

PROGRAMA	N° DE PRODUTORES	VALOR (R\$)
Programa Terra Boa (calcário, semente de milho, kit apicultura, kit forrageira, kit solo saudável)	67.111	44.798.863,00
Programa Estadual de Fomento Agropecuário	745	11.424.302,00
Programa Estadual de Subvenção de Juros	6.057	6.291.054,96
Recuperação de Eventos Climáticos	975	7.065.082,00
Problemas de Estiagem (água)	129	1.548.021,00
TOTAL	75.017	71.127.322,96

Fonte: FDR/SAR

Outros trabalhos significativos realizados em 2020:

Mais de 800 produtores indenizados através do Fundo Estadual de Sanidade Animal (Fundesa), que proporciona uma maneira segura e sustentável de eliminação de animais acometidos por doenças infectocontagiosas (brucelose e tuberculose), possibilitando a aquisição de animais sadios para a continuidade da produção. A Fundesa também busca preservar a saúde pública e colabora para a ampliação do status sanitário do rebanho, totalizando mais de R\$ 11,7 milhões em indenizações

47 equipamentos cedidos, totalizando mais de R\$ 2,2 milhões (distribuidores de adubo e calcário, retroescavadeiras, carretas agrícolas, balanças, etc.)

288 contratos de financiamento de imóveis rurais, dando oportunidade principalmente aos jovens de adquirir a sua propriedade, com valor investido na ordem de R\$ 40,3 milhões. Entre as exigências para participar do programa, os agricultores devem ter no mínimo cinco anos de atividade agrícola e residir em Santa Catarina por um período mínimo de cinco anos ou mais

Fonte: SAR

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)

A Epagri busca promover a preservação, a recuperação, a conservação e a utilização sustentável dos recursos naturais, além da melhoria da qualidade de vida do meio rural e pesqueiro. Nesse intuito, pesquisas da Epagri contribuíram para oferecer avanços tecnológicos às atividades rurais e pesqueiras, resultando no lançamento de 21 novas tecnologias, as quais são exemplificadas a seguir:



Lançamento de sistema automático de monitoramento e controle de temperatura para fermentadores de bebidas alcoólicas



Entrega de softwares à sociedade, inovando e agilizando serviços aos produtores, como o sistema de monitoramento da produção de moluscos bivalves, o sistema de preços agropecuários, a AdubaMANÍ-SC (que traz informações técnicas sobre a fertilidade do solo), a metodologia de cálculo de anomalias do índice de vegetação e a avaliação do estado nutricional e recomendação da adubação para videiras americanas



Lançamento de três cultivares vegetais: SCS125 - cultivar de arroz irrigado; SCS317 Centenário - cultivar de azevém-anual; e SCS378 Galega cultivar de cebola



Disseminação de seis novas práticas: melhoria produtiva; recomendação de manejo; metodologia para estimativa de produtividade; corredor elevado 'Catarina' para propriedades leiteiras; seleção e produção de abelhas-rainhas; e ração prática para o lambari e a linhagem de tilápia Já no meio científico, foram publicados 597 trabalhos pelos pesquisadores da Epagri, numa média de 4,3 trabalhos por pesquisador, nas mais diversas áreas de estudo (meio ambiente, tecnologias agrícolas, manejo e conservação do solo, tratos culturais, etc.).

Extensão da atuação

Em 2020, a Epagri atendeu 102.878 famílias rurais e pescadoras catarinenses com serviços de assistência técnica e extensão rural. Entre as entidades (associações, sindicatos, etc.), 2.628 foram atendidas.

Capacitações

Foram capacitadas 10.334 famílias agricultoras por meio de diversos métodos.

Seguem algumas capacitações ocorridas em 2020:

Devido à pandemia, foram capacitadas 3.310 famílias em ambiente virtual, as quais receberam certificados de participação nesses cursos digitais. Foram disponibilizados também 87 cursos, que alcançaram mais de 171 mil visualizações

Devido aos problemas climáticos, foram realizados 904 perícias e laudos técnicos, a maioria deles (401) em decorrência da estiagem, seguida por vento forte, com 239 documentos

Em 285 municípios, foram apoiados 5.713 beneficiários para obtenção de crédito rural. Prevê-se que essas ações tenham injetado R\$ 288,53 milhões na economia catarinense

Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc)

A Cidasc atua em ações que garantem a segurança alimentar da população, na defesa sanitária da produção e dos produtos do meio rural, bem como nas fiscalizações, executando um trabalho estratégico e sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização da produção, do comércio e do trânsito dos produtos oriundos do meio rural, trazendo segurança ao processo produtivo e legalidade à comercialização.

Alguns alcances realizados em 2020:

8 adesões ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI), garantindo a expansão do comércio dos estabelecimentos (totalizando 47 estabelecimentos catarinenses aptos a oferecer seus produtos além das fronteiras estaduais)

Concessão do primeiro Selo ARTE, que valida produtos genuinamente artesanais e característicos das regiões catarinenses, expandindo os mercados para o nosso produtor Publicação de quatro portarias normatizando a produção da linguiça Blumenau, do queijo de porco, da morcela branca e do mel de abelha sem ferrão (regularizando e valorizando os produtos)

Expedidas mais de 1 milhão e 200 mil guias de trânsito animal para diversas espécies e finalidades

Atendimento de 1.230 notificações de suspeitas de síndromes diversas (doencas)

Realizadas reuniões, palestras e lives de capacitação que atingiram cerca de 2 mil participantes, entre médicos veterinários, credenciados, habilitados e produtores rurais, e disponibilizados cursos EAD via plataforma Moodle

Regulamentação da Lei nº 17.825, de 12 de dezembro de 2019, através do Decreto nº 727, de 20 de julho de 2020. Assim, a sanidade vegetal de Santa Catarina passa a contar com um marco regulatório para controle eficaz das pragas que mais afetam a agricultura estadual

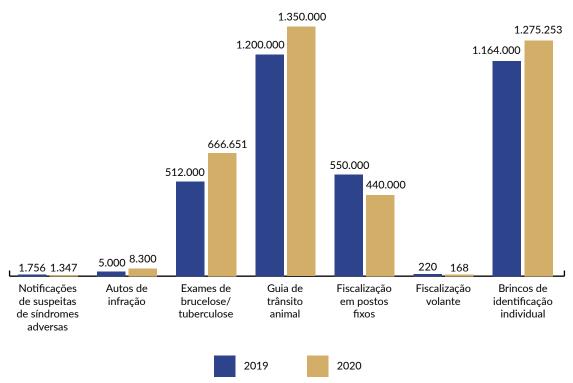
Instituído o Programa Estadual de Controle e Monitoramento de Resíduos de Agrotóxicos, com o objetivo de aprimorar o controle do comércio, o armazenamento e o uso de agrotóxicos

Realizadas 276 fiscalizações, com expectativa de reduções significativas na ocorrência do vírus do endurecimento do maracujá nos plantios catarinenses

Fonte: Cidasc

A Defesa Sanitária Animal (DSA) realizou várias ações, entre as quais estão: atenção veterinária com vigilância epidemiológica ativa e passiva (fiscalização, monitoramento, controle e erradicação de focos de doenças, controle do trânsito de animais, educação sanitária, etc.), vacinação de animais, base cadastral, auditoria do sistema agroprodutivo, entre outras.

AÇÕES REALIZADAS PELA CIDASC



Fonte: Cidasc

SAÚDE

Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES), seguindo os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), busca garantir o acesso da população catarinense aos serviços públicos de saúde no Estado.

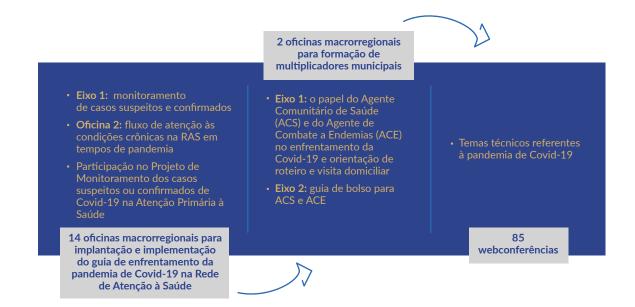
Realização de exames para identificar

pessoas infectadas pela Covid-19

Foto: Fabrício Escandiuzzi/SES

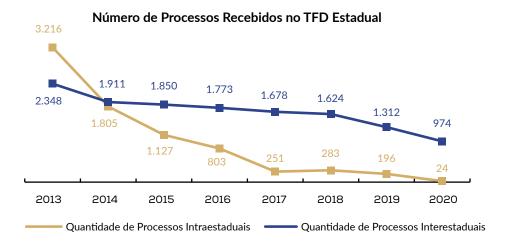
Atenção Primária à Saúde

Devido à pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, a Diretoria de Atenção Primária à Saúde (DAPS) instituiu em 25 de março de 2020, em caráter temporário, o Comitê Emergencial para Apoio Institucional ao Enfrentamento da Covid-19 (CEAPI-Covid-19), respondendo aos questionamentos e apoiando os gestores e os profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS) dos municípios. O Núcleo de Apoio Institucional à Gestão integra o CEAPI-Covid-19, participando na formação do Grupo Condutor Estadual da Rede de Atenção à Saúde (RAS) para enfrentamento da pandemia.



Tratamento Fora do Domicílio

O serviço de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), incluído na estrutura da Superintendência de Serviços Especializados e Regulação, visa garantir o acesso de pacientes de um município a serviços assistenciais de outro município ou estado. Em 2020, o TFD estadual apresentou uma diminuição dos encaminhamentos de pacientes. O gráfico mostra a média histórica de 2013 até 2020: a diminuição dos processos interestaduais (fora de Santa Catarina), de responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde, deve-se às solicitações de reavaliação dos pacientes, que passaram a ser absorvidos pelas unidades do Estado. Já entre os intraestaduais (dentro do mesmo estado), de responsabilidade de cada município, os processos diminuíram devido à inserção no Sistema de Regulação (SISREG) de agendas internas das unidades hospitalares estaduais.

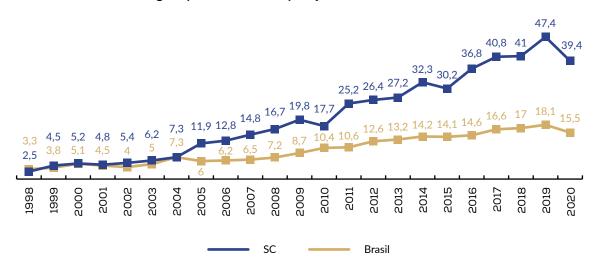


Fonte: TFD Interestadual

Avanços na Área de Transplantes em SC

A Central Estadual de Transplantes de Santa Catarina permanece como destaque nacional na doação de órgãos. Ao final de dezembro de 2020, o Estado mantinha a marca de 39,4 doadores por milhão de população, enquanto a média nacional é de 15,5 doadores por milhão de população.

Doadores de Órgãos por Milhão de População - Pacientes com Morte Encefálica



Fonte: Gerência de Transplantes - GETRA/SES



Implantação do Sistema de Gestão de Leitos e Serviços

Considerando a ampliação da capacidade instalada de leitos em toda a rede hospitalar catarinense, dada a importância do monitoramento em tempo real das taxas de ocupação, foi implantado o Sistema de Gestão de Leitos Hospitalares (SES Leitos) por meio da Portaria SES/SC nº 237, de 24/4/2020. A taxa de ocupação de leitos da rede hospitalar catarinense pode ser acompanhada na internet pelo site www.coronavirus.sc.gov.br, acessando-se as opções Transparência/Painéis/Leitos.

Sistema de Gestão de Leitos Hospitalares



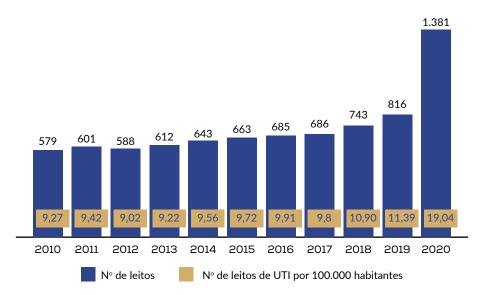
Transparência no tocante à movimentação de pacientes em tempo real nos leitos de internação, unidades de terapia intensiva, semi-intensiva, geral e Covid-19 a partir de 27 de abril de 2020

A partir de 2021, a SES vai contar com o SC Inter-Hospitalar, um serviço de transferência inter-hospitalar instituído pela Portaria SES/SC nº 641, de 26/8/2020, cuja central de regulação (CERINTER) ficará sob a responsabilidade da Superintendência de Serviços Especializados e Regulação (SUR/SES). O objetivo é garantir a integralidade da assistência e atender o aumento da demanda por transferência de pacientes entre hospitais para a realização de consultas e exames, desonerando o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Assistência Hospitalar

Na última década, houve um avanço no número de leitos de UTI, totalizando 802 novos leitos e 138% de aumento. Se compararmos os leitos de UTI de 2019 em relação a 2020, para cada 100 mil habitantes (conforme preconiza a OMS), constatamos um aumento de 69% de leitos. Esses leitos de UTI estão distribuídos em 57 unidades hospitalares em Santa Catarina, com 544 leitos destinados à UTI Covid – 39% do total geral de 1.381 leitos.

LEITOS DE UTI EM SANTA CATARINA

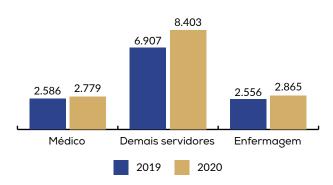


Fonte: Gerência de Processamento- GEPRO/SES

Capital Humano

Em 2019, o capital humano das unidades próprias e organizações sociais totalizava 12.049 profissionais. No ano de 2020, houve um aumento de 17% em relação ao ano anterior, sendo 1.998 novos profissionais, o que totaliza 14.047 de capital humano.

CAPITAL HUMANO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

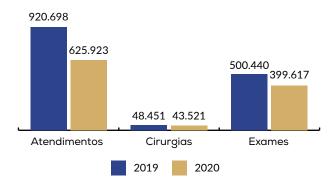


Fonte: Superintendência dos Hospitais Públicos Estaduais - SUH/SES

Produção Hospitalar das Unidades Próprias do Estado

Os atendimentos de emergência, ambulatório e internações, cirurgia e exames realizados em 2020, quando comparados com o mesmo período do ano anterior, demonstraram redução por conta da pandemia.

RELAÇÃO DE ATENDIMENTOS HOSPITALARES



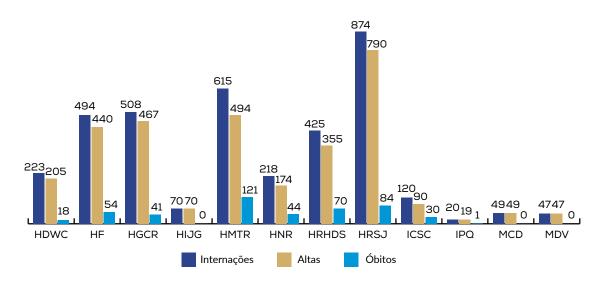
Fonte: Superintendência dos Hospitais Públicos Estaduais - SUH/SES

Principais Números com Relação à Covid-19

Santa Catarina organizou-se de modo a evitar a insuficiência de leitos para atendimento aos pacientes com Covid-19, e os resultados obtidos foram muito relevantes considerando a taxa de mortalidade, que se encontra na média dos 12% no Estado, abaixo da média dos outros estados. Os dados da tabela abaixo são referentes ao período de 16/3/2020 (data da primeira internação por Covid-19) até 31/12/2020.

INTERNAÇÕES POR COVID-19 NAS UNIDADES HOSPITALARES DA SES

Unidade Hospitalar	Internações	Altas	Óbitos	Taxa de Mortalidade
Hospital Dr. Waldomiro Colautti (HDWC)	223	205	18	8,07%
Hospital Florianópolis (HF)	494	440	54	11,00%
Hospital Governador Celso Ramos (HGCR)	508	467	41	8,07%
Hospital Infantil Joana de Gusmão (HIJG)	70	70	0	0,00%
Hospital Maternidade Tereza Ramos (HMTR)	615	494	121	19,67%
Hospital Nereu Ramos (HNR)	218	174	44	20,18%
Hospital Regional Hans Dieter Schmidt (HRHDS)	425	355	70	16,47%
Hospital Regional de São José (HRSJ)	874	790	84	9,61%
Instituto de Cardiologia de SC (ICSC)	120	90	30	25,00%
Instituto de Psiquiatria de SC (IPQ)	20	19	1	5,00%
Maternidade Carmela Dutra (MCD)	49	49	0	0,00%
Maternidade Darcy Vargas (MDV)	47	47	0	0,00%
TOTAL	3.663	3.200	463	12,64%



Fonte: Superintendência dos Hospitais Públicos Estaduais- SUH/SES

Vigilância em Saúde

Com o objetivo de orientar a regionalização e a descentralização das ações de combate à pandemia de Covid-19, foi criada no Estado a Matriz de Avaliação do Risco Potencial, ferramenta importante para municípios, regiões de saúde (espaço contínuo, constituído por agrupamentos de municípios limítrofes, com mesma identidade cultural, econômica e social) e setor produtivo público e privado.

Essa ferramenta está graduada em quatro níveis – Moderado, Alto, Grave e Gravíssimo – e para obter resultado utiliza seis indicadores epidemiológicos e de serviço bem como quatro dimensões de prioridade de atuação local – Evento Sentinela, Transmissibilidade, Monitoramento e Capacidade de Atenção.

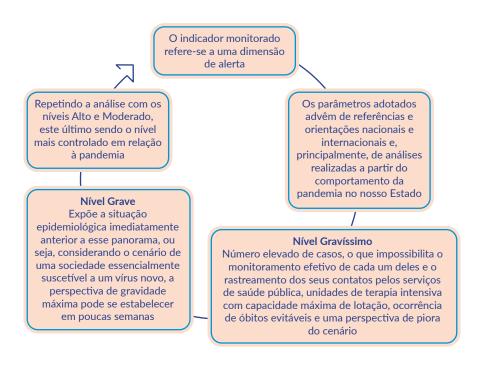
Conforme o risco potencial para cada região da saúde, um conjunto de medidas é apresentado ao final da Matriz. O monitoramento é semanal, e os indicadores são calculados às sextas-feiras, com dados referentes às quintas-feiras e a divulgação da classificação das regiões ocorre aos sábados.

DIMENSÕES E INDICADORES DA MATRIZ DE AVALIAÇÃO DO RISCO POTENCIAL REGIONAL

				PARÂMETRO (nota do indicador)			
DIMENSÃO	INDICADOR MEDIDA	FONTE	MODERADO (nota 1)	ALTO (nota 2)	GRAVE (nota 3)	GRAVÍSSIMO (nota 4)	
Evento sentinela	Gravidade	Óbitos por Covid-19 na semana/ 100.000 hab.	BOAVISTA	até 1	> 1 - 2	> 2 - 5	> 5
	Crescimento	RT	COIIA - DEFESA CIVIL	abaixo de 1 nos últimos 14 dias	abaixo de 1 nos últimos 7 dias	abaixo de 1 nos últimos 3 dias	igual ou acima de 1 nos últimos 3 dias
Média das notas, gr	ravidade e crescin	nento		1	2	3	4
Transmissibilidade	Regressão	Variação semanal do número de casos	BOAVISTA	menor que -15%	entre -15 e +5	entre 5% e 15% positivo	acima de 15%
	Infectividade	Infectantes ¹ / 100.000 hab.	Plataforma multiescalar + IBGE	até 10	> 10 a 25	> 25 a 50	> 50
Média das notas, infectividade e regressão				1	2	3	4
Monitoramento	Sensibilidade	Percentual de exames RT-PCR com resultado detectável/ exames RT-PCR processados na semana no LACEN x 100	GAL- LACEN	lgual ou menor que 10%	>10% - 20%	>20% - 30%	acima de 30%
Média das notas, se	ensibilidade e vigil	lância ativa		1	2	3	4
Capacidade de atenção	Necessidade de UTI	Taxa de ocupação de leitos de UTIs	SES leitos	0% - 50%	>50% - 60%	>60% - 70%	maior que 70%
				1	2	3	4
Мара			Média das dimensões	1	> 1-2	>2 - 3	> 3

Fonte: Superintendência de Vigilância em Saúde - SES/SC

¹ Ativos ajustados por nowcasting.



Para mais informações, acesse o link: http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/

Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN)

Em março de 2020, foi implantado o diagnóstico do vírus SARS-CoV-2 pela metodologia RT-qPCR, tendo sido liberados 405.156 resultados e distribuídos 491.129 kits para coleta e transporte de amostras de secreção de nasofaringe nesse ano. Em outubro, foi implantado o diagnóstico de Covid-19, por RT-qPCR, no Laboratório Regional de Joaçaba para as regiões Oeste e Meio-Oeste. Além disso, foi constituída a rede estadual de diagnóstico e compartilhamento de dados sobre exames de Covid-19, com a habilitação de laboratórios públicos e privados, bem como se firmaram parcerias para a realização do exame na rede pública. Foram implantados também os exames para detecção de *Mycobacterium bovis* (tuberculose bovina transmitida para humanos), doenças fúngicas (como aspergilose invasiva), ampliação do diagnóstico de zika, dengue e chikungunya para a região Oeste, no Laboratório Regional de Chapecó. Na área de Meio Ambiente e Produtos, foi ampliada a pesquisa de agrotóxicos e metais em água para consumo humano, e implantada a pesquisa de glúten em alimentos e de parasitos em peixes congelados.



Equipamento de extração automatizada de material genético para realização de exames de Biologia Molecular

Foto: Luis Gustavo Debiasi

Vigilância Epidemiológica

O Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS) desempenha funções no COES Covid-19, monitorando os casos da infecção em Santa Catarina.

Foram elaborados os seguintes documentos técnicos para as ações da Covid-19: plano de contingência (1), portarias (3); notas técnicas/informativas (14); manual de orientação (1); pareceres técnicos (11); e boletins epidemiológicos semanais (26).

NÚMERO DE CASOS DE COVID-19 EM SC - 2020

Monitoramento de Covid-19 em SC				
Casos notificados	1.322.420			
Casos confirmados	498.910			
Casos recuperados	478.526			
Óbitos	5.376			

Fonte: http://boavista-gestao.ciasc.sc.gov.br

Coberturas Vacinais

A vacinação é altamente eficaz na prevenção contra diversas doenças. Em 2020, observou-se um declínio significativo nas coberturas vacinais que provavelmente está relacionado à situação atual da pandemia de Covid-19, o que sinaliza uma situação de alerta real para o risco de reintrodução de diversas doenças imunopreveníveis.

INFLUENZA - CAMPANHA NACIONAL DE VACINAÇÃO

Cobertura vacinal Influenza - SC - 2020				
Grupo	População (POP)	Dose Aplicada (DA)	Cobertura % (COB)	
Trabalhador da saúde	134.793	150.239	111,46	
Idoso	670.028	851.730	127,12	
Forças Armadas	23.120	18.340	79,33	
Doenças crônicas	490.452	363.676	74,15	
População privada de liberdade	16.400	17.213	104,96	
Funcionário do sistema prisional	3.981	4.048	101,68	
Motorista do transporte rodoviário de cargas	145.893	33.749	23,13	
Transporte coletivo	17.961	7.064	39,33	
Trabalhadores portuários	4.277	3.283	76,76	
Povos indígenas	11.459	11.102	96,88	
Crianças de 6 meses a menores de 6 anos de idade	470.984	403.938	85,76	
Pessoas com deficiência	221.726	5.880	2,65	
Gestantes	71.524	52.650	73,61	
Puérperas até 45 dias	11.752	8.731	74,29	
Adultos (55 a 59 anos)	303.003	131.301	43,33	
Professores	76.775	66.822	87,04	
Total	2.674.128	2.129.766	79,64	

Fonte: Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI). Dados: dez. 2020

Obs.: a população relacionada à Campanha Influenza 2020 foi encaminhada pelo Ministério da Saúde, que trabalha com estimativas populacionais. Considerando que o denominador não é exato, podem ocorrer diferenças no resultado final da cobertura vacinal, como o fato de o número de doses aplicadas ser maior do que o número da população.

Casos de Dengue em Santa Catarina

Em relação à dengue, no ano de 2020 foram notificados em Santa Catarina 22.796 casos. Destes, 11.350 (49,8%) foram confirmados, 445 (2%) estão inconclusivos, 10.833 (47,5%) foram descartados e 168 (0,7%) permanecem em investigação pelos municípios. Mais de 98% dos casos

são autóctones, ou seja, contraídos em território catarinense. O número de casos em 2020 é o maior registrado na série histórica do Estado. Esse cenário está associado a uma disseminação do *Aedes aegypti*. Em 2020, foram identificados 39.730 focos, número 31% maior em comparação a 2019.

Vigilância Sanitária

Ações Covid-19

373 processos administrativos sanitários abertos provenientes da fiscalização das forças de segurança no enfrentamento da Covid-19

Monitoramento de casos de Covid-19 em abatedouros frigoríficos de SC

78.678 trabalhadores monitorados

Produção de 36 notas técnicas, 4 notas de alerta e 55 portarias voltadas ao enfrentamento da Covid-19

Participação ativa em diversos grupos de trabalho para desenvolvimento de ações de enfrentamento da Covid-19

81 manifestações técnicas/pareceres emitidos relacionados à Covid-19

Intensificação no monitoramento da Covid-19 nas 302 Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) do Estado, que contam com um total de 6.203 residentes e 2.185 profissionais de saúde

Liberação de 3 empresas no Estado para a produção de ventiladores pulmonares após inspeção sanitária, auxiliando no enfrentamento da Covid-19

Ações Gerais

41.973 inspeções sanitárias

8.209 autos de intimação

2.516 autos de infração

669 amostras de produtos analisadas referentes aos programas de monitoramento desenvolvidos na Gerência de Inspeção e Monitoramento de Produtos/Divisão de Produtos para a Saúde (GEIMP/DIVS)

> Monitoramento de 6.638 trabalhadores de serviços de saúde no que diz respeito à exposição a radiações ionizantes

Definição de novos critérios para a pactuação das ações de Vigilância Sanitária (VISA) com a construção do Detalhamento Estruturado na RN nº 001/2020

Construção dos indicadores de gestão através do Projeto Institucionalização de Práticas Avaliativas (IPA)/Hospital Alemão/ANVISA

Capacitações via web

112 fiscais capacitados que inspecionam hospitais na utilização dos Roteiros Específicos de Gestão (ROIs) e do Sistema Estadual de Risco e Benefício Potencial (SIERBP)

34 capacitações sobre Vigilância da Qualidade da água (Vigiágua), populações expostas a agrotóxicos, resíduos e dengue, totalizando 1.277 profissionais capacitados

Fonte: Sistema PHAROS (dados de VISAS Municipais, Regionais e DIVS, de 1º/1/20 a 30/12/20)

Assistência Farmacêutica

A Assistência Farmacêutica (AF) engloba ações relacionadas a medicamentos, visando promover e recuperar a saúde do usuário do Sistema Único de Saúde (SUS). Para êxito nesse processo, a articulação com diversos setores e o envolvimento nas políticas públicas vigentes tornam-se essenciais. Em Santa Catarina, as ações são descentralizadas, possibilitando maior proximidade entre o serviço e seus cidadãos. São 17 Unidades de Assistência Farmacêutica regionalizadas (UDAFs) que tiveram um incremento de profissionais, o que reflete na agilidade do serviço e na redução do tempo de espera entre a solicitação inicial de medicamentos e a sua aprovação. A digitalização dos processos também contribuiu com esse resultado. A dispensação de medicamentos ocorre nos 295 municípios, permitindo melhor acompanhamento do paciente pelos serviços de saúde.

Ações de Assistência Farmacêutica em 2020		
	Mais de 45 mil solicitações de medicamentos avaliadas e 660 mil dispensações de medicamentos realizadas. Mensalmente, são atendidos cerca de 146 mil pacientes nas farmácias municipais do CEAF.	
	Redução de 55,6% do tempo entre a solicitação e a sua avaliação no órgão central em referência a 2018 (<i>de 27 para 12 dias</i>).	
Componente Especializado (CEAF)	Em 2020, foram distribuídos 70,6 milhões de unidades de medicamentos, totalizando cerca de 264 milhões de reais .	
(CLAF)	Média do Índice de Cobertura de Medicamentos de 85% .	
	Dispensações bimestrais de medicamentos do CEAF, reduzindo o fluxo de pacientes nas farmácias.	
	Dispensados 8,8 milhões de unidades de medicamentos para transplantados e 1,7 milhão de unidades de medicamentos para portadores de hepatites .	
Componente Básico (CBAF)	Atas de Registro de Preço para adesão dos municípios de Santa Catarina, possibilitando aquisição de medicamentos da atenção básica a um menor preço.	
Combate ao HIV	Mensalmente, mais de 40 mil pessoas vivendo com HIV são tratadas com o rol de medicamentos inovadores disponibilizados (coquetel).	

Diante dos desafios que a **pandemia de Covid-19** impôs aos serviços de saúde, a Assistência Farmacêutica estadual atuou fortemente para disponibilizar os medicamentos do **'kit intubação'** aos hospitais catarinenses bem como para distribuir cloroquina aos municípios e hospitais do Estado.

180 mil	131 mil
comprimidos de cloroquina	unidades de medicamentos
de 150 mg distribuídos aos	do 'kit intubação' distribuídos
municípios para combate à	para hospitais com leito
Covid-19	UTI-Covid-19

EDUCAÇÃO

O ano de 2020 foi marcado pelo desafio que transformou a forma de atuar do sistema educacional em Santa Catarina: a suspensão das aulas presenciais para conter a disseminação da Covid-19.

A rede estadual catarinense agiu de forma rápida, e Santa Catarina foi um dos primeiros estados do País a implementar o sistema de atividades não presenciais. Houve a adoção de plataforma de aula virtual para todos os alunos da rede estadual e a distribuição de atividades impressas, adaptadas do plano de ensino dos professores, para os estudantes com acesso restrito ou sem internet.

Novas ferramentas foram criadas para acompanhar as matrículas, a participação e o desempenho dos estudantes. Pensando no cenário pós-pandemia, a Secretaria Estadual de Educação (SED) integrou o Comitê Estratégico do Governo do Estado, que teve como resultado o Plano de Contingência Estadual para Educação (PlanCon), que detalha as diretrizes para o retorno das atividades presenciais com segurança em Santa Catarina.

Estrutura Organizacional

Aspecto Físico

Foram iniciadas as atividades em duas novas escolas da rede estadual: a EEB Zitta Flach, em Chapecó, e a EEB Professor Ângelo Cascaes Tancredo, em Palhoça, criando novas vagas para a rede estadual. Outras três unidades de ensino, com obras finalizadas ou em fase de conclusão, devem receber os alunos a partir de 2021, com expectativa de oferecer até 3,6 mil novas vagas, sendo uma escola em Blumenau, um Centro de Educação Profissional (Cedup) em Guaramirim e um conjunto de salas modulares no Norte da Ilha de Santa Catarina.



Fonte: SED-SC/SISGESC (2020)

Capital Humano

Em 2020, foram efetuadas 1.842 nomeações de profissionais efetivos para o quadro do magistério da rede estadual de ensino de Santa Catarina, sendo 1.348 professores, 237 especialistas e 257 assistentes de educação. Atualmente, a rede de ensino público de Santa Catarina possui um total de 30.891 professores, entre efetivos e admitidos em caráter temporário (ACTs).



Fonte: SED-SC/SIGRH (2020)

Resultados Obtidos

Principais Alterações Permanentes ou Temporárias no Formato do Ensino em Consequência da Covid-19

O planejamento do Regime Especial de Atividades Não Presenciais trabalhou em três frentes: estudo do cenário, desenvolvimento da estratégia e mecanismos de acesso. Identificou-se que 71,29% dos alunos e 92,29% dos professores possuíam acesso digital. Os objetivos da SED, diante do desafio da implantação das atividades escolares não presenciais, foram: zelar pelo vínculo entre escola e estudante, conceder protagonismo ao professor, respeitar o tempo de aprendizagem para uma cultura digital na educação e propiciar a universalidade do acesso.

A SED buscou capacitar os profissionais da educação da rede estadual de ensino para a qualificação do trabalho pedagógico, mediado ou não por tecnologias digitais, a ser desenvolvido durante o regime especial. Para a oferta das capacitações, optou-se por formato webinar e seminário on-line em vídeo, transmitido por uma ferramenta de streaming. A veiculação dos webinars se deu ao vivo no canal do YouTube do Espaço de Formação e Experimentação em Tecnologias para Professores (EFEX) e em um site de direcionamento.

Plataforma SED Recursos digitais de aprendizagem e Google for Education

Integração SISGESC-Google Classroom e ferramentas de gestão Professor On-line Realização do I Seminário Internacional: Educação e Pós-Pandemia (on-line)

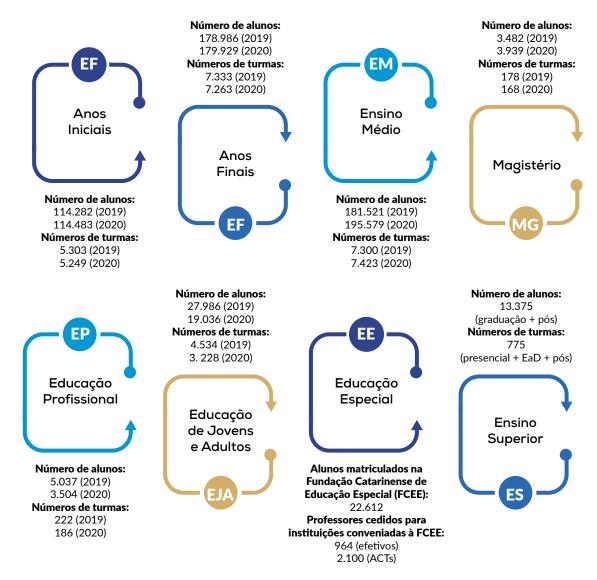


Planejamento estratégico a partir do Decreto nº 509 e da Resolução nº CEE/SC 09 Ciclo de capacitação dos profissionais da educação da rede estadual de ensino Sistematização das diretrizes avaliativas para o Conselho de Classe semestral

Em relação aos webinars, foram 31 no total, realizados entre 2 de abril e 15 de maio de 2020, divididos em quatro grandes blocos temáticos: 1. Formação Continuada de Professores: Mosaico com Experiências; 2. Práticas Pedagógicas Mediadas por Tecnologias; 3. Educação Inclusiva; e 4. Formação no Uso da Plataforma G Suite Google Classroom. Ao final dessa atividade, foram efetuadas 613.424 visualizações nos vídeos disponibilizados, e 20.426 professores receberam certificados.

Alunos Atendidos na Rede Pública de Ensino Estadual

Além das mudanças causadas pela pandemia, alunos de 120 escolas da rede estadual de Santa Catarina iniciaram um novo modelo de ensino, com currículo flexível e foco nos projetos de vida dos jovens, no chamado novo ensino médio. Um dos principais resultados pode ser identificado no componente eletivo "Educação Empreendedora", projeto pedagógico presente no currículo de 1,5 mil alunos de 24 escolas da rede estadual, que incluiu ainda um festival on-line para apresentar os projetos desenvolvidos ao longo do ano.

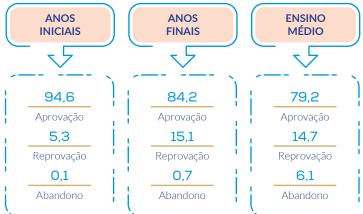


Fonte: SED-SC/SISGESC (2019 / 2020)

Outros dados referentes à rede pública de ensino de Santa Catarina:



Desempenho dos anos iniciais, finais e do ensino médio do Estado (%):



Observação: os dados disponíveis são do ano de 2019, visto que a coleta dessa informação referente ao ano de 2020 ocorrerá em 2021.

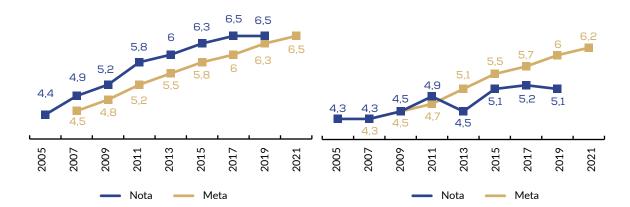
Fonte: Inep

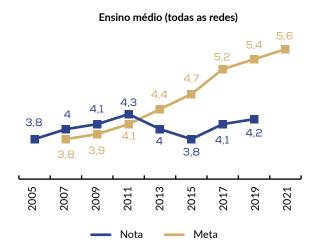
Desempenho da Educação (IDEB): AI - 6,5 / AF - 5,1 / EM - 4,2

Para fortalecer a gestão escolar, fez-se investimentos em ações para proporcionar aos gestores a tomada de decisões de forma eficiente, como a ampliação do sistema de inteligência de dados do "Educação na Palma da Mão". Também foram distribuídos R\$ 17,5 milhões às escolas pelos Cartões de Pagamento do Estado de Santa Catarina (CPESC), agilizando a compra de materiais do cotidiano escolar e a contratação de prestadores de serviços para pequenos reparos na estrutura física das unidades escolares. Todos os esforços são direcionados para melhorar ainda mais os resultados nos processos avaliativos externos.



Anos finais do ensino fundamental (todas as redes)

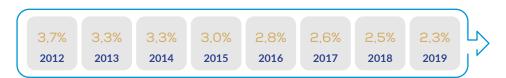




Fonte: IDEB (2019)

Evolução da Taxa de Analfabetismo

A taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos de idade ou mais no Estado de Santa Catarina é a menor já registrada, e o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação, reforçando os programas de alfabetização, tem demonstrado resultados significativos, colocando o Estado entre os destaques nacionais. Para seguir reduzindo a taxa de analfabetismo, a rede estadual produziu no ano de 2020, em conjunto com os municípios, o Plano Estadual de Alfabetização, que atualmente está em fase de revisão.



Os dados disponíveis são de 2019, visto que a coleta dessa informação referente ao ano de 2020 ocorrerá em 2021.

Fonte: Inep com base em dados da Pnad Contínua/IBGE (2012-2019)

Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação

Ações e Investimentos Relevantes no Ano de 2020

As entregas de materiais e equipamentos às escolas foram intensificadas no período sem atividades presenciais. O Estado adquiriu lousas digitais, computadores, notebooks e tablets para equipar laboratórios de tecnologia em todas as escolas estaduais catarinenses. Os equipamentos foram instalados gradualmente nas unidades de ensino para que os estudantes encontrem no retorno das aulas presenciais um ambiente estimulante ao aprendizado. Além disso, a internet com fibra ótica chega a 396 escolas estaduais, com previsão para ser expandida.

Com o objetivo de melhorar a estrutura física das escolas da rede estadual, foram aplicados mais de R\$ 153 milhões em 2020. O valor envolve desde a compra de equipamentos de tecnologia e de novos veículos até a contratação de serviços de limpeza, desinsetização e manutenção de caixas d'água, incluindo também

SCOLAR SCOLAR

Nova frota do transporte escolar em Santa Catarina

Foto: Mauricio Vieira/SECOM

as obras de reforma e ampliação de escolas. O poder público investiu R\$ 12,3 milhões em obras e reformas nas mais de 400 unidades de ensino da rede estadual afetadas por fenômenos climáticos como ciclone-bomba e tornado. As escolas ainda tiveram à disposição um contrato de manutenção civil para atender de forma rápida e sob demanda avarias como quebra de telhas, queda de forros, janelas danificadas, infiltrações, etc.

No ano de 2020, para criar um ambiente agradável desde o momento em que o estudante entra no transporte escolar, ampliou-se a frota de ônibus em 150%. Foram adquiridos 221 novos ônibus, sendo 113 pela SED e 108 por meio de recursos originados de emendas parlamentares, com investimento de R\$ 48,9 milhões do orçamento estadual e federal. Esses ônibus beneficiarão cerca de 115 mil estudantes da rede estadual de ensino que utilizam o transporte escolar.

Ao sair do ensino médio e ingressar no ensino superior, os estudantes de Santa Catarina recebem o incentivo do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu). No ano com o maior número de estudantes inscritos na história do programa (87.651), o Governo do Estado ampliou o Uniedu para beneficiar ainda mais alunos. Foram R\$ 264,3 milhões investidos em 2020, maior valor na história do programa, contemplando cerca de 37 mil estudantes. O valor investido nesse ano é 42% maior do que em 2019, quando houve a execução de R\$ 185 milhões, e 175% superior ao ano de 2018.



Para mais detalhes referentes às regras do Uniedu, acesse: http://www.uniedu.sed. sc.gov.br/index.php/instituicoes/sintesedas-regras.



Prêmio em 2020

A SED foi classificada entre as três melhores boas práticas finalistas para a etapa de apresentação oral, da terceira edição do Prêmio Boas Práticas em Gestão Pública de Santa Catarina, na modalidade Gestão da Educação Pública (categoria Estadual ou Federal). Em 2020, o tema foi "Transparência com Cidadania". A iniciativa premiada foi o Programa Educação na Palma da Mão (Inteligência de Dados da SED).

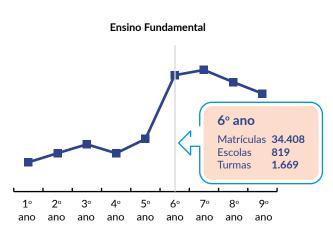


Neste programa, poderão ser encontradas várias informações referentes aos números da educação em Santa Catarina, como, por exemplo, número de escolas, matrículas e turmas.

O evento de premiação, inicialmente previsto para ocorrer de 27 a 29 de

maio de 2020, foi suspenso em função dos efeitos da pandemia de Covid-19.

Para mais detalhes, acesse o link http://www.sed.sc.gov.br/.



Série	Escolas	Matrículas	Turmas
1º ano	588	19.892	966
2º ano	598	21.408	1.014
3º ano	611	22.883	1.027
4º ano	609	21.393	994
5º ano	619	23.770	1.040
6º ano	819	34.408	1.669
7º ano	822	35.288	1.692
8º ano	822	33.258	1.631
9º ano	824	31.345	1.592
Total	898	243.645	11.625

CULTURA

A Fundação Catarinense de Cultura (FCC) tem como missão valorizar a cultura por meio de ações que estimulem, promovam e preservem a memória e a produção artística catarinense. É responsável pela gestão do Sistema Estadual de Cultura e pela execução de políticas públicas de apoio à cultura, além de formular, coordenar e executar programas de incentivo às manifestações artístico-culturais no Estado.

Por meio da FCC, o Estado preserva o patrimônio cultural de Santa Catarina, realizando ações efetivas de proteção e valoração dos acervos museais e bibliográficos, do patrimônio material móvel e imóvel (tombamentos) e do patrimônio imaterial/intangível (registro). Compete também à FCC o fomento das artes e da cultura na promoção de oficinas e eventos artísticos de teatro, dança, música, pintura, fotografia, entre outros.

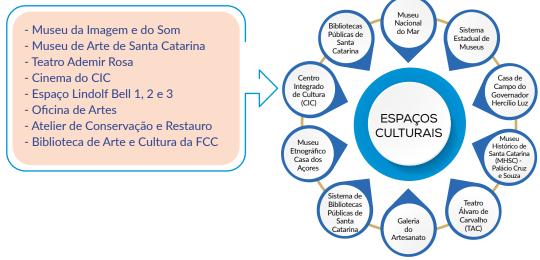


Museu Etnográfico Casa dos Açores Foto: Márcio Henrique Martins/FCC

No ano de 2020, por conta da pandemia de Covid-19, o setor cultural foi duramente impactado com as necessárias medidas de isolamento social. A FCC buscou adaptar-se à nova realidade, e as oficinas e os eventos culturais foram realizados de forma virtual, garantindo o acesso à cultura aos cidadãos catarinenses.

Espaços Culturais

Santa Catarina disponibiliza vários espaços culturais, como cinema, teatros, acervos de museus, etc., e todos têm um único objetivo em comum: levar cada vez mais cultura à população catarinense. Segue a estrutura física da rede de cultura no Estado:



Fonte: FCC



Centro Integrado de Cultura (CIC)



Museu Nacional do Mar – EB

Fotos: Márcio Henrique Martins/FCC

Com a pandemia e a necessidade do isolamento social em 2020 como medida preventiva, o Núcleo de Ação Educativa (NAE) do Museu de Arte de Santa Catarina (MASC) ofertou encontros virtuais com a arte e diálogos e experimentações artísticas.

Para isso, o NAE/MASC desenvolveu o Projeto MASC - Famílias em CasA, com conteúdos relacionados a obras e artistas representados na coleção do MASC

Você sabia que o Museu Nacional do Mar foi criado em 1992, nos antigos galpões Hoepcke, e agrega a maior coleção de embarcações à vela do Brasil?

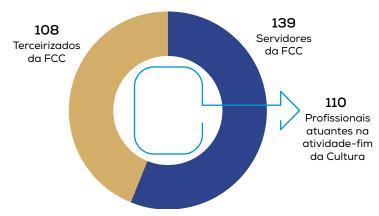


ou que participaram de exposições e de outros assuntos interligados com a história, a memória do museu e a produção de artes visuais.

Os materiais estão disponíveis no link: https://www.cultura.sc.gov.br/espacos/masc/masc-familias-em-casa.

Capital Humano

O principal fator de fomento da cultura é o capital humano. Na sequência, apresenta-se o gráfico com o quantitativo de pessoal, inclusive os envolvidos na gestão da área.



Fonte: Fundação Catarinense de Cultura

Postos de Trabalho

As vagas de emprego apresentadas na área da cultura totalizam 10.528 vagas de trabalhos formais, abrangendo o setor de artes, cultura e esporte (Fonte: Observatório Fiesc/dez. 2020). Já de acordo com o IBGE (PNAD, 2018), 6% da população maior de 14 anos ocupa o setor cultural.

Plateia em Números

Entre os dias 1º de janeiro e 17 de março de 2020, os eventos realizados nos espaços administrados pela FCC alcançaram um público de 61.007 pessoas. A partir dessa data, a FCC promoveu eventos de forma on-line devido à pandemia de Covid-19, conforme especificado a seguir, o que somou um público virtual de 303.482 internautas.

Espaço Administrado pela FCC	Nº de pessoas na modalidade presencial	Nº de pessoas na modalidade on-line
Teatro Ademir Rosa	14.595	0
Teatro Álvaro de Carvalho	1.866	0
Teatro Pedro Ivo	6.240	0
Museu de Arte de Santa Catarina (MASC)	3.682	10.268
Museu Nacional do Mar - Embarcações Brasileiras	15.226	374
Museu da Imagem e do Som (MIS/SC)	1.464	130.590
Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC)	6.487	105
Museu Etnográfico – Casa dos Açores	2.000	0
Casa de Campo Governador Hercílio Luz	782	0
Escolinha de Arte	230	61.342
Cinema do CIC	2.535	5.469
Biblioteca Pública de Santa Catarina	1.078	81.083
Biblioteca de Arte e Cultura	190	14.251
Galeria do Artesanato	4.632	0
TOTAL	61.007	303.482

Fonte: FCC

Principais Projetos Financiados com Recursos do Estado



Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura: instituído pela Lei nº 15.503/2011, o prêmio distribuiu no ano de 2020 o montante de R\$ 5,6 milhões de recursos do Estado, nas áreas de Patrimônio e Paisagem Cultural, Artes e Artes Populares. A edição 2020 recebeu ao todo 1.251 inscrições, provenientes de 101 municípios das seis mesorregiões catarinenses. Dessas inscrições, 219 foram selecionadas, contemplando 55 municípios. O edital manteve o foco na interiorização, tendo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como um dos critérios de avaliação. Também manteve as categorias dedicadas a indígenas, afrodescendentes, museus, bibliotecas públicas e circos.



Prêmio Catarinense de Cinema: é conferido anualmente a pessoas físicas e jurídicas, com o objetivo de fomentar a produção audiovisual. Foi instituído pela Lei nº 15.746/2012. No ano de 2020, foram distribuídos R\$ 5 milhões de recursos do Estado, com 386 inscritos nas seis mesorregiões catarinenses, sendo 49 proponentes contemplados em quatro modalidades: produção com seis categorias, desenvolvimento de projetos com duas categorias, capacitação com uma categoria e difusão com quatro categorias.



Edital #SCulturaEmSuaCasa: devido à pandemia de Covid-19, o Governo do Estado, por meio da FCC, viabilizou recursos para promover o edital #SCulturaEmSuaCasa. Foramaportados R\$2 milhões de recursos do Poder Executivo e R\$2 milhões da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), totalizando R\$4 milhões para a realização de apresentações com transmissão on-line (*lives*), bem como geração e disponibilização de produtos e serviços artísticos ou culturais exclusivamente no formato digital, veiculados através de mídias tradicionais ou da internet, por meio de sites, canais, plataformas ou redes sociais. Foram inscritos 2.232 proponentes, e serão contemplados 1.279.



Escola de Teatro Bolshoi no Brasil: única extensão estrangeira do Teatro Bolshoi fora da Rússia, uma referência mundial tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela ONU e UNESCO. O repasse de recursos do Estado no valor de R\$ 3,6 milhões visa manter as atividades desenvolvidas, que promovem a formação e a inclusão social através de ações socioeducativas e culturais, como palestras, cursos e workshops nas várias áreas do conhecimento. Tais atividades, que são gratuitas e abertas à comunidade, oportunizam a divulgação da arte catarinense para o Brasil e o exterior.

Principais Eventos Apresentados no CIC e Média de Público (1º de janeiro a 17 de março de 2020)

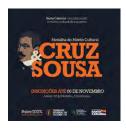
Exposições realizadas no Museu de Arte de Santa Catarina (MASC): "Narrativas em Processo: Livros de Artistas na Coleção Itaú Cultural"; "Coleção MASC 70 anos"; "LivrosLivres"; "A Permanência da Pintura"; e "THESAURUS – Asp, 70 anos", com público total de 1.277 pessoas

Exposição realizada no Museu da Imagem e do Som (MIS/SC): "O que VEM antes da nuVEM", com público total de 1.464 pessoas

Filmes em exibição na Sala de Cinema do CIC: 2.535 pessoas

No Teatro Ademir Rosa (TAR), os principais eventos são: Camerata Queen (882 pessoas), Os Quatro Amigos (886 pessoas) e Immigrant & Camerata (890 pessoas)

Destaques e Prêmios da Área



Medalha de Mérito Cultural Cruz e Sousa – Concedida pelo Conselho Estadual de Cultura (CEC), a medalha foi entregue no ano de 2020 em uma solenidade virtual. Foram agraciadas seis pessoas físicas, uma pessoa jurídica e uma pessoa in memoriam. A Medalha de Mérito Cultural Cruz e Sousa é a maior honraria cultural de Santa Catarina, entregue oficialmente pelo Governo do Estado por meio do CEC e da FCC.



Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural - A Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. A FCC fez a gestão de R\$ 44,99 milhões advindos do Governo Federal e R\$ 3,48 milhões oriundos dos municípios, originários da Lei Aldir Blanc. Os recursos atendem dois incisos: renda emergencial (inciso I), que apresentou 266 pessoas aptas a receber; e prêmio de reconhecimento por trajetória cultural Aldir Blanc (inciso III), que distribuiu 776 prêmios, em 20 categorias, somando um valor de R\$ 18,90 milhões.

Formação Cultural

No ano de 2020, foram realizadas 290 oficinas/atividades, as quais contaram com 108.370 participantes. As oficinas aconteceram nos diversos espaços culturais da FCC, além daquelas promovidas de forma on-line devido à pandemia de Covid-19.

Espaço Administrado pela FCC	N° de oficinas/ atividades	Nº de participantes
Museu de Arte de Santa Catarina (MASC)	8	95
Museu da Imagem e do Som (MIS/SC)	8	388
Museu Histórico de Santa Catarina (MHSC)	9	94
Museu Etnográfico - Casa dos Açores	0	0
Oficinas de Arte	7	111
Biblioteca Pública de Santa Catarina	25	600
Biblioteca de Arte e Cultura	16	14.269
Diretoria de Patrimônio Cultural	76	11.732
Diretoria de Arte e Cultura	81	24.288
Escolinha de Arte	60	56.793
TOTAL	290	108.370

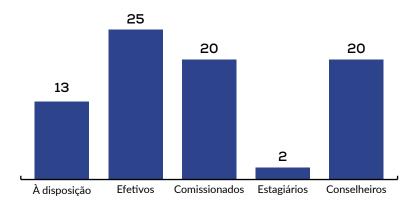
Obs.: números considerando oficinas presenciais e on-line - Relatórios das Diretorias/2020

Fonte: FCC

As oficinas abrangem todas as linguagens artísticas, os editais promovidos pela FCC e diversos temas da área cultural, tais como fotografia, patrimônio cultural, literatura, música, teatro, dança, entre outros.

ESPORTE

A Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte) planeja e executa a política pública esportiva no Estado. Dispõe de 80 colaboradores, assim distribuídos:



Fonte: Fesporte

O calendário de atividades esportivas promovido anualmente pela Fesporte atinge os 295 municípios do Estado, abrangendo catarinenses de todas as faixas etárias e com as mais diversas deficiências. As ações são realizadas com o apoio das prefeituras, federações esportivas e paradesportivas, do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), e dividem-se em três manifestações: esporte de rendimento, de participação e de base e inclusão (escolar).

Em 2020, por conta da pandemia provocada pela Covid-19 e, consequentemente, das precauções necessárias para conter a velocidade da curva de transmissibilidade do vírus, o calendário de eventos esportivos foi cancelado. Mesmo com um cenário bastante desfavorável, a Fesporte

desenvolveu importantes ações vinculadas à otimização de processos de gestão, bem como dois importantes eventos antecedentes ao período que impossibilitou as competições, como a corrida de inauguração da Ponte Hercílio Luz e os Jogos de Verão.

Corrida de Inauguração da Ponte Hercílio Luz: o evento fez parte da programação de inauguração da reforma da Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis. Aconteceu no dia 5 de janeiro e envolveu 2 mil participantes. As inscrições finalizaram em tempo recorde de 8 minutos e 48 segundos, com uma alta procura.

Jogos de Verão: a primeira edição do evento aconteceu nas praias do município de Palhoça, em finais de semana que compreenderam o período de 11 de janeiro a 16 de fevereiro. Ocorreram competições nas modalidades de corrida, vôlei de praia, travessia, lutas de areia e boxe. O evento foi realizado em parceria com a prefeitura de Palhoça e teve a participação de 2.600 atletas.



Foto: Julio Cavalheiro/SECOM

Repasses para Projetos Esportivos: investimento de R\$ 2,31 milhões em projetos esportivos propostos por municípios catarinenses em 2020. Os recursos foram concedidos pela Fesporte a partir de orçamento descentralizado da fonte do FundoSocial do Governo do Estado. Destaque para: construções dos campos de futebol society nos municípios de Lages, São Joaquim, Otacílio Costa e Palmeira; aquisição de materiais esportivos a fim de atender os programas de iniciação esportiva em Joinville e Gaspar; aquisição de um micro-ônibus e de um veículo com sete lugares para o município de Fraiburgo, e de uma van para a Secretaria de Esportes de Atalanta.

Apoio à Capacitação: a Fesporte firmou parceria com Coordenadorias Regionais de Educação, da Secretaria de Estado da Educação, para a realização de cursos on-line de modalidades esportivas para profissionais de Educação Física. Foram feitas capacitações envolvendo as seguintes modalidades: voleibol, handebol, futsal, basquete, xadrez, tênis de mesa, badminton e atletismo.

Manual de Retomada de Eventos Esportivos: em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, foi lançado em setembro de 2020 o Manual de Retomada das Competições Esportivas em Santa Catarina, o qual estipulou protocolos rígidos sobre a retomada de atividades esportivas em virtude da situação ocasionada pela pandemia.

Recuperação de Instalações **Esportivas:** ciclonena semana seguinte -bomba que atingiu o Estado em 30 de junho de 2020, a Fesporte realizou o levantamento da situação com o apoio de seus coordenadores e gerou relatório dos danos causados pela intempérie nas instalações esportivas catarinenses. O Programa de Inventariação Esportiva desenvolvido pela Fundação contribuiu para mensurar com agilidade os impactos causados pelo fenômeno às praças esportivas em todo o Estado, sendo realizado o levantamento em formato digital com a anexação de imagens. Paralelamente, foram feitos alinhamentos com a Defesa Civil, cujo orçamento permitiu efetuar repasses para atender projetos de reformas de propriedade municipal. Em 2020, foram repassados R\$ 2,61 milhões aos municípios atingidos.

Jogos Escolares On-Line de Xadrez: a primeira edição dos Jogos Escolares On-Line de Xadrez foi realizada na plataforma Lichess (específica para a modalidade de xadrez virtual), em 7 de novembro, com a promoção da Fesporte e da Federação Catarinense de Xadrez. A competição reuniu 456 alunos matriculados em 221 escolas de 80 municípios, que compreendem as 33 microrregiões esportivas da Fesporte, divididos nas categorias sub 11, sub 12 a 14 e sub 15 a 18 anos no masculino e no feminino.

DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GOVERNO

Celebração de Convênio com o Ministério da Cidadania: em 2020, a partir de um convênio com o Ministério da Cidadania (nº 71000.014311/2020-56), foi possível receber R\$ 500.000,00 do Governo Federal para aquisição de 2.088 bolas oficiais das modalidades de basquetebol, handebol, voleibol, futsal e futebol, a fim de atender parte do calendário esportivo de 2021.

Formatação de Nova Divisão Esportiva: 2020 ficará eternizado na história como o marco inicial da nova divisão esportiva que contempla os seguintes eventos: Jogos Escolares de Santa Catarina (JESC) 12 a 14 e 15 a 17 anos, Moleque Bom de Bola, OLESC, Joguinhos Abertos de Santa Catarina e JASC. A partir de estudos da área técnica de esportes, optou-se pela otimização de regiões esportivas do Estado. A partir de 2021, os eventos serão disputados em seis regiões esportivas, e não mais em quatro. As fases classificatórias iniciais de disputa, que estavam divididas em 12 etapas microrregionais, agora serão 18, o que trará muitos benefícios para o gerenciamento dos eventos da Fesporte.

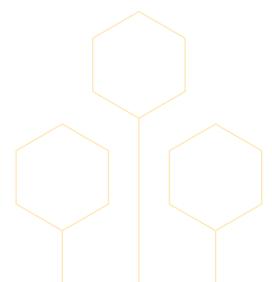
Festival Escolar Dança Catarina On-Line: a Fesporte inovou com a proposição de um grande festival escolar de dança de forma on-line. Visando a aproximação da família e propiciando aos alunos uma prática diferenciada e criativa em seus lares, a competição, organizada pela Fesporte contou com a participação de 318 estudantes de 80 escolas catarinenses que apresentaram 178 coreografias. O festival ocorreu nas noites de 24, 25 e 26 de novembro de 2020. As inscrições e os vídeos foram encaminhados por sistema próprio, e os vídeos gravados foram posteriormente avaliados por profissionais e transmitidos ao vivo pela internet.



Pista de atletismo de Timbó Foto: Antonio Prado/Fesporte



Imagem: Fesporte





Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres da Defesa Civil de Santa Catarina

Foto: ASCOM Defesa Civil

DEFESA CIVIL

O Estado de Santa Catarina, por meio da Defesa Civil (DC), executa as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação contra desastres, calamidades públicas e restabelece serviços essenciais com o propósito de proteger a vida e o patrimônio do cidadão catarinense. No novo modelo de gestão estadual, o objetivo principal é promover ações que busquem reduzir riscos, minimizar efeitos e educar e preparar a sociedade, tornando-a mais resiliente ante a incidência de desastres.

Estrutura

» 4 Diretorias:

Diretoria de Administração e Finanças Diretoria de Gestão da Educação Diretoria de Gestão de Riscos Diretoria de Gestão de Desastres

- » 20 Coordenadorias Regionais
- » 3 Centros de logística:

Florianópolis, Joaçaba e Rio do Sul

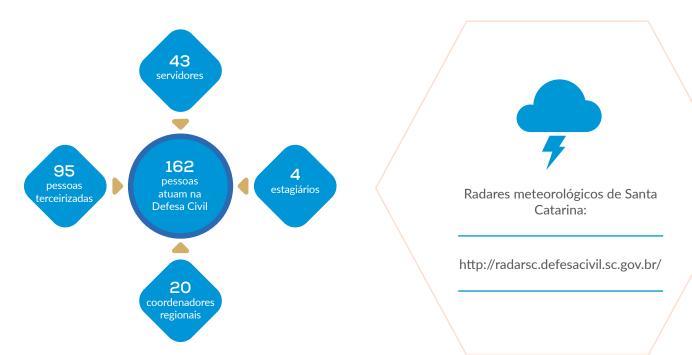
- » 1 Centro Integrado de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Sede)
- » 1 Centro de Informações Públicas (Sede)
- » 3 Radares:

Araranguá, Chapecó e Lontras

» Administração/Operação de 3 Barragens:

Taió, Ituporanga e José Boiteux

Quadro de Pessoal



Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas/DC

Operação Covid-19

Destaca-se que 2020 foi um ano atípico, de importância internacional, em razão da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, situação que exigiu dedicação integral dos agentes da Defesa Civil, os quais primaram pela saúde, segurança e bem-estar dos habitantes do Estado com atuação direta nos 295 municípios catarinenses.

A utilização de avanços conceituais e processos metodológicos integrados de inovação, como multiescalaridade, sistemas de apoio à decisão e de inteligência analítica, técnicas matemáticas e procedimentos estatísticos e de modelagem preditiva, foi essencial no auxílio das tomadas de decisões, tendo como foco o combate à Covid-19 por intermédio de plataformas desenvolvidas.



Transporte de respiradores no Sul do Estado

Foto: Flávio Vieira Júnior/ASCOM Defesa Civil Inovações nos sistemas de apoio à decisão Desenvolvimento de plataforma on-line para as decisões, medidas para conter a intensificação/propagação da Covid-19 em Santa Catarina com base em indicadores técnicos da Matriz de Risco - SES/SC (coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/).

Desenvolvimento de plataforma on-line de apoio à decisão governamental, multiescalar territorial do Estado e dos municípios (defesacivil.sc.gov.br).

Gestão de Educação

No âmbito do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, a gestão da educação é responsável por fomentar a educação continuada de gestores, profissionais, organizações e da população em geral, visando a melhoria na percepção e na gestão de riscos e de desastres, a ampliação do conhecimento e da autoproteção, o estabelecimento e o aperfeiçoamento de estratégias de inteligência na redução dos riscos e dos desastres, de forma a tornar o Estado de Santa Catarina cada vez mais resiliente.

No ano de 2020, devido à pandemia de Covid-19, as capacitações e os eventos presenciais foram suspensos, mas foi possível manter e ampliar a oferta de cursos em Educação a Distância (EAD) utilizando a ferramenta Moodle. Além dos cursos EAD, foram realizadas palestras, capacitações e eventos on-line, incluindo a Formação de Disseminadores do Plano de Contingência Escolar - PlanCon-Edu/Covid-19 para todas as regiões, municípios e escolas do Estado.

AÇÕES DE EDUCAÇÃO 2020	NÚMERO	CARGA HORÁRIA	PARTICIPANTES
CURSOS EAD	8	460	2.251
CAPACITAÇÕES PRESENCIAIS	10	142,5	215
CAPACITAÇÕES PLACON-EDU/COVID-19	17	680	20.170
PALESTRAS	56	123	20.092
EVENTOS ON-LINE	20	89	2.620
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS EXTERNOS	64	660,5	155
PROGRAMA DEFESA CIVIL E PREVENÇÃO NA ESCOLA	41	3.280	2.686
VISITAS A ESTRUTURAS DCSC	2	-	55
TOTAL	218	5.435	48.244

OBS.: números baseados nas ações realizadas em todo o Estado e registradas até 31/12/2020

Fonte: Diretoria de Gestão da Educação/DC

Gestão de Riscos

A Defesa Civil planeja, promove e articula a gestão de riscos, em situação de normalidade, com ações de prevenção, mitigação, preparação, monitoramento e alerta, manutenção e operação de equipamentos especiais, com foco na redução de riscos e desastres de toda ordem. Também apoia os municípios na análise e na percepção de riscos, disponibiliza equipe técnica para a realização de vistorias em áreas de risco e ocorrência de desastres. Entre as ações realizadas em 2020, destacam-se:

BARRAGENS SUL E OESTE, ITUPORANGA E TAIÓ

Desenvolvimento do Programa do PRAD - Recuperação de Áreas Degradadas e do Programa de Monitoramento dos Taludes das Barragens de Taió e Ituporanga, o que possibilitará um maior controle do assoreamento dos rios, objetivando a renovação das licenças de operação das barragens.

INSTALAÇÃO DAS RÉGUAS LINIMÉTRICAS COM TELEMÉTRICAS DAS BARRAGENS

A instalação das réguas com telemétrica nas barragens permitirá a aferição dos níveis dos reservatórios de forma automática, remota e a qualquer tempo, essencial para operar os equipamentos e prevenir desastres.

BARRAGEM JOSÉ BOITEUX

Contratação de estudos ambientais para regularização ambiental e construção do canal extravasor, contratação do Estudo do Componente Indígena, elaboração de documentação para contratar projeto de reforma e conclusão do canal extravasor. Ambas as contratações dos estudos encontram-se em fase licitatória.

BARRAGENS

BARRAGEM BOTUVERÁ

Finalização dos estudos ambientais para emissão da licença de instalação – aguardando IMA.

Projeto de Implantação do Radar Norte

Será implantado no município de Joinville um novo radar meteorológico de banda X, com dupla polarização, o qual possibilitará uma abrangência de 80 km no monitoramento climático do Estado de Santa Catarina. Está aguardando a construção da torre.

Monitoramento e Alerta

A equipe de meteorologistas teve como principal foco em 2020 a previsão de tempo adverso e emissão de alertas simultâneos para a população. Foram emitidos 418 avisos meteorológicos com até dois dias de antecedência para eventos como risco de granizo, rajadas de vento, enxurradas, deslizamento de terra, queimadas, entre outros. Foram emitidos também 7.668 alertas com até 6 horas de antecedência para a população. As situações são transmitidas por redes sociais e/ou mensagens de SMS, com informações mais localizadas para a tomada de ações imediatas.



Foto: Folwe Valentin/GEMOP Defesa

No monitoramento hidrológico, acompanhou-se o desenvolvimento do Sistema de Previsão de Eventos Hidrológicos Críticos (SPEHC). Na situação de estiagem, foram emitidos 12 boletins ao longo do ano de 2020, os quais desempenharam papel central no processo para definir as condições de estiagem no Estado e para orientar tomadas de decisão.

Inovação e Inteligência Analítica

Melhoria na governança inteligente, territorial e climática de Santa Catarina Desenvolvimento de estudos, planejamento, gestão e decisão de atividades públicas e privadas, considerando o passado e o futuro climático em Santa Catarina. Plataforma territorial de Uso de Dados de Cenários Globais em escala 5x5 km.

Estabelecimento do Memorando de Entendimento com o governo alemão/GIZ, com vistas a ações voltadas à redução de riscos territoriais a eventos extremos, à adoção de medidas de adaptação e conhecimento dos serviços climáticos associados a ações da defesa civil, setor público e atividades privadas de interesse estratégico, bem como à redução das vulnerabilidades e elevação da resiliência no território catarinense.

Gestão de Desastres

Apoio às Coordenadorias Regionais e Municipais de Defesa Civil no registro e no atendimento às ocorrências de eventos adversos no Estado relacionados a ações de resposta, assistência humanitária, reabilitação e reconstrução, informação de desastres e produtos perigosos, com foco na resposta, na reconstrução e na recuperação econômica do pós-desastre. Atua na gestão de desastres em períodos de anormalidade. Em 2020, concedeu-se apoio integral à Secretaria de Estado da Saúde, tendo em vista ser um período de dedicação exclusiva no combate à pandemia ocasionada pelo Sars-CoV2. Além da situação atípica, outros eventos foram enfrentados, conforme discriminado na tabela abaixo:

Desastres	Municípios homologados
Estiagem/Seca	162
Chuvas intensas/Granizo/Vendaval	17
Tornado	4
Dengue	1
Enxurrada	2
Total de homologações	186

Decretações estaduais	Municípios englobados
Decreto Estadual ECP - Covid-19	295
Decreto Estadual ECP - Vendaval	193

Fonte: Diretoria de Gestão de Desastres/DC

Devido às ocorrências de desastres, 151 municípios foram atendidos, tendo sido entregues 315.680 itens de assistência humanitária, o que totalizou um investimento de R\$ 9,97 milhões.

MUNICÍPIO DE DESCANSO



Imagem do município de Descanso, atingido por um tornado e que em quatro dias teve as coberturas das residências repostas com telhas fornecidas pela Defesa Civil de Santa Catarina

Foto: Flávio Vieira Júnior/ASCOM Defesa Civil

Outros destaques:

KIT TRANSPOSIÇÃO CONCRETO	KIT TRANSPOSIÇÃO METÁLICO
13 municípios atendidos 20 kits instalados Investimento de R\$ 1,89 milhão	40 municípios com termos assinados 145 termos de compromisso assinados para doação de 214 kits Investimento de R\$ 4,96 milhões
KIT CASA MODULAR	RECONSTRUÇÃO
5 municípios com processo em andamento 12 kits solicitados Investimento de R\$ 984 mil	15 municípios foram atendidos com repasse financeiro para reconstrução de infraestruturas públicas Investimento de R\$ 3,47 milhões



Montagem em Nova Veneza

Foto: Flávio Vieira Júnior/ASCOM Defesa Civil



Reconstrução da SC-108 - Guaramirim

Obra de reconstrução da SC-108, Km 34, em Guaramirim, reestabelecendo o fluxo de veículos na rodovia e trazendo maior segurança para a população local. Investimento de R\$ 2,1 milhões repassados pelo Governo Federal.

Foto: Divulgação DCSC

Defesa Civil mais próxima



Coordenadorias da Defesa Civil no Estado

https://www.defesacivil.sc.gov.br/institucional/coordenadorias-regionais/

SEGURANÇA PÚBLICA

Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), continuou a intensificar as suas atividades no enfrentamento da criminalidade com ações de prevenção e repressão, bem como com a disponibilidade de serviços públicos ao cidadão, visando o atendimento das demandas sociais por segurança pública.

No entanto, em 2020, além das atividades finalísticas de segurança pública, o cenário decorrente da pandemia provocada pelo novo coronavírus (Covid-19) culminou no estabelecimento da situação de emergência e, posteriormente, de calamidade pública em todo o território catarinense. Com isso, demandou-se o empenho efetivo de todas as instituições de segurança.

As ações realizadas pelas instituições, assim como as operações conjuntas no âmbito da pandemia para o enfrentamento e para a contenção do avanço da Covid-19, são focadas na fiscalização de estabelecimentos comerciais, na orientação a esses estabelecimentos, bem como no fomento e no uso da tecnologia para melhorar o monitoramento da situação e a disponibilização de serviços digitais à sociedade.



Programa de Videomonitoramento Urbano BEM-TE-VI

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) realizou investimentos objetivando a manutenção dos sistemas de videomonitoramento urbano para fins de segurança pública por meio do Programa Bem-te-vi.



Fonte: DTI/SSP

As câmeras continuam distribuídas em 140 municípios, e todos os policiais militares e civis contam com o acesso a essas câmeras nas Centrais Regionais de Emergência, nas Centrais de Videomonitoramento e através das plataformas BemTeVi Mobile e Mapa BemTeVi. Também têm acesso às câmeras os agentes temporários, os guardas municipais e os agentes de trânsito, totalizando, em momentos de pico de utilização do serviço, mais de 450 operadores conectados ao sistema.

A população, além de se beneficiar indiretamente das câmeras, pode recorrer às Centrais de Monitoramento ou Centrais Regionais de Emergência para solicitar imagens que possam ser importantes num contexto de segurança pública.

Segurança em Números

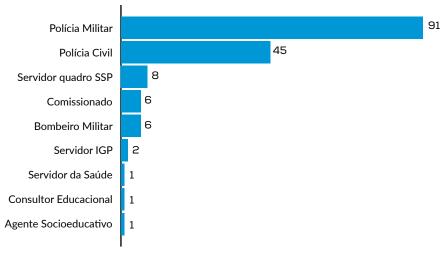


Trata-se de uma ferramenta on-line de divulgação de dados referentes à segurança no Estado. Nesse sistema, são apresentados boletins semanais com os indicadores da segurança pública, divididos por tipo de ocorrência, tais como roubo, furto, homicídios, etc., bem como um histórico comparativo por ano.

A ferramenta Segurança em Números está disponível no site https://www.ssp.sc.gov.br/.

Capital Humano SSP

No total, 161 pessoas atuam internamente na Secretaria de Segurança Pública:



Fonte: SEGEP/SSP/SC

Rede Catarina

É um programa institucional da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) direcionado à prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher. O programa se sustenta em ações de proteção, no policiamento direcionado da Patrulha Maria da Penha e na disseminação de soluções tecnológicas.

A Rede confere um atendimento mais célere e efetivo a partir do desenvolvimento de um aplicativo próprio para o programa, da integração com o Sistema de Atendimento e Despacho de Emergência (SADE) e da comunicação no momento do fato das situações de risco ao juiz de plantão.



Mulheres a menos vitimadas	Ação Preventiva	Rede Catarina	Visitas Preventivas 18.856	Aumento Preventivo 25,86%
2.497	Indicador	Violência Doméstica	Ocorrências Atendidas 21.856	Redução Repressiva -10,24%

Outras Ações Preventivas	Quantidade
Rede de Vizinhos	4.510 grupos ativos
Residencial e Condominial	10.527 visitas preventivas
Visita Comercial	43.868 visitas preventivas
Visita Escolar	3.498 visitas preventivas
Fiscalização Covid-19	320.554 fiscalizações empreendidas

Em ações operacionais, a Polícia Militar atuou fortemente em intervenções de resposta e prevenção ao crime, à violência e à desordem. Por meio de sua rede de programas preventivos, a PM impulsionou a integração com a comunidade em ações preventivas.

No quadro de efetivos, Santa Catarina realizou a inclusão de 548 novos policiais militares nas ruas, aumentando ainda mais a vigilância no Estado.



Novos Policiais Militares Foto: Divulgação/PMSC

Polícia Militar de Santa Catarina em números 2020



Ocorrências

Índices Criminais Programações Operacionais

458.299

Boletins Confeccionados 807

Crimes Letais Redução -1,47% 427.298

Total de Programações

44.760

Prisões em Flagrante (BO_PA)

52.841 Termos

Circunstanciados

5.079

Roubos

Redução -23%

54.081

Rondas

131.453

Policiamentos

123.784

Operações

5.016

Mandados de Prisão Cumpridos 33.462

Furtos Redução -19% 11.857

Fiscalizações (Apenados/Protetivas)



4.644 Veículos

Veiculos Recuperados



2.207

Armas Apreendidas

Fonte: BI_PMSC-ACI/PMSC

A Polícia Militar tem investido fortemente em tecnologia, e na atualidade os policiais militares e os cidadãos catarinenses contam com as seguintes ferramentas:

PMSC Mobile

Aplicativo que permite a lavratura digital de toda a documentação operacional do serviço. Com a pandemia de Covid-19, o aplicativo foi ajustado para novas práticas de polícia administrativa vinculadas à fiscalização sanitária de estabelecimentos e da população.



PMSC Cidadão

Aplicativo que promove a interação do cidadão com a Polícia Militar: acionamento do 190; acesso e inclusão ao Programa Rede de Vizinhos; acesso e inclusão ao Programa Rede Catarina.

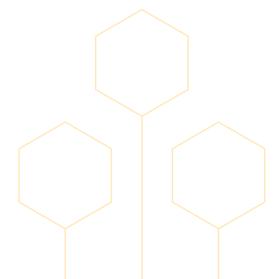


Câmeras individuais

Foto: PMSC

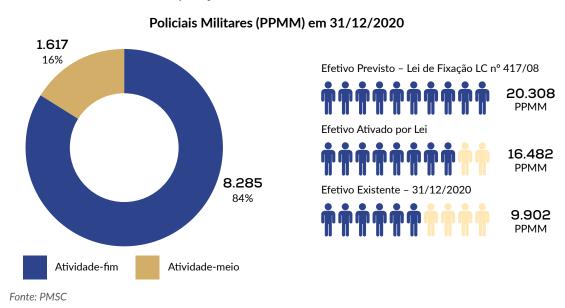
PMSC Cam

Projeto que implementou em todos os 295 municípios estaduais a utilização de câmeras corporais individuais pelos policiais militares. Atualmente, o Estado possui 2.425 câmeras.



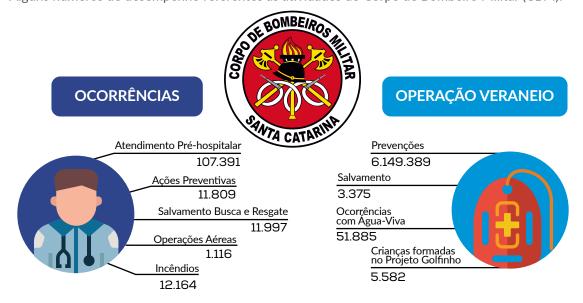
Capital Humano PMSC

O número total de policiais militares (PPMM) atuando no Estado é de 9.902, entre os quais 84% estão na atividade-fim da corporação.



Corpo de Bombeiros Militar em Números

Alguns números de desempenho referentes às atividades do Corpo de Bombeiro Militar (CBM):



SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO



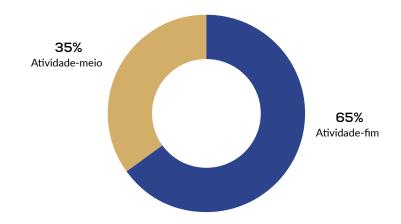
INVESTIGAÇÃO DE INCÊNDIO



Fonte: CBM

Capital Humano CBM

O número total de bombeiros militares no Estado é de 2.720.



Fonte: CBM

Já o total de bombeiros comunitários ativos voluntários (com ou sem ressarcimento) é de 2.909.

Triagem On-line do Coronavírus

O sistema de triagens realizadas on-line, de forma anônima, usa a localização dos registros para identificar as regiões que possuem uma concentração maior de casos suspeitos http://triagem.coronavirus.sc.gov.br/.

Lançamento do Sistema e-SCI



Sistema on-line de segurança contra incêndio por meio digital, simplificando e desburocratizando os serviços de regularização das edificações e eventos em SC.



Centro de Pesquisa e Inovação

Laboratório para realizar análises de reação do fogo para teste de materiais e análises elétricas e químicas para a investigação de incêndio.

Centro de Pesquisa e Inovação do CBMSC

Polícia Civil em Números

Foto: Julio Cavalheiro/SECOM

A Polícia Civil de Santa Catarina (PCSC) conta com **489 unidades**, **1.791 viaturas**, **2 helicópteros** e um **efetivo policial de 3.285** homens e mulheres, que em 2020 não mediram esforços para atender bem a sociedade catarinense. A pandemia em decorrência da Covid-19 afetou as atividades ordinárias da PCSC e a execução do Planejamento Estratégico da instituição, lançado no dia 11 de dezembro de 2019. Apesar disso, importantes serviços foram entregues ao cidadão catarinense.

Inovação e Projetos

PCSC Fiscaliza

Tecnologia desenvolvida pela PCSC sem desembolso de recursos do Governo. O sistema entrega facilidade e segurança aos registros de fiscalização dos estabelecimentos. Em 2020, a PC fiscalizou 20.758 estabelecimentos.

PCSC Webconf

Outra tecnologia desenvolvida pela PCSC sem desembolso de recursos pelo Governo. Muito aguardada, a plataforma de videoconferência possibilitará melhor aproveitamento de tempo dos profissionais e facilidade de comunicação, evitando deslocamentos e diárias, gerando dessa forma mais economia para o Estado.

DP Virtual

Com exceção dos crimes de homicídio, latrocínio, seguestro e cárcere privado, extorsão mediante sequestro, furto e roubo de veículos de cargas, todos os demais crimes agora podem ser registrados pela Delegacia Virtual, em especial Ampliação aqueles previstos na Lei Maria da Penha. Em 2020, foram registrados 658.915 boletins de ocorrência, 385.092 destes pela DP Virtual.

Investigação

Outra entrega aguardada foi a criação das Delegacias de Combate à Corrupção (DECORs). Atualmente, Santa Catarina conta com seis DECORs, uma delas atuando em âmbito estadual, e as demais de forma regionalizada, já produzindo importantes investigações. Entre elas, ressaltam-se:

- » OPERAÇÃO SEIVAL 2
- » OPERAÇÃO VOLTA ÀS AULAS
- » OPERAÇÃO ALVARÁS PALHOÇA

Quanto aos crimes da Lei Maria da Penha, destaca-se a OPERAÇÃO 'MARIAS', que resultou em 24 prisões, 14 buscas e apreensões, e 892 fiscalizações de Medidas Protetivas de Urgência. Em 2020, o mundo experimentou o confinamento social, fator que trouxe preocupação devido ao aumento da violência doméstica e à subnotificação dos casos. As atividades das Delegacias de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso, e de sua Coordenadoria, além dos procedimentos ordinários, intensificaram as ações do Programa PC por Elas e do Agosto Lilás, não presenciais em decorrência da pandemia de Covid-19, com participação em mais de 40 eventos de divulgação. Também foram produzidos vídeos e material educativo abordando o tema do enfrentamento da violência contra a mulher em diversos municípios estaduais.

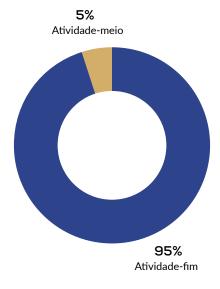
Procedimentos da Polícia Civil de Santa Catarina 2020



Dados 2020 - Gerência de Estatística e Análise Criminal da PCSC

Capital Humano PCSC

O número total de policiais civis no Estado é de 3.466, entre os quais 95% (3.285) estão atuando na atividade-fim da corporação.



Fonte: PCSC

Já o total de policiais civis cedidos a outros órgãos é de 181.

Instituto Geral de Perícias (IGP)

O IGP realiza perícia oficial, competindo-lhe a realização de perícias criminais, os serviços de identificação civil e criminal, bem como a pesquisa e o desenvolvimento de estudos nessa área de atuação.

Mais Benefícios para a População

O IGP disponibilizou a **segunda via rápida**, possibilitando que o cidadão solicite a reimpressão da sua última via da carteira de identidade (RG), sem que fosse necessário o atendimento presencial.

Já a ferramenta de **validação on-line** do RG, por meio da leitura do QR Code, permite que qualquer pessoa com acesso à internet possa consultar um RG que lhe seja apresentado, diminuindo as chances de golpes com documentos falsos. Além disso, Santa Catarina será o primeiro estado a adotar o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) como número do Registro Geral, o que trará ainda mais segurança e praticidade para o cidadão.

Número do CPF como Registro Geral

QR Code

Acesse o link validador.igp.sc.gov.br e faça a leitura do QR Code com a câmera de um dispositivo eletrônico (computador ou smartphone com sistema Android). Aparecerão na tela as mesmas informações constantes na carteira de identidade consultada, confirmando se tratar de um documento autêntico.



QR Code

Foto: Mauricio Vieira/SECOM

Números do IGP

- » 700 servidores
- » 324.173 carteiras de identidade confeccionadas
- » 92.069 perícias realizadas
- » 4 ações sociais desenvolvidas na confecção de carteiras de identidades de moradores de rua para identificação de pessoas desaparecidas



Fonte: Instituto Geral de Perícias

Foto: Divulgação/IGP

ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

A Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa (SAP), órgão da administração direta do Estado de Santa Catarina, é responsável por planejar, formular, normatizar e executar políticas públicas voltadas ao sistema prisional e socioeducativo, de apoio ao egresso e à proteção de vítimas e testemunhas de crimes em Santa Catarina.



Penitenciária agrícola em Chapecó

Foto: James Tavares/SECOM

Estrutura Organizacional

A SAP é composta pelo Departamento de Administração Prisional (DEAP), pelo Departamento de Administração Socioeducativa (DEASE) e pela Academia Prisional e Socioeducativa.

Em 2020, o número total de servidores efetivos atuando na Área de Administração Prisional e Socioeducativa foi de 2.976, e os agentes temporários (ACTs) totalizaram 1.483.

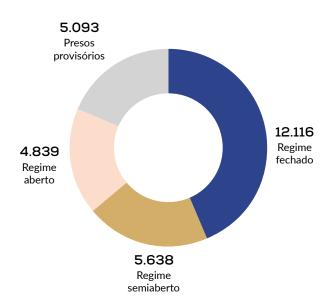
SERVIDORES EFETIVOS E TEMPORÁRIOS DA SAP

Cargo	Efetivo	Temporário (ACTs)
Administrador	1	0
Agente de segurança socioeducativo	474	329
Agente de serviços gerais	10	0
Agente em atividades administrativas	6	0
Agente em atividades de engenharia	1	0
Agente penitenciário	2.334	675
Analista técnico administrativo II	1	0
Artifice I	1	0
Assistente social	19	39
Cirurgião-dentista	5	9
Enfermeiro	3	77
Farmacêutico	0	6
Instrutor	3	16
Médico	8	16
Motorista	15	4
Nutricionista	1	21
Operador de equipamentos	5	0
Pedagogo	8	10
Psicólogo	18	44
Técnico em atividades administrativas	46	184
Técnico em atividades de saúde	15	0
Técnico em contabilidade	2	0
Técnico em enfermagem	0	53
TOTAL	2.976	1.483

Fonte: SAP

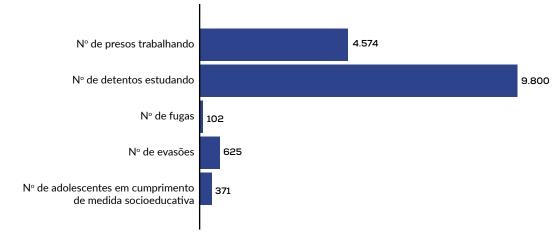
Sistema de Administração Prisional em Números

PESSOAS APENADAS NO REGIME PRISIONAL EM SANTA CATARINA



Fonte: SAP

Outros Números da SAP



Fonte: SAP

Destaques Ocorridos no Ano

Curso de Formação Profissional (CFP) para agente penitenciário com mais de 900 candidatos: em razão da pandemia, o CFP foi realizado de forma presencial e por meio de ensino a distância (EAD). As 420 horas-aula foram condensadas e realizadas em um período de 40 dias. Dividiram-se os alunos em turmas, e realizou-se uma pesquisa para verificar prováveis indícios de contágio de Covid-19.

O Estado adquiriu, em parceria com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, 10 viaturas adaptadas para atender lactantes, gestantes e idosas do sistema prisional.



Reunião dos Docentes Foto: Divulgação/SAP

Por conta da pandemia, levando em consideração os critérios técnicos das autoridades sanitárias, as visitas dos familiares aos detentos foram suspensas. Mas aconteceram 62 mil visitas virtuais

(contato por videochamada ou telefone), e 109 mil e-mails foram trocados por carta virtual.

Destaca-se a parceria mantida entre a SAP e a Epagri para consultorias com o objetivo de melhorar a produção agrícola e de introduzir novas tecnologias de processamento de alimentos nas unidades prisionais onde há o cultivo de produtos agrícolas.

Em 2020, mesmo com o cenário de pandemia, o aumento das atividades educacionais foi relevante. Pelo menos 9.800 presos realizaram alguma atividade relacionada à Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos ensinos fundamental e médio ou no Programa Despertar pela Leitura. Santa Catarina também tem 130 internos matriculados em cursos de nível superior. No total, são 140 salas de aula distribuídas nas 51 unidades prisionais catarinenses.

São mais de 1.500 presos monitorados com o uso de tornozeleiras eletrônicas. O acompanhamento é feito em tempo real através da Gerência de Monitoramento de Presos (Gemop), uma unidade prisional virtual criada pela reforma administrativa.



Produção de Hortaliças no Presídio de Rio do Sul. Foto: Divulgação/SAP



Aplicação do ENEM no Complexo Penitenciário do Estado. Foto: Jaqueline Noceti



Tornozeleira. Foto: Divulgação/SAP



Coleta de perfis genéticos – Penitenciária de Florianópolis. Foto: Jaqueline Noceti

O DEAP concluiu a coleta dos 1.100 perfis genéticos de internos no sistema prisional, atingindo a meta estabelecida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). As amostras foram colhidas por agentes penitenciários especialmente treinados para esse intuito. No Brasil, foram coletados 67 mil perfis, que serão incluídos na Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos.



Máscara descartável produzida no Complexo Prisional de Chapecó. Foto: Divulgação/SAP

O sistema prisional catarinense produziu máscaras descartáveis e reutilizáveis, bem como outros Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para o consumo interno de presos, adolescentes e servidores da SAP.

Outros Destaques de 2020

Todos os 370 adolescentes atualmente recolhidos no sistema socioeducativo estão envolvidos em atividades educacionais regulares.

O DEASE adquiriu 12 viaturas e 690 coletes balísticos personalizados, exclusivos para o uso no sistema socioeducativo. Com essa aquisição, pela primeira vez será possível o acautelamento de um colete balístico para cada agente de segurança socioeducativo efetivo.

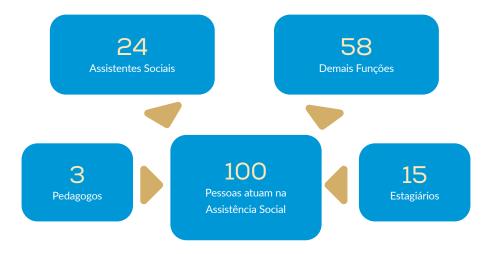
Realização de chamamento público para a administração dos Centros de Atendimento Socioeducativo Provisório e Casas de Semiliberdade, conforme as exigências da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto Estadual nº 1.196/2017.

A SAP providenciou uma série de normatizações visando a orientação de todos os servidores e internos que buscaram minimizar os impactos da pandemia no sistema prisional. Alguns desses manuais são: Protocolo de Atuação, Plano de Contingência, Nota Técnica Conjunta SAP/SES nº 019, fluxogramas de atendimento para servidores e internos, Nota Técnica para Teste Rápido, Diretrizes Gerais, Manual de Desinfecção, Orientações de Barreiras Sanitárias, entre outros.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS) tem como objetivo assegurar os direitos e a proteção social de famílias, crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência, idosos em vulnerabilidade social e de todos os que dela necessitarem. Assim, a SDS atua nas políticas de direitos humanos, assistência social, segurança alimentar e nutricional, e habitação. Também integram a SDS os Conselhos de Direitos, os Conselhos de Políticas Públicas e os Conselhos Gestores de Políticas Públicas Setoriais, totalizando dez conselhos. Os conselhos são órgãos colegiados, permanentes, paritários e deliberativos, com a incumbência de formulação, supervisão e avaliação das políticas públicas.

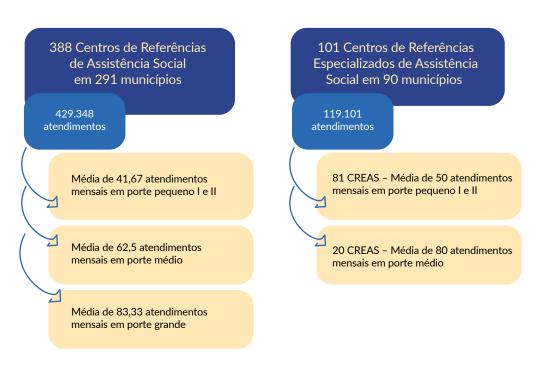
Capital Humano



Fonte: SDS

Assistência Social

O Estado, através da SDS, é responsável pela gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Santa Catarina. Ao SUAS cabe apoiar técnica e financeiramente os municípios para ofertar serviços socioassistenciais por meio de capacitações, monitoramentos, reuniões técnicas e orientações, visando a promoção da garantia dos direitos e a proteção social das pessoas em vulnerabilidade social, ou de todos os que dela necessitarem.



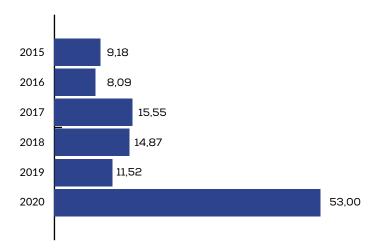
Fonte: SDS

Em 2020, o cofinanciamento para os municípios foi 208% superior ao previsto no início do ano, média de 250% maior em relação a anos anteriores. Os recursos previstos no orçamento para cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Benefícios Eventuais chegavam a R\$ 17,2 milhões, mas foram disponibilizados R\$ 53,0 milhões.

O cofinanciamento estadual é o financiamento dos serviços socioassistenciais, por meio de repasse do Governo do Estado a todos os 295 municípios catarinenses, para atender os serviços garantidos pela Constituição Federal de 1988 e as demais legislações em vigor no Estado e no País.

O valor no ano de 2020 teve um aumento significativo quando comparado aos anos anteriores. Isso ocorreu devido à pandemia de Covid-19, às emendas parlamentares e ao constante pedido da sociedade civil organizada. Dessa forma, Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social, alcançou os valores conforme a evolução no comparativo a seguir.

COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL E BENEFÍCIOS EVENTUAIS (R\$ MILHÕES)

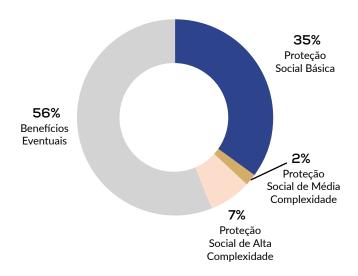


Fonte: SDS

Conforme o gráfico da distribuição do cofinanciamento, em 2020 a maioria dos municípios optou pelo cofinanciamento para Benefícios Eventuais, que visam o atendimento imediato de necessidades humanas básicas decorrentes de contingências sociais, ou seja, situações inesperadas. Esses benefícios são ofertados nas situações de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

Em seguida, vieram a Proteção Social Básica, que visa a prevenção de risco e assistência básica para pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade social, a Proteção Social de Alta Complexidade, que garante a proteção integral (moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram em situação de violação de direitos) e, por último, a Proteção Social de Média Complexidade, que oferece atendimento socioassistencial a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social por ameaça ou violação de direitos, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.

DISTRIBUIÇÃO DO COFINANCIAMENTO EM 2020



Fonte: SDS

Benefício Bolsa-Família

Direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, o programa transfere recursos federais para ajudar essas famílias a superarem a situação de vulnerabilidade. O Estado tem como atribuição, por meio da Coordenadoria Estadual do Programa Bolsa-Família, apoiar técnica e institucionalmente seus municípios na gestão do programa.





Fonte: SDS

Benefício Gestação Múltipla

Outro benefício que teve o investimento do Estado em 2020 foi o da Gestação Múltipla, instituído pela Lei Estadual nº 17.201, de 2017, pago mensalmente às famílias cuja mãe tenha gestação múltipla com três ou mais nascituros.



Fonte: SDS

INVESTIMENTOS EM OBRAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PELO ESTADO

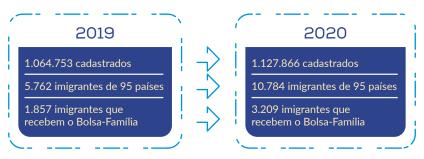


Fonte: SDS

Imigrantes em Santa Catarina

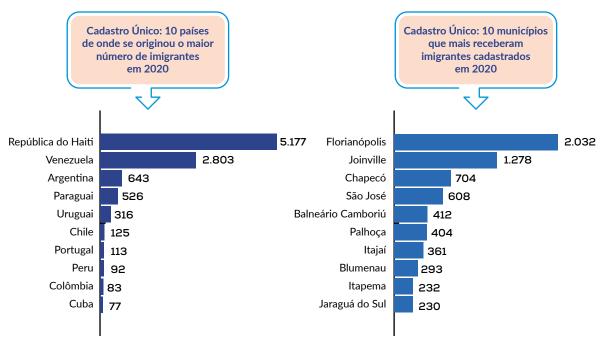
Os imigrantes, quando chegam a Santa Catarina, são acolhidos e recebem orientação de como proceder para conseguir a documentação básica para permanência no Estado. Por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro Pop), eles são encaminhados ao mercado de trabalho e inseridos no Cadastro Único. O Estado tem a função de articulador e apoiador técnico das redes de atendimento, atuando nas esferas municipal, estadual, nacional e internacional.

Segue um comparativo referente ao Cadastro Único:



Fonte: SDS

Para melhor visualização, apresentamos uma lista dos países que mais enviaram imigrantes para Santa Catarina e das cidades estaduais que mais os receberam em 2020:



Fonte: SDS

Direitos Humanos

A SDS atua em vários segmentos dos direitos humanos que envolvem a promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, da mulher, da pessoa idosa, da igualdade racial, da juventude, da pessoa com deficiência, e de LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e das minorias. A Diretoria de Direitos Humanos firma parcerias com órgãos de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com o Poder Judiciário, com o Ministério Público e com organizações da sociedade que atuam na defesa desses direitos.

Mapa de Geolocalização das Comunidades Indígenas em Santa Catarina



Reserva Indígena Xapecó

Foto: Thaise Guidini

Com o objetivo de tornar acessíveis as informações sobre as comunidades indígenas em Santa Catarina, publicizar e dar maior transparência, o mapa de geolocalização das comunidades foi construído por meio de uma parceria entre a Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS). Além de apresentar a localização das comunidades indígenas no Estado, também é possível visualizar a descrição do povo indígena (guarani, kaingang, etc.), a população, o quantitativo de famílias indígenas, as famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais e no Programa Bolsa-Família.

Para visualizar as informações, consulte o link:

https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1dIO5jQPQbrqSP842MiZvAVae_5hhABCV&usp=sharing

DESTAQUES DO ANO

Webconferência de lançamento da Campanha Agosto Lilás – Tema:

"O trabalho em grupos reflexivos com homens autores de violência", com 675 visualizações

Atendimento de 1.680 pessoas durante a Campanha de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Acolhimento/encaminhamento de denúncias de violência contra a mulher aos órgãos de competência das denúncias advindas da Ouvidoria-Geral do Estado e da Ouvidoria do Ligue 180/Disque 100 do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Capacitação a distância, em parceria com a Polícia Federal, com o tema "Identificação, Documentação e Regularização". Foram capacitados 90 profissionais da Rede de Atendimento aos Imigrantes

Articulação com a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial para o redirecionamento de 2.104 cestas básicas para a comunidade quilombola de Santa Catarina

Eleição via videoconferência dos representantes da sociedade civil para compor o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONEDE/SC)

Atendimento de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) no Estado de Santa Catarina através do Programa Todos pela Saúde, realizado em parceria com o Banco Itaú objetivando oferecer suporte técnico e insumos ao enfrentamento da pandemia de Covid-19 nos municípios catarinenses com mais de 200 mil habitantes

ECA Capacitação: 2.453 conselheiros tutelares matriculados no curso com etapas on-line de ensino a distância e de transmissões ao vivo, além de dois encontros presenciais entre fevereiro e março

XI Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - 183 participantes

Publicização de informações e recomendações do Governo Federal e estadual sobre prevenção e combate ao coronavírus, traduzidas para diversas línguas e distribuídas aos migrantes e para as prefeituras municipais e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)

Habitação e Regularização Fundiária

A SDS é responsável pela condução da Política Habitacional do Governo do Estado de Santa Catarina. Uma vez autorizadas a dissolução, a liquidação e a extinção da COHAB, através da Lei nº 17.220, de 1º de agosto de 2017, as atribuições da política habitacional foram repassadas para a SDS.

Programa Pró-Moradia/FGTS: tem o objetivo de ajudar famílias em situação de risco social a conseguirem melhor moradia e mais qualidade de vida por meio de operações de financiamento, lastreadas em recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) Capacitação com os municípios do Estado: teve como objetivo apresentar o Programa Pró-Moradia, iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) que apoia ações de habitação de interesse social em áreas predominantemente ocupadas por famílias que recebem até três salários mínimos

Segurança Alimentar e Nutricional

A SDS, através da Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional, é responsável por organizar, coordenar, monitorar e avaliar as ações de proteção e prevenção executada pelo Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SUSTENTÁVEL

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE) tem como foco a gestão das políticas públicas estaduais ligadas ao meio ambiente, à ciência, à tecnologia, à inovação e ao desenvolvimento econômico.

A SDE conduz ações para atrair investidores públicos e privados, nacionais e estrangeiros, de forma a fomentar os investimentos no território catarinense e gerar desenvolvimento econômico na região. Também efetua atividades destinadas ao desenvolvimento e ao fortalecimento dos empreendedores de micro e pequeno porte.

Dessa forma, atua valorizando empreendedores em diferentes níveis da cadeia produtiva, fortalecendo o ecossistema de modo a articular ações de governo e de empresas, universidades e organizações da sociedade civil em prol da inovação.

A Secretaria desenvolve atividades ligadas ao meio ambiente e tem como objetivo tornar Santa Catarina referência nacional e internacional no uso da inovação para o desenvolvimento sustentável, aliando a preservação do meio ambiente a uma agenda ambiental estratégica.



Sistema de Controle de Movimentação de Resíduos e de Rejeitos

Foto: CGR Biguaçu (Veolia)

Empreendedorismo e Competitividade

A competitividade e o desenvolvimento no ambiente catarinense de negócios são promovidos também por meio do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC). Para se enquadrar no programa, o empreendimento industrial precisa atender, no todo ou em parte, aos seguintes requisitos: gerar emprego e renda à sociedade catarinense; incrementar os níveis de tecnologia e competitividade da economia de Santa Catarina; contribuir para o desenvolvimento sustentável do meio ambiente, para a desconcentração econômica e espacial das atividades produtivas e para o desenvolvimento dos municípios e da região; atuar em obras de infraestrutura, especialmente rodovias, ferrovias, portos e aeroportos do Estado.

Com isso, o Estado de Santa Catarina analisa a possibilidade de conceder incentivo à implantação e/ou expansão dos empreendimentos, gerando mais emprego e renda aos cidadãos.



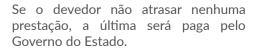
6 empresas estão habilitadas a postergar o ICMS, no montante total de R\$ 65,18 milhões, porém não necessariamente utilizarão o benefício, visto que isso dependerá do faturamento delas

Município	Investimentos Habilitados (R\$ milhões)	Empregos
Brusque	4,40	16
Garuva	9,83	27
Nova Veneza	25,69	135
Balneário Camboriú	4,27	37
Curitibanos	15,00	200
Concórdia	6,00	188
Total	65,18	603

Fonte: SDE

Programa Juro Zero

Presente em todo o Estado, o Programa Juro Zero é voltado ao Microempreendedor Individual (MEI) com o objetivo de fomentar o empreendedorismo, apoiando a base da economia catarinense com juro zero e com linha de crédito de até R\$ 5 mil.

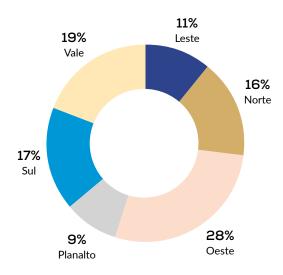




COMPARATIVO EVOLUTIVO

Danië a	N° de Operações			Valor (R\$ milhões)		
Região	2019	2020	Aumento %	2019	2020	Aumento %
Leste	952	1.201	26,16%	2,79	4,61	65,29%
Norte	1.266	1.701	34,36%	3,68	6,40	74,03%
Oeste	2.144	2.939	37,08%	6,23	12,18	95,49%
Planalto	666	946	42,04%	1,93	3,45	78,67%
Sul	1.500	1.795	19,67%	4,36	7,29	67,21%
Vale	1.539	1.960	27,36%	4,49	7,75	72,57%
Total	8.067	10.542	30,68%	23,49	41,68	77,44%

Dados referentes aos três primeiros trimestres de 2020 - Fonte: SDE



JURO ZERO - OPERAÇÕES EM 2020

Fonte: SDE

Constatou-se um aumento de 77,44 % nos valores do Programa Juro Zero em 2020 quando comparado ao ano anterior. Já em relação ao quantitativo de operações realizadas no Estado, apresentou-se um aumento de 30,68 % nos números das operações em 2020.

Rede Catarinense de Centros de Inovação

A rede é um conjunto de ambientes de inovação apoiados pelo Estado de Santa Catarina e atua segundo os critérios estabelecidos nos Guias de Desenvolvimento de Ecossistemas e Centros de Inovação, e que trabalham em colaboração entre si compartilhando da visão de modernizar o perfil econômico das suas regiões.



Em 2020, foi entregue o Portal da Rede de Inovação. O site foi desenvolvido com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação (FAPESC), o Centro de Informática e Automação (Ciasc) e o Grupo VIA Estação Conhecimento/UFSC.

Disponível em: http:// centrosdeinovacao. sc.gov.br/



CENTROS DE INOVAÇÃO NO ESTADO

Centro de Inovação	Modelo	Status
Blumenau	Próprio	Inauguração em dez/2020
Brusque	Próprio	Em obras
Caçador	Parceria com prefeitura	Em funcionamento
Chapecó	Próprio	Inauguração em dez/2020
Criciúma	Próprio com parceria local	Obras a iniciar
Florianópolis	Parceria com privado	Em funcionamento (ACATE)
Itajaí	Próprio	Em obras
Jaraguá do Sul	Próprio	Em funcionamento
Joaçaba	Próprio	Inauguração em dez/2020
Joinville	Parceria com privado	Em funcionamento (Ágora Tech Park)
Lages	Próprio	Em funcionamento
Rio do Sul	Próprio com parceria local	Obras a iniciar
São Bento do Sul	Próprio	Em obras
Tubarão	Próprio	Em obras
Videira	Parceria com prefeitura	Em funcionamento

Fonte: SDE

Sistema Nacional de Emprego (SINE)

O Sistema Nacional de Emprego (SINE) busca executar, de forma integrada, as políticas ativas e passivas de emprego, que são concretizadas segundo ações de intermediação da mão de obra (mediação entre trabalhadores e empregadores a partir da oferta de vagas), e a recepção dos requerimentos de seguro-desemprego por parte dos empregados desligados sem justa causa.

Sine Estadual - Santa Catarina	2019	2020
Total de atendimentos	724.455	356.736
Vagas cadastradas	20.251	13.636
Vagas oferecidas	44.698	31.467

Fonte: Banco de Gestão de Intermediação de Mão de Obra - ME

Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Trata-se de um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, compondo uma base de dados para controle, monitoramento e planejamento ambiental e econômico. O CAR é pré-requisito para a regularização ambiental e acesso ao crédito rural.



350.169 imóveis rurais já cadastrados, correspondendo a 93,78% dos imóveis rurais do Estado (Total 373.388)

Programa de Fortalecimento dos Comitês de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas

Os Comitês são fóruns em que um grupo de pessoas (usuários de água, sociedade civil e órgãos governamentais) reúne-se para discutir sobre um interesse comum – o uso d'água em determinada bacia hidrográfica.

O Estado criou 16 comitês de bacias hidrográficas em seus principais rios:

Bacia hidrográfica do rio das Antas e suas bacias hidrográficas contíguas	Bacia hidrográfica do rio Araranguá	Bacia hidrográfica do rio Canoinhas	Bacia hidrográfica do rio Canoas
Bacia hidrográfica dos rios Chapecó e Irani e suas bacias hidrográficas contíguas	Bacia hidrográfica do rio Camboriú	Bacia hidrográfica do rio Cubatão	Bacia hidrográfica do rio Itajaí
Bacia hidrográfica dos rios Cubatão e Cachoeira	Bacia hidrográfica do rio do Peixe	Bacia hidrográfica do rio Itapocu	Bacia hidrográfica do rio Timbó
Bacia hidrográfica do rio Jacutinga e suas bacias hidrográficas contíguas	Bacia hidrográfica do rio Tijucas	Bacia hidrográfica do rio Tubarão e complexo lagunar	Bacia hidrográfica do rio Urussanga
Entre os anos de 2019/2020, foi repassado às Entidades Executivas dos Comitês de Bacias, para apoio técnico e operacional desses comitês, o valor de R\$ 4,51 milhões, originários da fonte do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO			

Outorga e Controle dos Recursos Hídricos

Conforme a Lei Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994, qualquer empreendimento ou atividade que alterar as condições quantitativas e/ou qualitativas das águas, superficiais ou subterrâneas, observando o Plano Estadual de Recursos Hídricos e os Planos de Bacia Hidrográfica, dependerá de outorga. A outorga de direito de uso dos recursos hídricos representa um instrumento através do qual o Poder Público autoriza, concede ou, ainda, permite ao usuário fazer uso desse bem público. É através desse ato que o Estado exerce, efetivamente, o domínio das águas preconizado pela Constituição Federal, regulando o compartilhamento entre os diversos usuários.

Em 2020, foram analisados e finalizados mais de 1.530 processos de recursos hídricos

Gestão Climática

O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Executiva do Meio Ambiente (SEMA), participou do seu 2º Ciclo de Respostas no Programa CDP States and Regions, num formato inovador integrando diferentes instituições governamentais para o levantamento dos impactos das mudanças climáticas e das ações de adaptação em andamento ou em planejamento.



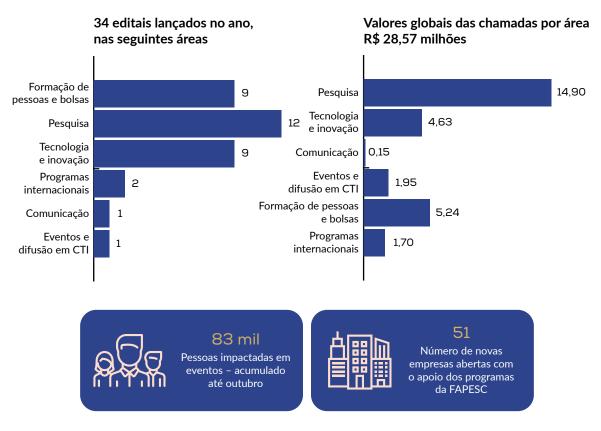
Destaque especial deve ser dado à participação do Estado no Programa CDP Supply Chain.

Voltado à gestão para sustentabilidade da cadeia de fornecedores, o CDP Supply Chain tem grandes empresas do mundo como clientes e, de forma pioneira, em 2020, Santa Catarina buscou o engajamento de seus fornecedores de produtos e serviços, bem como de empresas instaladas em seu território. O objetivo foi

a divulgação ambiental para fins de identificação e gerenciamento de riscos e de oportunidades associados às mudanças climáticas e às emissões de gases do efeito estufa.

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)

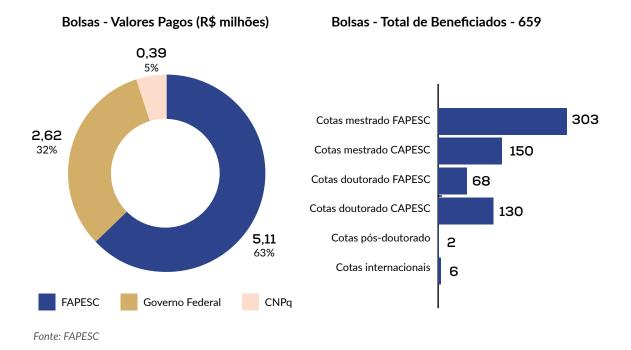
A FAPESC é responsável por repassar recursos públicos para a execução de atividades de pesquisa, inovação, capacitação de recursos humanos e difusão de conhecimentos (por meio de eventos, livros, etc.). O apoio financeiro é concedido geralmente por meio de editais de chamadas públicas e excepcionalmente por demanda espontânea.



Fonte: FAPESC

Mais de R\$ 4 milhões em Bolsas de Mestrado e Doutorado

Em 2020, foram pagos R\$ 8,12 milhões em bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, sendo R\$ 5,11 milhões da FAPESC, R\$ 2,62 milhões do Governo Federal, através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), e R\$ 387.500,00 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esses bolsistas foram selecionados em editais de 2017, 2019 e 2020.



Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO)

O IMETRO é uma das instituições públicas que exercem o papel de proteger o consumidor fiscalizando dois aspectos muito importantes nas relações de consumo: a metrologia legal e a qualidade industrial. Essa autarquia, com as atividades de metrologia e qualidade, visa prestar um atendimento eficaz em suas fiscalizações, as quais colaboram para a garantia da saúde e da segurança dos cidadãos que consomem os bens e serviços, proporcionando um ambiente justo e leal de concorrência.

O IMETRO obteve destaque em 2020 com o reconhecimento nacional no controle de pescado glaciado. A autarquia atua em toda a cadeia produtiva, realizando fiscalizações desde a produção até o ponto de venda, onde o pescado é exposto ao consumidor final. Este trabalho é realizado muitas vezes em parceria com órgãos como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério Público de Santa Catarina, onde o IMETRO atua tanto em operações especiais quanto em trabalhos rotineiros.

Outro destaque é que Santa Catarina está inovando na segurança de veículos movidos a Gás Natural Veicular (GNV), uma iniciativa inédita no País. O Sistema GNV Seguro tem o objetivo de evitar acidentes no abastecimento de veículos com a instalação irregular de GNV, bem como combater o uso de equipamentos clandestinos.



IMETRO-SC testa e aprova Sistema GNV Seguro

Foto: Olavo Moraes/IMFTRO

Autorização para isentar tarifas de água e de esgoto: publicações de 5 resoluções autorizando prestadoras de serviço de saneamento básico a praticar isenção tarifária para beneficiários cadastrados na categoria "Tarifa Social"

Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC)

Compete à ARESC regular, fiscalizar e orientar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico, gás natural canalizado e transporte intermunicipal de passageiros, além de editar normas técnicas econômicas e sociais para a sua regulação, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável.



Transporte Intermunicipal de Passageiros



ARESC aumenta fiscalização

Foto: Divulgação/ARESC

Para evitar a propagação do novo coronavírus, a ARESC atua no controle do transporte público intermunicipal. O trabalho efetuado pelas equipes resultou em mais de 3,2 mil ações de fiscalização desde o início da pandemia.

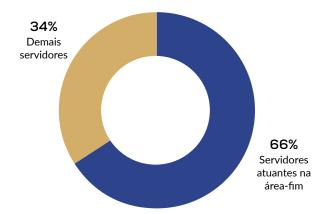
Operações de vistoria, monitoramento e orientação das regras estabelecidas pelo Governo do Estado foram executadas em terminais rodoviários e urbanos, transporte aquaviário, secretarias municipais de saúde, pontos turísticos e em serviços fretados para funcionários de indústrias e empresas. Somadas com outras ações fiscalizatórias de rotina, o setor totalizou 4 mil ações.

Ouvidoria da ARESC

Segundo o levantamento da Ouvidoria da ARESC, em 2020 foram registrados **2.509** atendimentos por ligações, dos quais **927** foram convertidos em notificações. A manifestação dos atendimentos revelou um acréscimo de 22% em comparação com o ano de 2019.

Capital Humano da Área de Desenvolvimento Econômico-Sustentável

O capital humano total atuante na área de Desenvolvimento Econômico-Sustentável é de 431 pessoas, das quais 285 atuam na área-fim.



Fonte: SDE

TURISMO

A Agência de Desenvolvimento do Turismo (Santur) atua no mapeamento e na promoção de produtos e serviços turísticos do Estado, na inovação do setor, na melhoria da infraestrutura turística e no fortalecimento da imagem de Santa Catarina como destino seguro.

Infraestrutura Turística

Em 2020, foram investidos cerca de R\$ 6,9 milhões em equipamentos, instalação de divisórias, sistema de climatização, elevadores hidráulicos e panorâmicos para a finalização das obras do Centro de Eventos de Balneário Camboriú.



Cascata em Bom Jardim da Serra Foto: Makito/Arquivo/Santur





Sistema de climatização do Centro de Eventos de Balneário Camboriú

Foto: GEINFRA

Apoio ao Turismo no Enfrentamento dos Impactos da Pandemia

O Estado realizou uma cooperação técnica com o BADESC para auxiliar empresas do setor de turismo na contratação de recursos do Fundo Geral do Turismo (Fungetur) para capital de giro. No total, foram R\$ 22 milhões em contratos do Fungetur contribuindo para amenizar os impactos da pandemia nos negócios do turismo.

Turismo Seguro

O turismo foi um dos setores que mais sofreram com a pandemia de Covid-19, e algumas mudanças se mostraram muito importantes para continuar com as atividades no setor. Assim, foram adotadas ações de boas práticas de biossegurança pelos prestadores de serviços turísticos em 2020.



Programa de Incentivo ao Turismo Responsável: conta com mais de 300 estabelecimentos engajados no combate à Covid-19 e que foram certificados com o selo Viaje+SC



Santa Catarina foi um dos primeiros estados brasileiros a obter a certificação internacional concedida pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC). A Santur é embaixadora do selo e responsável pela sua emissão no Estado



22 portarias foram elaboradas com a participação da Santur junto aos órgãos de Saúde do Estado e com a interlocução com o trade turístico, regulamentando diferentes segmentos do setor

Promoção Turística

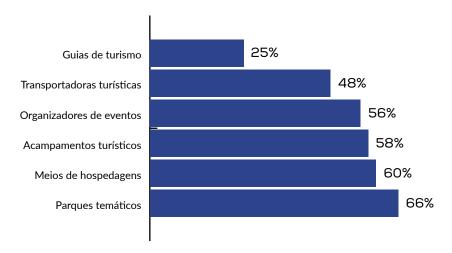
6 participações em feiras de turismo e negócios, sendo uma em formato virtual + de 500 agentes e operadores nacionais capacitados presencialmente 4 capacitações on-line para agentes e operadores no mercado latino-americano, atingindo 12 países e mais de 5 mil visualizações

Cadastur

Na promoção do ordenamento, da formalização e da legalização dos prestadores de serviços turísticos, o Cadastur constitui o cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva desse setor.

Quando comparado com 2019, no ano de 2020 houve um aumento de 47% no número de prestadores de serviços em situação regular no Estado. Em Santa Catarina, são mais de 5 mil empreendimentos e profissionais regularizados.

Aumento da Regularização Cadastral (por atividade econômica em 2020)



Fonte: Santur

Movimentação de Turistas

Para analisar a movimentação dos turistas, é importante salientar que o período das temporadas é de novembro a abril do ano posterior, portanto houve pouco impacto da pandemia na temporada 2019/2020.

- » Fluxo aéreo: oferta de assentos previstos com destino a seis aeroportos catarinenses entre janeiro e dezembro (aeroportos de Florianópolis, Navegantes, Chapecó, Joinville, Jaguaruna e Lages). Em 2019, foram 4,54 milhões, ao passo que em 2020 foram 2,17 milhões.
- » Fluxo terrestre: registro em cinco praças de pedágio da Autopista Litoral Sul, em Santa Catarina, entre janeiro e dezembro. Em 2019, foram 70,41 milhões de veículos, com queda em 2020 para 63,82 milhões de veículos.

- » Fluxo marítimo: navios na temporada 2018/2019, 3 navios, e na 2019/2020, 4 navios. Escalas: aumento de 185,7%, 2018/2019 7 escalas e 2019/2020 20 escalas. Passageiros em cruzeiros Aumento de 149,5% na temporada 2018/2019, com 27,1 mil, e na 2019/2020, com 67,7 mil (Obs.: não houve nenhum navio para a temporada 2020/2021, pois todos foram cancelados devido à situação sanitária que se instaurou em decorrência da pandemia, e não existe previsão para 2021/2022).
- » ICMS Turístico: o ano de 2019 obteve R\$ 225,30 milhões de arrecadação, e em 2020 foram arrecadados R\$ 158,38 milhões.
- » Saldo de empregos nas atividades características do turismo: 2019/2020 saldo negativo de -19 mil empregos.

Inovação no Turismo



Almanach é uma ferramenta de dados sobre o turismo catarinense lançada pela Santur em 2020. A ferramenta apresenta 13 painéis dinâmicos com dados das regiões turísticas, 12 indicadores

extraídos de sete bases distintas de dados abertos e 5 indicadores para comparação do desempenho da atividade turística entre as regiões.

Todos esses indicadores podem ser acessados por meio do QR Code, ou através do link https://bit.ly/3sEoAZU.



Outras Inovações no Turismo:



O Inovatur foi o primeiro programa de inovação aberta focado no turismo catarinense. Foram R\$ 300 mil para seleção de 13 projetos inovadores, contemplando todas as regiões turísticas, além de 9 webinars e 3 podcasts, com mais de 400 visualizações e mais 9 horas de conteúdo para ativação da marca e divulgação do programa

Aplicações de Big Data e Inteligência Artificial

Alcance de 322 visualizações no webinar sobre aplicações de Big Data e Inteligência Artificial

Projeto Fortalecimento do Turismo Cultural e Natural do Estado de Santa Catarina: o objetivo deste Projeto é realizar um estudo do Patrimônio Cultural e Natural por meio de pesquisa por amostragem

Verão Seguro



Para mais informações, acesse o link https://bit.ly/3o7tTh7.

INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE), busca promover o bem-estar do cidadão, com foco na modernização e na transformação da infraestrutura de transportes, da mobilidade e das obras hidráulicas e civis do Estado.

Em 2020, concretizaram-se importantes ações de infraestrutura e mobilidade no Estado. Foram investidos R\$ 446,90 milhões na melhoria de rodovias catarinenses, com a conclusão de diversas obras fundamentais.

Santa Catarina fechou o ano com 81,98% da malha viária pavimentada, resultando em um aumento de 31,20 km de vias estaduais pavimentadas quando comparado a 2019.

Ana da nafanên da	Extens	Takal	
Ano de referência	Pavimentada	Não pavimentada	Total
2019	5.008,70	1.123,60	6.132,30
2020	5.039,90	1.107,10	6.147,00
Incremento em 2020	31,20	-16,50	14,70

Fonte: SIE

A pavimentação da Rodovia Jorge Lacerda, em Gaspar, a obra do Travessão do Rio Vermelho, em Florianópolis, e a implantação da Rodovia SC-390, entre Anita Garibaldi e Celso Ramos, foram algumas das obras retomadas em 2020.

A obra de recuperação emergencial dos blocos estruturais das pontes Pedro Ivo Campos e Colombo Machado Salles, na Capital, iniciou em junho de 2020 e já está finalizada. Ao todo, seis blocos foram recuperados.

Além disso, também está em andamento a pavimentação sobre o vão metálico da ponte Pedro Ivo Campos.



Pontes Pedro Ivo e Colombo Sales

Foto: Cristiano Estrela/SECOM



Obras na rodovia que dá acesso ao Distrito Industrial de Joinville

Foto: Ricardo Wolffenbüttel/SECOM



Vista Ponte Hercílio Luz

Foto: Ricardo Wolffenbüttel/SECOM



Duplicação do trecho estadualizado da BR-280, entre Guaramirim e Jaraguá do Sul

Foto: Divulgação/SIE

No norte do Estado, duas obras importantes estão sendo realizadas e vão trazer mais desenvolvimento econômico para a região: a duplicação do trecho estadualizado da BR-280, entre Guaramirim e Jaraguá do Sul, que beneficiará mais de 180 mil habitantes, e as obras do acesso Norte de Joinville, na SC-108.



Recuperação da encosta na Serra do Rio do Rastro

Foto: Divulgação/SIE

Outra melhoria importante em andamento é a recuperação dos 25 pontos críticos ao longo da Serra do Rio do Rastro (SC-390), nos municípios de Orleans, Lauro Müller e Bom Jardim da Serra. Atualmente, os trabalhos estão sendo realizados em oito pontos da rodovia. A ação faz parte do Programa Novos Rumos e tem previsão de entrega para 2021.



Imagem do novo acesso ao Sul da Ilha

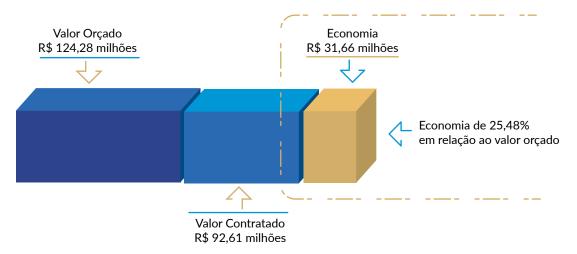
Imagem: Arte/SECOM

Em 2020, foi inaugurado o novo acesso ao Sul da Ilha de Florianópolis. Com investimentos de mais de R\$ 219 milhões, a rodovia possui oito quilômetros de extensão e está localizada entre os bairros Rio Tavares e Carianos, além de ser acesso ao aeroporto da capital.

Licitações e Economicidade

O setor de licitações da SIE economizou R\$ 31,66 milhões em 2020. O valor total orçado para as licitações era de R\$ 124,28 milhões, mas foram assinados contratos no valor total de R\$ 92,61 milhões.

Além da ocorrência da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus, essa economia também foi resultado da utilização pela SIE, em 2020, da modalidade de licitação chamada Regime Diferenciado de Compras (RDC), uma solução que permite realizar licitações de serviços e obras de engenharias de forma totalmente eletrônica, haja vista a necessidade do isolamento social.



Fonte: SIE

Utilizando-se as modalidades do RDC do tipo aberta (os licitantes apresentam lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital) ou aberta/ fechada (os licitantes apresentam lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital), pode-se promover a disputa com lances, o que faz com que os preços sejam reduzidos. Outro fator é que, desde o final de 2019, a SIE vem adotando o pregão eletrônico, modalidade esta que também promove, com a disputa de lances, uma economicidade maior para o setor público.

Faixa de Domínio

Faixa de domínio é a área de terras determinada legalmente por decreto de utilidade pública para uso rodoviário, sendo ou não desapropriada, cujos limites foram estabelecidos em conformidade com a necessidade exigida no projeto de engenharia rodoviária. Algumas instalações ou obras podem ocupar as faixas de domínio das rodovias estaduais, mas são cobradas por isso, o que gera receitas para os cofres públicos.

INSTALAÇÕES QUE PODEM OCUPAR A FAIXA DE DOMÍNIO

Acessos a propriedades unifamiliares, multifamiliares, comerciais e industriais

Pequenos comércios e áreas de estacionamento

Engenhos publicitários

Linhas de fibra ótica para transmissão de voz, dados e imagens

Dutos (oleoduto, gasoduto e poliduto)

Adutoras e redes de esgoto

Redes aéreas (luz e telefone)

Tubulações diversas

Estação de rádio para telefonia celular

Outras instalações ou obras que a Secretaria venha a autorizar



Aplicativo para fiscalização das faixas de domínio de rodovias

Foto: Divulgação/SIE

Em 2020, o valor arrecadado com o uso e a ocupação da faixa de domínio foi de R\$ 4,72 milhões. Os valores recolhidos são revertidos para a manutenção viária das rodovias estaduais.

Para reforçar o controle sobre essas áreas, foi lançado em novembro de 2020 um aplicativo que auxiliará na fiscalização das faixas de domínio. Esse aplicativo é o FxD Mobile, ferramenta que pode ser utilizada pelo celular ou tablet.

Com o FxD Mobile, será possível aumentar a produtividade e a abrangência da fiscalização, garantindo menos irregularidades e mais arrecadação.

Aeroportuário

Em 2020, houve a regularização operacional dos aeroportos de São Miguel do Oeste, Forquilhinha e Jaguaruna, a abertura ao tráfego aéreo no Aeroporto Regional do Planalto Serrano, em Correia Pinto, e a concessão do Aeroporto de Chapecó.



Aeroporto de Jaguaruna

Foto: Júlio Cavalheiro/SECOM

Lista de Obras Concluídas

Pavimentação da SC-120, entre Curitibanos e São José do Cerrito. A rodovia com 40 km de extensão ajudará no escoamento da produção agrícola e impulsionará o desenvolvimento de toda a região. O Estado investiu R\$ 112,60 milhões no asfaltamento. A obra de pavimentação do trecho teve início em 2014.

Recuperação funcional de três pontos da Rodovia SC-108, entre São João Batista e Major Gercino. O investimento total foi de R\$ 2,10 milhões e contemplou terraplenagem, pavimentação, drenagem, sinalização e obras de arte correntes e complementares na rodovia.

Pavimentação da SC-467, que liga Jaborá a Ouro. A obra, iniciada em 2014, foi retomada em novembro de 2019 por meio do Programa Novos Rumos e recebeu mais de R\$ 35 milhões em recursos próprios do Estado para a sua conclusão.

2020

Implantação da Rodovia Ivane Fretta Moreira, em Tubarão. Com cerca de 5 km de extensão, o acesso, que foi liberado para o tráfego em janeiro, garante segurança, mobilidade e desenvolvimento da economia, em especial o escoamento da produção. É uma nova ligação da região central de Tubarão e da BR-101 com a comunidade de São Martinho e com o Vale do Rio Braço do Norte. O investimento foi de R\$ 82,02 milhões.

Reabilitação da Rodovia SC-401, em Florianópolis. Com investimento de R\$ 31,50 milhões, foram executados serviços em um trecho de 12 km, entre os entroncamentos com a SC-404, no Itacorubi, e a SC-402, em Ratones. Nos locais, foram executados os trabalhos de revitalização do pavimento, implantação de faixa de tráfego adicional para os veículos que chegam da Lagoa da Conceição, implantação de uma rótula em frente ao Jardim da Paz, alargamento do acesso a Cacupé, entre outras melhorias.



Mobilidade Urbana

Foto: Ricardo Wolffenbüttel/SECOM

Ciclovias e Ciclofaixas Entregues

Cada vez mais pessoas estão adotando estilos de vida saudáveis. Com as ciclovias ou ciclofaixas, existem incentivos para que sejam utilizadas mais bicicletas na prática de exercícios e também como meio de transporte.

Contrato	Trecho executado	Distância (km)
PJ 154/2014	SC-370 – Contorno de Tubarão	4,15
PJ 215/2013	SC-477 – Entroncamento SC-112 a Doutor Pedrinho	4,00
РЈ 103/2015	Interseção SC-405 e acesso ao bairro Carianos	1,97
PJ 019/2018	Acesso ao Aeroporto Internacional de Florianópolis (Lote 1C)	1,45
РЈ 136/2018	Acesso ao Aeroporto Internacional de Florianópolis (Lote 1B)	1,40

Fonte: SIE

Assim, reduzem-se a utilização de veículos no trânsito e a emissão de gases poluentes na atmosfera. Com as ciclofaixas, os motoristas compartilham as ruas, de forma segregada, com os ciclistas.

Conservação e Manutenção da Malha Rodoviária

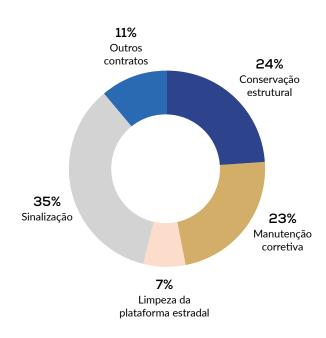
Outro ponto de destaque foi o esforço para disponibilizar recursos de conservação e manutenção da malha rodoviária, necessários para garantir a vida útil do patrimônio, a segurança dos usuários e as condições adequadas de trafegabilidade.

Em 2020, foram investidos, por meio do Projeto Recuperar e de contratos de manutenção da SIE, mais de R\$ 66 milhões em manutenção rotineira nas rodovias estaduais, com serviços de tapa-buracos, roçada, sinalização e conservação estrutural.

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA						
CONTRATOS	Investimento	A 2020				
CONTRATOS	2019	2020	Aumento em 2020			
Conservação estrutural	5,11	16,07	214,48%			
Manutenção corretiva (tapa-buracos)	8,33	15,31	83,79%			
Limpeza da plataforma estradal	2,61	4,45	70,50%			
Sinalização	9,72	22,7	133,54%			
Outros contratos (bueiros, defensas metálicas, monitoramento de túnel, recuperação e manutenção de passarelas)	14,2	7,49	-47,25%			
TOTAL	39,97	66,02	65,17%			

Fonte: SIE

CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO 2020



Municipalismo

A adoção de estratégias municipalistas de infraestrutura, com o incremento significativo na celebração de convênios, tem permitido o apoio do Governo do Estado na melhoria das condições locais de acesso e mobilidade. Em 2020, foram firmados convênios na ordem de 236,77 milhões com os municípios catarinenses.

Ações em Obras Civis

A SIE absorveu as obras civis de várias Secretarias e Órgãos do Governo, sendo assim responsável pelos serviços de engenharia relacionados às obras civis do Executivo catarinense. Dessa forma, foi possível padronizar projetos e reduzir custos e tempo de execução das obras.

Na SIE, a centralização dos serviços de engenharia relacionados às obras civis traz diversos benefícios, como, por exemplo, a padronização no formato do recebimento de projetos de arquitetura e de engenharia, a criação de projeto-padrão, podendo ser replicado, gerando economia e agilidade na execução de novas obras, entre outros. Foram desenvolvidos os seguintes quantitativos de atividades em 2020:

Atividades	Quantitativos
Análise ou fiscalização de projetos e orçamentos	747
Análise de aditivo	68
Elaboração de projetos	10
Assessoria em projetos de obras hidráulicas	3
Elaboração de orçamento	8
Análises de convênios	95
Elaboração de termo de referência para contratação de projetos	180
Elaboração de termo de referência para contratação de obras	18
Elaboração de termo de referência para plano de manutenção de sistema de drenagem	1
Vistorias e pareceres	126
Análise de cadastro de fornecedores	347
Contratos de obras concluídas (fiscalização)	81
Contratos de obras em andamento (fiscalização)	131
Convênios em andamento (fiscalização)	195
Contratos de manutenção contínua	2
Atas de manutenção – contratos/lotes	75

Continua na próxima página

DESEMPENHO DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE GOVERNO

Continuação da página anterior

Atividades	Quantitativos
Atas de topografia – contratos/lotes	39
Atas de layout – contratos/lotes	39
Atas de sondagem – contratos/lotes	35
Atas de sondagem – contratos/lotes	66
Licitação de projetos e/ou obras civis (comunicação visual CV, terraplanagem TP, regime diferenciado de contratação RDC)	183

Fonte: SIE - DIOC/DFOC/CPL OBRAS CIVIS

INTEGRIDADE E GOVERNANÇA

No Estado de Santa Catarina, a Secretaria Executiva de Integridade e Governança (SIG), criada pela Lei Complementar nº 741/2019, é responsável por desenvolver o Programa de Integridade e Compliance junto aos órgãos e às entidades da Administração Pública catarinense.



Painel Integridade e Governança na ferramenta OMNI GOV

Para viabilizar a implementação de estruturas voltadas à governança pública, as atividades desempenhadas pela SIG no ano de 2020 tiveram como ênfase os seguintes aspectos:

Início da implantação do Programa de Integridade e Compliance previsto na Lei Estadual nº 17.715/2019 em mais de 50 estruturas da administração direta e indireta.

Início dos treinamentos sobre a gestão de riscos na Administração Pública.

Apoio no enfrentamento da pandemia de Covid-19, sobretudo no que se refere à remodelagem dos serviços públicos decorrentes da respectiva gestão de crise sob a ótica da governança pública.

Produção de Relatórios de Avaliação de Risco de Integridade e Governança como meio de apoio à tomada de decisão baseada nos princípios e valores da Administração Pública.

Acompanhamento da remodelagem de governança corporativa das empresas públicas catarinenses, visando o alcance dos objetivos estratégicos e a reorganização administrativa baseada em excelência e em eficiência operacional.

Atividades da SIG em 2020

Acompanhamento dos 264 indicadores estratégicos eleitos pelo Estado de Santa Catarina como mecanismos de gestão e de alavancagem de resultados, com base em alinhamentos semanais entre os gestores das áreas envolvidas.

Realização da 2ª Edição do Prêmio SIG KIDS, envolvendo todas as regionais de educação com o concurso cultural cujo tema foi "O que é ser honesto?".

Elaboração de guias e manuais de gestão de riscos para atividades remotas, avaliação de políticas públicas, comunicação social e gestão de riscos, todos parte do Programa de Integridade e Compliance.

Aplicação dos critérios de avaliação do Termo de Cooperação Técnica com a Transparência Internacional Brasil e o Governo do Estado de Santa Catarina.

Desenvolvimento de ações de governança pública baseadas nos critérios e nas proposituras da Rede Governança Brasil, da qual a SIG faz parte.

Desenvolvimento gratuito, com o apoio da Casa Militar, de uma ferramenta informatizada que permite o acompanhamento da evolução das etapas do Programa de Integridade e Compliance por parte dos órgãos e das entidades vinculados ao Poder Executivo de Santa Catarina.

Além de cumprir as suas atividades ordinárias, a SIG contribuiu em treinamentos, acompanhamento dos planos de governança e da atuação de determinados Conselhos. Também ofereceu sugestões relacionadas ao Compliance para os programas desenvolvidos pelas estatais catarinenses, que seguem a Lei Federal nº 13.303/2016 como órgão de apoio da Administração Pública.



GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, PATRIMONIAL E FINANCEIRA



GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, PATRIMONIAL E FINANCEIRA

PANORAMA GERAL

Este capítulo apresentará os resultados obtidos na gestão orçamentária estadual no ano de 2020, além das principais informações a respeito da situação financeira e patrimonial do Estado no referido ano.

Santa Catarina obteve um montante de receita bruta de R\$ 41,35 bilhões em 2020. Desse total, R\$ 11,39 bilhões são deduções obrigatórias, o que resulta numa receita líquida de R\$ 29,95 bilhões.

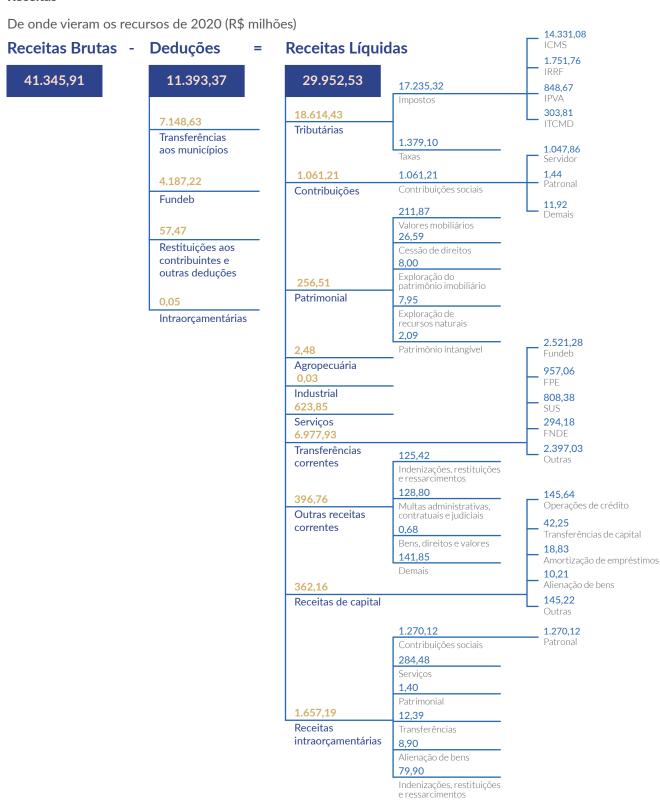
Quanto à despesa, o Estado finalizou o exercício com um montante de R\$ 28,09 bilhões de despesas realizadas (empenhadas).

Ao se comparar a receita líquida com o total das despesas do ano, verifica-se um superavit orçamentário de R\$ 1,86 bilhão em 2020, o qual demonstra que as receitas arrecadadas no ano foram superiores às despesas nele reconhecidas.

A seguir, são detalhadas as principais origens dos recursos arrecadados em 2020 e a finalidade com que foram aplicados. Em conjunto com os números, que são oriundos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF), salvo quando houver informação específica, apresentam-se as análises das gestões orçamentária, patrimonial e financeira do Estado de Santa Catarina.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

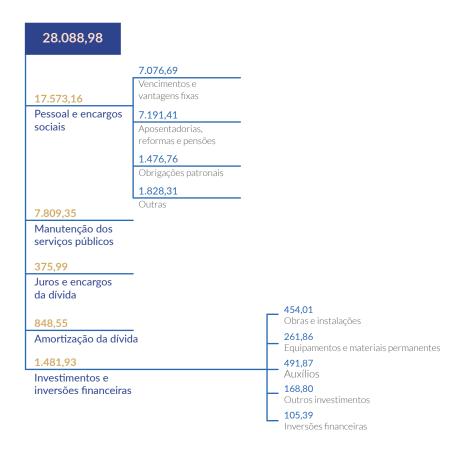
Receitas



Despesas

Para onde foram os recursos de 2020 (R\$ milhões)

Despesas Empenhadas



PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O planejamento orçamentário do Estado de Santa Catarina, que teve como base o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), estimou o total das receitas e despesas para o ano de 2020.

Com base nesses instrumentos, foram previstas as receitas totais e fixadas as despesas nas diversas áreas atuantes, de modo a atender aos anseios da população.

Os instrumentos de planejamento orçamentário do Estado para o ano de 2020 foram estruturados da seguinte forma:

PPA 2020 - 2023 Lei nº 17.874/2019

Definiu as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública estadual para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.



LDO

Lei n° 17.753/2019

Orientou a elaboração do orçamento de 2020, definindo prioridades e metas*.



LOA

Lei n° 17.875/2019

Estimou a receita e fixou a despesa de 2020.

*As metas fiscais definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias são apresentadas no capítulo de Indicadores Fiscais deste Balanço.

As receitas e despesas fixadas na Lei Orçamentária Anual foram as seguintes:

Despesa Fixada R\$ 28,92 bilhões

Receita Prevista	Valor
Receita bruta	R\$ 40,25 bilhões
(-) Deduções	R\$ 11,33 bilhões
Receita líquida	R\$ 28,92 bilhões

Além da despesa fixada de R\$ 28,92 bilhões, a LOA apresentou ainda o valor de R\$ 804,24 milhões de despesas com inativos do Fundo Financeiro do IPREV, sem cobertura pelas receitas orçamentárias, gerando um deficit orçamentário inicial nesse montante.

RECEITAS

Os ingressos de recursos que o Estado tem à disposição para manter os serviços e financiar as suas necessidades de investimentos públicos correspondem às receitas. Elas possuem diversas origens: recolhimento de impostos, taxas e contribuições, transferência de recursos por outros entes, exploração do patrimônio estadual ou, ainda, captação de recursos por meio de empréstimos e financiamentos, por exemplo.

A partir da receita bruta, deve-se excluir as deduções para se obter a receita líquida, que é o valor que o Estado efetivamente poderá gastar. Consideram-se deduções da receita as transferências constitucionais aos municípios, os repasses ao Fundeb e as restituições aos contribuintes.

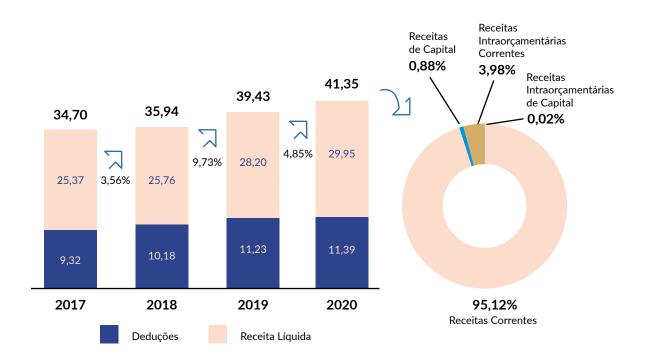
A receita bruta de 2020 estimada pela Lei Orçamentária Anual (LOA) foi de R\$ 40,25 bilhões para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. A arrecadação bruta de 2020 foi de R\$ 41,35 bilhões, valor que superou o previsto na LOA em R\$ 1,09 bilhão. Também a receita líquida arrecadada superou a receita prevista, atingindo 104% dela.

RECEITA PREVISTA X RECEITA ARRECADADA EM 2020 (R\$ BILHÕES)

Descrição	Receita Prevista	Receita Arrecadada	% da Receita Realizada em Relação à Receita Prevista
RECEITA BRUTA	40,25	41,35	103%
Receitas Correntes	37,96	39,33	104%
Receitas de Capital	0,35	0,36	103%
Receitas Intraorçamentárias Correntes	1,94	1,65	85%
Receitas Intraorçamentárias de Capital	0,005	0,01	206%
(-) Deduções	(11,33)	(11,39)	101%
RECEITA LÍQUIDA	28,92	29,95	104%

EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA (R\$ BILHÕES)

RECEITA BRUTA DE 2020



A tabela seguinte apresenta o comparativo das receitas do exercício de 2020 com as de 2019 por categoria econômica e por origem.

RECEITA ARRECADADA POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (R\$ MILHÕES)

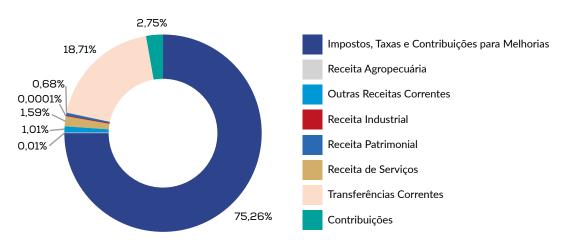
		2020			2019		Variação da
Receitas	Arrecadação Bruta	Deduções	Arrecadação Líquida	Arrecadação Bruta	Deduções	Arrecadação Líquida	Arrecadação Bruta
Receitas Correntes	39.326,51	11.393,32	27.933,19	37.314,85	11.234,50	26.080,35	5,39%
Contribuições	1.079,57	18,36	1.061,21	1.056,37	5,53	1.050,84	2,20%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	29.596,64	10.982,22	18.614,43	29.029,48	10.846,94	18.182,54	1,95%
Receita Agropecuária	2,48	-	2,48	1,64	-	1,64	50,70%
Receita de Serviços	624,04	0,19	623,85	857,25	0,04	857,21	-27,21%
Receita Industrial	0,026	-	0,026	0,030	-	0,030	-12,52%
Receita Patrimonial	267,22	10,72	256,51	423,56	2,13	421,43	-36,91%
Transferências Correntes	7.357,99	380,06	6.977,93	5.485,97	376,51	5.109,46	34,12%
Outras Receitas Correntes	398,54	1,78	396,76	460,55	3,35	457,20	-13,46%
Receitas de Capital	362,16	-	362,16	224,00	0,004	224,00	61,68%
Alienação de Bens	10,21	-	10,21	9,15	0,004	9,15	11,59%
Amortização de Empréstimos	18,83	-	18,83	29,43	-	29,43	-36,03%
Operações de Crédito	145,64	-	145,64	170,85	-	170,85	-14,75%
Transferências de Capital	42,25	-	42,25	14,57	-	14,57	190,09%
Outras Receitas de Capital	145,22	-	145,22	-	-	-	100,00%
Receitas Intraorçamentárias Correntes	1.646,95	0,05	1.646,90	1.894,82	0,10	1.894,72	-13,08%
Receita de Contribuições	1.270,17	0,05	1.270,12	1.546,26	0,10	1.546,16	-17,86%
Receita de Serviços	284,48	-	284,48	256,92	-	256,92	10,73%
Receita Patrimonial	1,40	-	1,40	1,45	-	1,45	-4,00%
Transferências Correntes	11,00	-	11,00	-	-	-	100,00%
Outras Receitas Correntes	79,90	-	79,90	90,18	-	90,18	-11,40%
Receitas Intraorçamentárias de Capital	10,29	0,000004	10,29	-	-	-	100,00%
Transferências de Capital	1,39	0,000004	1,39	-	-	-	100,00%
Alienação de Bens	8,90	-	8,90	-	-	-	100,00%
Total	41.345,91	11.393,37	29.952,53	39.433,67	11.234,60	28.199,07	4,85%

Fazendo-se uma análise da arrecadação, observa-se que as receitas tributárias são responsáveis por 71,58% da receita bruta total e as transferências correntes por 17,80%, sendo, portanto, as principais origens de receitas do Estado.

Receitas Correntes

Em 2020, a arrecadação bruta das receitas correntes foi de R\$ 39,33 bilhões e correspondeu a 95,12% do total das receitas.

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES BRUTAS DE 2020



Na sequência, serão detalhadas a receita tributária e as transferências correntes, que são as principais origens de receitas correntes do Estado.

Receita tributária

A maior arrecadação do Estado é de origem tributária, composta por impostos e taxas. Do total bruto arrecadado de R\$ 41,35 bilhões, R\$ 28,21 bilhões são de impostos, entre os quais se destacam o ICMS¹, o IPVA², o IRRF³ e o ITCMD⁴.

As taxas cobradas pelo Estado, sejam elas derivadas do exercício do poder de polícia ou da prestação de serviços, somaram R\$ 1,38 bilhão.

Após todas as deduções de receita, a receita tributária líquida foi de R\$ 18,61 bilhões.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA, INCLUINDO MULTAS, JUROS E DÍVIDA ATIVA (R\$ MILHÕES)

	20:	20	2019		Variação da	Variação da	
Receita Tributária	Receita Bruta	Receita Líquida	Receita Bruta	Receita Líquida	Receita Bruta 2020/2019	Receita Líquida 2020/2019	
Impostos	28.214,64	17.235,32	27.702,34	16.858,20	1,85%	2,24%	
ICMS	23.959,56	14.331,08	23.750,23	14.138,54	0,88%	1,36%	
IRRF	1.751,77	1.751,76	1.667,23	1.667,19	5,07%	5,07%	
IPVA	2.122,29	848,67	1.936,73	774,51	9,58%	9,58%	
ITCMD	381,02	303,81	348,12	277,96	9,45%	9,30%	
ITBI	-	-	0,03	0,003	-100,00%	-100,00%	
Taxas	1.382,00	1.379,10	1.327,14	1.324,34	4,13%	4,14%	
Exercício do Poder de Polícia	942,78	942,60	930,09	930,00	1,36%	1,36%	
Prestação de Serviços	439,23	436,50	397,05	394,34	10,62%	10,69%	
Total	29.596,64	18.614,43	29.029,48	18.182,54	1,95%	2,38%	

¹ Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

² Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

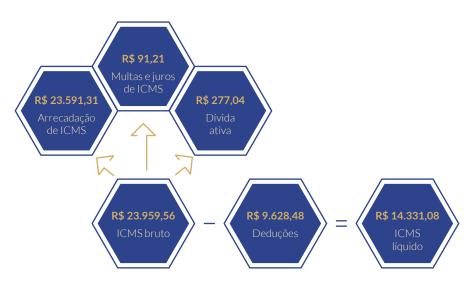
³ Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

⁴ Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos.

ICMS

A arrecadação bruta com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), somando-se à arrecadação com multas, juros e dívida ativa desse imposto, atingiu o montante de R\$ 23,96 bilhões em 2020, o equivalente a 57,95% da receita bruta total. Mesmo diante da pandemia, houve um incremento em valores nominais na arrecadação bruta de ICMS de R\$ 209,34 milhões em relação ao ano de 2019.

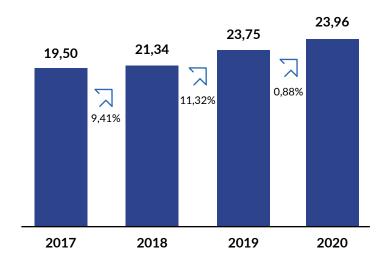
ARRECADAÇÃO DE ICMS EM 2020 (R\$ MILHÕES)



Do valor arrecadado de ICMS, 75% ficam para o Estado, e 25% são divididos com os municípios catarinenses.



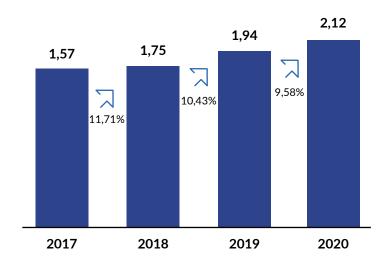
EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA DE ICMS (R\$ BILHÕES)



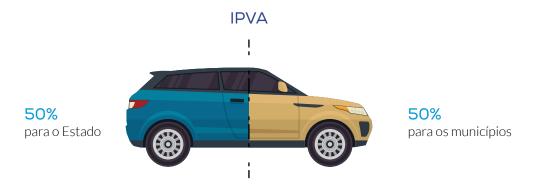
IPVA

O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) é o segundo imposto com a maior arrecadação bruta no ano de 2020 e totalizou R\$ 2,12 bilhões. Em comparação com 2019, a receita com o IPVA de Santa Catarina aumentou 9,58%.

EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA DE IPVA (R\$ BILHÕES)



Do valor arrecadado com IPVA, 20% vão diretamente para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que financia a educação básica. Dos 80% que restam da arrecadação com o imposto, metade fica com o Estado, e a outra metade é repassada para o município em que o veículo está licenciado.

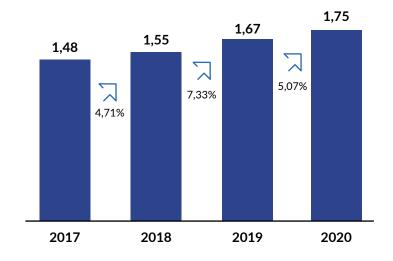


IRRF

A arrecadação bruta do IRRF em 2020 chegou a R\$ 1,75 bilhão. Do total, R\$ 1,71 bilhão refere-se ao IRRF sobre rendimentos salariais retidos na fonte, e R\$ 46,11 milhões provêm de retenções sobre serviços prestados.

De acordo com o artigo 157, inciso I, da Constituição Federal de 1988, pertence ao Estado o Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IRRF) quando incidir na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituir e mantiver.

EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTO DE RENDA (R\$ BILHÕES)

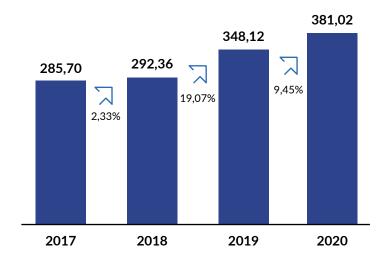


O incremento percentual desse imposto em relação ao ano de 2019 foi de 5,07%, representando 6,21% da receita total de impostos.

ITCMD

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) incide basicamente sobre a transferência de bens decorrentes de doações ou herança. Em 2020, esse imposto atingiu o montante de R\$ 381,02 milhões de arrecadação bruta, incluídos nesse valor as multas, os juros e a dívida ativa. O valor arrecadado foi 9,45% superior ao do ano anterior.

EVOLUÇÃO DA RECEITA BRUTA DE ITCMD (R\$ MILHÕES)



TAXAS

Em 2020, a arrecadação bruta com as taxas, considerando a cobrança também de multas, juros e dívida ativa, foi de R\$ 1,38 bilhão (R\$ 1,33 bilhão em 2019), o equivalente a 4,67% da receita tributária bruta e 3,34% da receita bruta total. Em relação ao ano de 2019, a arrecadação desse tributo cresceu 4,13%.

As principais taxas que figuram hoje na arrecadação estadual são as provenientes do exercício do poder de polícia e da prestação de serviços públicos.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA BRUTA ARRECADADA COM TAXAS EM 2020 (R\$ MILHÕES)

Таха	Valor	%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	942,78	68,22%
Atos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão	838,98	60,71%
Selos de Fiscalização de Atos Registrais	51,86	3,75%
Taxa de Fiscalização Ambiental	21,32	1,54%
Taxa de Regulação e Fiscalização sobre Serviços de Saneamento Básico	8,13	0,59%
Taxa de Regulação e Fiscalização sobre Serviços de Gás Canalizado	4,06	0,29%
Taxa de Fiscalização do Transporte Intermunicipal de Passageiros	4,63	0,34%
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Animal	3,83	0,28%
Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	9,95	0,72%
Taxas pela Prestação de Serviços	439,23	31,78%
Taxas de Serviços Judiciais	186,04	13,46%
Taxas Extrajudiciais	171,30	12,40%
Taxa de Serviço de Inspeção e Licenciamento Ambiental	25,43	1,84%
Taxa de Registro de Contrato de Veículo	52,42	3,79%
Outras Taxas de Prestação de Serviços	4,04	0,29%
Total	1.382,00	100,00%

Transferências Correntes

As transferências correntes⁵ brutas (orçamentárias e intraorçamentárias) representaram 17,82% da receita bruta total de 2020, com um montante de R\$ 7,37 bilhões. Esse valor é 34,32% maior do que o do ano anterior, fato que está ligado diretamente às transferências da União para enfrentamento da Covid-19 e à mitigação de seus efeitos financeiros. Apesar do elevado aumento nos valores totais decorrente das transferências da União direcionadas por conta da pandemia, algumas transferências sofreram quedas, como é o caso da CIDE, com redução de 17,52%, das transferências pela compensação financeira dos recursos naturais (-11,35%), do FNDE (-2,41%), da Cota-Parte do FPE (-2,25%) e da Cota-Parte IOF Ouro (-100%), além das receitas de convênios.

⁵ As transferências correntes são os recursos financeiros recebidos de outras entidades, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, e que são aplicados no atendimento de despesas correntes.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (R\$ MILHÕES)

	202	0	201	.9	Variação
Transferências Correntes	Valor Bruto	Valor Líquido	Valor Bruto	Valor Líquido	Bruta 2020/2019
Intergovernamentais	6.762,08	6.382,10	4.998,62	4.622,23	35,28%
União	4.236,41	3.856,43	2.432,00	2.055,62	74,19%
Cota-parte FPE	1.196,32	957,06	1.223,85	979,08	-2,25%
Cota-parte IPI	334,56	200,73	309,41	185,65	8,13%
Cota-parte CIDE	25,83	19,37	31,32	23,49	-17,52%
Cota-parte IOF Ouro	-	-	0,003	0,003	-100,00%
Compensação Financeira para Exploração de Recursos Naturais	22,73	22,73	25,65	25,65	-11,35%
Transferências de Recursos - Sistema Único de Saúde (SUS)	808,81	808,38	365,04	365,03	121,56%
Transferências de Recursos – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	294,18	294,18	301,46	301,46	-2,41%
Transferências de Recursos - Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	0,15	0,15	0,11	0,11	26,25%
Outras Transferências	1.525,54	1.525,54	100,62	100,62	1416,16%
Convênios	28,28	28,28	74,54	74,54	-62,05%
Municípios	4,39	4,39	1,50	1,50	192,87%
Outras Transferências Municípios	3,48	3,48	-	-	100,00%
Convênios Municípios	0,90	0,90	1,50	1,50	-39,65%
Multigovernamentais	2.521,28	2.521,28	2.565,12	2.565,12	-1,71%
Fundeb	2.521,28	2.521,28	2.565,12	2.565,12	-1,71%
Instituições privadas	595,48	595,40	486,16	486,03	22,49%
Transferências Instituições Privadas	595,48	595,40	486,16	486,03	22,49%
Pessoas	0,43	0,43	1,17	1,17	-63,04%
Exterior	-	-	0,03	0,03	-100,00%
Intraorçamentárias	11,00	11,00	-	-	100,00%
Total	7.368,99	6.988,93	5.485,97	5.109,46	34,32%

Do valor total recebido das transferências correntes (FPE, CIDE, IPI e ICMS – desoneração), uma parte é destinada aos municípios e ao Fundeb (R\$ 289,45 milhões).

O maior montante das transferências correntes do Estado corresponde àquelas provenientes da União, que representaram 57,49% do valor bruto das transferências correntes. Entre as transferências da União em 2020, a principal refere-se a Outras Transferências, no valor de R\$ 1,53 bilhão, proveniente de recursos entregues na forma de auxílio financeiro para aplicação em ações de enfrentamento da Covid-19 e para mitigação de seus efeitos financeiros, conforme estabelecem a Lei Complementar nº 173/2020 e a Medida Provisória nº 938/2020.

Destaca-se, também, o acréscimo de 121,56% na conta de Transferências de Recursos – Sistema Único de Saúde (SUS), quando comparado com 2019 em função da pandemia. O detalhamento das receitas recebidas pelo Estado para o enfrentamento da Covid-19 é apresentado no capítulo Gestão Administrativa.

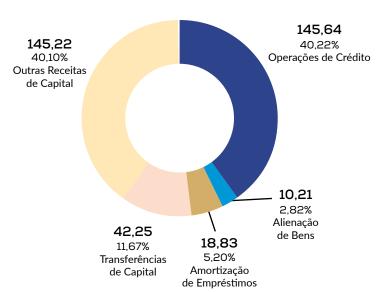
Outro montante representativo das transferências correntes provém do Fundeb, que totalizou R\$ 2,52 bilhões. Esse valor representa o retorno que Santa Catarina recebeu para aplicação na rede estadual de ensino e ficou abaixo do valor recebido em 2019 (R\$ 2,57 bilhões).

Destaca-se que, do montante de R\$ 11 milhões de receitas intraorçamentárias correntes, R\$ 10 milhões foram recursos da fonte 228 – Outros convênios, ajustes e acordos administrativos, destinados pelo Tribunal de Justiça ao Fundo Estadual da Saúde para o enfrentamento da pandemia.

RECEITAS DE CAPITAL

As receitas orçamentárias de capital totalizaram R\$ 362,16 milhões em 2020, representando 1,21% do total da receita líquida realizada pelo Estado (R\$ 29,95 bilhões). Essas receitas apresentaram, em relação ao exercício anterior, um acréscimo de R\$ 138,16 milhões.

As origens das receitas de capital foram as operações de crédito captadas pelo Estado, tais como os empréstimos e os financiamentos obtidos, as receitas decorrentes da venda de bens, de amortização de empréstimos concedidos, de transferências de capital e outras receitas de capital intraorçamentárias.



RECEITAS BRUTAS DE CAPITAL POR ORIGEM (R\$ MILHÕES)

As operações de crédito que corresponderam a 40,22% do total das receitas de capital referem-se à contratação pelo Estado de empréstimos e financiamentos realizados com entidades estatais ou instituições financeiras, sendo geralmente utilizadas para financiar investimentos públicos de interesse da população.

As operações de créditos liberadas em 2020 foram 100% internas (contratadas com credores situados no País).

RECEITA BRUTA COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM 2020 (R\$ MILHÕES)

Valores liberados de operações de crédito	Finalidade	Valor	%
	Internas		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – Programa Caminhos do Desenvolvimento	Investimentos em infraestrutura referente a logística e mobilidade regional, justiça e cidadania, educação, saúde e prevenção de desastres contra as secas	20,46	14,05%
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) - Revitalização da SC-401	Revitalização da SC-401 em trecho urbano de 12,92 km do município de Florianópolis entre a ponte sobre o rio Ratones e o entroncamento com a SC-401	25,18	17,29%
Banco do Brasil - Pacto por Santa Catarina	Custear despesas de capital constantes do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual	100,00	68,66%
Total		145,64	100,0%

Fonte: Gerência de Captação de Recursos - Secretaria de Estado da Fazenda

Destacam-se ainda, em 2020, as outras receitas de capital no valor de R\$ 145,22 milhões, equivalentes a 40,10% do total das receitas de capital. Desse montante, R\$ 145,16 milhões referem-se aos saques de depósitos judiciais de terceiros, tendo por base a Emenda Constitucional nº 94/2016 com o objetivo de serem utilizados no pagamento de precatórios devidos pelo Estado.

As transferências de capital aumentaram consideravelmente (190%) em relação ao ano anterior. Grande parte do acréscimo ocorreu nas seguintes contas: Outras Transferências de Recursos SUS - Covid-19 (R\$ 16,61 milhões) e Outras Transferências da União - Situação de Emergência e Calamidade - Administração Direta (R\$ 14,16 milhões).

PARTICIPAÇÃO DOS PODERES E ÓRGÃOS NAS RECEITAS DO ESTADO

Para a elaboração e execução do orçamento de 2020 dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabeleceu limites percentuais para a fixação de despesas em relação à Receita Líquida Disponível (RLD)⁶ estadual.

Além disso, o Poder Executivo também deve efetuar repasses em montante equivalente a 0,17% (dezessete centésimos por cento) da RLD ao Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina.

O valor repassado aos Poderes e Órgãos no ano de 2020 totalizou R\$ 4,02 bilhões com base na RLD apurada de dezembro de 2019 a novembro de 2020, valor 1,2% superior ao repassado em 2019.

⁶ A RLD é o total das Receitas Correntes do Tesouro do Estado, deduzidos os recursos vinculados provenientes de: taxas que, por legislação específica, devem ser alocadas a determinados órgãos ou entidades; receitas patrimoniais; indenizações e restituições do Tesouro do Estado; transferências voluntárias ou doações recebidas; compensação previdenciária entre o regime geral e o regime próprio dos servidores; cota-parte do Salário-Educação; cota-parte da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE); e cota-parte da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos e dos recursos recebidos do Fundeb.

REPASSES DA RECEITA LÍQUIDA DISPONÍVEL AOS PODERES E ÓRGÃOS

Entidade	Percentuais de Distribuição	Repasse (R\$ milhões)		
Entidade	da Receita Líquida Disponível	2020	2019	
Tribunal de Justiça	9,41%	1.716,08	1.695,62	
Assembleia Legislativa	4,34%	791,47	782,04	
Ministério Público	3,98%	725,82	717,17	
Udesc	2,49%	454,09 ⁷	448,68	
Tribunal de Contas	1,66%	302,73	299,12	
Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos de Santa Catarina	0,17%	31,00	30,63	
Total	22,05%	4.021,20	3.973,27	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e Leis nºs 17.053/2016 e 17.753/2019

Dos valores repassados, em 2020 foram devolvidos ao Estado R\$ 189 milhões (R\$ 182,67 milhões em 2019) a título específico de devolução de duodécimo, sendo R\$ 167 milhões pela Assembleia Legislativa e R\$ 22 milhões pelo Tribunal de Contas.

Ressalta-se, ainda, a transferência efetuada pelo Tribunal de Justiça, no valor de R\$ 10 milhões, diretamente ao Fundo Estadual de Saúde para utilização no enfrentamento da Covid-19.

⁷ Não consideradas as parcelas da Lei nº 17.753/2016, art. 1º, § 4º.

DESPESAS

Para o exercício de 2020, as leis que regem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Estado autorizaram a execução de despesas em R\$ 33,90 bilhões. Desse valor, R\$ 28,92 bilhões foram inicialmente orçados, e R\$ 4,98 bilhões foram incorporados por meio de créditos adicionais¹.



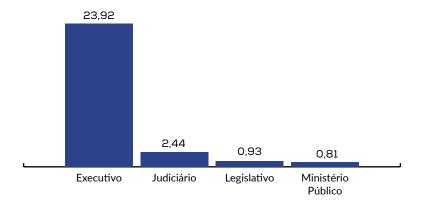
Além do valor de R\$ 28,92 bilhões fixado, a LOA fixou também o montante de R\$ 804,24 milhões de despesas com inativos do Fundo Financeiro do IPREV sem cobertura pelas receitas orçamentárias, gerando um deficit orçamentário inicial nesse montante.

DESPESA AUTORIZADA X DESPESA EXECUTADA EM 2020 - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (R\$ MILHÕES)

Despesas	Fixada a	Créditos Adicionais b	Autorizada $c = (a + b)$	Execução d	% Executado d/c	% Composição da Despesa Total Executada
Correntes	26.016,84	3.628,58	29.645,42	25.758,50	86,89%	91,70%
Pessoal e Encargos Sociais	16.880,35	1.794,06	18.674,42	17.573,16	94,10%	62,56%
Juros e Encargos da Dívida	1.152,12	- 635,29	516,83	375,99	72,75%	1,34%
Outras Despesas Correntes	7.984,37	2.469,81	10.454,18	7.809,35	74,70%	27,80%
Capital	2.901,48	1.349,50	4.250,98	2.330,48	54,82%	8,30%
Investimentos	1.754,87	1.119,63	2.874,50	1.376,54	47,89%	4,90%
Inversões Financeiras	49,85	152,83	202,68	105,39	52,00%	0,38%
Amortização da Dívida	1.096,77	77,04	1.173,80	848,55	72,29%	3,02%
Reserva de Contingência	1,00	-	1,00	-	-	-
Total	28.919,32	4.978,08	33.897,40	28.088,98	82,86%	100,00%

Do total das despesas autorizadas no orçamento de Santa Catarina, foram executados 82,86%, o que equivale a R\$ 28,09 bilhões. Desse valor, R\$ 23,92 bilhões foram aplicados pelo Poder Executivo e R\$ 4,17 bilhões pelos demais Poderes, conforme detalhamento a seguir:

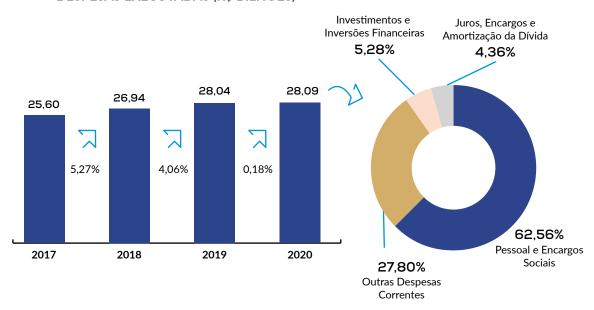
DESPESAS POR PODER E ÓRGÃO (R\$ BILHÕES)



Do montante consolidado da despesa executada (R\$ 28,09 bilhões), 62,56% referem-se a despesas de pessoal e encargos sociais, que são os gastos com verbas remuneratórias dos servidores ativos, inativos e pensionistas. Outros 27,80% destinaram-se às despesas com a manutenção dos serviços

públicos, seja de forma direta ou por meio de transferências a outras instituições, públicas e privadas. Os investimentos públicos² somaram 5,28% do total das despesas do Estado no ano. O valor da despesa total com a dívida pública chegou a 4,36%, sendo 3,02% referentes à amortização do valor principal e 1,34% referente a juros e encargos relativos aos empréstimos tomados pelo Estado.

DESPESAS EXECUTADAS (R\$ BILHÕES)



Do montante total das despesas, a soma de R\$ 1,48 bilhão foi executada por meio de transferências voluntárias³, realizadas pelo Estado a instituições públicas e privadas, representando 5,25% da despesa executada (empenhada) em 2020.

³ As Transferências Voluntárias são definidas no art. 25 da LRF como a entrega de recursos financeiros a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os recursos destinados ao Sistema Único de Saúde. No entanto, embora as transferências de recursos para as entidades privadas sem fins lucrativos, denominadas Organizações não Governamentais (ONGs), não estejam inseridas no conceito legal da LRF, elas também são realizadas por meio de convênios, contratos de repasse e termos de parceria.

Transferências Voluntárias R\$ 1,48 bilhão

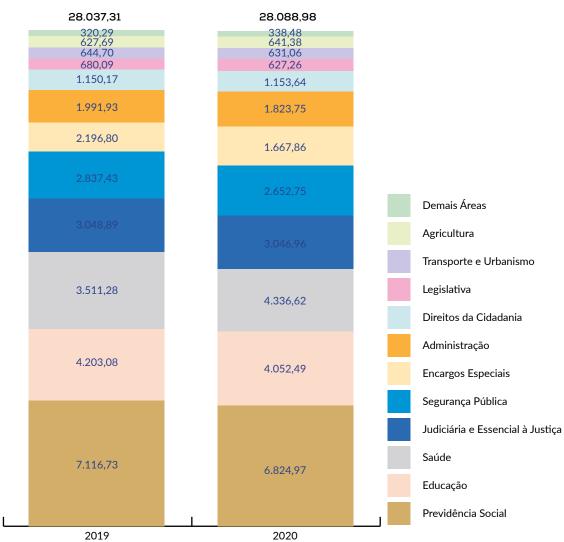


Área de Governo da Transferência							
Saúde	Educação	Administração	Transporte e Urbanismo	Demais áreas			
R\$ 889,42 milhões	R\$ 357,06 milhões	R\$ 108,52 milhões	R\$ 71,05 milhões	R\$ 49,73 milhões			
60,27%	24,19%	7,35%	4,81%	3,37%			

Do total repassado pelo Estado nas modalidades de transferências voluntárias⁴, que podem ser convênios ou instrumentos similares, R\$ 951,59 milhões (64,48%) destinaram-se a entidades sem fins lucrativos, e R\$ 524,18 milhões (35,52%) foram transferidos para os municípios.

O valor de R\$ 889,42 milhões transferido na função Saúde teve a seguinte destinação: 82,71% (R\$ 735,64 milhões) para as entidades privadas sem fins lucrativos, tais como hospitais, fundações, institutos, associações hospitalares, entre outras, e 17,29% (R\$ 153,78 milhões) para os municípios. Esses recursos foram transferidos nas subfunções Assistência Hospitalar e Ambulatorial (R\$ 879,22 milhões) e Administração Geral (R\$ 10,20 milhões).

⁴ Foram consideradas as modalidades de aplicação 20 – Transferências à União, 40 – Transferências a municípios e 50 – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.



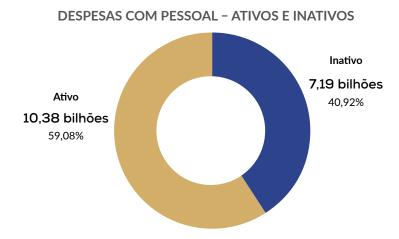
DESPESA TOTAL EXECUTADA POR ÁREA DE ATUAÇÃO (R\$ MILHÕES)

Pessoal e Encargos Sociais

A despesa com pessoal⁵ é a maior e a mais significativa do Estado. No exercício de 2020, representou 62,56% de todas as despesas executadas, 2,52% a mais do que em 2019.

⁵ São despesas com pessoal os gastos com ativos, inativos e pensionistas, classificados no grupo de natureza de despesa pessoal e encargos sociais. Há ainda outros gastos relacionados com a folha de pagamento, mas que, de acordo com as normas que regem a classificação da despesa no orçamento, são classificados como outras despesas correntes, tais como ajuda de custo, auxílio-alimentação, diárias, indenização de transporte próprio, plano de saúde, vale-transporte, etc.

O valor total da despesa com pessoal em 2020 foi de R\$ 17,57 bilhões. Desse valor, R\$ 10,38 bilhões (59,08%) referem-se ao pessoal ativo e R\$ 7,19 bilhões (40,92%) ao pessoal inativo e aos pensionistas.



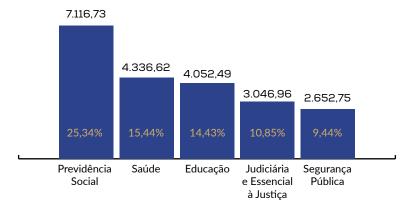
O regime de previdência dos servidores do Estado (RPPS) bem como dos demais entes federativos tem apresentado elevada insuficiência financeira, sendo essa situação uma das maiores limitações financeiras de Santa Catarina.

A insuficiência financeira previdenciária em 2020 foi de R\$ 4,73 bilhões. Para fins de comparação, a insuficiência financeira do RPPS foi maior que o valor aplicado pelo Governo nas áreas de saúde e segurança pública.

O acréscimo de despesas previdenciárias ocorre pelo fato de grande parte dos servidores já usufruírem de benefícios previdenciários e de outros já preencherem os requisitos de aposentadoria, o que agrava ainda mais a situação financeira do Estado.

A fim de demonstrar a dimensão das despesas com inativos e pensionistas em relação a outras áreas de atendimento à sociedade, foram selecionadas as áreas com maiores gastos em 2020.

COMPARATIVO DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS EXECUTADAS COM AS QUATRO MAIORES ÁREAS DE ATENDIMENTO À SOCIEDADE (R\$ MILHÕES)



O regime de financiamento da previdência dos servidores estaduais é de Repartição Simples, ou seja, as contribuições previdenciárias de ativos e inativos são utilizadas para pagamento de benefícios aos atuais aposentados e pensionistas, sem a possibilidade de acumulação de reserva de capital em razão do existente deficit entre a arrecadação de contribuição previdenciária e o pagamento de benefícios. Nesse modelo, a concepção é fundamentada na existência de uma base de contribuintes maior do que servidores e/ou dependentes recebendo benefícios previdenciários.

Em Santa Catarina, porém, tendo em vista o número expressivo de servidores aposentados, a média no ano de 2020, conforme relatório de avaliação atuarial, é de 0,97 de servidor ativo para cada servidor aposentado, sem levar em conta os pensionistas.

Aposentados 45,92%

RELAÇÃO DE ATIVOS PARA INATIVOS

As informações sobre o Resultado Previdenciário estão detalhadas no capítulo de Indicadores Fiscais.

0,97Servidor ativo para cada servidor aposentado

Manutenção dos Serviços Públicos

A base para a prestação dos serviços públicos são as despesas com pessoal e também as despesas com manutenção dos serviços públicos. Os gastos denominados de despesas com manutenção dos serviços públicos compreendem apoio administrativo, energia elétrica, consumo de água, telefone, material de consumo, locação de imóveis, etc., aplicados diretamente pelos órgãos e pelas entidades estaduais, ou por meio de transferências a instituições públicas e privadas.

Das despesas totais executadas em 2020, 27,80% (R\$ 7,81 bilhões) corresponderam aos gastos com manutenção dos serviços públicos.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO (R\$ MILHÕES)

Função	2020	2019	Variação	
Saúde	2.801,05	2.274,02	23,18%	4
Administração	1.079,87	1.221,91	-11,62%	4
Educação	1.092,25	1.201,42	-9,09%	4
Segurança Pública	708,17	743,46	-4,75%	4
Judiciária	539,02	553,21	-2,56%	4
Direitos da Cidadania	467,80	469,50	-0,36%	4
Essencial à Justiça	197,44	220,36	-10,40%	4
Legislativa	197,49	226,55	-12,83%	4
Agricultura	107,78	119,92	-10,12%	4
Demais funções	618,49	607,25	1,85%	4
Total	7.809,35	7.637,57	2,25%	4

Destaca-se que, desse montante, uma parte significativa – 35,87% (R\$ 2,80 bilhões) – foi destinada à área da saúde. Verifica-se, portanto, um percentual de 23,18% de acréscimo quando comparado ao exercício de 2019 (2,27 bilhões), reflexo direto das ações necessárias no combate à pandemia de Covid-19. Em sua maioria, foram despesas com as entidades que administram os hospitais, com a contratação de serviços de terceiros e com a aquisição dos materiais de consumo necessários para a manutenção dos serviços de saúde, conforme detalhado no capítulo Gestão Administrativa.

Em contrapartida, a maioria das outras funções teve o valor da despesa de manutenção dos serviços reduzido, como foi o caso da Legislativa (-12,83%) e da Administração (-11,62%), por exemplo.

Investimentos Públicos

Em 2020, os investimentos públicos⁶ realizados somaram R\$ 1,48 bilhão, representando 5,28% do total das despesas executadas.

Investimentos públicos

Investimentos correspondem a toda despesa de capital que gera serviços e acresce o Produto Interno Bruto (PIB), como, por exemplo, planejamento e execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

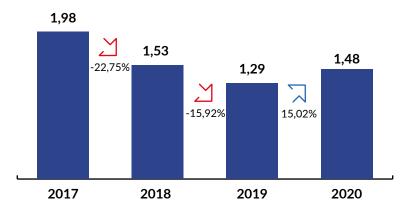
+

Inversão Financeira é a despesa de capital que não gera serviços e acréscimo ao PIB, como aquisição de imóvel, aumento de capital de empresas ou aquisição de títulos representativos do capital de empresas já constituídas.

R\$ 1,38 bilhão

R\$ 105,39 milhões

INVESTIMENTOS PÚBLICOS (R\$ BILHÕES)



Do valor aplicado em investimentos públicos, 30,20% destinaram-se à área de transporte e urbanismo, os quais correspondem aos investimentos realizados em infraestrutura do sistema de transporte do Estado.

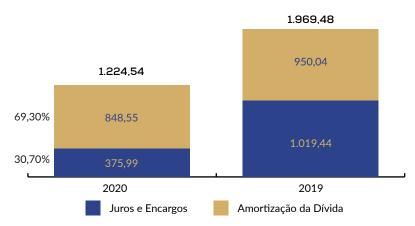
R\$ 1,48 BILHÃO							
INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM 2020							
Transporte e Urbanismo	Educação	Saúde	Judiciária e Essencial à Justiça	Segurança Pública	Agricultura	Direitos da Cidadania	Demais Áreas
R\$ 447,54 milhões	R\$ 324,97 milhões	R\$ 242,93 milhões	R\$ 72,80 milhões	R\$ 64,00 milhões	R\$ 35,21 milhões	R\$ 25,70 milhões	R\$ 268,78 milhões
30,20%	21,93%	16,39%	4,91%	4,32%	2,38%	1,73%	18,14%

⁶ Investimentos mais inversões financeiras.

Dívida Pública

Em 2020, o Governo Federal estabeleceu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus por meio da Lei Complementar nº 173/2020. Um dos benefícios dessa lei foi a suspensão temporária dos pagamentos das dívidas contratadas pelos estados. Assim, o pagamento da dívida pública de Santa Catarina em 2020 diminuiu consideravelmente em relação ao ano de 2019, sendo pago R\$ 1,22 bilhão (R\$ 1,97 bilhão em 2019). Tal valor equivale a 4,36% do total da despesa realizada em 2020. Desse valor, R\$ 848,55 milhões referem-se à amortização da dívida e R\$ 375,99 milhões a juros e encargos.

DESPESA COM A DÍVIDA PÚBLICA (R\$ MILHÕES)



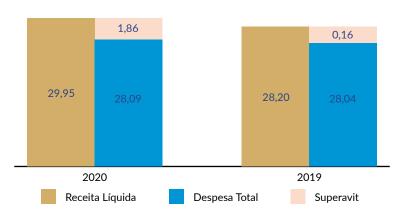
Resultado da Execução Orçamentária

Considerando-se as receitas líquidas⁷ realizadas menos o total das despesas executadas em 2020, chega-se a um resultado da execução orçamentária superavitário de R\$ 1,86 bilhão. Isso indica que as receitas orçamentárias arrecadadas no ano foram maiores do que as despesas orçamentárias executadas no mesmo período.

Destaca-se, no entanto, que o fator determinante para o resultado superavitário do orçamento em 2020 foram as ações propostas pela União aos estados para o enfrentamento da pandemia provocada pelo novo coronavírus, especialmente pelos efeitos financeiros advindos da aprovação da Lei Complementar nº 173/2020 e da Medida Provisória nº 938/2020. Entre as ações que contribuíram diretamente para o saldo positivo da Execução Orçamentária do Estado, por exemplo, estão a postergação de prazos para o pagamento da dívida pública, cujo orçamento previa R\$ 2,25 bilhões (foi pago R\$ 1,2 bilhão), e as receitas correntes de transferências da União. O orçamento previsto para essas receitas em 2020 era de R\$ 2,49 bilhões, e o valor arrecadado foi de R\$ 4,24 bilhões.

⁷ Receitas líquidas dos repasses constitucionais e legais aos municípios e ao Fundeb, restituições e outras deduções.

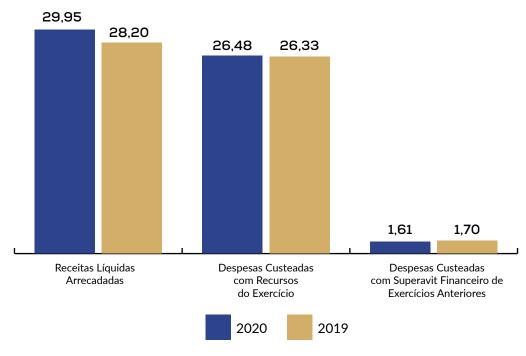




Utilização de Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores

Das despesas realizadas em 2020, R\$ 1,61 bilhão foi financiado com recursos do superavit financeiro de anos anteriores, ou seja, parte das despesas empenhadas no exercício financeiro de 2020 foi custeada com recursos que sobraram em caixa de exercícios passados. Essas sobras de caixa servem como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais no orçamento.

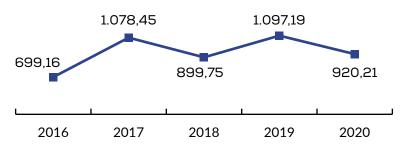
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES E DO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$ BILHÕES)



Restos a Pagar Inscritos no Exercício de 2020

Ao fim do exercício de 2020, o Estado de Santa Catarina inscreveu despesas em restos a pagar no montante de R\$ 920,21 milhões, sendo R\$ 228,15 milhões processados e R\$ 692,06 milhões não processados. Esse valor corresponde a 3,28% da soma total das despesas executadas no ano e, quando comparado ao valor de despesas inscritas em restos a pagar no exercício anterior, houve uma redução de 16,13%.

DESPESAS NÃO PAGAS E INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR8 (R\$ MILHÕES)



Além dos valores de 2020, também foram reinscritos os restos a pagar dos exercícios de 2017 a 2019, que somaram R\$ 2,48 milhões, totalizando o valor de R\$ 922,69 milhões de restos inscritos a pagar.

COMPOSIÇÃO DO SALDO TOTAL DE RESTOS A PAGAR

ANO DE INSCRIÇÃO	VALOR (R\$ MILHÕES)
2017	2,08
2018	0,05
2019	0,35
2020	920,21
Total	922,69

Mais informações sobre a inscrição de restos a pagar e sobre a disponibilidade de caixa são apresentadas no capítulo de Indicadores Fiscais deste Balanço.

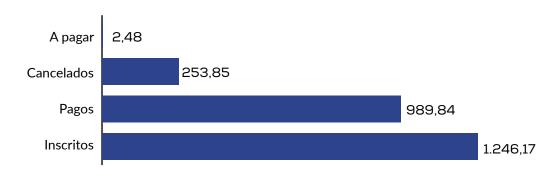
⁸ Não considera os restos a pagar reinscritos.

Execução dos Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores - 2017 a 2019

Ao findar o exercício de 2019, o Estado inscreveu despesas em restos a pagar no montante de R\$ 1,10 bilhão, sendo R\$ 317,41 milhões processados (despesas liquidadas e não pagas no exercício) e R\$ 779,79 milhões não processados (despesas não liquidadas no exercício). Esse valor, somado ao saldo de restos a pagar processados inscritos nos anos de 2017 (R\$ 2,09 milhões) e 2018 (R\$ 146,89 milhões), totalizou R\$ 1,25 bilhão.

Do valor total inscrito em restos a pagar executados no exercício de 2020, foram pagos R\$ 989,84 milhões e cancelados R\$ 253,85 milhões, restando R\$ 2,48 milhões a pagar.

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR EM 2020 (R\$ MILHÕES)



Do valor de restos que foram pagos em 2020, destacam-se os restos a pagar de exercícios anteriores (2017 a 2019) do Fundo Estadual de Saúde no montante de R\$ 390,38 milhões, o que equivale a 99,45% do saldo existente no encerramento do exercício de 2019 (R\$ 392,44 milhões).

Cabe destaque também à redução do cancelamento de restos a pagar em relação aos valores inscritos. Em 2018, 30,47% dos restos inscritos em 2017 foram cancelados. Em 2020, esse percentual foi reduzido para 23,14% (restos inscritos em 2019 e cancelados em 2020), o que demonstra um resultado efetivo das ações estaduais para a evitar as inscrições desnecessárias de restos a pagar.

Para mais detalhes sobre a execução de restos a pagar em 2020, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), disponível no Volume 2 deste Balanço, apresenta o Anexo 7, que demonstra os valores por Poder e Órgão.

GESTÃO PATRIMONIAL

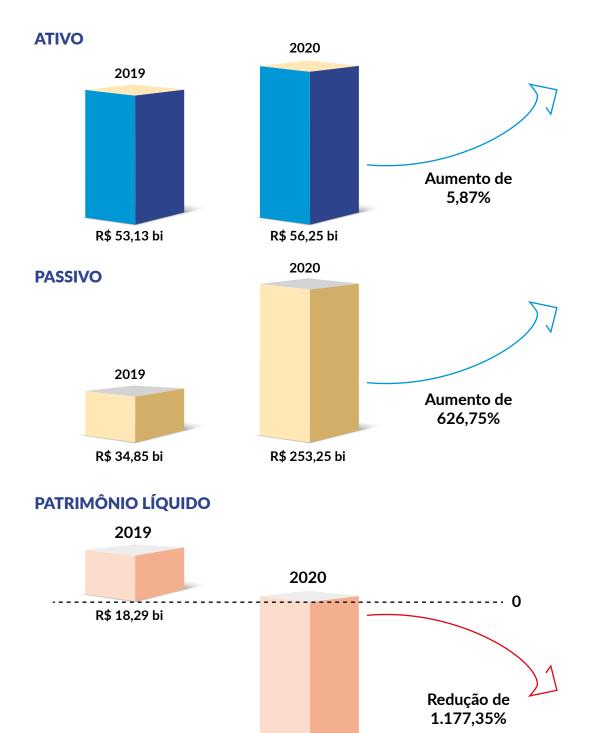
O patrimônio do Estado é o conjunto dos bens, direitos e obrigações dos órgãos e das entidades inseridos no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Quando o ativo (bens e direitos) é maior do que o passivo (obrigações), chamamos essa diferença de patrimônio líquido. Porém, em 2020, Santa Catarina encerrou o exercício com R\$ 56,25 bilhões no ativo e R\$ 253,25 bilhões no passivo. Já nos casos em que o passivo é maior do que o ativo, a diferença é chamada de patrimônio líquido negativo ou passivo a descoberto. Em 2020, o passivo a descoberto do Estado de Santa Catarina alcançou R\$ 197,00 bilhões.

Balanço Patrimonial 2020



Quando se compara a situação patrimonial de 2020 com a de 2019, verifica-se o aumento do passivo e a virada do patrimônio líquido de positivo para negativo, incorrendo no passivo a descoberto.

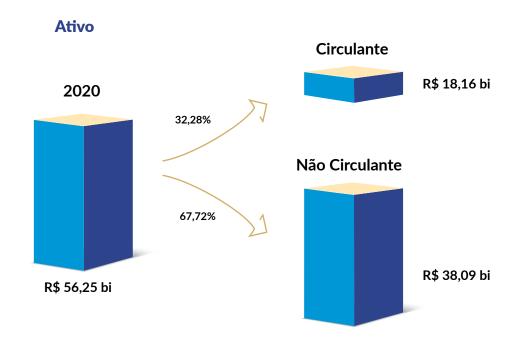


- R\$ 197,00 bi

ATIVO

Compreende as disponibilidades de caixa, direitos, bens e demais recursos que são adquiridos, produzidos, recebidos ou que estão apenas sob o controle do setor público para serem utilizados na geração de serviços e benefícios econômicos que atendam os objetivos do poder público estadual, entre eles a prestação de serviços de saúde, educação e segurança pública à população catarinense.

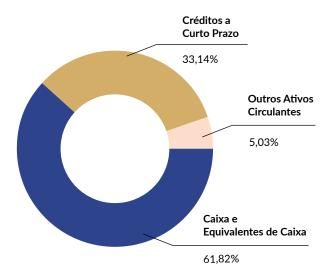
O Ativo classifica-se de acordo com a rapidez com que os bens e direitos podem ser convertidos em dinheiro, ou seja, pela sua ordem de liquidez. Os recursos financeiros que poderão ser convertidos em dinheiro até o final do exercício seguinte são agrupados no Ativo Circulante. Já os bens e direitos que precisarão de um tempo maior para serem convertidos em dinheiro (após o final do exercício financeiro seguinte) são agrupados no Ativo não Circulante.



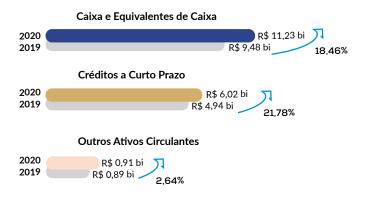
Ativo Circulante

O Ativo Circulante do Estado, ao final de 2020, era de R\$ 18,16 bilhões, o que equivale a 32,28% do total dos bens e direitos registrados no patrimônio.

COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE



Evolução das Contas

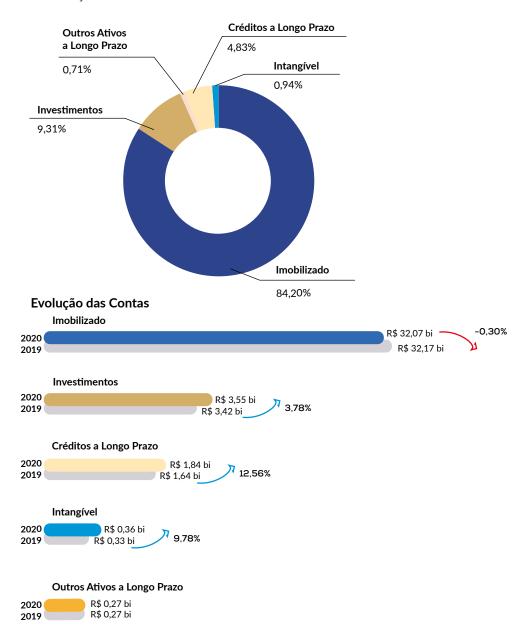


Houve um incremento considerável do Ativo Circulante em 2020 com relação ao ano anterior. O Ativo Circulante aumentou 18,61%, passando de R\$ 15,31 bilhões em 2019 para R\$ 18,16 bilhões em 2020. O maior crescimento quantitativo se deve ao Caixa e Equivalentes de Caixa (altíssima liquidez), que cresceu R\$ 1,75 bilhão em 2020. Já o maior crescimento qualitativo (proporcional) se deve aos Créditos a Curto Prazo, que cresceram 21,78% em 2020 quando comparados ao ano anterior.

Ativo não Circulante

O Ativo não Circulante, no valor de R\$ 38,09 bilhões, representa 67,72% do total dos bens e direitos registrados no Estado.

COMPOSIÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE



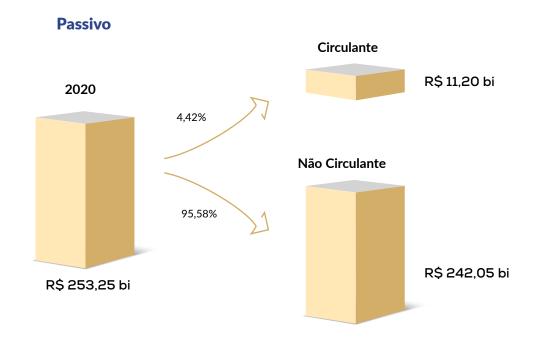
Em 2020, houve uma alteração pouco representativa do Ativo não Circulante em relação ao ano anterior (de R\$ 37,82 bilhões em 2019 para R\$ 38,09 bilhões em 2020), caracterizando um aumento de 0,71% no total. O maior crescimento quantitativo e percentual se deve aos Créditos a Longo Prazo (12,56%), um aumento de R\$ 205,42 milhões. Destaque também para o crescimento de 3,78% da conta Investimentos.

PASSIVO

Compreende as obrigações assumidas com terceiros para a execução dos serviços públicos, os valores que o Estado mantém na condição de fiel depositário e também as provisões.

O Passivo pode ser classificado de acordo com a rapidez com que as obrigações podem ser exigidas, ou seja, pela sua ordem de exigibilidade. As dívidas e os valores com vencimento até o final do exercício seguinte ficam agrupados no Passivo Circulante. Por sua vez, as dívidas e os valores com vencimento após o final do próximo exercício financeiro ficam agrupados no Passivo não Circulante.

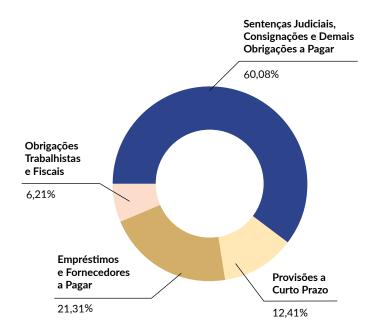
Em 31/12/2020, o Estado de Santa Catarina registrou no Passivo um montante de R\$ 253,25 bilhões, o que caracteriza um aumento de 626,75% em relação a 31/12/2019.



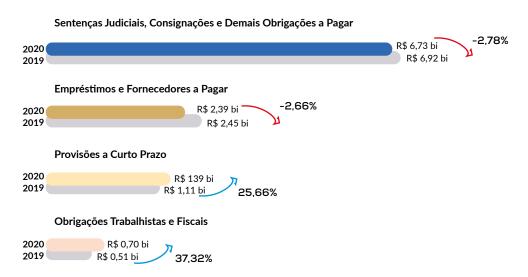
Passivo Circulante

O Passivo Circulante em 2020 correspondeu a R\$ 11,20 bilhões, o que equivale a 4,42% do total das obrigações registradas no patrimônio estadual.

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE



Evolução das Contas

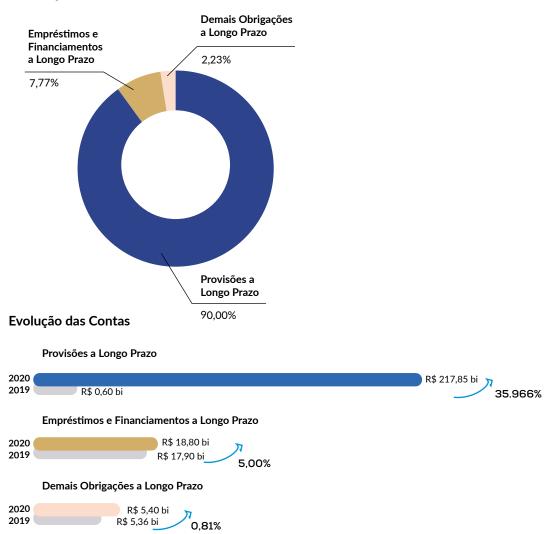


Houve uma alteração pouco representativa do Passivo Circulante em 2020 com relação ao ano anterior. O Passivo Circulante do Estado cresceu 1,96% em 2020, passando de R\$ 10,98 bilhões para R\$ 11,20 bilhões. O maior crescimento quantitativo e percentual se deve às provisões de curto prazo, com 25,66% de crescimento em 2020, o que configura um aumento de R\$ 0,28 bilhão. Destaque também para o crescimento de 37,32% da conta Obrigações Trabalhistas e Fiscais, que se deve, principalmente, aos precatórios a pagar no curto prazo.

Passivo não Circulante

O Passivo não Circulante em 2020 correspondeu a R\$ 242,05 bilhões, ou seja, 95,58% do total das obrigações registradas no patrimônio do Estado.

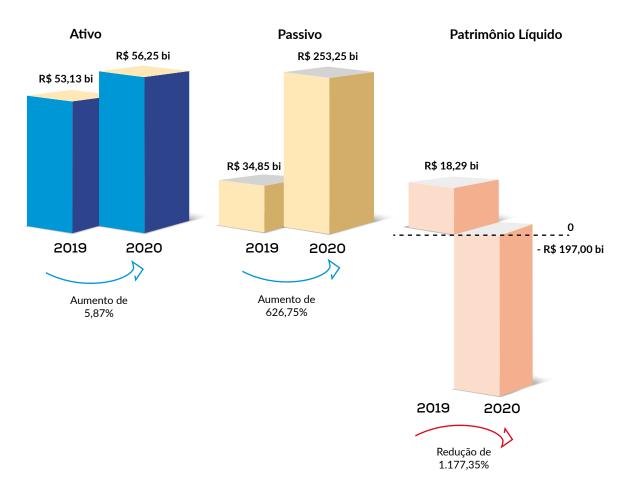
COMPOSIÇÃO DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE



O crescimento expressivo do Passivo não Circulante em 2020 se deu em função do aumento de R\$ 217,25 bilhões da conta Provisões a Longo Prazo, oriundo das Provisões Matemáticas Previdenciárias, conforme preveem as normas aplicáveis às avaliações atuariais dos regimes próprios da previdência social (RPPS) da União, dos estados e dos municípios. Mais informações são apresentadas na nota explicativa nº 28, do capítulo Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

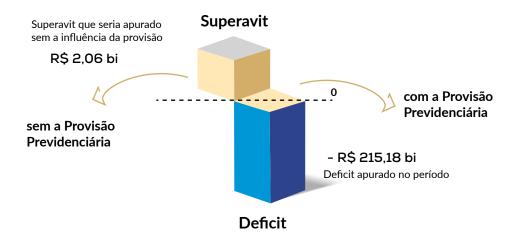
O Patrimônio Líquido, via de regra, é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. No entanto, no exercício de 2020, por ocasião do registro da provisão atuarial previdenciária relatada anteriormente, o passivo foi maior que o ativo, gerando um passivo a descoberto ou patrimônio líquido negativo.



As demais contas do patrimônio líquido não sofreram alteração em 2020, com exceção da conta Superavits e Deficits Acumulados, que sofreu variação do Resultado Patrimonial de 2020 correspondente à diferença entre as receitas e as despesas do período, também denominadas Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs).

O Resultado Patrimonial de 2020 apresentou um deficit de R\$ 215,18 bilhões. Conforme já citado, esse resultado foi influenciado pela provisão passiva de natureza previdenciária, que impactou em R\$ 217,24 bilhões negativamente. Se não houvesse a mudança na forma de registro das Provisões Matemáticas Previdenciárias, o Estado apresentaria um resultado patrimonial positivo de R\$ 2,06 bilhões.

RESULTADO PATRIMONIAL



Comparando-se o Resultado Patrimonial de 2020 sem a influência da provisão previdenciária (R\$ 2,06 bilhões) com o Resultado Patrimonial de 2019, que foi de R\$ 1,38 bilhão, tem-se um acréscimo de 48,70% no patrimônio estadual.

GESTÃO FINANCEIRA

A situação financeira de Santa Catarina pode ser analisada com base no fluxo de caixa de 2020. No início do exercício, o Estado possui recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa que, no decorrer do ano, recebem ingressos e sofrem desembolsos para executar as atividades operacionais, de investimento e de financiamento. No término de 2020, o montante final é transferido para o exercício seguinte, iniciando um novo fluxo financeiro. Outra análise importante é quanto à apuração de deficit ou superavit no período, que, quando conjugada com alguns indicadores, procura demonstrar a capacidade geral que o Estado possui para pagamento dos seus compromissos.

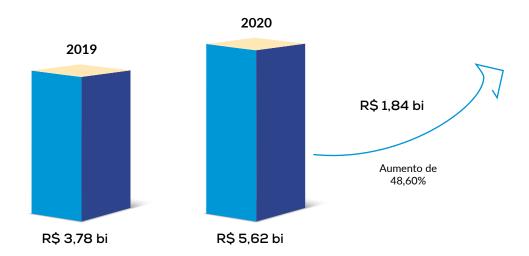
FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa permite conhecer a totalidade de ingressos e desembolsos ocorridos no caixa (caixa e contas bancárias) e nos equivalentes de caixa (aplicações financeiras) durante o exercício.

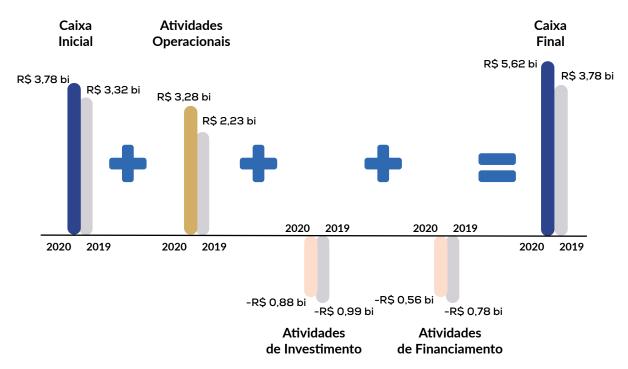
Para uma melhor compreensão, a análise é feita em função das atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos. Esse tipo de avaliação permite observar os ingressos e os desembolsos de forma segregada, permitindo conhecer o fluxo financeiro dos recursos aplicados na manutenção dos serviços (operacionais) e dos investimentos, assim como das operações financeiras. Nessa avaliação, não estão incluídos os valores de terceiros que estão em poder do Estado e que não são aplicados em suas atividades.

Santa Catarina finalizou o exercício de 2020 com saldo positivo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 5,62 bilhões, com uma geração líquida de R\$ 1,84 bilhão obtida pela diferença entre os ingressos e os desembolsos das atividades estatais. Comparado com 2019, isso representou um acréscimo de 48,60% no caixa do Estado, indicando que, de forma geral e consolidada das atividades, o fluxo financeiro ocorrido no exercício foi suficiente para cumprir com todas as obrigações financeiras do ano, e ainda sobrou um robusto saldo final para o exercício seguinte.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA



As atividades operacionais tiveram um resultado positivo em sua geração líquida de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 3,28 bilhões. As atividades de investimento foram negativas em R\$ 0,88 bilhão, e as de financiamento também foram negativas, com o valor de R\$ 0,56 bilhão. Isso demonstra que, para financiar os investimentos e os financiamentos, foi necessário utilizar os recursos gerados pelas atividades operacionais do Estado.



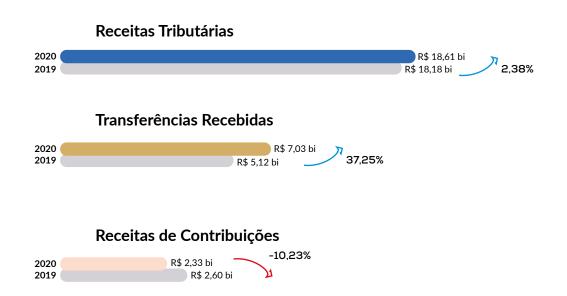
Composição do Fluxo de Caixa e Equivalentes de Caixa por Resultado das Atividades

Atividades Operacionais

Representam as atividades geradoras de receitas para o Estado como também os gastos para a manutenção dos serviços públicos. Essas atividades tornam-se importantes para demonstrar se os ingressos de recursos no caixa estão sendo suficientes para Santa Catarina manter a capacidade financeira de prestação dos serviços à sociedade.

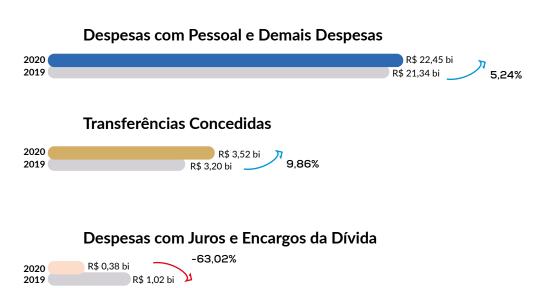
Os principais ingressos operacionais geradores de caixa em 2020 foram as receitas tributárias, as transferências recebidas e as receitas de contribuição, nessa ordem.

PRINCIPAIS INGRESSOS OPERACIONAIS



Em contrapartida, os principais desembolsos operacionais que utilizaram caixa em 2020 foram as despesas com pessoal, as transferências concedidas e o pagamento de juros e encargos da dívida, nessa ordem.

PRINCIPAIS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS



Atividades de Investimento

Correspondem às atividades de venda e aquisições de bens, recebimentos e concessão de empréstimos pelo Estado e outros investimentos realizados. Trata-se de atividades importantes que permitem conhecer a movimentação financeira dos bens adquiridos e vendidos, da execução de obras e de desembolso nos demais investimentos realizados durante o ano.

Os principais ingressos de investimento geradores de caixa em 2020 foram a alienação de bens e a amortização de empréstimos concedidos, nessa ordem.

PRINCIPAIS INGRESSOS DE INVESTIMENTO

Alienação de Bens



Amortização de Empréstimos Concedidos



Em contrapartida, a aquisição de bens foi o principal desembolso de investimento que utilizou caixa em 2020.

PRINCIPAL DESEMBOLSO DE INVESTIMENTO



Atividades de Financiamento

Correspondem às atividades resultantes de operações de crédito por meio de financiamentos e de empréstimos, obtidas e pagas (amortização), além de operações de integralização e transferências de capital de empresas dependentes.

O principal ingresso de financiamento gerador de caixa em 2020 foram as operações de crédito:



Em contrapartida, o principal desembolso de financiamento que utilizou caixa em 2020 foi a amortização da dívida pública de Santa Catarina.

Amortização/Refinanciamento da Dívida



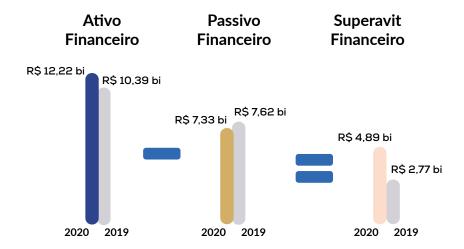
SUPERAVIT FINANCEIRO

A apuração do superavit ou deficit financeiro é realizada pela diferença de valores entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, apurados no Balanço Patrimonial, conforme previsto no art. 43, § 2°, da Lei Federal n° 4.320/64.

O Ativo Financeiro compreende o somatório de valores numerários, representados pelo grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, e também de créditos e valores financeiros que ainda não se tornaram numerários, mas que estão disponíveis, independentemente de autorização orçamentária. Estão incluídos na apuração do superavit financeiro os recursos de terceiros.

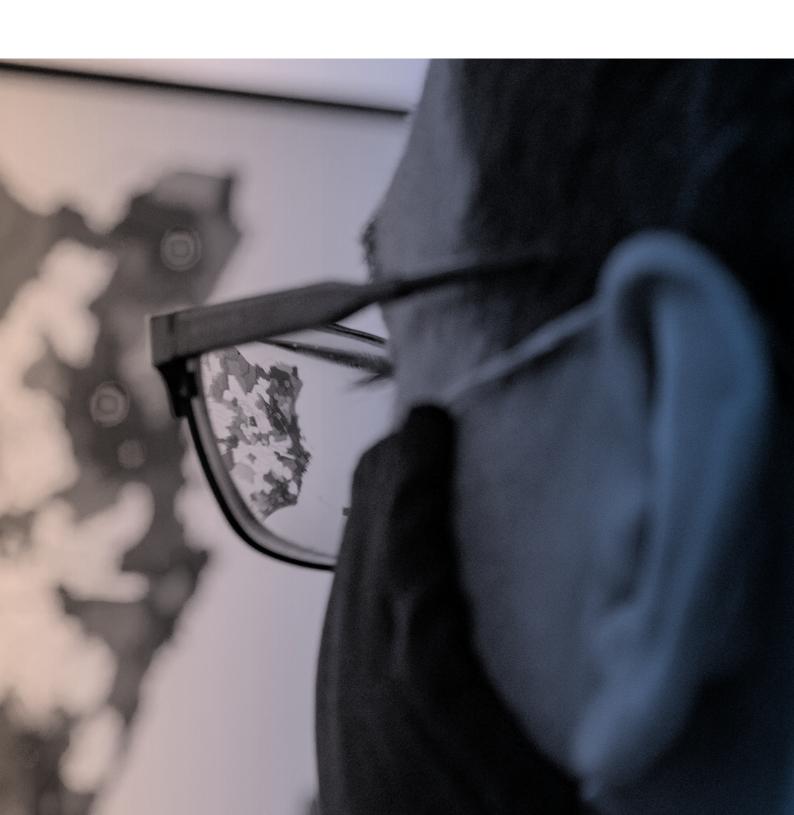
O Passivo Financeiro, por sua vez, agrega diversas obrigações financeiras, tais como dívidas de curto prazo, fornecedores e outros compromissos cujo pagamento independe de autorização orçamentária. Estão incluídos também os recursos de terceiros na apuração.

No ano de 2020, o Estado apresentou um superavit financeiro de R\$ 4,89 bilhões, um acréscimo de 76,50% em relação ao apurado de superavit em 2019.





INDICADORES FISCAIS



INDICADORES FISCAIS

PANORAMA GERAL

Santa Catarina não passou ilesa aos impactos econômicos ocasionados pela pandemia de Covid-19, com ápice no segundo trimestre de 2020. Com muitas atividades econômicas paralisadas, a arrecadação estadual de impostos, por consequência, apresentou forte queda, com destaque para o mês de maio, quando a arrecadação de ICMS foi 26,38% menor que a arrecadação do mesmo mês em 2019.

Com a liberação gradativa das atividades econômicas, a arrecadação voltou a crescer, com destaque para os meses de outubro e dezembro, quando a arrecadação de ICMS apresentou crescimento de 14,92% e 11,34%, respectivamente, no comparativo com os mesmos meses de 2019.

A União prestou auxílio financeiro ao Estado no valor de R\$ 1,5 bilhão, contribuindo para que a Receita Corrente Líquida (RCL) de 2020 chegasse ao valor de R\$ 26,86 bilhões, 1,05% acima da previsão inicial da Lei Orçamentária Anual (LOA). No comparativo com 2019, a RCL apresentou crescimento nominal de 7,05%, enquanto que a inflação em 2020 foi de 4,52%.

A retomada econômica – embora gradual e diferenciada entre os setores e segmentos econômicos –, o auxílio financeiro recebido da União e a suspensão dos pagamentos da dívida pública, aliados ao controle rígido das despesas e das contas públicas, contribuíram para o excelente resultado fiscal num ano marcado pela pandemia de Covid-19.

Foram cumpridos os limites mínimos constitucionais de saúde e educação, emendas impositivas (art. 120 da Constituição Estadual - CE) e de ciência e tecnologia (art. 193 da CE), além dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), incluindo as metas fiscais estabelecidas na LDO 2020, com exceção da meta de dívida consolidada. Vale lembrar que as metas fiscais foram dispensadas de cumprimento devido à situação de calamidade pública nacional e estadual, conforme disposto na LRF.

O grande destaque de 2020 está na disponibilidade de caixa. Descontando todas as obrigações financeiras a pagar (restos a pagar, consignações e despesas sem empenho), o Poder Executivo terminou 2020 com R\$ 3,10 bilhões em caixa, 192% a mais que em 2019. No ano de 2019, a fonte 0.100 - Recursos Ordinários do Tesouro ficou deficitária em R\$ 509,65 milhões e em 2020 ficou superavitária em R\$ 926,01 milhões.

Do mesmo modo, foram cumpridas as metas do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal (PAF), e pela primeira vez desde a criação do indicador de Capacidade de Pagamento (CAPAG¹), Santa Catarina obterá nota B, o que tornará o Estado elegível para contratar operações de crédito com a garantia da União.

¹ A Capacidade de Pagamento (CAPAG) é um indicador criado pela Secretaria do Tesouro Nacional que tem como objetivo padronizar os critérios de avaliação dos entes federados que pleiteiam garantia ou aval da União, além de definir os níveis de exposição creditícia do Governo Federal a cada ente de acordo com sua situação fiscal e com uma estimativa de sua capacidade de honrar compromissos futuros. São três os indicadores econômico-financeiros considerados no cálculo da CAPAG: endividamento (Dívida Consolidada Bruta/RCL), poupança corrente (Despesa Corrente/Receita Corrente ajustada) e liquidez (obrigações financeiras/disponibilidade de caixa bruta).

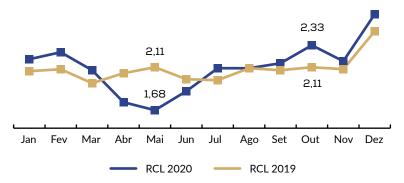
No Volume 2 deste Balanço Geral, são apresentados o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal, nos quais é possível evidenciar e acompanhar os mínimos constitucionais em saúde e educação, além dos indicadores da Lei de Responsabilidade Fiscal. Também estão disponíveis no Volume 2 os demonstrativos específicos de acompanhamento dos mínimos constitucionais e legais do Estado.

INDICADORES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

O parâmetro para verificação dos limites fixados pela LRF é a Receita Corrente Líquida (RCL). A RCL é composta pela soma das receitas correntes totais do Estado, subtraídas as parcelas entregues aos municípios decorrentes de determinação constitucional ou legal, as quantias repassadas ao Fundeb, as contribuições dos servidores públicos ao regime próprio de previdência e a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência, além das restituições de receitas.

Em 2020, a RCL totalizou R\$ 26,86 bilhões, 1,05% acima da previsão da LOA. O auxílio financeiro recebido da União de R\$ 1,5 bilhão contribuiu para o crescimento nominal de 7,05% no comparativo com o ano de 2019, ao passo que a inflação em 2020 foi de 4,52%. Se desconsiderarmos o auxílio financeiro, a RCL cresceu 1,11% no comparativo 2019/2020.

COMPARATIVO RCL 2019/2020 - DESCONSIDERANDO O AUXÍLIO FINANCEIRO RECEBIDO DA UNIÃO (R\$ BILHÕES)



Embora não restem dúvidas sobre os impactos negativos que a pandemia causou na economia catarinense, ao se analisar o comportamento da RCL entre os anos de 2020 e 2019, desconsiderando-se o auxílio financeiro recebido da União, para melhor percepção da arrecadação estadual, constata-se queda acentuada no segundo trimestre de 2020, com destaque para o mês de maio (-20%), e recuperação gradual a partir de julho, destacando-se o mês de outubro com crescimento de 10,24%.

Para a verificação do cumprimento dos limites, é utilizada a RCL efetivamente arrecadada, considerando alguns ajustes. Para o cálculo dos limites de endividamento, são deduzidos os valores relativos às emendas individuais², e para o cálculo do limite da despesa com pessoal, deduzem-se os valores relativos às emendas individuais e de bancada³.

² Constituição Federal, art. 166-A, § 1°.

³ Constituição Federal, art. 166, § 16.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



RCL ajustada para limites de endividamento R\$ 26,85 bilhões RCL ajustada para limites da despesa com pessoal R\$ 26,82 bilhões

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária 6º bimestre de 2020

Despesa com Pessoal

Para fins de verificação do limite máximo, a LRF conceituou a despesa total com pessoal como o que se segue: o somatório dos gastos com quaisquer espécies remuneratórias de ativos, inativos e pensionistas, os contratos de terceirização relacionados à substituição de servidores ou empregados públicos, relativos ao mês em referência, bem como o somatório dos onze meses imediatamente anteriores, deduzidas as despesas com pessoal inativo e pensionistas, custeadas por recursos próprios do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), as indenizações por demissão e os incentivos à demissão voluntária, as decisões judiciais de pessoal e as despesas de exercícios anteriores de pessoal de competência anterior ao período de apuração.

Dessa forma, embora integrem o contracheque dos servidores e empregados públicos, não são consideradas, para fins de limite da LRF, as despesas de natureza indenizatória, que têm como característica compensar dano ou ressarcir gastos do servidor ou empregado público em função do seu ofício, e os benefícios assistenciais, tais como ajuda de custo, auxílio-alimentação, diárias, indenização de transporte, plano de saúde, vale-transporte, etc.

Os controles rígidos da despesa com pessoal, combinados com as proibições de aumento da despesa com pessoal imposta pelo artigo 8° da LC n° 173/2020, impactaram na redução do percentual de comprometimento da RCL com as despesas com pessoal, que passaram de 55,45% em 2019 para 54,24% em 2020, no consolidado, e de 45,75% em 2019 para 44,92%, no Poder Executivo.

REPRESENTATIVIDADE DAS DESPESAS COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA POR PODERES E ÓRGÃOS COM PODER DE AUTOGOVERNO

Especificação	2020	2019	2018	2017	Limite Legal	Limite Prudencial	Limite de Alerta
Poder Executivo ⁴	44,92%	45,75%	48,76%	49,97%	49,00%	46,55%	44,10%
Defensoria Pública	0,23%	0,24%	0,21%	0,15%	-	-	-
Demais Órgãos	44,69%	45,51%	48,55%	49,82%	-	-	-
Poder Legislativo	2,51%	2,60%	2,72%	2,78%	3,00%	2,85%	2,70%
Assembleia Legislativa	1,70%	1,77%	1,88%	1,95%	2,10%	2,00%	1,89%
Tribunal de Contas	0,81%	0,83%	0,84%	0,83%	0,90%	0,85%	0,81%
Poder Judiciário	5,16%	5,37%	5,36%	5,51%	6,00%	5,70%	5,40%
Ministério Público	1,65%	1,73%	1,65%	1,66%	2,00%	1,90%	1,80%
Consolidado Geral	54,24%	55,45%	58,49%	59,92%	60,00%	57,00%	54,00%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) corresponde ao valor da Dívida Pública Consolidada (DC) menos as disponibilidades de caixa bruta e equivalentes de caixa, representadas pelo somatório de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata e demais haveres financeiros, que são valores a receber líquidos e certos.

A Resolução do Senado nº 40/2001 definiu o limite de 200% da RCL para a Dívida Consolidada Líquida. Em 2020, o percentual da DCL sobre a RCL foi de 70,85%, quando em 2019 era de 80,29%.

Além do limite de endividamento, definido por Resolução do Senado, a Lei de Responsabilidade Fiscal determinou que o Estado deve estabelecer no Anexo de Metas Fiscais⁵, integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias, meta fiscal para o montante da dívida pública. Em 2020, a meta para a DC e para a DCL era de R\$ 23,31 bilhões e de R\$ 20,61 bilhões, respectivamente.

O valor apurado no encerramento do exercício para a DC foi de R\$ 24,11 bilhões e para a DCL foi de R\$ 19,02 bilhões.

⁴ Como a LRF não prevê limite para as despesas com pessoal da Defensoria Pública, essas despesas são somadas às despesas do Poder Executivo para fins de verificação do limite desse poder, conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

⁵ Lei Complementar Federal n° 101/2000, art. 4°, § 1°.

Dívidas suspensas – LC nº 173/2020

Com a União R\$ 483,58 milhões Com instituições financeiras R\$ 574,11 milhões Contribuíram para o não cumprimento da meta da DC a suspensão do pagamento das dívidas, no valor de R\$ 1,06 bilhão, nos termos da Lei Complementar Federal nº 173/2020, e a alta do dólar americano, que impactou nos contratos corrigidos pela variação cambial⁶. Para fins de comparação, a variação cambial da dívida somou R\$ 1,32 bilhão em 2020 contra R\$ 188,54 milhões em 2019.

Os valores não pagos em virtude da suspensão do pagamento da dívida do Estado com a União⁷ foram direcionados, quase que exclusivamente, às ações de enfrentamento da calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19, especialmente àquelas executadas pelo Fundo Estadual de Saúde. Esses recursos contribuíram para que em 2020 o Estado de Santa Catarina aplicasse em ações e serviços públicos de saúde 2,63 pontos percentuais a mais que o mínimo constitucional exigido de 12% da Receita Líquida de Impostos.

Mais informações sobre as ações realizadas para enfrentar a Covid-19 estão disponíveis no capítulo Gestão Administrativa deste Balanço Geral.

Operações de Crédito

As operações de crédito tradicionais são aquelas captações de recursos por meio de financiamento, empréstimo ou mútuo. Todavia, o conceito da LRF é mais amplo, englobando as operações assemelhadas, tais como a compra financiada de bens ou serviços, o arrendamento mercantil e as operações de derivativos financeiros, inclusive as operações dessas categorias realizadas com instituições não financeiras.

Em 2020, a captação de recursos atingiu o montante de R\$ 145,64 milhões em recursos de operações de crédito internas.

Do total das operações de crédito estaduais, R\$ 131,34 milhões foram considerados para fins de verificação do limite legal, valor que representou 0,49% da Receita Corrente Líquida, abaixo do limite de 16%8. No ano, não houve operações de crédito por antecipação da receita.

Garantias e Contragarantias

As garantias e contragarantias são instrumentos concedidos pelo Estado na contratação de operações de créditos pelos garantidos.

⁶ Dos R\$ 20,93 bilhões de empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2020, 25% correspondem a contratos indexados pelo dólar americano, ou seja, R\$ 5,14 bilhões.

⁷ Lei Complementar Federal n° 173/2020, art. 2°, § 5°, II.

⁸ Resolução do Senado nº 43/2001, art. 7º.

O saldo de garantias concedidas pelo Estado de Santa Catarina ao final de 2020 foi de R\$ 1,31 bilhão, representando 4,87% da RCL e atendendo ao limite máximo de 22%. As contragarantias recebidas pelo Estado totalizaram R\$ 1,41 bilhão ao final de 2020.

Essas garantias e contragarantias concedidas por Santa Catarina decorrem de contratos de financiamento firmados pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) com a Caixa Econômica Federal (CEF) e com a Agence Française de Développement (AFD), sendo que esses contratos se referem a financiamentos para a realização de intervenções nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios estaduais. Inclui-se também um contrato de financiamento entre as Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destinado a múltiplas obras para garantir a eficiência dos serviços prestados pela Celesc.

Disponibilidade de Caixa e Inscrição dos Restos a Pagar

Visando dar transparência ao equilíbrio entre a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de recursos em caixa, bem como ao equilíbrio entre a inscrição em restos a pagar não processados e a disponibilidade de caixa, a Lei de Responsabilidade Fiscal¹⁰ determinou a elaboração de demonstrativos anexos ao Relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre. As informações são apresentadas no Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, anexo 5 do RGF, por todos os Poderes e órgãos com poder de autogoverno, além do demonstrativo consolidado.

O demonstrativo apresenta informações sobre a disponibilidade de caixa bruta, as obrigações financeiras, os restos a pagar processados, não processados e a disponibilidade de caixa líquida para cada recurso vinculado, bem como os não vinculados.

A disponibilidade de caixa bruta é composta por ativos de alta liquidez como caixa, bancos e aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa¹¹. Já as obrigações financeiras são compostas por Depósitos Judiciais¹², despesas sem empenho¹³ e consignações a pagar¹⁴, entre outras obrigações.

⁹ Resolução do Senado nº 43/2001, art. 9°.

¹⁰ Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 55, III.

¹¹ Não foram considerados os valores dos Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo do RPPS/SC, contabilizados nas contás contábeis 1.1.4.

¹² Contabilizadas pelo Poder Judiciário na conta contábil 2.1.8.8.1.03.01 - Depósitos Recebidos por Determinação Judicial (F).

¹³ Contabilizadas pelo Poder Executivo na conta contábil 2.1.8.9.1.28.01 - Credores a Pagar sem Execução Orçamentária (P).

¹⁴ Contabilizadas, no consolidado, na conta contábil 2.1.8.8.1.01 - Consignações (F).

APURAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (R\$ MILHÕES)

	2020		2019		
	Consolidado	Poder Executivo	Consolidado	Poder Executivo	
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.070,88	4.184,94	9.341,17	2.464,35	
(-) Restos a Pagar	922,69	831,33	1.246,18	1.156,92	
Processados inscritos	228,15	224,32	317,41	316,62	
Não processados inscritos	692,06	604,75	779,79	691,51	
Processados de anos anteriores	2,48	2,26	146,19	146,00	
Não processados de anos anteriores	0,00	0,00	2,79	2,79	
(-) Obrigações Financeiras	6.316,09	250,92	6.367,22	244,06	
(=) Disponibilidade de Caixa Líquida	3.832,10	3.102,69	1.727,77	1.063,37	
Recursos não vinculados	1.888,10	1.590,22	752,67	422,57	
Recursos vinculados	1.944,00	1.512,47	975,10	640,80	

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal 3° do quadrimestre de 2019 e 2020

Saldo da Fonte 0.100 Poder Executivo

Em 2020 R\$ 943,41 milhões

Em 2019 - R\$ 509,65 milhões A avaliação da suficiência de disponibilidade deve ser realizada por fonte de recursos vinculados e não vinculados versus as obrigações financeiras e os restos a pagar de cada fonte. Nesse ínterim, quando se compara a disponibilidade financeira detalhada por fontes de recursos com as obrigações financeiras e os restos a pagar, verifica-se a ocorrência de superavit financeiro em todas as fontes de recursos¹⁵.

Dessa forma, descontando todas as obrigações financeiras a pagar, o Poder Executivo terminou 2020 com R\$ 3,10 bilhões em caixa, 192% a mais que 2019. Em 2019, a fonte 0.100 – Recursos Ordinários do Tesouro, no Poder Executivo, ficou deficitária em R\$ 509,65 milhões, enquanto que em 2020 ficou superavitária em R\$ 943,41 milhões.

Esse superavit constitui-se em reserva financeira para o ano de 2021, para o qual há deficit orçamentário estimado no valor de R\$ 1,23 bilhão¹⁶, retomada dos pagamentos mensais da dívida pública e sem expectativa de novos auxílios da União, além de ser alicerce para que o Estado busque a retomada econômica pós-pandemia e mantenha um ritmo de crescimento econômico estadual por meio de investimentos em infraestrutura, sobretudo logística.

¹⁵ No demonstrativo publicado pelo Poder Executivo, é evidenciado um saldo negativo de R\$ 76,69 milhões nos recursos vinculados ao RPPS, no entanto esse valor está coberto pelo saldo das aplicações financeiras contabilizadas do RPPS, as quais, conforme já mencionado, não compõem saldo da disponibilidade de caixa bruta.

¹⁶ Lei Orçamentária Anual 2020, Lei nº 17.875/2019, art. 4º, §§ 2º e 3º.

Resultado Primário

O resultado primário é um indicador fiscal que mede a capacidade de pagamento do serviço da dívida. Trata-se do resultado obtido a partir do cotejo entre receitas e despesas orçamentárias (não financeiras) de um dado período que impactam efetivamente a dívida do Estado.

A Lei de Responsabilidade Fiscal reforçou a importância do resultado primário para o controle do endividamento e estabeleceu que se o ente da Federação ultrapassar o respectivo limite de endividamento ao final de um quadrimestre, entre outras restrições, deverá obter resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite.

A meta do resultado primário é estabelecida anualmente na LDO e utiliza, desde 2018, a metodologia "acima da linha", a qual se baseia no comportamento das receitas primárias e despesas primárias pagas (inclui restos a pagar pagos). Dessa forma, o resultado primário possibilita uma avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação, observada a continuidade do fluxo.

As receitas de operações de crédito, bem como os rendimentos de aplicações financeiras dessas fontes, não constituem receitas primárias, no entanto, de maneira geral, as despesas executadas com esses recursos constituem despesas primárias, o que pode colaborar, por vezes, para um resultado primário negativo. Em 2020, foram executadas e pagas despesas com recursos de operações de crédito no valor de R\$ 1,15 bilhão, incluído superavit de anos anteriores e rendimentos de aplicações financeiras.

O resultado primário apurado em 2020 foi de R\$ 2,68 bilhões, 60% maior do que a meta fiscal estabelecida, que era de R\$ 1,68 bilhão.

Resultado Nominal

O resultado nominal é um indicador fiscal que mede a variação da Dívida Consolidada Líquida e pode ser obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos), metodologia conhecida como "acima da linha". Esse resultado pode também ser obtido "abaixo da linha", por meio da comparação entre os estoques da DCL em momentos diferentes. A meta de resultado nominal estabelecida anualmente na LDO utiliza, desde 2018, a metodologia "acima da linha".

O resultado nominal apurado em 2020 foi de R\$ 1,54 bilhão, 77,24% maior do que a meta fiscal estabelecida, que era de R\$ 868,15 milhões.

Receitas e Despesas

Além das metas de resultado primário e nominal e Dívida Consolidada Líquida, a LRF¹⁷ também impôs o estabelecimento de metas para receitas e despesas. Em 2020, o Estado cumpriu a meta definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que era de R\$ 28,92 bilhões.

A arrecadação líquida de Santa Catarina foi de R\$ 29,95 bilhões, R\$ 1,03 bilhão a mais que a meta estabelecida. Já as despesas executadas somaram R\$ 28,09 bilhões, R\$ 830,34 milhões a menos que a meta definida.

Vale observar que no montante total de despesas executadas está contido R\$ 1,61 bilhão de despesas custeadas com superavit financeiro de exercícios anteriores, despesas estas não previstas na meta fiscal.

O detalhamento da execução orçamentária das receitas e despesas pode ser conferido no capítulo Gestão Orçamentária, Patrimonial e Financeira deste Balanço Geral.

Receitas e Despesas Previdenciárias

A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que as receitas e despesas previdenciárias deverão ser apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos¹⁸, além de incluir um demonstrativo próprio¹⁹ no Relatório Resumido da Execução Orçamentária, com publicação bimestral.

O demonstrativo tem a finalidade de assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias do Regime Previdenciário, além de evidenciar os repasses recebidos para cobertura de deficit financeiro e atuarial, quando houver.

Santa Catarina instituiu em 2008²⁰ o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de Santa Catarina (RPPS/SC), de caráter contributivo, solidário e de filiação obrigatória a todos os servidores de cargo efetivo, neles incluídos os militares²¹, os magistrados, os membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas, e os inativos.

Em dezembro de 2019, foi criado nacionalmente o Sistema de Proteção Social dos Militares²² (SPSM), ao qual não se aplica a legislação do RPPS. No entanto, pode a unidade gestora do RPPS se responsabilizar pela gestão do SPSM, devendo as receitas e as despesas serem segregadas²³.

¹⁷ Lei Complementar Federal n° 101/2000, art. 4°, § 1°.

¹⁸ Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 50, inciso IV.

¹⁹ Lei Complementar Federal nº 101/2000, art. 53, inciso II.

²⁰ Lei Complementar nº 408/2008.

²¹ Lei Complementar nº 408/2008, art. 92.

²² Lei Federal n° 6.880/1980, art. 50-A, incluído pela Lei n° 13.954/2019.

²³ Instrução Normativa do Ministério da Economia nº 05/2020, art. 18, § 2°.

Assim, durante o ano de 2020, a unidade gestora do RPPS/SC, por meio do Fundo Financeiro, continuou a gerenciar e pagar as pensões militares e os inativos militares, bem como a arrecadar as receitas de contribuição sobre a remuneração dos militares ativos e inativos e sobre pensões militares.

INDICADORES PREVIDENCIÁRIOS (R\$ MILHÕES)

Indicadores	2020	2019	Variação 2020/2019		
inuicadores	Executado	Executado	Valor	%	
Receita Previdenciária	2.436,20	2.708,14	-271,94	-10,04%	
Despesa Previdenciária	7.122,98	6.723,63	399,35	5,94%	
Resultado Previdenciário	-4.686,78	-4.015,48	-671,29	16,72%	
Cobertura da Insuficiência Financeira	4.728,14	4.198,70	529,44	12,61%	
Passivo Atuarial	217.828,74	158.880,68	58.948,05	37,10%	

A queda da receita previdenciária e o aumento da cobertura da insuficiência financeira observados no comparativo 2020 e 2019 são consequência da criação do Sistema de Proteção Social dos Militares. Em 2019, a receita de contribuição patronal dos militares foi de R\$ 279,57 milhões.

Se ajustarmos os valores de 2019, somando-se o valor da receita de contribuição patronal ao valor da cobertura da insuficiência financeira, o crescimento real da cobertura da insuficiência financeira foi de 5,58%, seguindo, portanto, o crescimento da despesa previdenciária.

LIMITES CONSTITUCIONAIS FEDERAIS

A Constituição Federal determina aplicações mínimas para saúde²⁴ (12%) e educação²⁵ (25%).

Receita Líquida de Impostos

Para verificar a aplicação dos mínimos constitucionais em saúde e educação, utiliza-se como parâmetro a Receita Líquida de Impostos (RLI). Dessa forma, no mínimo 37% da RLI devem ser destinados para essas duas importantes áreas.

A RLI soma todas as receitas resultantes de impostos, sejam elas provenientes dos impostos estaduais como também da parte que cabe, constitucional e legalmente, ao Estado na divisão

²⁴ Constituição Federal, art. 198, § 3°.

²⁵ Constituição Federal, art. 212.

dos impostos da União. Desse valor, subtraem-se as transferências aos municípios decorrentes da repartição de impostos e das transferências recebidas.

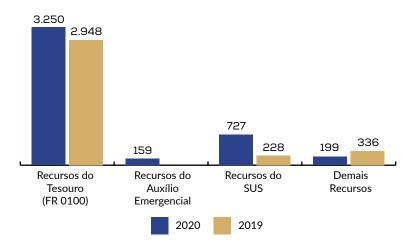
No exercício de 2020, a RLI foi de R\$ 22,59 bilhões, 1,56% a mais que em 2019. Desse total, 37% correspondem ao montante de R\$ 8,36 bilhões. Em 2020, foram aplicados R\$ 8,81 bilhões, 5,36% a mais que o mínimo constitucional.

RLI de 2020	Aplicação em Saúde	Aplicação em Educação sem Inativos	Aplicação Total
D¢ 22 50 bilb 2	R\$ 3,31 bilhões	R\$ 5,50 bilhões	R\$ 8,81 bilhões
R\$ 22,59 bilhões	14,63%	24,35%	38,98%

Saúde

Em 2020, Santa Catarina aplicou em saúde R\$ 4,30 bilhões, 22,57% a mais que em 2019. No entanto, para fins de verificação do mínimo constitucional em saúde, são consideradas apenas as despesas executadas com recursos de impostos e transferências constitucionais da União, ou seja, fonte 0.100 - Recursos Ordinários do Tesouro, deduzidas aquelas despesas inscritas em restos a pagar não processados sem a suficiente disponibilidade de caixa. Dessa forma, os recursos recebidos da União a título de auxílio financeiro para o enfrentamento da Covid-19²⁶ e os recursos recebidos do SUS não contam para fins de limite constitucional.

VALORES EMPENHADOS NA FUNÇÃO SAÚDE (R\$ MILHÕES)



²⁶ Lei Complementar Federal n° 173/2020, MP n° 938/2020.

Para fins de verificação do limite mínimo constitucional em saúde, foram considerados R\$ 3,25 bilhões (valores empenhados na fonte 0.100²⁷), acrescidos de R\$ 55,47 milhões, referentes aos restos a pagar não processados de anos anteriores pagos em 2020²⁸, totalizando R\$ 3,31 bilhões, R\$ 594,67 milhões a mais que o mínimo exigido, o que representa 14,63% da RLI.

Em 2020, todas as despesas executadas na função Saúde e não pagas no exercício foram inscritas em restos a pagar com a suficiente disponibilidade de caixa.

Educação

Para fins de verificação do mínimo constitucional em educação, são consideradas as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino executadas com recursos de impostos e transferências constitucionais da União, ou seja, fonte 0.100 – Recursos Ordinários do Tesouro, e as despesas executadas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), incluindo o resultado líquido das transferências do Fundeb²⁹. Além disso, são consideradas as despesas destinadas ao pagamento de bolsas de estudo, pesquisa e extensão universitária, custeadas com recursos do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (Fumdes)³⁰.

O Estado de Santa Catarina considera também, para fins de mínimo constitucional em educação, o pagamento das aposentadorias dos inativos vinculados a essa área. Essas despesas em 2020, em conformidade com o cronograma de exclusão gradativa³¹, somaram R\$ 403,85 milhões, representando 30% da folha total de servidores inativos da educação.

Dessa forma, para fins de verificação do limite mínimo constitucional em educação, foram considerados R\$ 5,90 bilhões, o que representou 26,14% da RLI.

²⁷ Lei Complementar Federal n° 141/2012, art. 24, incisos I e II.

²⁸ Conforme o Processo Administrativo SEF nº 10.708/2018.

²⁹ Refere-se à diferença entre o valor transferido ao Fundeb (R\$ 4,19 bilhões) e o valor recebido desse fundo (R\$ 2,53 bilhões), comumente chamada de "perda do Fundeb".

³⁰ Lei Estadual nº 18.045/2020, art. 41.

³¹ Cronograma de exclusão anexo ao Ofício SEF/GABS nº 1.292/2007.

APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE) POR FONTE DE RECURSOS (R\$ MILHÕES)

Considerate	2020	2010	Variação 2020/2019	
Especificação		2019	Valor	%
1 - Receita Líquida de Impostos - RLI	22.593,42	22.247,28	346,14	1,56%
2 - Aplicação em MDE	5.905,30	6.051,17	-145,86	-2,41%
Despesas empenhadas na fonte Tesouro	1.330,32	1.196,55	133,77	11,18%
Despesas empenhadas na fonte Fundeb	2.460,42	2.629,40	-168,97	-6,43%
Despesas empenhadas na fonte Fumdes	63,66	-	63,66	-
Despesas com pagamento de inativos (30% / 35%)	403,85	674,32	-270,47	-40,11%
Resultado Líquido das Transferências do Fundeb	1.647,05	1.550,90	96,15	6,20%
3 - Percentual aplicado (2/1)	26,14%	27,20%	-1,06%	-3,91%

O Estado vem trabalhando para o cumprimento do mínimo constitucional em educação sem incluir os inativos. A reserva orçamentária e financeira foi feita em 2020, conforme evidenciado no quadro a seguir, no entanto, com a suspensão das aulas presenciais por conta da pandemia, muitas despesas deixaram de ser executadas.

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE (R\$ MILHÕES)

Especificação	Dotação Atualizada	Empenho	Disponibilidade de Caixa após Inscrição dos Restos não Processados
Recursos de Impostos	1.818,44	1.393,98	98,46
Recursos do Fundeb	4.328,38	4.107,47	77,84
Despesas	2.681,33	2.460,42	
Perda do Fundeb	1.647,05	1.647,05	
TOTAL (1)	6.146,83	5.501,45	176,30
25% da RLI mínimo a aplicar (2)		5.648,36	
Diferença (3 = 1 - 2)	498,47	-146,90	

APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE) POR GRUPO DE DESPESA (R\$ MILHÕES)

Por Grupo de Despesa	Dotação Atualizada	Empenho	Empenho 2019	Variação Execução 2020/2019	
	2020	2020	2019	Valor	%
Despesas Orçamentárias (1)	4.418,53	3.817,58	3.833,76	-16,18	-0,42%
Pessoal e Encargos Sociais	2.660,63	2.616,97	2.623,01	-6,04	-0,23%
Serviço da Dívida	17,17	17,17	85,25	-68,08	-79,86%
Outras Despesas Correntes	1.188,09	891,15	929,61	-38,45	-4,14%
Investimentos	552,65	292,29	195,89	96,40	49,21%
Perda do Fundeb (2)	1.647,05	1.647,05	1.550,90	96,15	6,20%
Total das Despesas Executadas Fontes do Mínimo Incluindo Superavit (3) = (1 + 2)	6.065,58	5.464,63	5.384,66	79,97	1,49%
Despesas fontes superavit não consideradas (4)	28,08	26,84	7,81	19,04	243,85%
Fonte Tesouro	2,24	1,00	0,90	0,10	11,00%
Fonte Fundeb (executadas após o 1º trimestre)	25,84	25,84	6,91	18,94	274,16%
Despesas Fumdes (5)	109,33	63,66	-	63,66	-
Total das Despesas Executadas para Fins de Limite (6) = (3 - 4 + 5)	6.146,83	5.501,45	5.376,85	124,60	2,32%
Mínimo Exigido - 25% RLI		5.648,36	5.561,82		

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais correspondem ao maior volume de gastos em educação (69% em 2020). A principal redução desse grupo de despesas está na rubrica Indenizações e Restituições Trabalhistas, no valor de R\$ 51,87 milhões no comparativo com o ano anterior. Em 2019, foram R\$ 62,45 milhões, e em 2020, R\$ 10,58 milhões. Em seguida, está a redução de R\$ 6,60 milhões na contratação por tempo determinado (ACTs).

O serviço da dívida foi afetado pela suspensão dos pagamentos em virtude da LC nº 173/2020. Segundo informações da Gerência da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda, R\$ 26,10 milhões dessas despesas referentes à educação deixaram de ser pagos em 2020.

Já o grupo Outras Despesas Correntes representa o segundo maior gasto em educação (23% em 2020). Em 2020, esse grupo apresentou queda de 4,14% em relação a 2019 (R\$ 38,45 milhões). Quanto ao orçamento fixado para 2020, houve execução de apenas 75%, restando um saldo de R\$ 297 milhões.

As maiores reduções são das despesas relacionadas às atividades presenciais nas escolas, tais como transporte escolar dos alunos, energia elétrica e água, limpeza e conservação, vale-transporte, serviço de cópias e reproduções, e também correio. Destaca-se o subgrupo Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, que no comparativo 2019/2020 apresentou queda de R\$ 129 milhões.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES APLICADAS EM MDE POR SUBGRUPO DE DESPESA (R\$ MILHÕES)

Outras Despesas Correntes (por subgrupo de despesas)	2020	2019	Variação 2020/2019
Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	136,23	265,34	- 129,12
Transporte Escolar dos Alunos	36,22	124,99	- 88,77
Energia Elétrica, Água e Esgoto	17,04	43,57	- 26,53
Limpeza e Conservação	18,52	31,86	- 13,34
Vale-Transporte	0,33	7,85	- 7,52
Cópias e Reproduções	1,68	6,65	- 4,97
Correios	0,04	2,96	- 2,92
Demais Serviços de Terceiros	62,40	47,46	14,94
Material de Distribuição Gratuita	1,63	19,48	- 17,85
Passagens e Despesas de Locomoção	0,30	4,34	- 4,04
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	34,16	37,67	- 3,51
Diárias	0,21	1,40	- 1,18
Apoio Financeiro às APPs da Educação Básica	107,43	108,57	- 1,14
Obrigações Tributárias (ISS, INSS, PIS/PASEP, Taxas Diversas)	0,54	0,68	- 0,14
Auxílio-Transporte	0,18	0,28	- 0,10
Premiações Culturais, Artísticas, Científicas e Desportivas	0,01	0,07	- 0,05
Serviços de Consultoria	0,02	0,03	- 0,01

No entanto, mesmo com os impactos da ausência de aulas presenciais em virtude da pandemia de Covid-19, com redução de despesas continuadas, observa-se maior aplicação de recursos nessa área em 2020, não apenas percentualmente, mas também em valores nominais.

LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS CATARINENSES

A Constituição do Estado de Santa Catarina, além de confirmar os limites mínimos para saúde e educação estabelecidos pela Constituição Federal, determinou mínimos para educação superior³² (5% do mínimo constitucional para educação), ciência e tecnologia³³ (2% das receitas correntes) e emendas individuais parlamentares³⁴ (1% da receita corrente líquida prevista).

³² Constituição Estadual, art. 170.

³³ Constituição Estadual, art. 193.

³⁴ Constituição Estadual, art. 120, §§ 9° e 10°.

Educação Superior (CE, art. 170)

Santa Catarina deve prover, anualmente, assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior, legalmente habilitadas a funcionar no Estado, em montante não inferior a 5% do mínimo constitucional que o ente deve aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino³⁵.

Faz-se necessário esclarecer que a constituição determina o valor que deve ser aplicado (5% do mínimo constitucional) sem vincular esse valor a nenhuma fonte de receita.

De igual forma que para as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, o Governo do Estado se preparou para cumprir esse mandamento constitucional, deixando reservados dotação orçamentária e recursos financeiros para isso. No entanto, também impactada pela pandemia de Covid-19, a concessão de bolsas de estudo não atingiu o valor esperado em 2020.

O valor do mínimo constitucional que Santa Catarina deveria ter aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino em 2020 era de R\$ 5,65 bilhões, logo, para cumprir o art. 170 da CE, deveria ter aplicado R\$ 282,42 milhões.

Contudo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, o Estado repassou às instituições de educação superior R\$ 268,23 milhões, 39,62% a mais que em 2019, representando 4,75% do mínimo constitucional.

COMPARATIVO ENTRE VALORES REPASSADOS ÀS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (ART. 170 DA CE) (R\$ MILHÕES)

F .c ~	Dotação	Emp	enho	Variação 2019/2020		
Especificação	Atualizada 2020	2020	2019	Valor	%	
Recursos de Impostos	218,40	204,57	137,31	67,26	48,99%	
Recursos do Fumdes ³⁶	112,02	63,66	54,80	8,86	16,17%	
TOTAL (1)	330,42	268,23	192,11	76,12	39,62%	
Valor mínimo a aplicar (2)	282,42	282,42	278,09	4,33	1,56%	
Diferença (3 = 1 - 2)	48,00	-14,19	-85,98	71,79	83,50%	

Ainda em relação ao ensino superior, a Constituição de Santa Catarina, no seu art. 171, determina que as empresas privadas que se beneficiarem de programas estaduais de incentivos financeiros e fiscais e de pesquisas e tecnologias por elas geradas com financiamento do poder público estadual deverão apoiar a manutenção e o desenvolvimento do ensino superior, na forma da lei³⁷. Observa-se, portanto, que a Constituição Estadual, para o art. 171, não estabeleceu nenhum mínimo a ser aplicado anualmente.

³⁵ Regulamentado pela Lei Complementar Estadual nº 281/2005.

³⁶ Seguindo o entendimento de que a Constituição Estadual não vinculou nenhuma fonte de recursos ao mínimo estabelecido no art. 170, foram consideradas as bolsas pagas com recursos do Fumdes.

³⁷ Lei Complementar Estadual nº 407/2008.

A Lei Complementar Estadual, que regulamentou o art. 171 da CE, com obviedade também não o fez. O que a legislação regulamentou foi a forma de apoio, que se dará por intermédio de bolsas de estudo, pesquisa e extensão universitária para os alunos que se enquadrarem nos critérios por ela estabelecidos, e para isso instituiu o Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior no Estado de Santa Catarina (Fumdes).

Deve-se, portanto, assegurar que os recursos destinados ao Fumdes sejam aplicados efetivamente nas bolsas de estudos, garantindo recursos financeiros ao longo de todo o período necessário à conclusão dos estudos bem como das pesquisas e extensões universitárias.

Em 2020, o Fumdes recebeu das empresas privadas R\$ 92,38 milhões, executou despesas no valor de R\$ 63,66 milhões, inscrevendo R\$ 6,19 milhões em restos a pagar processados, e pagou R\$ 3,62 mil de restos a pagar inscritos em 2019, fechando o ano com R\$ 54,12 milhões de saldo na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

Ciência e Tecnologia (CE, art. 193)

No mínimo 2% das receitas correntes arrecadadas pelo Estado devem ser aplicados em pesquisa científica e tecnológica, de forma conjunta³⁸, pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Na apuração do mínimo constitucional, foram considerados os valores executados pela Epagri e pela FAPESC, incluindo aqueles valores descentralizados por elas, deduzidos os restos a pagar de 2019 cancelados em 2020.

Na apuração da base de cálculo, são consideradas as receitas correntes líquidas, valor que em 2020 foi de R\$ 27,93 bilhões. Desse total, é deduzido o valor da desvinculação de receita³⁹, resultando, portanto, no valor a aplicar de R\$ 391,06 milhões.

Foram aplicados em pesquisa científica e tecnológica R\$ 415,37 milhões, o que representa 2,12% das receitas correntes arrecadadas e 6,21% a mais que o mínimo exigido.

Emendas Individuais de Parlamentares (CE, art. 120, § 9°, e art. 120-C)

As emendas individuais de parlamentares ao projeto de Lei Orçamentária Anual, também chamadas de emendas impositivas, são aprovadas no limite de 1% da receita corrente líquida prevista no projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo, conforme estabelecido na Constituição Catarinense.

³⁸ Lei Complementar Estadual n° 741/2008, art. 66, § 1°, e art. 81, § 3°.

³⁹ Decreto Estadual nº 812/2020, art. 2°, § 3°.

A RCL prevista no projeto da LOA 2020 foi de R\$ 25,55 bilhões. Para 2020, a LOA aprovou dotação inicial de R\$ 255,76 milhões, consignadas em três subações orçamentárias: 14.203 – Provisão para emendas parlamentares (R\$ 63,94 milhões); 14.227 – Emenda parlamentar impositiva da Educação (R\$ 63,93 milhões); e 14.240 – Emenda parlamentar impositiva da Saúde (R\$ 127,88 milhões). No entanto, o parlamento catarinense apresentou emendas no montante de R\$ 248,89 milhões, conforme demonstrado na parte 5 da LOA, Emendas Parlamentares – Detalhamento.

No tocante à execução orçamentária e financeira das emendas impositivas, a Constituição Estadual definiu que a sua execução é obrigatória, salvo em casos de impedimento técnico para tal⁴⁰. Em 2020, foram empenhados R\$ 461,51 milhões nas três subações destinadas à execução das emendas parlamentares, R\$ 205,75 milhões a mais que o orçamento inicial.

A Emenda Constitucional nº 78/2020 trouxe regramento para as emendas parlamentares impositivas destinadas aos municípios catarinenses ao incluir o artigo 120-C da Constituição Estadual, o qual determina que a partir da Lei Orçamentária Anual de 2018 as emendas parlamentares impositivas⁴¹ serão consideradas **transferências especiais**⁴², dispensando a celebração de convênio e a apresentação de plano de trabalho ou de instrumento congênere, devendo ser pagas diretamente aos municípios até o final de cada exercício financeiro.

O artigo 120-C da Constituição Estadual também deu prazo para que as emendas parlamentares impositivas destinadas aos municípios nas Leis Orçamentárias Anuais de 2018 e 2019 fossem integralmente repassadas até o final do exercício financeiro de 2021 e 2020, respectivamente.

Em 2020, o Poder Executivo repassou aos municípios catarinenses, por meio de transferências especiais, R\$ 308,81 milhões referentes às emendas parlamentares dos anos de 2020, 2019 e 2018. Foram R\$ 170,49 milhões para 943 emendas do exercício de 2020, R\$ 33,91 milhões para 121 emendas do exercício de 2019 que não foram pagas, total ou parcialmente, por meio de convênio, e R\$ 104,41 milhões para 502 emendas do exercício de 2018 enquadradas na função Educação⁴³.

Dessa forma, o Estado atendeu o compromisso estabelecido com o parlamento catarinense de repassar aos municípios, no ano de 2020, os recursos destinados às emendas parlamentares impositivas, consideradas transferências especiais, dos exercícios de 2018 (função Educação), 2019 e 2020.

No site da Secretaria de Estado da Fazenda⁴⁴, é possível acompanhar de forma detalhada a execução de todas as emendas parlamentares impositivas por exercício (2018, 2019 e 2020), considerando as transferências para municípios, entidades, consórcios ou aplicações diretas realizadas por meio de instrumentos de transferências voluntárias (convênios) ou transferências especiais. Nos painéis, constam os dados das emendas (autor, município, esfera de aplicação, etc.) e o detalhamento dos pagamentos (valores estabelecidos na LOA, valores pagos, pagamentos parciais, valores a pagar e emendas não executadas por impedimento técnico).

⁴⁰ Constituição Estadual, art. 120, §§ 10 e 11.

⁴¹ Constituição Estadual, art. 120, § 9°.

⁴² Nos termos que dispõe o inciso I, do art. 166-A, da Constituição Federal.

⁴³ Considerando a inclusão dos Anexos IV e VI da Lei Estadual nº 18.033/2020, no Anexo I da Lei Estadual nº 17.875/2019, em substituição parcial das emendas parlamentares impositivas anexas à Lei nº 17.447/2017.

⁴⁴ Disponível em http://www.sef.sc.gov.br/servicos/assunto/88/Emendas_Parlamentares_Estaduais.

Educação Especial (Lei nº 13.334/2005, art. 8°, § 1°)

Santa Catarina deve repassar, anualmente, às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs) situadas em território catarinense 16,7% da contribuição de pessoas jurídicas contribuintes do ICMS ao FundoSocial⁴⁵, compensados em conta gráfica até o limite de 6% do imposto devido, na forma regulamentada pela Lei nº 17.172/2017⁴⁶, a qual estabeleceu que o valor a ser repassado anualmente não poderá ser inferior ao valor obtido pela média dos valores repassados nos anos de 2014, 2015 e 2016, atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com cobertura financeira do Tesouro Estadual caso a receita do FundoSocial seja inexistente ou insuficiente.

A média dos valores repassados nos anos de 2014, 2015 e 2016 corresponde ao valor nominal de R\$ 27,04 milhões, que atualizado passa para R\$ 31,45 milhões em dezembro de 2020.

A receita líquida da conta gráfica ICMS FundoSocial⁴⁷ em 2020 foi de R\$ 42,90 milhões. Aplicando-se as deduções e o percentual legal, prevalece a média atualizada dos repasses para fins de mínimo anual.

O valor repassado⁴⁸ às APAEs em 2020 foi de R\$ 52,63 milhões, R\$ 21,18 milhões a mais que o mínimo legal exigido.

⁴⁵ Lei Estadual nº 13.334/2005, art. 8°, § 1°, II.

⁴⁶ A Lei Estadual nº 17.172/2017 incluiu o § 6º na Lei nº 13.334/2005, com a citada regulamentação.

⁴⁷ Natureza de receita 1.1.1.8.02.11.11 - ICMS - FundoSocial Estadual.

⁴⁸ Conforme as subações orçamentárias nº 11.097 - Apoio financeiro às APAEs e nº 14.118 - Cooperação Técnico-Pedagógica com APAEs.



Fotos: Ricardo Wolffenbüttel - SECOM



DEMONSTRAÇÕES

CONTÁBEIS



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64 Período: janeiro a dezembro de 2020

					KΦ IIIIIIIai e
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA EXPLICATIVA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	40	28.563.624	28.563.624	29.580.086	1.016.462
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		18.585.075	18.585.075	18.614.427	29.353
Receitas de Contribuições		2.678.304	2.678.304	2.331.328	(346.976)
Receita Patrimonial		414.997	414.997	257.904	(157.093)
Receita Agropecuária		1.486	1.486	2.476	990
Receita Industrial		23	23	26	3
Receita de Serviços		1.077.443	1.077.443	908.331	(169.113)
Transferências Correntes		5.341.819	5.341.819	6.988.931	1.647.112
Outras Receitas Correntes		464.477	464.477	476.663	12.186
RECEITAS DE CAPITAL (II)	40	355.700	355.700	372.448	16.748
Operações de Crédito		214.323	214.323	145.642	(68.681)
Alienação de Bens		17.572	17.572	19.108	1.537
Amortização de Empréstimos		29.393	29.393	18.829	(10.564)
Transferências de Capital		89.412	89.412	43.644	(45.768)
Outras Receitas de Capital		5.000	5.000	145.224	140.224
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		28.919.324	28.919.324	29.952.534	1.033.210
Operações de Crédito/ Refinanciamento (IV)		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		28.919.324	28.919.324	29.952.534	1.033.210
DEFICIT (VI)		-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)		28.919.324	28.919.324	29.952.534	1.033.210
Saldos de Exercícios Anteriores		-	2.530.649	1.607.342	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		-	-	-	-
Superavit Financeiro	41	-	2.530.649	1.607.342	-
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	-	-

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Consolidado Geral

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64 Período: janeiro a dezembro de 2020

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NOTA EXPLICATIVA	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	40	26.016.844	29.645.422	25.758.502	25.196.765	24.976.747	3.886.920
Pessoal e Encargos Sociais		16.880.354	18.674.418	17.573.161	17.570.079	17.509.867	1.101.257
Juros e Encargos da Dívida		1.152.120	516.825	375.987	375.987	375.987	140.838
Outras Despesas Correntes		7.984.369	10.454.179	7.809.353	7.250.699	7.090.893	2.644.825
Despesas de Capital (IX)	40	2.901.480	4.250.980	2.330.483	2.200.163	2.192.028	1.920.497
Investimentos		1.754.867	2.874.497	1.376.539	1.248.165	1.240.109	1.497.958
Inversões Financeiras		49.847	202.679	105.390	103.444	103.366	97.289
Amortização da Dívida		1.096.766	1.173.803	848.553	848.553	848.553	325.250
Reserva de Contingência (X)		1.000	1.000	-	-	-	1.000
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)		28.919.324	33.897.402	28.088.985	27.396.928	27.168.776	5.808.417
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)		28.919.324	33.897.402	28.088.985	27.396.928	27.168.776	5.808.417
SUPERAVIT (XIV)	38-42	-	-	1.863.549	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)		28.919.324	33.897.402	29.952.534	27.396.928	27.168.776	5.808.417
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-

Execução dos Restos a Pagar não Processados

Consolidado Geral

	INSCRITOS					
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO A PAGAR
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a + b - d - e)
Despesas Correntes	-	562.452	399.319	399.245	163.134	74
Pessoal e Encargos Sociais	-	4.972	3.907	3.907	1.065	-
Juros e Encargos da Dívida	-	2.608	-	-	2.608	-
Outras Despesas Correntes	-	554.873	395.412	395.338	159.461	74
Despesas de Capital	-	217.334	127.410	127.410	89.924	-
Investimentos	-	216.998	127.154	127.154	89.844	-
Inversões Financeiras	-	336	256	256	80	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	779.787	526.729	526.655	253.058	74

Execução dos Restos a Pagar Processados

Consolidado Geral

R\$ milhares

	INSCRIT	ros				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)	
Despesas Correntes	148.937	306.190	451.972	763	2.392	
Pessoal e Encargos Sociais	840	25.388	25.600	462	167	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes	148.097	280.802	426.372	301	2.226	
Despesas de Capital	45	11.217	11.217	34	11	
Investimentos	45	11.217	11.217	34	11	
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	
TOTAL	148.982	317.406	463.189	796	2.403	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

BALANÇO FINANCEIRO

Consolidado Geral

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

INGRESSOS	Nota Explicativa	Janeiro a Dezembro/2020	Janeiro a Dezembro/2019
Receita Orçamentária (I)		29.952.534	28.199.068
Ordinária		20.074.891	19.968.839
Vinculada		9.877.642	8.230.229
Recursos Vinculados à Educação		2.900.461	2.970.838
Recursos Vinculados à Saúde		832.139	368.996
Recursos Vinculados à Previdência Social		2.404.644	2.694.568
Recursos Vinculados à Assistência Social		406.959	332.506
Recursos Vinculados à Segurança Pública		627.158	882.733
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos		21.400	18.808
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes		227.021	26.425
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública		222.206	304
Recursos Vinculados à Alienação de Bens		19.546	9.148
Recursos Vinculados a Operações de Crédito		133.333	199.224
Outras Vinculações de Recursos		2.082.775	726.680
Transferências Financeiras Recebidas (II)		86.046.398	82.797.051
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		20.831.199	20.942.805
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária		60.487.059	57.739.734
Transferências Recebidas - Aportes RPPS		4.728.141	4.114.512
Recebimentos Extraorçamentários (III)		20.770.282	22.812.432
Inscrição de Restos a Pagar não Processados		692.057	779.787
Inscrição de Restos a Pagar Processados		228.152	317.406
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		17.009.311	18.322.857
Aplicações do RPPS		2.840.760	3.392.319
Outros Recebimentos Extraorçamentários		2	63
Saldo do Exercício Anterior (IV)		9.476.792	8.673.412
Caixa e Equivalentes de Caixa	36-43	9.476.792	8.673.412
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		146.246.006	142.481.962

BALANÇO FINANCEIRO

Consolidado Geral

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

DISPÊNDIOS	Nota Explicativa	Janeiro a Dezembro/2020	Janeiro a Dezembro/2019
Despesa Orçamentária (VI)		28.088.985	28.037.309
Ordinária		18.656.182	19.916.956
Vinculada		9.432.803	8.120.353
Recursos Vinculados à Educação		2.711.330	2.974.920
Recursos Vinculados à Saúde		732.207	251.723
Recursos Vinculados à Previdência Social		2.363.434	2.600.665
Recursos Vinculados à Assistência Social		357.135	253.816
Recursos Vinculados à Segurança Pública		623.907	887.695
Recursos Vinculados à Cultura, ao Turismo e ao Esporte		1.304	8.326
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos		14.754	19.762
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes		184.498	40.358
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública		216.552	3.657
Recursos Vinculados à Alienação de Bens		11.563	10.856
Recursos Vinculados a Operações de Crédito		201.324	354.841
Outras Vinculações de Recursos		2.014.795	713.733
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		86.046.398	82.797.051
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		20.831.199	20.942.805
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária		60.487.059	57.739.734
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS		4.728.141	4.114.512
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		20.884.443	22.170.810
Pagamento de Restos a Pagar não Processados		526.655	249.041
Pagamento de Restos a Pagar Processados		463.189	355.526
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		17.010.293	18.079.873
Restos a Pagar - Retenções a Pagar		-	43
Aplicações do RPPS		2.881.729	3.486.265
Perdas - Aplicação Financeira RPPS		2.577	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários		1	63
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		11.226.180	9.476.792
Caixa e Equivalentes de Caixa	36-43	11.226.180	9.476.792
TOTAL (X) = (VI + VIII + VIII + IX)		146.246.006	142.481.962

BALANÇO FINANCEIRO

Consolidado Geral

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

	Janeiro	o a Dezembro/20	020	Janeiro a Dezembro/2019			
Especificação	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo	
	(a)	(b)	(c) = (a - b)	(d)	(e)	(f) = (d - e)	
Ordinária	31.428.704	11.353.813	20.074.891	31.185.231	11.216.392	19.968.839	
Vinculada	9.917.202	39.559	9.877.642	8.248.436	18.207	8.230.229	
Recursos Vinculados à Educação	2.900.535	73	2.900.461	2.970.892	54	2.970.838	
Recursos Vinculados à Saúde	832.573	434	832.139	369.026	30	368.996	
Recursos Vinculados à Previdência Social	2.432.503	27.859	2.404.644	2.701.812	7.244	2.694.568	
Recursos Vinculados à Assistência Social	407.002	43	406.959	332.569	64	332.506	
Recursos Vinculados à Segurança Pública	627.229	71	627.158	882.798	65	882.733	
Recursos Vinculados a Programas de Recursos Hídricos	21.402	2	21.400	18.808	-	18.808	
Recursos Vinculados a Programas de Infraestrutura de Transportes	235.146	8.125	227.021	34.254	7.829	26.425	
Recursos Vinculados à Emergência e à Calamidade Pública	222.206	-	222.206	304	-	304	
Recursos Vinculados à Alienação de Bens	19.546	-	19.546	9.151	4	9.148	
Recursos Vinculados a Operações de Crédito	133.338	4	133.333	199.224	-	199.224	
Outras Vinculações de Recursos	2.085.723	2.948	2.082.775	729.597	2.917	726.680	
TOTAL	41.345.906	11.393.372	29.952.534	39.433.666	11.234.599	28.199.068	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	10	11.226.180	9.476.792
Créditos a Curto Prazo		2.876.590	2.292.347
Créditos Tributários a Receber	11	2.460.018	1.943.151
Clientes	12	38.105	46.152
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13	22.564	27.710
Dívida Ativa Tributária	14	955.303	344.851
Dívida Ativa não Tributária	15	32.635	45.804
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	16	(632.034)	(115.322)
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	17	3.141.874	2.649.922
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	18	606.055	565.086
Estoques	19	287.444	303.233
VPDs Pagas Antecipadamente	20	20.073	21.767
Total do Ativo Circulante		18.158.216	15.309.147
Ativo não Circulante			
Ativo Realizável a Longo Prazo		2.110.979	1.905.508
Créditos a Longo Prazo		1.594.212	1.395.199
Créditos Tributários a Receber	11	1.387.764	1.197.548
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13	170.494	166.983
Dívida Ativa Tributária	14	19.871.320	18.614.328
Dívida Ativa não Tributária	15	663.912	559.784
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	16	(20.499.277)	(19.143.444)
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	17	247.083	240.676
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo		50	-
VPDs Pagas Antecipadamente	20	269.633	269.633
Investimentos	21	3.546.874	3.417.768
Imobilizado	22	32.074.812	32.172.388
Intangível	23	359.679	327.644
Total do Ativo não Circulante		38.092.344	37.823.308
TOTAL DO ATIVO		56.250.560	53.132.455

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	24	677.670	474.439
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	25	2.032.216	1.968.751
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	26	353.503	482.074
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	27	17.520	31.827
Provisões a Curto Prazo	28	1.389.460	1.105.747
Demais Obrigações a Curto Prazo	29	6.727.549	6.919.820
Total do Passivo Circulante		11.197.919	10.982.658
Passivo não Circulante			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	24	540.734	714.608
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	25	18.797.687	17.901.758
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	26	1.605.277	1.579.962
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	27	221.785	226.131
Provisões a Longo Prazo	28	217.851.415	604.023
Demais Obrigações a Longo Prazo	29	1.167.553	1.161.381
Resultado Diferido	30	1.866.659	1.676.442
Total do Passivo não Circulante		242.051.110	23.864.305
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social e Capital Social		5.395	5.395
Reservas de Capital		368	368
Demais Reservas		8.088	8.088
Resultados Acumulados	31	(197.012.320)	18.271.640
Total do Patrimônio Líquido		(196.998.468)	18.285.492
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		56.250.560	53.132.455

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes Lei Federal nº 4.320/1964

Especificação	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		
Ativo Financeiro	12.221.056	10.393.914
Ativo Permanente	44.029.504	42.738.541
Total do Ativo (I)	56.250.560	53.132.455
PASSIVO		
Passivo Financeiro	7.331.601	7.623.730
Passivo Permanente	246.609.485	28.002.943
Total do Passivo (II)	253.941.085	35.626.673
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	(197.690.525)	17.505.782

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Quadro das Contas de Compensação

Lei Federal nº 4.320/1964

Especificação	Nota Explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contragarantias Recebidas		6.754.961	6.443.563
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres		592	592
Direitos Contratuais		-	-
Outros Atos Potenciais Ativos		24.082	-
Total do Atos Potenciais Ativos		6.779.635	6.444.155
Atos Potenciais Passivos			
Garantias e Contragarantias Concedidas		1.307.231	995.613
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		305.460	225.439
Obrigações Contratuais		22.521.183	21.383.132
Controle de Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	32	12.060.697	11.197.734
Outros Atos Potenciais Passivos		-	-
Total do Atos Potenciais Passivos		36.194.572	33.801.918

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Quadro do Superavit/Deficit Financeiro

Lei Federal nº 4.320/1964

R\$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2020	31/12/2019
0.100 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - RLD	1.329.728	40.587
0.101 - Recursos ordinários - diversos	18.858	6.280
0.103 - Recursos ordinários - Desvinculação de Receitas do Estado (DREM)	11.432	-
0.111 - Taxas da segurança pública - recursos do tesouro - exercício corrente	55.090	39.194
0.119 - Outras taxas vinculadas - recursos do tesouro - exercício corrente	5.072	1.283
0.120 - Cota-parte da contribuição do salário-educação - recursos do tesouro - exercício corrente	163.320	54.801
0.121 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico CIDE - Estadual - recursos do tesouro - exercício corrente	7.890	3.899
0.122 - Cota-parte da compensação financeira dos recursos hídricos - recursos do tesouro - exercício corrente	5.182	1.024
0.124 - Convênio - Programas de Educação - recursos do tesouro - exercício corrente	27.353	19.816
0.126 - Convênio - Programa de Combate à Fome - recursos do tesouro - exercício corrente	-	1.491
0.128 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos do tesouro - exercício corrente	927	21.903
0.129 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercício corrente	6.317	94.323
0.131 - Recursos do Fundeb - transferências da União	75.235	5.485
0.132 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade - recursos do tesouro - exercício corrente	5.588	-
0.140 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercício corrente	247	1.178
0.160 - Recursos patrimoniais primários - recursos do tesouro - exercício corrente	34.456	8.408
0.161 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos do tesouro - exercício corrente	-	17
0.162 - Receitas diversas - SEITEC - recursos do tesouro - exercício corrente	6	61
0.169 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercício corrente	29.637	13.979
0.180 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos do tesouro - exercício corrente	11.664	16.549
0.185 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - recursos do tesouro - exercício corrente	10.131	28.399
0.186 - Remuneração de disponibilidade bancária - Fundeb	2.687	5.597
0.187 - Remuneração de disponibilidade bancária - salário-educação	2.269	5.035
0.188 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE	426	3.440

R\$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2020	31/12/2019
0.192 - Operações de crédito externas - recursos do tesouro - exercício corrente	-	43.235
0.198 - Receita da alienação de bens - recursos do tesouro - exercício corrente	42	44
0.199 - Outras receitas não primárias - recursos do tesouro - exercício corrente	23	8
0.210 - Taxa judiciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	3.225
0.212 - Selos de fiscalização de atos notariais e registrais - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.627	1.431
0.219 - Outras taxas vinculadas - recursos de outras fontes - exercício corrente	221.091	155.586
0.223 - Convênio - Sistema Único Saúde - recursos de outras fontes - exercício corrente	236.321	155.742
0.225 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercício corrente	145	117
0.228 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos de outras fontes - exercício corrente	21.886	18.465
0.229 - Outras transferências - recursos de outras fontes - exercício corrente	65.518	9.135
0.232 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade	14	14
0.233 - Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde	17.991	1.727
0.240 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	313.499	199.595
0.250 - Contribuição previdenciária - recursos de outras fontes - exercício corrente	190.884	199.053
0.260 - Recursos patrimoniais primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	9.603	13.363
0.261 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercício corrente	125.435	93.080
0.262 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercício corrente	114	114
0.263 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego	3	3
0.265 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior	48.266	29.014
0.266 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR	29.141	8.644
0.269 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercício corrente	106.557	80.763
0.280 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos de outras fontes - exercício corrente	134	123
0.281 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	2.071	6.201
0.282 - Remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário - recursos de outras fontes - exercício corrente	21.711	24.907
0.283 - Remuneração de depósitos bancários da conta única do Tribunal de Justiça	10.783	19.249
0.284 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - recursos de outras fontes - exercício corrente	2.735	7.365
0.285 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - recursos de outras fontes - exercício corrente	24.984	40.434
0.289 - Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV	29.137	43.875
0.298 - Receita da alienação de bens - recursos de outras fontes - exercício corrente	9.178	1.967
0.299 - Outras receitas não primárias - recursos de outras fontes - exercício corrente	7.955	2.701
0.300 - Recursos ordinários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	85.910	5.702
0.301 - Recursos ordinários diversos - fonte do tesouro - exercícios anteriores	4.954	960

R\$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2020	31/12/2019
0.309 - Superavit financeiro - recursos convertidos - recursos do tesouro - receitas primárias	4.019	-
0.310 - Taxa judiciária - recursos do tesouro - exercícios anteriores	2.588	4.676
0.311 - Taxas da segurança pública - recursos do tesouro - exercícios anteriores	2.898	1.310
0.319 - Outras taxas vinculadas - recursos do tesouro - exercícios anteriores	916	1.707
0.320 - Cota-parte da contribuição do salário-educação - recursos do tesouro - exercícios anteriores	29.229	1.319
0.321 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - CIDE Estadual	2.865	3.915
0.324 - Convênio - Programa de Educação - exercícios anteriores	60.326	52.495
0.325 - Convênio - Programa de Assistência Social - exercícios anteriores	1	0,3
0.326 - Convênio - Programa de Combate à Fome - exercícios anteriores	3.729	2.776
0.328 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - exercícios anteriores	24.213	8.702
0.329 - Outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	945	631
0.340 - Outros serviços - recursos do tesouro - exercício anteriores	1.127	-
0.360 - Recursos patrimoniais - primários	972	604
0.361 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.408	3.865
0.362 - Receitas diversas - SEITEC	1.392	2.627
0.369 - Outros recursos primários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	1.347	422
0.380 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos do tesouro - exercícios anteriores	23	0,2
0.381 - Remuneração de disponibilidade bancária - Legislativo	0,1	0,1
0.383 - Remuneração de disponibilidade bancária - conta única do Judiciário - exercícios anteriores	82.540	98.534
0.384 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público	-	619
0.385 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	126.119	124.122
0.387 - Remuneração de disponibilidade bancária - salário-educação	217	62
0.388 - Remuneração de disponibilidade bancária - CIDE - recursos do tesouro - exercícios anteriores	49	292
0.391 - Operações de crédito internas - recursos do tesouro - exercícios anteriores - superavit	113.744	162.700
0.392 - Operação de crédito externa - exercícios anteriores	201	386
0.398 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	319	319
0.610 - Recursos de outras fontes - exercício anterior - taxa judiciária	1.868	3.843
0.619 - Recursos de outras fontes - outras taxas vinculadas	69.461	25.893
0.623 - Convênio - Sistema Único de Saúde - recursos do tesouro - exercícios anteriores	51.940	42.975
0.625 - Convênio - Programa de Assistência Social - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	3.081	3.034

R\$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2020	31/12/2019
0.628 - Outros convênios, ajustes e acordos administrativos - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	52.615	58.623
0.629 - Outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	9.880	2.942
0.632 - Transferências da União - situação de emergência e calamidade pública - exercícios anteriores	175	175
0.633 - Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde (SUS)	974	-
0.640 - Recursos de serviços - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	11.053	10.931
0.647 - Serviços judiciários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	174	174
0.650 - Contribuição previdenciária	124.559	103.878
0.659 - Outras contribuições - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	65	65
0.660 - Primários - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	19.152	12.257
0.661 - Receitas diversas - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	32.063	4.623
0.662 - Receitas diversas - SEITEC - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	6	44
0.663 - Receitas diversas - Programa Pró-Emprego - exercício anterior	272	546
0.665 - Receitas diversas - recursos de outras fontes - manutenção do ensino superior - exercícios anteriores	1.219	14.017
0.666 - Receitas diversas - receita agroindustrial - FDR - exercícios anteriores	6.144	1
0.669 - Outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	88.134	77.712
0.680 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	118	3
0.681 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disponibilidade bancária - Legislativo	358	135
0.682 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - disponibilidade bancária - Judiciário	18.860	22.717
0.683 - Recursos de outras fontes - exercícios anteriores - remuneração de disponibilidade bancária - Judiciário	40.381	20.870
0.684 - Remuneração de disponibilidade bancária - Ministério Público - exercícios anteriores	16.079	12.117
0.685 - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados - exercícios anteriores	196.956	176.229
0.689 - Remuneração de disponibilidade bancária - recursos vinculados - Fundos IPREV - exercícios anteriores	124.587	83.373
0.698 - Receita de alienação de bens - exercícios anteriores	7.995	7.293
0.699 - Não primárias - outras receitas	9.261	7.909
2.300 - Contrapartida BID - recursos do tesouro - exercícios anteriores	12	12
7.100 - Contrapartida de convênios - recursos ordinários - recursos do tesouro - exercício corrente	2.559	5.426
7.111 - Contrapartida de convênios - taxa da segurança pública - recursos do tesouro - exercício corrente	1.272	50
7.219 - Contrapartida de convênios - outras taxas vinculadas - exercício corrente	1.696	-

R\$ milhares

FONTES DE RECURSOS	31/12/2020	31/12/2019
7.228 - Contrapartida de convênios - outros convênios e acordos administrativos - exercício corrente	1.000	20
7.240 - Contrapartida de convênios - receita de serviços - recursos de outras fontes - exercício corrente	-	10
7.266 - Contrapartida de convênios - recursos de outras fontes - receitas diversas - receita agroindustrial - FDR	1.881	-
7.269 - Contrapartida de convênios - outros recursos primários - exercício corrente - recursos de outras fontes	-	21
7.300 - Contrapartida de convênios - recursos ordinários - recursos do tesouro - exercícios anteriores	6.240	4.855
7.311 - Contrapartida de convênios - taxas da segurança pública - recursos do tesouro - exercícios anteriores	576	1.457
7.319 - Outras taxas vinculadas - recursos de outras fontes - exercício anterior - demais receitas	162	281
7.329 - Contrapartida de convênios - outras transferências - recursos do tesouro - exercícios anteriores	3	3
7.362 - Contrapartida de convênios - Recursos do tesouro - exercício anterior - receitas diversas - SEITEC	2	-
7.385 - Contrapartida de convênios - Remuneração de disponibilidade bancária - Executivo - recursos vinculados	161	-
7.619 - Contrapartida de convênios - Recursos de outras fontes - exercício anterior	368	27
7.628 - Contrapartida de convênios - Recursos de outras fontes - exercício anterior - outros convênios, ajustes e acordos administrativos	24	633
7.629 - Contrapartida de convênios - outras transferências - exercícios anteriores - recursos de outras fontes	35	170
7.640 - Contrapartida de convênios - recursos de serviços - exercícios anteriores	211	185
7.660 - Contrapartida de convênios - recursos patrimoniais - exercícios anteriores	2	2
7.661 - Contrapartida de convênios - FundoSocial - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	65	65
7.662 - Contrapartida de convênios - recursos diversos - SEITEC - exercícios anteriores	62	62
7.669 - Contrapartida de convênios - outros recursos primários - recursos de outras fontes - exercícios anteriores	1.082	1.002
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	4.865.179	2.748.850

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

Especificação	Nota Explicativa	Janeiro a Dezembro/2020	Janeiro a Dezembro/2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	33	31.777.465	31.259.343
Impostos	33	30.385.742	29.926.633
Taxas	33	1.391.723	1.332.710
Contribuições		1.059.946	1.049.258
Contribuições Sociais		1.059.946	1.049.258
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		734.455	981.854
Venda de Mercadorias		13.487	17.433
Venda de Produtos		2.538	1.677
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		718.430	962.744
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.596.662	1.911.902
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		2.289	5.167
Juros e Encargos de Mora		207.138	147.007
Variações Monetárias e Cambiais		1.211.376	1.391.824
Descontos Financeiros Obtidos		18	4
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		175.840	367.899
Transferências e Delegações Recebidas		8.090.834	6.403.798
Transferências Intergovernamentais		6.803.604	5.012.679
Transferências das Instituições Privadas		596.843	486.464
Transferências do Exterior		-	78
Transferências de Pessoas Físicas		431	1.167
Outras Transferências e Delegações Recebidas		689.955	903.410
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		1.262.336	4.451.015
Reavaliação de Ativos		364.103	337.529
Ganhos com Alienação		3.047	5.825
Ganhos com Incorporação de Ativos		666.129	195.716
Ganhos com Desincorporação de Passivos		220.160	3.911.946
Reversão de Redução a Valor Recuperável		8.896	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		34.448.865	164.996.968

R\$ milhares

Especificação	Nota Explicativa	Janeiro a Dezembro/2020	Janeiro a Dezembro/2019
Resultado Positivo de Participações		236.546	292.061
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		33.490.580	163.515.031
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		721.739	1.189.876
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		78.970.562	211.054.139
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos	34	9.420.751	9.173.017
Remuneração a Pessoal	34	8.277.011	8.050.301
Encargos Patronais	34	457.470	420.616
Benefícios a Pessoal	34	484.231	472.039
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	34	202.038	230.062
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	34	7.089.748	6.849.331
Aposentadorias e Reformas		5.937.845	5.722.026
Pensões		1.123.972	1.091.953
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		27.931	35.351
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		5.315.540	5.403.550
Uso de Material de Consumo		1.122.763	1.033.316
Serviços		3.320.125	3.366.485
Depreciação, Amortização e Exaustão		872.652	1.003.749
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		3.838.832	2.887.418
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		474.878	1.016.834
Juros e Encargos de Mora		9.245	8.717
Variações Monetárias e Cambiais		3.353.406	1.861.603
Descontos Financeiros Concedidos		387	264
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		916	-
Transferências e Delegações Concedidas		13.356.660	12.792.298
Transferências Intergovernamentais		12.390.980	11.457.425
Transferências a Instituições Privadas		754.966	805.501
Execução Orçamentária Delegada		35.023	111.239
Outras Transferências e Delegações Concedidas		175.691	418.132
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		3.492.865	6.745.206
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		2.768.346	3.408.791
Perdas com Alienação		-	2.641
Perdas Involuntárias		8	12
Incorporação de Passivos		232.643	2.959.993

R\$ milhares

Especificação	Nota Explicativa	Janeiro a Dezembro/2020	Janeiro a Dezembro/2019
Desincorporação de Ativos		491.867	373.769
Tributárias		287.475	257.750
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		5.241	5.770
Contribuições		282.233	251.980
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		177	10
Custo das Mercadorias Vendidas - CMV		177	10
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		251.352.942	165.562.682
Premiações		29.635	10.244
Resultado Negativo de Participações		262.249	335.655
Incentivos		48.367	46.497
Subvenções Econômicas		22.170	29.519
VPD de Constituição de Provisões		250.251.048	163.232.360
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		739.473	1.908.407
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		294.154.989	209.671.263
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I - II)	35	(215.184.427)	1.382.876

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Consolidado Geral

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

	Nota Explicativa	Janeiro a Dezembro/2020	Janeiro a Dezembro/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Ingressos		116.622.365	111.263.997
Receita Tributária		18.614.427	18.182.539
Receita de Contribuições		2.331.328	2.596.995
Receita Patrimonial		82.994	55.025
Receita Agropecuária		2.476	1.643
Receita Industrial		26	30
Receita de Serviços		908.331	1.114.136
Remuneração das Disponibilidades		174.910	367.861
Outras Receitas Derivadas e Originárias		476.663	547.384
Transferências Recebidas		7.032.575	5.124.024
Outros Ingressos Operacionais	37	86.998.634	83.274.359
Desembolsos		113.341.583	109.036.679
Pessoal e Demais Despesas		22.452.469	21.335.128
Juros e Encargos da Dívida		375.987	1.016.834
Transferências Concedidas		3.519.882	3.203.943
Outros Desembolsos Operacionais	37	86.993.246	83.480.774
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)		3.280.781	2.227.318
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ingressos		37.938	38.582
Alienação de Bens		19.108	9.148
Amortização de Empréstimos e Financiamentos		18.829	29.434
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
Desembolsos		922.716	1.029.223
Aquisição de Ativo não Circulante		819.481	912.388

	Nota Explicativa	Janeiro a Dezembro/2020	Janeiro a Dezembro/2019
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		19.880	12.404
Outros Desembolsos de Investimento		83.355	104.431
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento (II)		(884.779)	(990.641)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos		290.866	170.848
Operações de Crédito		145.642	170.848
Integralização de Capital Social de Empresas Dependentes		-	-
Outros Ingressos de Financiamentos		145.224	-
Desembolsos		848.553	950.039
Amortização/Refinanciamento da Dívida		844.156	928.202
Outros Desembolsos de Financiamentos		4.397	21.837
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)		(557.687)	(779.191)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I + II + III)	36-37-38	1.838.315	457.485
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		3.782.345	3.324.859
Caixa e Equivalentes de Caixa Final		5.620.660	3.782.345

Consolidado Geral

Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas Lei Federal nº 4.320/64

	Nota Explicativa	Janeiro a Dezembro/2020	Janeiro a Dezembro/2019
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS			
Intergovernamentais		3.902.778	2.071.198
da União		3.896.163	2.067.438
de Estados e Distrito Federal		-	-
de Municípios		6.616	3.760
Intragovernamentais		12.392	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		3.117.405	3.052.826
Total das Transferências Recebidas		7.032.575	5.124.024
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS			
Intergovernamentais		847.644	376.469
à União		-	-
a Estados e Distrito Federal		-	-
a Municípios		847.644	376.469
Intragovernamentais		1.662.919	1.904.569
Outras Transferências Correntes Concedidas		1.009.319	922.906
Total das Transferências Concedidas		3.519.882	3.203.943

Consolidado Geral

Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função Lei Federal nº 4.320/64

	Janeiro a Dezembro/2020	Janeiro a Dezembro/2019
Legislativa	544.774	591.621
Judiciária	1.827.727	1.760.293
Essencial à Justiça	779.898	809.104
Administração	1.476.560	1.504.968
Segurança Pública	2.311.392	2.239.129
Assistência Social	44.389	55.075
Previdência Social	7.109.031	6.812.630
Saúde	2.988.492	2.472.094
Trabalho	3.414	10.731
Educação	2.948.246	2.836.562
Cultura	52.724	32.091
Direitos da Cidadania	1.029.920	941.099
Habitação	7.799	12.067
Saneamento	168	170
Gestão Ambiental	64.388	61.964
Ciência e Tecnologia	17.104	22.515
Agricultura	595.605	569.697
Comércio e Serviços	26.436	28.522
Comunicações	-	3.983
Transporte	160.566	153.467
Desporto e Lazer	367	7.658
Encargos Especiais	463.470	409.687
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	22.452.469	21.335.128

Consolidado Geral

Quadro de Juros e Encargos da Dívida Lei Federal nº 4.320/64

R\$ milhares

	Janeiro a Dezembro/2020	Janeiro a Dezembro/2019	
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	238.328	858.048	
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	117.596	129.723	
Outros Encargos da Dívida	20.063	29.063	
Total dos Juros e Encargos da Dívida	375.987	1.016.834	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Consolidado Geral - Excluídas as Operações Intraorçamentárias

Anexo 19 - Lei Federal nº 4.320/64

Valores em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2020

R\$ milhares

Especificação	Nota Explicativa	Patrimônio Social/ Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR		6.655	368	5.815	2.274	19.355.141	19.370.253
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	(2.466.377)	(2.466.377)
Redução do Capital Social		(1.260)	-	-	-	-	(1.260)
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-
Com Reservas e Lucros		-	-	-	-	-	-
Com Integralização de Ações		-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	1.382.876	1.382.876
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-
Dividendos Propostos		-	-	-	-	-	-
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR/ SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO ATUAL	39	5.395	368	5.815	2.274	18.271.640	18.285.492
Ajustes de Exercícios Anteriores	31	-	-	-	-	(99.533)	(99.533)
Redução do Capital Social		-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital		-	-	-	-	-	-
Com Reservas e Lucros		-	-	-	-	-	-
Com Integralização de Ações		-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	35	-	-	-	-	(215.184.427)	(215.184.427)
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	-
Dividendos Propostos		-	-	-	-	-	-
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	39	5.395	368	5.815	2.274	(197.012.320)	(196.998.468)

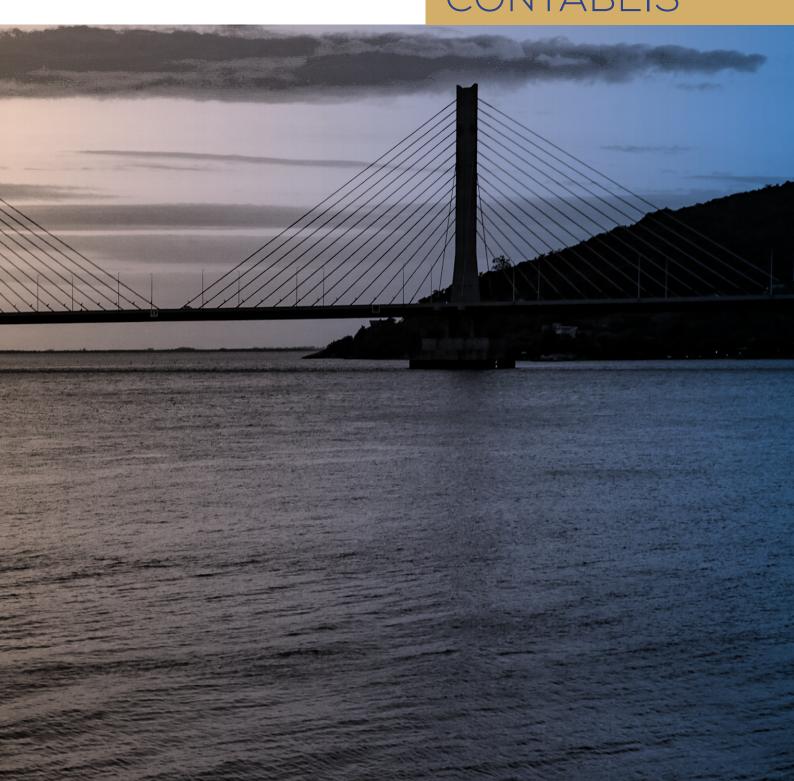
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



Fotos: Mauricio Vieira - SECOM



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

RELAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS PÁ					
1.	Contexto Operacional	256			
2.	Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Santa Catarina	256			
3.	Relação dos Órgãos e das Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de Acordo com a Lei Orçamentária Anual 2020	258			
3.1	Relação Nominal dos Órgãos, das Entidades e dos Fundos Consolidados – Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo	259			
4.	Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações	261			
5.	Base para a Elaboração	262			
5.1	Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais	262			
6.	Moeda Funcional e de Apresentação	264			
7.	Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas	264			
8.	Data de Aprovação das Demonstrações Contábeis	265			
9.	Resumo das Principais Políticas Contábeis	265			
	BALANÇO PATRIMONIAL				
10.	Caixa e Equivalentes de Caixa	273			
11.	Créditos Tributários a Receber	275			
12.	Clientes	277			
13.	Empréstimos e Financiamentos Concedidos	278			
14.	Dívida Ativa Tributária	280			
15.	Dívida Ativa não Tributária	282			
16.	(-) Ajuste de Perdas de Créditos	283			
17.	Demais Créditos e Valores	284			
18.	Investimentos e Aplicações Temporárias	291			
19.	Estoques	292			
20.	Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente	294			
21.	Investimentos	294			
22.	Imobilizado	298			
23.	Intangível	303			
24.	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	306			

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

	25.	Empréstimos e Financiamentos	308
	26.	Fornecedores e Contas a Pagar	309
	27.	Obrigações Fiscais	312
	28.	Provisões	313
	29.	Demais Obrigações	316
	30.	Resultado Diferido	320
	31.	Ajustes de Exercícios Anteriores	321
	32.	Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	323
Ī		DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	
	33.	Tributos	325
	34.	Benefícios a Empregados	326
	35.	Resultado Patrimonial	328
Ī		DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	
	36.	Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações	330
	37.	Outros Ingressos Operacionais/Outros Desembolsos Operacionais	331
	38.	Resultado Orçamentário e Geração Líquida de Caixa	331
Ī		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	39.	Variação do Patrimônio Líquido no Período	332
Ī		BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	
	40.	Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias	332
	41.	Superavit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente	333
	42.	Resultado Orçamentário	334
Ī		BALANÇO FINANCEIRO	
	43.	Resultado Financeiro	334
Ī		OUTRAS NOTAS RELEVANTES	
	44.	Renúncia de Receita	336
	45.	Transações entre Partes Relacionadas	337
	46.	Controles dos Recursos Recebidos para Enfrentamento da Covid-19	341
	47.	Abertura de Créditos Suplementares	343
	48.	Eventos Subsequentes	343

BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto Operacional

O Governo do Estado de Santa Catarina é uma pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o número 82.951.229/0001-76, tendo a sua sede administrativa situada em Florianópolis, na Rodovia SC-401. Km 5. nº 4.600.

As atividades operacionais do Estado durante o exercício de 2020 foram amparadas pela Lei Estadual nº 17.875, de 26 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária Anual – LOA 2020), e pelas leis e decretos que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2020. As competências de cada órgão do Poder Executivo podem ser obtidas na Lei Complementar Estadual nº 741, de 12 de junho de 2019, e em suas alterações posteriores.

As ações desenvolvidas pelo Estado no exercício financeiro de 2020 foram agrupadas nas seguintes funções de Governo previstas na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, de 14 de abril de 1999: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Comércio e Serviços, Energia, Transporte, Desporto e Lazer, e Encargos Especiais¹.

As demonstrações contábeis que compõem esta prestação de contas foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Estado constantes no item 3 destas notas explicativas.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2020, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

2. Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Santa Catarina

São controladas diretamente por Santa Catarina as empresas das quais o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, isto é, as ações com direito a voto. Em relação ao ente controlador,

¹ Na função Encargos Especiais, foram realizadas as despesas de Precatórios e o Serviço da Dívida Interna e Externa.

depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), essas empresas podem ser classificadas em dependentes² e não dependentes. No exercício de 2020, são elas:

a. Empresas Estatais Dependentes:

Em funcionamento:

- I. Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)
- II. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)

Em processo de extinção, dissolução, liquidação ou alienação3:

- I. Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB)
- II. Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)

b. Empresas não Dependentes4:

Em funcionamento:

- I. Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC)
- II. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)⁵
- III. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN)
- IV. Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz⁶
- V. Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina (CEASA/SC)
- VI. Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc)
- VII. Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC)
- VIII. Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC)⁷
- IX. Sapiens Parque S.A.8

² Empresa Estatal Dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesa de pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles recursos provenientes de aumento de participação acionária (art. 2°, III, da Lei Complementar n° 101/00).

³ Conforme dispõe o art. 145 da Lei Complementar nº 741/2019.

⁴ As demonstrações contábeis das empresas não dependentes não estão consolidadas neste Balanço.

⁵ Controle conjunto com os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

⁶ O Estado passou a ter o controle direto da Hidrocaldas durante o processo de liquidação da CODESC.

⁷ A INVESC não possui atividades operacionais e cumpre apenas as obrigações acessórias previstas na legislação vigente para sua existência, em virtude da impossibilidade de baixa conforme demandas judiciais.

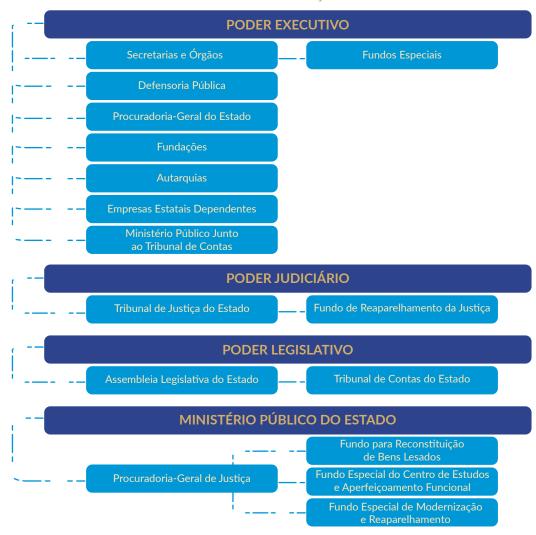
⁸ O Estado passou a ter o controle direto do Sapiens Parque durante o processo de liquidação da CODESC.

- X. SC Participações e Parcerias S.A. (SCPar)
- XI. Imbituba Administradora da Zona de Processamento de Exportação S.A. (lazpe)

Em processo de extinção, dissolução, liquidação ou alienação9:

- I. BESC S.A Corretora de Seguros e Administradora de Bens (BESCOR)
- II. Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina em Liquidação (CODISC)

3. Relação dos Órgãos e das Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de Acordo com a Lei Orçamentária Anual de 2020



⁹ Conforme dispõe o art. 145 da Lei Complementar nº 741/2019.

3.1. Relação Nominal dos Órgãos, Entidades e Fundos Consolidados - Unidades Gestoras de Orçamento do Poder Executivo:

a. Secretarias e Órgãos

- » Casa Civil
- » Controladoria-Geral do Estado
- » Corpo de Bombeiros Militar
- » Defesa Civil
- » Departamento Estadual de Trânsito
- » Instituto Geral de Perícias
- » Polícia Civil
- » Polícia Militar
- » Secretaria de Estado da Administração
- » Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa
- » Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural
- » Secretaria de Estado da Educação
- » Secretaria de Estado da Fazenda
- » Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade
- » Secretaria de Estado da Saúde
- » Secretaria de Estado da Segurança Pública
- » Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável
- » Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social
- b. Defensoria Pública
- c. Procuradoria-Geral do Estado
- d. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
- e. Fundações
 - » Fundação Catarinense de Cultura (FCC)
 - » Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE)
 - » Fundação Catarinense de Esporte (Fesporte)
 - » Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)
 - » Fundação Escola de Governo (ENA)
 - » Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc)

f. Autarquias

- » Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina (Santur)
- » Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC)
- » Instituto de Metrologia de Santa Catarina (IMETRO)
- » Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV)
- » Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA)
- » Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC)
- » Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Florianópolis (SUDERF)

g. Empresas Estatais Dependentes¹⁰

- » Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina em Liquidação (COHAB)
- » Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC)
- » Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri)
- » Santa Catarina Turismo S.A. (Santur)

h. Fundos Especiais

- » Fundo Catarinense de Mudanças Climáticas (FMUC)
- » Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde (InvestSaúde)
- » Fundo de Acesso à Justiça (FAJ)
- » Fundo de Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (FADEP-SC)
- » Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES)
- » Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC)
- » Fundo de Desenvolvimento Social (FundoSocial)
- » Fundo Financeiro
- » Fundo de Habitação Popular do Estado de Santa Catarina (FUNDHAB)
- » Fundo de Materiais, Publicação e Impressos Oficiais (FMPIO)
- » Fundo de Melhoria da Perícia Oficial (FUMPOF)
- » Fundo de Melhoria da Polícia Civil (FUMPC)
- » Fundo de Melhoria da Polícia Militar (FUMPOM)
- » Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar (FUMCBM)
- » Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina (FUNDO DE TERRAS)
- » Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais (SCSAÚDE)
- » Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento (FUNJURE)
- » Fundo Especial de Proteção ao Meio Ambiente (FEPEMA)

¹⁰ Somente as empresas estatais dependentes estão consolidadas na Prestação de Contas do exercício de 2020. A participação do Estado nas empresas não dependentes é incorporada neste Balanço Geral pelo método da equivalência patrimonial.

- » Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos, HEMOSC, CEPON e Hospitais Municipais
- » Fundo Estadual de Apoio aos Municípios (FUNDAM)
- » Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)
- » Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP)
- » Fundo Estadual de Defesa Civil (FUNDEC)
- » Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural (FDR)
- » Fundo Estadual de Educação (Feduc)
- » Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)
- » Fundo Estadual de Sanidade Animal (FUNDESA)
- » Fundo Estadual de Saúde (FES)
- » Fundo Estadual de Segurança Pública (FESP-SC)
- » Fundo Estadual do Idoso (FEI)
- » Fundo Estadual do Trabalho (FET-SC)
- » Fundo para a Infância e Adolescência (FIA)
- » Fundo para Melhoria da Segurança Pública (FSP)
- » Fundo Patrimonial
- » Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina (FUPESC)
- » Fundo Pró-Emprego
- » Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó
- » Fundo Rotativo da Penitenciária de Curitibanos
- » Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis
- » Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville
- » Fundo Rotativo da Penitenciária Sul
- » Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis

i. Unidades Gestoras Especiais

- » Diretoria do Tesouro Estadual
- » Encargos Gerais do Estado

4. Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações

Encontram-se em fase de liquidação: a BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens (BESCOR); a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (COHAB/SC); a Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina (CODISC); e a Santa Catarina Turismo S.A. (SANTUR).

A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina teve seu processo de liquidação encerrado em 2020 e, em decorrência disso – conforme previsto na Lei nº 17.220/2017 –, as

ações da Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz, do Hotel Plaza Caldas da Imperatriz S.A. e do Sapiens Parque S.A. foram transferidas ao Estado.

5. Base para a Elaboração

As demonstrações contábeis constantes neste Balanço foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição. O manual é aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16 e NBCs TSP, quando aplicáveis).

O Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) estão consolidados excluindo as operações entre os órgãos e as entidades integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, denominadas "intra". O Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidados considerando as operações intra.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros itens relevantes para a compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

5.1. Processo de Convergência e Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

O processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards* - IPSAS) apresentou como um dos marcos iniciais a Portaria nº 184, emitida em 25 de agosto de 2008 pelo Ministério da Fazenda, a qual ficou conhecida como a "Portaria da Convergência". Foi essa portaria que determinou à STN o desenvolvimento de ações para promover a convergência.

Todo o processo de convergência foi alicerçado com a implantação de um plano de contas único para a Federação (PCASP), pela uniformização de procedimentos contábeis orçamentários (PCOs) e específicos (PCEs), e pela implantação das novas demonstrações contábeis (DCASPs).

O Estado de Santa Catarina vem adotando uma série de providências para acompanhar todo o processo de convergência. Prova disso é que em 2013 o novo PCASP foi implantado, e todas as rotinas de eventos contábeis foram adaptadas. Já as novas demonstrações contábeis, como a DFC e a DMPL, são elaboradas desde o exercício de 2010.

Após essa primeira etapa do processo de convergência, os esforços estão agora concentrados na implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais (PCPs). A STN, por meio da Portaria nº 548,

de 24 de setembro de 2015, estabeleceu o plano de implantação desses procedimentos (PIPCPs). O plano consiste em definir estratégias e prazos para implantar os procedimentos patrimoniais necessários à convergência, de forma gradual.

Nessa linha, as ações promovidas pelo Estado de Santa Catarina colocam-no como uma das referências nesse processo. Destacam-se: o reconhecimento, pelo regime de competência, dos créditos tributários a receber do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), a avaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis) e o reconhecimento de ativos de infraestrutura.

Prazos dos PCPs Determinados pela Portaria nº 548/2015 e Situação do Estado

Procedimento Contábil Patrimonial (PCP)	Prazo para Estados e Distrito Federal	Santa Catarina
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas	2020	Implantado
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas	2020	Implantado
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas	2017	Implantado
4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da dívida ativa, tributária e não tributária, e respectivo ajuste para perdas	2015	Implantado
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência	2019	Implantado
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas	2019	Implantado
7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	2019	Implantado
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução ao valor recuperável	2022	Implantado parcialmente
9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; e reavaliação e redução a valor recuperável (quando passível de registro, segundo as IPSAS, as NBCs TSP e o MCASP)	2022	Não iniciado
10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias	2019	Implantado

Continua na próxima página

Continuação da página anterior

Procedimento Contábil Patrimonial (PCP)	Prazo para Estados e Distrito Federal	Santa Catarina
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13° salário, férias, etc.)	2017	Implantado
12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares	2015	Implantado
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência	2016	Implantado
14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução a valor recuperável	2020	Implantado parcialmente
16. Outros ativos intangíveis e eventuais, amortização e redução a valor recuperável	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado
17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução a valor recuperável	2019	Implantado
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques	2021	Implantado
19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, nas NBCs TSP e no MCASP	A ser definido em ato normativo específico	Não iniciado

6. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado. Todos os saldos das notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

7. Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, o Governo do Estado fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações.

As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

- a. a mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação realizada com dados comparáveis no mercado ou valor de reposição;
- b. no ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa, foi utilizada a metodologia baseada no histórico de recebimentos dos últimos três anos para os valores de longo prazo. Para os valores inscritos em dívida ativa de curto prazo, a estimativa considerou nos ajustes para perdas a diferença entre o valor previsto na lei orçamentária anual na rubrica da dívida ativa e o estoque de dívida ativa a curto prazo estimado pela Gerência de Arrecadação (GERAR) da SEF;
- c. na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado, quando couber, para os bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009, foi utilizada a vida útil definida no laudo de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1°/1/2010, a vida útil foi definida pela Secretaria de Estado da Administração com base na Instrução Normativa SRF n° 162, de 31 de dezembro de 1998. No caso dos intangíveis, foi utilizado o período contratual das licenças de uso ou de acordo com a vida útil definida em laudo de avaliação inicial;
- d. os benefícios de aposentadoria foram registrados como passivo atuarial, tendo como base o laudo de avaliação atuarial emitido por profissional independente. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de mortalidade, etc. O valor da obrigação é altamente sensível a mudanças, tendo em vista que essas premissas são revisadas a cada database: e
- e. os riscos fiscais, tais como cíveis e trabalhistas, são reconhecidos de acordo com a análise jurídica de cada ação e, dependendo da análise, poderão ser classificados como passivo contingente ou como passivo exigível.

8. Data de Aprovação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas para apresentação ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) no dia 26/2/2021 pelo Secretário de Estado da Fazenda.

9. Resumo das Principais Políticas Contábeis

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b. Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste. Ao final de cada exercício, é feita a análise para o reconhecimento das perdas estimadas com os recebíveis.

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito prefixados são ajustados a valor presente.

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito pós-fixados são ajustados considerando todos os encargos incorridos até a data de encerramento do Balanço.

As provisões são mensuradas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização dos passivos.

As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de transformação, aquisição ou valor de mercado, entre esses o menor.

d. Participações em Empresas

As participações em empresas sobre as quais o Estado tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A equivalência patrimonial é baseada nas demonstrações contábeis das empresas públicas e das sociedades de economia mista, conforme demonstrado no quadro de Participação Acionária - Método da Equivalência Patrimonial e de Custos constante no Volume 2. O lapso temporal das demonstrações contábeis das empresas estatais para fins de equivalência patrimonial ocorre pela diferença de data de apresentação das demonstrações do Governo do Estado (controlador) e de suas estatais (controladas).

e. Propriedade para Investimento

As propriedades para investimentos estão mensuradas a valor de mercado e representam imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina.

f. Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos subsequentes, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora do Fundo Patrimonial quanto aos bens de uso especial e aos dominicais. No que tange aos bens de infraestrutura, a gestão e o controle patrimonial ficam a cargo da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade.

g. Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de desenvolvimento, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

h. Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

De acordo com o Decreto Estadual nº 3.486, de 3 de setembro de 2010, todos os bens adquiridos no período anterior a 1º/1/2010 necessariamente deveriam passar pelo procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável dos ativos. Procedeu-se, dessa forma, a um corte temporal.

A partir disso, estabeleceu-se um cronograma de reavaliação/redução a valor recuperável para os bens registrados no patrimônio em período anterior a 1º/1/2010. Por outro lado, garantiu-se a possibilidade de reconhecimento da perda de valor dos bens adquiridos e postos em operação após aquela data, visto tratar-se de bens com valor objetivamente mensurados a partir da transação que levou à sua incorporação ao patrimônio do Estado. Nesse sentido, a solução adotada buscou atender à norma contábil aplicável à matéria bem como mobilizar as estruturas envolvidas para a tarefa de avaliar adequadamente o patrimônio estatal.

A primeira avaliação do bem é registrada diretamente no patrimônio líquido e, da segunda em diante, o registro é feito diretamente em contas de resultado.

i. Depreciação, Amortização e Exaustão

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação até 31/12/2009 foi realizada de acordo com a vida útil definida no laudo de avaliação, conforme o cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF n° 001, de 12 de abril de 2011.

A depreciação/amortização/exaustão de bens adquiridos e postos em operação a partir de 1°/1/2010 utiliza o método das cotas constantes e se dá de acordo com a tabela definida pela Secretaria de Estado da Administração, com base na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 162/1998.

A amortização dos intangíveis, quando couber, está sendo realizada pelo método da linha reta, tendo como referência o período de licença de uso ou a vida útil estimada em laudo de avaliação próprio quando de softwares preexistentes.

j. Depósitos Judiciais

O Estado de Santa Catarina optou por registrar como outras receitas de capital os valores levantados a título de depósitos judiciais sob a égide da Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015. Como consequência do tratamento orçamentário dado ao recurso, também foi reconhecida uma obrigação do Estado pelo levantamento do depósito antes do trânsito em julgado. O registro patrimonial é feito no grupo Demais Obrigações a Longo Prazo e segue o entendimento da Nota Técnica do Grupo dos Gestores das Finanças Estaduais (GEFIN).

Os depósitos judiciais nos quais Santa Catarina não é parte, previstos na Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, e na Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017, foram registrados como outras receitas de capital, com reconhecimento do passivo no grupo Demais Obrigações de Longo Prazo, e seguem a Instrução de Procedimento Contábil (IPC) nº 15 - Depósitos Judiciais e Extrajudiciais.

Com base nos entendimentos e nas normas acima explanados, em 2020 foi publicada a Nota Técnica de Procedimento Contábil (NTPC) nº 003/2020, que trata do roteiro da contabilização dos recursos repassados ao Estado, oriundos dos depósitos judiciais dos quais o ente seja parte bem como dos depósitos de terceiros.

k. Custos dos Empréstimos

Reconheceram-se os custos dos empréstimos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos tenham sido aplicados, ou seja, os custos dos empréstimos não foram capitalizados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I. Restos a Pagar

Os restos a pagar inscritos como não processados, quando liquidados e não pagos em exercício anterior ao de referência, passam a ser controlados como restos a pagar processados.

Em 2020, Santa Catarina passou a adotar a política de considerar as retenções de restos a pagar como pagas no momento da retenção, para fins dos controles contábeis orçamentários desses restos a pagar.

Os restos a pagar processados inscritos em 2017, 2018 ou 2019 que não foram pagos ou cancelados até o encerramento do exercício permaneceram registrados no passivo financeiro.

m. Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

Santa Catarina adota a política contábil de registro das retenções na conta Crédito Empenhado Liquidado Pago no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O MCASP faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

n. Registro da Receita Orçamentária

Santa Catarina adota como política contábil o registro centralizado da receita orçamentária da administração direta do Poder Executivo na unidade gestora que representa o Tesouro do Estado. Também têm registro de receita orçamentária os Poderes e órgãos autônomos, os fundos especiais, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes.

o. Distinção entre Circulante e não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados em sua maioria como circulante. Para os precatórios, a reclassificação do saldo do passivo não circulante para o passivo circulante foi realizada de acordo com as regras da Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017, que estende o prazo para quitação dos precatórios pendentes até 31/12/2024.

p. Receita de Transações sem Contraprestação

O ICMS e o ITCMD lançados por homologação passaram a ser registrados pelo regime de competência a partir de 2018. O ICMS e o ITCMD, lançados de ofício e parcelados, são reconhecidos pelo regime de competência. O IPVA é integralmente registrado pelo regime de competência.

q. Receita de Transações com Contraprestação

As receitas de prestação de serviços e de vendas de mercadorias bem como dividendos e distribuições similares são reconhecidos pelo regime de competência. Royalties são reconhecidos pelo regime de caixa.

r. Desvinculação das Receitas Estaduais (DRE)

O Estado de Santa Catarina aplicou os dispositivos da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, que desvinculou 30% das receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até 31 de dezembro de 2023, e outras receitas correntes.

Dessa forma, os decretos que aprovaram a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso de recursos estaduais estabeleceram a desvinculação das receitas do Estado relativas a impostos, taxas e multas dos seus respectivos órgãos e fundos. No entanto, essa desvinculação da receita deveria observar as exceções previstas no parágrafo único do art. 76-A, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

s. Renúncia de Receita

A política contábil para reconhecimento da renúncia de receita foi fixada pela NTPC nº 004/2018.

Em resumo, é necessária a distinção da renúncia de receita em dois tipos: despesa paga por meio do sistema tributário e gasto tributário. No caso da despesa paga pelo sistema tributário, o benefício está disponível aos recebedores, independentemente de serem ou não contribuintes de tributos. Já o gasto tributário refere-se aos benefícios que estão disponíveis apenas para os contribuintes.

Dessa forma, os gastos tributários não estão sujeitos a registros contábeis na natureza da informação patrimonial, pois não geram ativos, passivos ou receitas e despesas ao Governo. Já as despesas pagas por meio do sistema tributário devem ser contabilizadas, sob o aspecto patrimonial, como despesas (variação patrimonial diminutiva). Em ambos os casos, a renúncia não deverá ser contabilizada na natureza de informação orçamentária por não completar o estágio da arrecadação (art. 35, I, Lei nº 4.320/1964).

Os valores da renúncia de receita apurados pela área tributária são informados à contabilidade e registrados na natureza de informação típica de controle e, conforme o caso, na natureza de informação patrimonial. Os valores só são reconhecidos pela contabilidade quando mensurados com segurança (vide nota explicativa nº 44).

t. Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em observância ao regime de competência, às NBCs TSP e ao art. 31, §§ 1° e 2°, do Decreto n° 917/2020.

u. Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa e as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício. Já as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas são inscritas em restos a pagar. As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas foram reconhecidas de acordo com o seu fato gerador, quando não reportado de forma diversa.

v. Sequestros Judiciais

Os registros contábeis dos sequestros judiciais tomam como base a Nota Técnica de Procedimento Contábil nº 003/2018, que dispõe sobre o registro do ativo financeiro pelo sequestro e, após a identificação da natureza do sequestro, sobre a regularização orçamentária, com a consequente baixa do ativo financeiro.

Os valores sequestrados nas contas bancárias das quais o Estado de Santa Catarina é o titular são controlados e registrados na unidade gestora da Diretoria do Tesouro Estadual. Já os valores sequestrados nas contas bancárias de titularidade dos órgãos e das entidades são registrados na respectiva unidade gestora.

w. Provisão Matemática Previdenciária

Em 2020, com a edição da Nota Técnica de Procedimentos Contábeis nº 001/2020, Santa Catarina passou a apresentar as Provisões Matemáticas Previdenciárias (PMPs) de acordo com o regramento e as contas contábeis aplicados ao Plano Previdenciário, sendo que o resultado atuarial passou a impactar o patrimônio do Estado.

x. Aquisição Financiada de Bens

Santa Catarina adota como política para o registro orçamentário das aquisições financiadas de bens a opção em que no momento da aquisição não há registro orçamentário, conforme admitido pelo MCASP. Desse modo, ao serem pagas as parcelas, há registro de despesa orçamentária com amortizações e encargos do financiamento, não sendo registradas receitas orçamentárias porque não há previsão de efetivo ingresso nos cofres públicos.

y. Remuneração de Depósitos Bancários

Santa Catarina adota como política reconhecer os rendimentos dos seus depósitos bancários, especialmente para identificar a vinculação de cada depósito, por meio do mecanismo da destinação, controlando as disponibilidades financeiras por fonte de recursos, conforme opção prevista no MCASP.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVOS

10. Caixa e Equivalentes de Caixa

R\$ milhares

TÍTULOS	31/12/2020	31/12/2019
Conta Única - Tesouro	291	421
Banco do Brasil	3.375.244	1.764.206
(-) Aplicações Financeiras da Conta Única	(3.374.953)	(1.763.785)
Conta Única - RPPS	-	-
Bancos Conta Movimento - Plano Financeiro	583.368	546.355
Bancos Conta Movimento - Taxa de Administração	22.527	18.571
(-) Aplicações Financeiras - Fundo Financeiro	(583.368)	(546.355)
(-) Aplicações Financeiras - Taxa de Administração	(22.527)	(18.571)
Outras Contas	23.705	44.567
Banco do Brasil - Outras Contas	1.753.377	1.509.399
Caixa Econômica Federal	6.080.148	6.177.374
(-) Aplicações Financeiras - Outros Bancos	(7.809.821)	(7.642.206)
Arrecadação Indireta	17.410	25.813
Aplicações Financeiras	11.184.774	9.405.991
Poupança	53.733	61.288
Fundos	11.061.310	9.305.042
Outras Aplicações	69.731	39.660
TOTAL	11.226.180	9.476.792

Conta Única - Tesouro

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria, a administração financeira do Estado é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de Conta Única com o intuito de otimizar a administração dos recursos financeiros e assim buscar maiores rendimentos para os recursos

depositados na conta única. Esses recursos são aplicados no mercado financeiro conforme o disposto no art. 132, § 4°, da Lei Complementar Estadual nº 741/2019, a qual estabelece que as disponibilidades financeiras dos órgãos e das entidades da Administração Pública estadual poderão ser aplicadas em modalidades de investimentos lastreados em títulos públicos federais, em instituições financeiras que apresentarem maior rentabilidade e segurança, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos.

Além disso, o sistema de conta única também tem como objetivo prover o Tesouro Estadual dos recursos necessários às liberações financeiras, com vistas ao atendimento dos Encargos Gerais do Estado e para utilizar eventual disponibilidade que garanta a liquidez de obrigações estaduais, a fim de reduzir o custo da dívida pública (art. 132, § 2°, da LC n° 741/2019).

Para a operacionalização dos registros contábeis das aplicações financeiras da conta única, utilizam-se as rubricas credoras "(-) Aplicações financeiras da conta única". O saldo devedor das aplicações financeiras é apresentado no subgrupo Aplicações Financeiras.

Conta Única - RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS). Da mesma forma que a sistemática da conta única do Tesouro, as rubricas credoras "(-) Aplicações Financeiras – Fundo Financeiro" e "(-) Aplicações Financeiras – Taxa de Administração" demonstram os recursos financeiros aplicados do RPPS. Contudo, o grupo de contas que apresenta o saldo devedor das aplicações financeiras do RPPS está segregado do grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, conforme a nota explicativa nº 18.

Outras Contas

Este item demonstra as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais como, por exemplo, recursos recebidos por meio de convênios e de operações de crédito.

Arrecadação Indireta

Representa os valores da receita arrecadada no período pelos agentes financeiros e que ainda não foram recolhidos a nenhum dos domicílios bancários de titularidade do Estado. São os valores recolhidos pelos contribuintes junto aos agentes financeiros e que ainda não foram repassados aos cofres públicos. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964, é nesse momento que se reconhece a receita sob o enfoque orçamentário.

Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e nos demais bancos e que estão aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto no art. 132, § 4°, da Lei Complementar Estadual n°

741/2019. Os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) e de operações de crédito são aplicados de acordo com as legislações específicas dos concedentes.

A seguir, apresenta-se a composição das aplicações financeiras por Poder e Órgão.

R\$ milhares

					31/12/2020
Aplicações Financeiras	CDB/RDB	Poupança	Fundos	Outras Aplicações	TOTAL
Executivo	-	52.524	4.245.973	-	4.298.497
Judiciário	-	1.210	6.540.695	-	6.541.905
Legislativo	-	-	76.368	-	76.368
Tribunal de Contas do Estado	-	-	-	69.731	69.731
Ministério Público	-	-	198.273	-	198.273
TOTAL	-	53.733	11.061.310	69.731	11.184.774

Ressalta-se que, no Poder Judiciário, do valor de R\$ 6,54 bilhões aplicados em fundos, R\$ 5,77 bilhões não constituem uma disponibilidade do ente de fato, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327, de 23 de novembro de 2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral – depósitos judiciais – são aplicados no mercado financeiro enquanto não forem autorizados os pagamentos aos interessados pelo juízo competente. Sendo assim, a contrapartida desses valores é contabilizada no passivo circulante do Tribunal de Justiça, na conta dos depósitos recebidos por determinação judicial (vide nota explicativa nº 29 – Depósitos Judiciais de Curto Prazo).

11. Créditos Tributários a Receber

O crédito tributário é um direito do Estado decorrente dos tributos, que, por sua vez, são benefícios econômicos ou serviços potenciais compulsoriamente devidos às entidades do setor público, resultantes de transações sem contraprestação e estabelecidos por leis com o intuito de financiar as suas despesas.

Trata-se de "transações sem contraprestação" que se referem à obrigatoriedade de transferência de recursos pelos contribuintes ao Governo sem o devido retorno de forma direta e imediata.

Em 2020, o valor dos créditos tributários a receber, após o ajuste de perdas, totalizou R\$ 3,81 bilhões, registrando um aumento de 22,64% quando comparado a 2019. Esses créditos são predominantemente contabilizados no Tesouro Estadual.

R\$ milhares

		31/12/2020		31/12/2019		
Créditos Tributários a Receber	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos	1.730.453	-	1.730.453	1.359.638	-	1.359.638
Taxas	44.535	-	44.535	37.914	-	37.914
Créditos Tributários Parcelados	685.030	-	685.030	545.599	-	545.599
Créditos Tributários PRODEC	-	1.387.764	1.387.764	-	1.197.548	1.197.548
Total Antes do Ajuste de Perdas	2.460.018	1.387.764	3.847.782	1.943.151	1.197.548	3.140.699
Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber	(40.242)	-	(40.242)	(35.968)	-	(35.968)
TOTAL	2.419.776	1.387.764	3.807.540	1.907.183	1.197.548	3.104.731

Impostos

Os valores referentes aos impostos são registrados pelo valor bruto, todavia, constitucionalmente, parte dos valores de impostos arrecadados pelo Estado pertence aos municípios. Para refletir tal situação e em decorrência dos princípios contábeis, são provisionados os valores que pertencem aos municípios e ao Fundeb nas contas contábeis do grupo 2.1.7.5 – Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo, que encerrou o exercício com o montante de R\$ 1,16 bilhão.

Taxas

Esta conta registra os valores a receber decorrentes de prestação de serviços que apresentam como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Créditos Tributários Parcelados

Esta conta registra os valores dos parcelamentos de créditos tributários realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda mediante processos administrativos, conforme acordado com os contribuintes. Esses valores a receber são contabilizados na unidade gestora do Tesouro Estadual. Assim como os impostos, os valores que pertencem aos municípios e ao Fundeb são provisionados nas contas contábeis do grupo 2.1.7.5 – Provisão para Repartição de Créditos a Curto Prazo.

Créditos Tributários PRODEC

Esta conta registra os valores decorrentes dos contratos relativos ao Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC), que tem por objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico catarinense por intermédio da concessão de financiamentos de incentivo ao investimento e à operação, ou da participação no capital de empresas instaladas em Santa Catarina. Esses valores estão contabilizados no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que é a unidade gestora responsável pela estrutura financeira do PRODEC.

Esse valor registrado refere-se ao somatório das parcelas fruídas pelas empresas beneficiárias reduzidas pelo valor da receita das parcelas pagas após a carência contratual do PRODEC, observadas as vinculações constitucionais e legais, bem como os repasses já efetuados aos municípios. Os registros são feitos com base em relatórios mensais emitidos pela gestora do FADESC.

12. Clientes

Esta conta apresenta os valores a receber por vendas, prestação de serviços ou ressarcimento de despesas, ou seja, em geral receitas provenientes de transações e de eventos com contraprestação.

R\$ milhares

Valores a Receber por Tipo de Receita	31/12/2020	31/12/2019
Faturas/Duplicatas a Receber sobre Vendas	303	108
Faturas/Duplicatas a Receber sobre Prestação de Serviços	37.802	46.044
TOTAL DE VALORES A RECEBER ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	38.105	46.152
(-) Ajuste de Perdas de Clientes	(2.623)	(1.522)
TOTAL DE VALORES A RECEBER APÓS O AJUSTE DE PERDAS	35.482	44.630

Em 2020, do saldo registrado na conta Clientes antes do ajuste de perdas, 99,20% referem-se a valores a receber sobre a prestação de serviços. Evidenciou-se uma redução de 17,44% no total de valores a receber antes do ajuste de perdas na comparação com 2019.

Na tabela a seguir, são apresentadas as unidades gestoras do Estado que possuem saldo nesta conta contábil.

R\$ milhares

Unidade Gestora	31/12/2020	31/12/2019
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	1	-
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.	1.201	2.158
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	-	10
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	33.741	36.053
Fundo Estadual de Saúde	-	6.005
Fundação Escola de Governo - ENA	-	2
Diretoria do Tesouro Estadual (Setorial Financeira)	2.513	1.565
Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	201	191
Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	-	2
Fundo Rotativo da Penitenciária de Chapecó	399	102
Fundo Rotativo do Complexo Penitenciário da Grande Florianópolis	49	65
TOTAL DE CLIENTES ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	38.105	46.152
(-) Ajuste de Perdas de Clientes	(2.623)	(1.522)
TOTAL DE CLIENTES APÓS O AJUSTE DE PERDAS	35.482	44.630

Destaque para a redução de 100% no saldo a receber do Fundo Estadual de Saúde. Refere-se a recebimentos de valores aplicados na saúde da população para procedimentos no Financiamento da Média e Alta Complexidade (MAC)¹¹, conforme o processo nº 25000.212478/2019-20.

13. Empréstimos e Financiamentos Concedidos

Esta conta registra os valores a receber pelo Estado decorrentes de empréstimos e de financiamentos concedidos. O saldo da conta Empréstimos e Financiamentos Concedidos registrou uma redução de 0,81% após o ajuste de perdas quando comparado a 2019.

Na tabela a seguir, são apresentadas as unidades gestoras do Estado que possuem saldo nesta conta contábil.

¹¹ Os recursos federais destinados a ações e serviços de saúde de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (MAC), que inclui os incentivos de custeio, são transferidos de forma regular e automática aos fundos de saúde dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

R\$ milhares

		31/12/2020		31/12/2019			
Unidade Gestora	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	16.341	813	17.154	20.430	2.507	22.937	
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	-	7.791	7.791	-	8.008	8.008	
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	6.223	106.382	112.605	7.280	96.197	103.477	
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina	-	14.493	14.493	-	14.493	14.493	
Encargos Gerais	-	41.014	41.014	-	45.779	45.779	
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	22.564	170.494	193.059	27.710	166.983	194.694	
(-) Ajuste para Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	(13.909)	-	(13.909)	(14.076)	-	(14.076)	
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS	8.656	170.494	179.150	13.634	166.983	180.617	

Destaque para as unidades gestoras Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina e Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural, da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural (SAR), que juntas são detentoras de 67,20% do valor total registrado na conta Empréstimos e Financiamentos Concedidos após o ajuste de perdas, totalizando R\$ 120,40 milhões, distribuídos nos projetos listados a seguir.

R\$ milhares

Empréstimos e Financiamentos Concedidos	Circulante	Não Circulante	Total
Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina	-	7.791	7.791
FINSOCIAL Infraestrutura - F. Terras	-	349	349
Crédito Fundiário - F. Terras	-	3.974	3.974
Infraestrutura - F. Terras	-	3.468	3.468
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	6.223	106.382	112.605
Projeto Terra Boa - Forrageiras - FDR	5.138	-	5.138
Projeto Água para o Campo - CISTERNAS - FDR	1.085	-	1.085
Fomento CM Geral - FDR	-	65.262	65.262
Crédito de Emergência - FDR	-	16.400	16.400
Projeto Florestal Geração de Trabalho e Renda - FDR	-	20.021	20.021
Projeto Água para o Campo - CISTERNAS - FDR	-	4.491	4.491
Empréstimos Concedidos a Receber	-	208	208
TOTAL	6.223	114.173	120.397

14. Dívida Ativa Tributária

		31/12/2020			31/12/2019	
Dívida Ativa Tributária	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
ICMS	883.801	19.070.871	19.954.672	312.042	17.772.559	18.084.601
IPVA	48.387	555.027	603.414	17.344	614.154	631.498
ITCMD	21.880	117.814	139.695	11.709	108.256	119.965
Outros Créditos	1.234	127.607	128.842	3.756	119.359	123.115
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	955.303	19.871.320	20.826.622	344.851	18.614.328	18.959.179
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária	(568.259)	(19.836.524)	(20.404.783)	(38.024)	(18.584.517)	(18.622.541)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	387.044	34.796	421.840	306.828	29.811	336.639

O saldo da dívida ativa tributária, que é composto pelos créditos tributários a receber com prazo de pagamento vencido, encerrou o exercício de 2020 com R\$ 20,83 bilhões, gerando um aumento de 9,85% quando comparado a 2019 (R\$ 18,96 bilhões). O ICMS é o principal tributo que compõe esse saldo, representando 95,81% do total da dívida ativa tributária antes do ajuste de perdas, seguido pelo IPVA (2,90%) e pelo ITCMD (0,67%).

A metodologia utilizada para o cálculo da conta Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária está detalhada na nota explicativa nº 16.

EVOLUÇÃO DO SALDO DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS

R\$ milhares

Estoque da Dívida Ativa Tributária	2020	2019	2018	2017
ICMS	19.954.672	18.084.601	15.765.410	14.241.784
IPVA	603.414	631.498	481.714	430.141
ITCMD	139.695	119.965	115.238	101.671
Outros Créditos	128.842	123.115	115.497	59.166
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	20.826.622	18.959.179	16.477.859	14.832.763
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária	(20.404.783)	(18.622.541)	(16.230.522)	(14.494.305)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	421.840	336.639	247.337	338.457

Outros Créditos

Estão registrados neste grupo, no ativo não circulante, os valores a receber (R\$ 73,38 milhões) pelo Fundo de Reaparelhamento da Justiça referentes aos registros de custas judiciais – civis e penais.

Também estão sendo considerados na composição do saldo da dívida ativa tributária os créditos previdenciários parcelados (R\$ 0,50 milhão) registrados no Fundo Financeiro, relativos a parcelamentos feitos pelas prefeituras municipais do Estado de Santa Catarina, no período em que os servidores municipais contribuíam para o RPPS. Tais créditos são oriundos de parcelamentos feitos em 20 anos, o que fez com que as parcelas mensais se tornassem pequenas em relação ao saldo devedor. Esse valor não está sendo considerado no quadro Cobrança da Dívida Ativa Tributária.

COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

R\$ milhares

	31/12/2020 31/12/2019	
Estoque da Dívida Ativa Tributária	20.826.119	18.958.405
Cobrança no Exercício	318.002	365.163

Fonte: Diretoria do Tesouro Estadual/SEF

De acordo com o Relatório de Dívida Ativa do Estado, expedido pela Diretoria de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda, o trabalho desenvolvido pelo grupo de especialistas em recuperação administrativa de créditos tributários possibilitou realizar 240.689 contatos com contribuintes inadimplentes – um aumento de 175,49% de contatos em relação ao ano de 2019 – informando débitos e formas de pagamento ou parcelamento. Esse trabalho resultou em uma recuperação de R\$ 229,83 milhões pagos à vista, e novos parcelamentos foram feitos no valor total de R\$ 1,10 bilhão.

A íntegra com as informações sobre a dívida ativa tributária está contida no Relatório de Dívida Ativa do Estado, acostado ao Volume 2 do Balanço Geral do Estado.

15. Dívida Ativa não Tributária

Registra valores provenientes de fatos geradores não tributários (como, por exemplo, aplicação de multas), ocorridos em determinadas entidades públicas como a Secretaria de Estado da Segurança Pública, o Fundo de Reaparelhamento da Justiça, a CIDASC, entre outros, em função de suas atividades-fins. O ajuste para as perdas prováveis da dívida ativa não tributária segue a mesma metodologia da dívida ativa tributária (vide nota explicativa nº 16).

R\$ milhares

		31/12/2020				
Dívida Ativa não Tributária	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida Ativa não Tributária Antes do Ajuste de Perdas	32.635	663.912	696.546	45.804	559.784	605.588
(-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa não Tributária	(7.001)	(662.754)	(669.755)	(25.731)	(558.927)	(584.659)
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA APÓS O AJUSTE DE PERDAS	25.633	1.158	26.791	20.073	857	20.929

Conforme informações encaminhadas pela SEF/GERAR - Gerência de Arrecadação, houve baixa de Dívida Ativa não Tributária no valor de R\$ 5,53 milhões, referente à determinação judicial -

processo nº 50239036620208240023, Comarca de Florianópolis, 1ª Vara da Fazenda Pública. O registro contábil foi feito através do documento nº 2020NL000302 na UG 040091.

16. Ajuste de Perdas de Créditos

Detalhamento da conta Ajuste de Perdas de Créditos:

R\$ milhares

Ajuste de Perdas de		31/12/2020			31/12/2019	19	
Créditos	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
(-) Ajuste de Perdas de Créditos Tributários a Receber	40.242	-	40.242	35.968	-	35.968	
(-) Ajuste de Perdas de Clientes	2.623	-	2.623	1.522	-	1.522	
(-) Ajuste de Perdas de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13.909	-	13.909	14.076	-	14.076	
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa Tributária	568.259	19.836.524	20.404.783	38.024	18.584.517	18.622.541	
(-) Ajuste de Perdas de Créditos da Dívida Ativa não Tributária	7.001	662.754	669.755	25.731	558.927	584.659	
TOTAL	632.034	20.499.277	21.131.312	115.322	19.143.444	19.258.766	

Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária e não Tributária

A 8ª edição do MCASP, aprovada pela Portaria STN nº 877/2018, não especifica uma metodologia para o cálculo do ajuste para perdas, cabendo o uso da estimativa a cada ente da Federação.

A metodologia utilizada nas demonstrações deste relatório técnico é apresentada a seguir, salvo quando disposto em contrário (vide nota explicativa nº 17):

- 1. média percentual de recebimentos passados; e
- 2. saldo atualizado da conta de créditos inscritos em dívida ativa.

No que tange à dívida ativa de longo prazo, a metodologia é a utilização da média percentual dos recebimentos passados, sendo calculada pela divisão entre a média ponderada dos recebimentos,

que utiliza valores inscritos nos três últimos exercícios, e o número de meses correspondentes ao exercício orçamentário.

No tocante à dívida ativa de curto prazo, o ajuste foi realizado pela diferença entre o valor estimado de recebimento previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) e o estoque de dívida ativa a curto prazo estimado pela Gerência de Arrecadação (GERAR) da SEF.

Em 2020, iniciou-se o registro dos ajustes para perdas dos créditos previdenciários parcelados no Fundo Financeiro (R\$ 8.617,82), que teve como base de cálculo o somatório das parcelas em atraso (vide nota explicativa nº 14).

17. Demais Créditos e Valores

Demais Créditos e		31/12/2020			31/12/2019	
Valores	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	14.945	-	14.945	24.955	-	24.955
Suprimento de Fundos/ Diárias	26.821	-	26.821	17.796	-	17.796
Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	2.327.011	-	2.327.011	1.893.718	-	1.893.718
Adiantamentos de Transferências Constitucionais ou Legais	114.968	-	114.968	57.813	-	57.813
Tributos a Recuperar/ Compensar	9.990	-	9.990	8.488	-	8.488
Créditos por Danos ao Patrimônio	228.363	-	228.363	198.457	35	198.492
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	252.774	103.546	356.320	274.521	82.585	357.106
Outros Créditos e Valores a Receber	221.587	147.687	369.274	755.446	164.771	920.216
TOTAL DOS CRÉDITOS ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	3.196.460	251.233	3.447.693	3.231.194	247.390	3.478.584
(-) Ajuste de Perdas	(54.587)	(4.150)	(58.736)	(581.272)	(6.715)	(587.987)
TOTAL DOS CRÉDITOS APÓS O AJUSTE DE PERDAS	3.141.874	247.083	3.388.956	2.649.922	240.676	2.890.597

Adiantamentos Concedidos a Pessoal

Em 2020, o grupo Adiantamentos Concedidos a Pessoal, em que consta registrado o adiantamento a pessoal referente a 1/3 de férias, encerrou o exercício com um saldo de R\$ 14,95 milhões, o que representa uma redução de 40,11% quando comparado a 2019 (R\$ 24,96 milhões).

Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)

Os adiantamentos concedidos a título de transferências voluntárias também são registrados no ativo até a devida prestação de contas. A seguir, a discriminação dos saldos por tipo de transferência.

R\$ milhares

Adiantamentos de Transferências Voluntárias (Convênios e Outros)	31/12/2020	31/12/2019
Convênios	1.795.535	1.437.679
Contratos de Gestão	191.781	210.611
Termos de Fomento ou Colaboração	149.403	62.114
Contrato de Apoio Financeiro - PF e PJ	94.122	92.739
Contrato de Apoio à Pesquisa	54.245	50.210
Subvenções Sociais	19.903	25.833
Subvenções Econômicas	16.010	12.695
Termos de Parceria	6.012	1.838
TOTAL	2.327.011	1.893.718

As unidades gestoras com maiores saldos de convênios transferidos são as seguintes:

Unidade Gestora	31/12/2020	31/12/2019
Fundo Estadual de Saúde	656.348	345.556
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	399.123	283.549
Fundo Estadual de Apoio aos Municípios	378.754	412.959
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - FUPESC	116.747	108.865
Secretaria de Estado da Educação	67.014	91.541
Fundo Pró-Emprego	52.526	46.440
Fundo Catarinense para o Desenvolvimento da Saúde - INVESTSAÚDE	24.648	63.547
Fundação Catarinense de Esporte	21.935	-
Secretaria de Estado da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural	20.541	17.949
Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina	20.128	16.621
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social	10.596	8.749
Fundo Estadual de Defesa Civil	7.765	-
Demais Unidades Gestoras	19.411	41.903
TOTAL	1.795.535	1.437.679

Em 2020, o montante de convênios repassado às unidades gestoras foi de R\$ 1,80 bilhão, 24,89% superior se comparado ao exercício de 2019. Destaque para o Fundo Estadual de Saúde, que concedeu R\$ 656,35 milhões, registrando um aumento de 89,94% quando comparado a 2019 (R\$ 345,56 milhões).

Adiantamentos de Transferências Constitucionais ou Legais

Constam registrados nesta conta os valores referentes à antecipação de repasse constitucional do PRODEC aos municípios. Em 2020, o saldo registrado foi de R\$ 114,97 milhões, 98,86% maior se comparado ao exercício de 2019 (R\$ 57,81 milhões).

Créditos por Danos ao Patrimônio

Conta que registra os valores dos recursos antecipados que tiveram o prazo expirado para prestação de contas e os montantes dos potenciais danos ao erário, apurados nas prestações de contas consideradas irregulares pela unidade de controle interno, bem como outros créditos oriundos de danos ao patrimônio.

Créditos por Danos ao Patrimônio	31/12/2020	31/12/2019
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/Ilegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados	60.356	55.895
Outros Créditos a Receber Apurados em Tomada de Contas Especial - TCE	46.137	41.654
Outros Créditos a Receber Decorrentes de Créditos Administrativos	41.874	4.931
Créditos a Receber Decorrentes de Omissão no Dever de Prestar Contas	37.617	51.380
Créditos a Receber Decorrentes de Irregularidade/Ilegalidade na Aplicação de Recursos Antecipados - TCE	22.743	24.724
Créditos a Receber Decorrentes de Ato Ilegal, Ilegítimo ou Antieconômico - TCE	17.121	17.321
Créditos a Receber Decorrentes de Pagamentos sem Respaldo Orçamentário	1.663	1.663
Créditos a Receber Decorrentes de Danos de Terceiros Causados em Rodovias Estaduais	777	837
Demais Créditos por Danos ao Patrimônio	75	87
TOTAL DOS CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	228.363	198.492
(-) Ajuste de Perdas	(2.442)	(2.505)
TOTAL DOS CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO APÓS O AJUSTE DE PERDAS	225.921	195.987

O saldo de créditos por danos ao patrimônio em 2020 (R\$ 228,36 milhões) teve um aumento de 15,05% quando comparado ao exercício de 2019 (R\$ 198,49 milhões). Destacou-se a conta Outros Créditos a Receber Decorrentes de Créditos Administrativos (R\$ 46,14 milhões), que teve um acréscimo de 749,18% se comparada a 2019 (R\$ 4,93 milhões). Grande parte desse acréscimo ocorreu como consequência do procedimento adotado para a aquisição de 200 respiradores pulmonares destinados às ações contra a Covid-19, pelo Fundo Estadual de Saúde (unidade gestora 480091), por meio do qual foram liquidados e pagos R\$ 33,00 milhões de forma antecipada, contudo os equipamentos não foram recebidos.

A referida aquisição ocorreu por Dispensa de Licitação (processo SES nº 37.070/2020) executada pelas notas de empenho nº 2020NE011422, no valor de R\$ 16,50 milhões, fonte de recurso 0.300 (processo SES nº 39.985/2020), e 2020NE012029, no valor de R\$ 16,50 milhões, fonte de recurso 0.100 (processo SES nº 39.977/2020).

De acordo com o processo SES nº 57.000/2020, a Gerência de Patrimônio da Secretaria de Estado da Saúde - SES, mediante a Comunicação Interna nº 80, de 17/11/2020, informa que foram recebidos 50 respiradores da marca Aeonmed, modelo Shangrila 510S, resultado do processo de apreensão de mercadorias, conforme o Termo de Entrega nº 01/2020 emitido pela Superintendência da Receita Federal da 9ª Região Fiscal. Esses respiradores foram registrados na SES como doação, tendo em vista que os equipamentos recebidos divergem do modelo adquirido da empresa Veigamed, que consta no processo de dispensa de licitação SES nº 37070/2020.

Visando apurar o ocorrido, foram abertos os seguintes processos:

- » Processo nº SES 57.000/2020 inscrição em responsabilidade e registro da doação de equipamentos;
- » Processo nº SES 49.615/2020 apuração das supostas irregularidades;
- » Processo CGE nº 306/2020 avocação da sindicância pela CGE;
- » Processo RLI nº 20/00179260 autuado pelo TCE-SC;
- » Processo SEF nº 13.272/2020 recuperação judicial de parte do valor.

Quanto aos valores devolvidos e/ou recuperados, não foi feita qualquer devolução de recurso para a SES até 31/12/2020. No entanto, houve recuperação judicial, vinculada às Ações nº 5034167-45.2020.8.24.0023 e nº 5033754-32.2020.8.24.0023, que em 31/12/2020 remontam à quantia de R\$ 13,82 milhões e encontram-se em depósito judicial ainda não disponível ao Poder Executivo.

Em 30/04/2020, foi efetuada a inscrição em responsabilidade, conforme a Nota Técnica de Procedimento Contábil - NTPC nº 008/2016, por meio da Nota de Lançamento nº 87209. A referida inscrição baixou o saldo da conta de bens móveis do ativo imobilizado gerado na liquidação da despesa e efetuou o registro na conta contábil nº 1.1.3.4.1.01.99 (Outros Créditos a Receber Decorrentes de Créditos Administrativos) da unidade gestora 480091.

Destaca-se que se efetuou a despesa – ainda que o objetivo para o gasto público não tenha sido atendido –, uma vez que os recursos foram despendidos pelo órgão e os equipamentos não foram entregues. Por essa razão, adotou-se a inscrição em responsabilidade, que é o procedimento recomendado nesses casos.

No caso em tela, cabe ressaltar que não houve impacto nos percentuais mínimos de aplicação em saúde, portanto o valor apresentado nos relatórios fiscais não sofreu ajustes.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

Registra os valores decorrentes de depósitos judiciais ou recursais e de mandados judiciais de sequestros na conta única e em outras contas bancárias por conta de litígios judiciais e de pagamentos de precatórios. A baixa desses valores ocorre com a execução da despesa orçamentária após a confirmação do processo por parte da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Danésitas Bastituúvsis s		31/12/2020			31/12/2019	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Valores Apreendidos por Decisão Judicial - Fontes Orçamentárias	130.861	-	130.861	124.956	-	124.956
Conta Especial Precatórios	121.914	-	121.914	149.565	-	149.565
Depósitos e Cauções Relativos a Contratos ou Convenções	-	78.002	78.002	-	57.500	57.500
Depósitos Judiciais	-	9.365	9.365	-	8.511	8.511
Depósitos para Interposição de Recursos	-	6.271	6.271	-	6.539	6.539
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	-	9.572	9.572	-	9.698	9.698
Outros Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	336	336	-	336	336
TOTAL	252.774	103.546	356.320	274.521	82.585	357.106

Segue tabela com os valores por unidade gestora.

R\$ milhares

Danásitas Bastituúvsia a		31/12/2020			31/12/2019	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fundo para Melhoria da Segurança Pública	-	127	127	-	127	127
Fundo Estadual de Saúde	66.737	330	67.067	68.023	330	68.353
Diretoria do Tesouro Estadual	139.164	-	139.164	203.463	-	203.463
Encargos Gerais do Estado	38.801	78.030	116.831	-	57.500	57.500
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	245	14.592	14.837	245	14.882	15.127
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.	-	5.899	5.899	-	5.843	5.843
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina	1.605	3.815	5.420	1.504	3.750	5.255
Fundo Financeiro	4.581	-	4.581	1	-	1
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	1.518	-	1.518	1.160	-	1.160
Demais Unidades Gestoras	123	752	875	124	153	277
TOTAL	252.774	103.546	356.320	274.521	82.585	357.106

Em 2020, o somatório dos valores de depósitos restituíveis e dos valores vinculados registrados na Diretoria do Tesouro Estadual e na unidade gestora Encargos Gerais representa 71,84% do valor total do Estado. O destaque vai para a Diretoria do Tesouro, que apresenta no circulante o saldo de R\$ 139,16 milhões, dos quais R\$ 78,66 milhões se referem a precatórios e R\$ 60,50 milhões são de valores apreendidos por decisão judicial.

Outros Créditos e Valores a Receber

R\$ milhares

Outros Créditos e		31/12/2020			31/12/2019	
Valores a Receber	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Multas de Trânsito a Receber	33.677	-	33.677	19.489	-	19.489
Dividendos Propostos a Receber	31.986	-	31.986	11.358	-	11.358
Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	28.319	14.544	42.864	581.246	6.715	587.961
Coparticipação do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	26.998	-	26.998	34.749	-	34.749
Contribuição do Associado do Plano de Saúde dos Servidores	24.629	-	24.629	23.506	-	23.506
Créditos a Receber de Empresas Estatais	18.000	-	18.000	18.000	-	18.000
Outros Créditos e Valores a Receber	57.978	133.142	191.121	67.098	158.056	225.154
TOTAL ANTES DO AJUSTE DE PERDAS	221.587	147.687	369.274	755.446	164.771	920.216
(-) Ajustes de Perdas de Outros Créditos e Valores	(52.145)	(4.150)	(56.295)	(578.767)	(6.715)	(585.482)
TOTAL APÓS O AJUSTE DE PERDAS	169.442	143.537	312.979	176.679	158.056	334.734

O saldo da conta Multas de Trânsito a Receber encerrou o exercício com R\$ 33,68 milhões, registrando um aumento de 72,80% quando comparado a 2019 (R\$ 19,49 milhões). Em 2020, foi efetuado o registro da provisão para perdas na conta Multas de Trânsito a Receber no curto prazo, no valor de R\$ 28,85 milhões, cujo montante foi calculado levando em consideração os valores por ano de emissão da multa. Para o cálculo dos valores, computaram-se todos os valores lançados até 2016, e de 2017 a 2020 utilizou-se como metodologia a diferença percentual não recebida nos exercícios de 2016 a 2019.

Com relação ao saldo total da conta Créditos Oriundos de Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens, que são valores a receber de terceiros pela utilização de faixas de domínio em rodovias, em 2020 esse saldo teve uma redução de 92,71% se comparado a 2019 (R\$ 587,96 milhões), motivada pela baixa de R\$ 567,80 milhões em junho do corrente exercício, resultado do insucesso no processo judicial movido contra a Celesc. A provisão de perdas (R\$ 27,44 milhões) foi calculada utilizando os valores a receber de cada cliente inadimplente.

R\$ milhares

Créditos Oriundos de		31/12/2020			31/12/2019		
Concessões de Direitos de Uso e de Exploração de Bens	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Departamento Estadual de Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	
Fundo Patrimonial	-	-	-	-	-	-	
Fundação Catarinense de Cultura	6	-	6	9	-	9	
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	-	-	-	4	-	4	
Assembleia Legislativa do Estado	4	-	4	4	-	4	
Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade	28.310	14.544	42.854	581.230	6.715	587.945	
TOTAL	28.319	14.544	42.864	581.246	6.715	587.961	

Destacam-se os registros em outros créditos e valores a receber no longo prazo: R\$ 33,25 milhões a receber decorrentes do direito de exploração de serviços bancários junto ao Banco do Brasil S.A. e R\$ 85,19 milhões em incentivos fiscais no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina.

Também está incluído em outros créditos e valores a receber, de longo prazo, o valor de R\$ 12,15 milhões referente à contribuição patronal antecipada. A lei que criou a Fundação de Previdência Complementar do Estado de Santa Catarina - SCPREV determinou que o Estado, por meio da unidade gestora Encargos Gerais, antecipe a contribuição patronal, conforme o art. 29 da Lei Complementar Estadual nº 661/2015 e o inciso III do art. 2º do Decreto Estadual nº 553/2015. Assim, Santa Catarina aportará recursos na SCPREV até o limite de R\$ 20 milhões, destinados à cobertura das despesas administrativas e aos benefícios de risco, a título de adiantamento de contribuições futuras.

18. Investimentos e Aplicações Temporárias

Os investimentos e as aplicações temporárias abrangem os valores depositados na conta única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) que estão aplicados no mercado financeiro. Esses valores são geridos pelo Instituto de Previdência do Estado e, com exceção da conta Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento, são considerados caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) (vide nota explicativa nº 36).

R\$ milhares

Investimentos e Aplicações Temporárias	31/12/2020	31/12/2019
Fundos de Investimento em Renda Fixa	583.368	546.355
Aplicações com a Taxa de Administração do RPPS	22.527	18.571
Títulos e Valores não Sujeitos ao Enquadramento	160	160
TOTAL	606.055	565.086

19. Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Em 2020, o saldo registrado foi de R\$ 287,44 milhões, com um decréscimo de 5,21% se comparado a 2019 (R\$ 303,23 milhões).

R\$ milhares

Fahamua	31/12/2020	31/12/2019
Estoques	Circulante	Circulante
Mercadorias para Revenda	931	1.096
Matérias-Primas	-	2
Almoxarifado	266.038	281.949
Outros Estoques	20.476	20.185
(-) Ajustes para Perdas com Estoques	(1)	(1)
TOTAL	287.444	303.233

Em 2020, apenas três unidades gestoras encerraram o exercício com mercadorias em estoque para revenda. Do valor total registrado (R\$ 931,22 mil), 83,12% pertencem à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. (R\$ 774,05 mil).

Já o Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais, que em 2019 apresentava um saldo de R\$ 168,28 mil em mercadorias para revenda, teve o valor total baixado em dezembro do corrente exercício, tendo em vista a suspensão das atividades da gráfica da Diretoria de Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina - DIOESC, em 2018, e o fato de as mercadorias restantes terem sido consumidas internamente ou se tornado obsoletas.

R\$ milhares

	31/12/2020	31/12/2019
Mercadorias para Revenda por Unidade Gestora	Circulante	Circulante
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.	774	771
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	89	89
Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural	68	68
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	-	168
TOTAL	931	1.096

Detalhamento do Almoxarifado por Unidade Gestora

Unidade Gestora	Saldo em 31/12/2019	Variação Negativa em 2020	Variação Positiva em 2020	Saldo em 31/12/2020
Fundo Estadual de Saúde	181.937	1.037.623	1.035.036	184.524
Secretaria de Estado da Saúde	3.060	39.644	14.006	28.698
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina S.A.	16.062	15.140	15.141	16.061
Secretaria de Estado da Educação	64.385	93.615	145.887	12.113
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	10.172	59.408	57.559	12.022
Tribunal de Justiça do Estado	7.194	19.196	17.296	9.094
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina – FUPESC	3.031	45.153	44.404	3.780
Fundo Rotativo da Penitenciária Industrial de Joinville	999	1.684	16	2.666
Fundo Rotativo da Penitenciária de Florianópolis	1.036	1.171	-	2.208
Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	1.698	5.214	4.921	1.990
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	1.726	2.930	2.984	1.672
Fundo de Melhoria da Polícia Civil	1.634	11.131	11.148	1.617
Ministério Público do Estado de Santa Catarina	1.059	2.948	2.810	1.197
Demais Unidades Gestoras	9.238	59.036	58.472	9.802
TOTAL	303.233	1.393.891	1.409.680	287.444

20. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente

Representam o valor registrado a título de despesas antecipadas que serão apropriadas nos exercícios subsequentes pelo seu fato gerador, de acordo com o que preceitua a aplicação do princípio da competência. Basicamente, são os registros de seguros a vencer e as assinaturas/anuidades a apropriar. As VPDs incluem no ativo não circulante os valores de subvenção econômica realizada com recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que serão reconhecidos orçamentariamente no final dos contratos, como prevê a legislação catarinense.

R\$ milhares

Variações Patrimoniais		31/12/2020		31/12/2019			
Diminutivas Pagas Antecipadamente	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Prêmios de Seguros a Apropriar	7.448	-	7.448	6.577	-	6.577	
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	3.791	-	3.791	3.570	-	3.570	
Outras VPDs a Apropriar	8.834	-	8.834	11.620	-	11.620	
Subvenções Econômicas Concedidas	-	268.279	268.279	-	268.279	268.279	
Ressarcimento de Despesas Concedidas	-	1.354	1.354	-	1.354	1.354	
TOTAL	20.073	269.633	289.706	21.767	269.633	291.400	

A maior parte do saldo na conta Outras VPDs a Apropriar é composta por apropriações em manutenções, conservações e locações de softwares, sendo R\$ 7,30 milhões do Tribunal de Justiça do Estado, R\$ 1,49 milhão do Fundo de Reaparelhamento da Justiça e R\$ 0,039 milhão da Epagri.

21. Investimentos

Os investimentos são as aplicações de longo prazo que devem produzir benefícios pela sua permanência no patrimônio do ente público. São representados principalmente pela participação do Estado no capital das empresas públicas e sociedades de economia mista, por meio de ações ou quotas dessas entidades.

R\$ milhares

Investimentos	31/12/2020	31/12/2019
Participações Societárias - Método da Equivalência Patrimonial	3.483.136	3.365.820
Participação em Empresas	3.235.410	3.080.109
Adiantamento para Aumento de Capital	247.727	285.711
Participação - Método do Custo	312	339
Propriedade para Investimento	63.426	51.609
TOTAL	3.546.874	3.417.768

Participações Societárias

As participações societárias do Estado englobam tanto aquelas realizadas em empresas estatais superavitárias quanto em empresas estatais dependentes¹², além das participações em outras empresas.

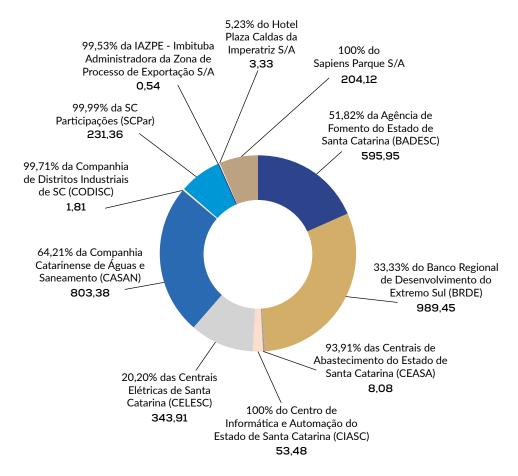
O Método da Equivalência Patrimonial (MEP) reflete o percentual de participação da investidora no capital social da investida, e sobre o patrimônio líquido desta é calculada a proporção do investimento. Dessa forma, destaca-se que o aumento na conta Participações em Empresas do Estado decorreu, em sua maior parte, dos registros de atualização positiva do MEP sobre o patrimônio líquido do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)¹³, apurados em 31/12/2019 e 30/6/2020, conforme o processo SEF nº 03267/2020, e no valor total de R\$ 97,43 milhões.

Na sequência, são apresentados os percentuais de participações societárias do Estado nas empresas investidas e os respectivos valores dos investimentos correspondentes, pelo MEP.

¹² Epagri, Santur, COHAB e CIDASC.

¹³ O BRDE é uma autarquia especial interestadual criada pelos estados da Região Sul, portanto não tem o seu capital dividido em ações. A participação é 100% do resultado da agência do BRDE em Florianópolis/SC.





Para mais detalhes referentes à participação acionária do Estado, consultar o Volume 2 deste Balanço Geral.

Adiantamento para Aumento de Capital

Em 2020, houve uma redução de R\$ 37,98 milhões no saldo da conta Adiantamento para Aumento de Capital. A maior parte da diminuição desse saldo refere-se ao registro da Integralização de Capital do Estado de Santa Catarina, na CASAN, conforme termos do processo SCC nº 08992/2020, acostado ao processo SEF nº 09280/2020, no valor de R\$ 37,19 milhões.

Propriedades para Investimento

Estão registrados na conta Propriedades para Investimento os imóveis mantidos exclusivamente para auferir renda pelo Regime Próprio de Previdência do Estado (Fundo Financeiro). Alguns

desses imóveis são mantidos para aluguel a órgãos do próprio Estado e estão sendo utilizados nas atividades-fins dos órgãos locatários, o que os caracterizaria como ativo imobilizado quando se analisa de forma consolidada o patrimônio estadual. A Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais optou por não reclassificar o ativo no balanço consolidado e evidenciá-lo conforme a classificação original no Fundo Financeiro.

R\$ milhares

	Propriedades para Investimento	31/12/2020	31/12/2019
Edifícios		25.176	23.404
Terrenos		38.250	28.205
TOTAL		63.426	51.609

Em 2020, houve reavaliação em propriedades para investimento, pelo valor justo (método comparativo direto de dados de mercado e pelo método evolutivo), conforme o processo IPREV nº 2.656/2019, totalizando uma variação positiva de R\$ 1,77 milhão e R\$ 10,04 milhões, respectivamente nos saldos das contas contábeis 1.2.2.2.1.01.00.00 – Edifícios e 1.2.2.2.1.02.00.00 – Terrenos, contribuindo com um aumento de 22,90% no saldo da conta Propriedades para Investimento em relação a 2019.

22. Imobilizado

		31/12/2020			31/12/2019	
Imobilizado	Custo Corrigido	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Corrigido	Depreciação/ Amortização Acumulada	Valor Líquido
Bens Móveis	2.868.906	(1.286.620)	1.582.287	2.590.158	(1.120.659)	1.469.499
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.024.782	(423.300)	601.482	954.169	(380.406)	573.763
Equipamentos de Tecnologia da Informação	482.352	(250.429)	231.923	442.699	(207.482)	235.217
Móveis e Utensílios	385.190	(158.219)	226.971	369.687	(138.997)	230.690
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	117.896	(1.769)	116.127	89.257	(1.370)	87.886
Veículos	779.508	(420.153)	359.355	659.093	(365.326)	293.766
Armamentos	61.222	(28.682)	32.540	59.761	(23.188)	36.574
Semoventes	971	(498)	473	703	(440)	263
Demais Bens Móveis	16.986	(3.570)	13.415	14.790	(3.450)	11.340
Bens Imóveis	34.465.241	(3.972.709)	30.492.531	33.249.491	(2.546.596)	30.702.895
Bens de Uso Especial	10.055.853	(628.765)	9.427.088	9.586.952	(601.351)	8.985.601
Bens Dominicais	2.089	-	2.089	2.089	-	2.089
Bens de Uso Comum do Povo	21.700.938	(3.337.265)	18.363.673	19.593.629	(1.939.223)	17.654.407
Bens Imóveis em Andamento	2.671.233	-	2.671.233	4.026.246	-	4.026.246
Instalações	15.557	(1.836)	13.721	17.653	(1.722)	15.931
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	15.075	(4.844)	10.231	15.152	(4.300)	10.852
Demais Bens Imóveis	4.496	-	4.496	7.770	-	7.770
SUBTOTAL	37.334.147	(5.259.329)	32.074.818	35.839.649	(3.667.255)	32.172.394
(-) Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	(6)	-	(6)	(6)	-	(6)
TOTAL	37.334.141	(5.259.329)	32.074.812	35.839.643	(3.667.255)	32.172.388

A composição do saldo da conta (-) Redução a Valor Recuperável do Imobilizado refere-se ao reconhecimento e à mensuração na Udesc (R\$ 5,72 mil).

Em 2020, houve a reclassificação dos bens recebidos por intermédio de cessão de uso onerosa para a conta 1.2.3.2.1.01.06.00 - Aeroportos/Estações/Aeródromos, no valor de R\$ 47,79 milhões, compondo o saldo dos Bens de Uso Especial, conforme o processo SEF nº 6.255/2020 e a Nota Técnica de Procedimento Contábil (NPTC) nº 004/2020.

Bases para a Avaliação Inicial, Reavaliação e Avaliadores

As bases para a avaliação inicial de bens móveis do Poder Executivo foram estabelecidas pela Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001, de 12 de abril de 2011, e por seus anexos.

Com relação aos bens imóveis, as bases utilizadas para a avaliação inicial e para as reavaliações constam dos laudos técnicos emitidos por comissões nomeadas pela Diretoria de Gestão Patrimonial, da Secretaria de Estado da Administração (DGPA/SEA), de acordo com o Decreto nº 11, de 28 de janeiro de 2019, e com a Instrução Normativa SEA nº 18/2020, estando lastreados no valor de mercado desses ativos.

Para a administração indireta, foi editada a Instrução Normativa nº 003, de 24 de abril de 2013, disciplinando procedimentos de reavaliação aplicáveis às autarquias e às fundações.

Depreciação/Amortização

Bens Móveis

R\$ milhares

Bens Móveis – Depreciação Acumulada								
Tipo de Consolidação	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017				
Poder Executivo	1.134.366	985.927	917.885	789.773				
Poder Judiciário	119.943	107.336	93.132	76.091				
Poder Legislativo	4.547	7.489	5.911	4.338				
Ministério Público	27.764	19.907	12.716	6.634				
Consolidado Geral	1.286.620	1.120.659	1.029.644	876.837				

Tendo como base a materialidade e o custo associado ao processamento dos dados, a partir de 2013 o Estado suspendeu o cálculo mensal da depreciação para bens cujo valor fosse menor ou igual a R\$ 10,00. Essa metodologia atende o equilíbrio entre custo e benefício, conceituado como uma restrição às informações contábeis na NBC TSP Estrutura Conceitual.

Do saldo da depreciação acumulada de bens móveis no Poder Executivo, 48,08% são compostos pela Secretaria de Estado de Educação, pela Polícia Militar e pela Secretaria de Estado da Saúde, com R\$ 222,75 milhões, R\$ 205,11 milhões e R\$ 117,56 milhões, respectivamente. Já no Poder

Legislativo, 99,88% do saldo da depreciação acumulada de bens móveis apresenta-se no Tribunal de Contas do Estado, com R\$ 4,54 milhões.

Os critérios para cálculo da depreciação dos bens móveis são relacionados no quadro a seguir.

Item Depreciado	Parâmetro
Bens móveis adquiridos e postos em operação até 31/12/2009	 Avaliados segundo o cronograma estabelecido na Instrução Normativa Conjunta SEA/SEF nº 001/2011 Vida útil definida no laudo da avaliação Após avaliados, são depreciados pelo método das cotas constantes
Bens móveis adquiridos e postos em operação a partir de 1º de janeiro de 2010	 Método das cotas constantes Vida útil definida pela Secretaria de Estado da Administração com base na Instrução Normativa SRF nº 162/1998

Bens Imóveis

R\$ milhares

Bens Imóveis – Depreciação Acumulada									
Tipo de Consolidação 31/12/2020 31/12/2019 31/12/2018 31/12/2017									
Poder Executivo	3.894.588	2.493.237	1.724.416	1.038.714					
Poder Judiciário	25.063	19.268	13.809	9.276					
Poder Legislativo	5.176	2.928	-	-					
Ministério Público	38.189	31.157	23.377	19.601					
Consolidado Geral	3.963.015	2.546.589	1.761.602	1.067.591					

Do saldo da depreciação acumulada dos bens imóveis do Estado, 84,21% estão registrados na conta 1.2.3.8.1.02.03.00 (-) Dep. Acumulada Bens de Uso Comum do Povo, na Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, totalizando R\$ 3.337,26 milhões em 2020.

Se comparado ao ano de 2019, essa conta apresentou um aumento de 72,09%, sendo parte desse valor (R\$ 730,67 milhões) referente a ajustes em decorrência de cálculo da depreciação efetuada em desacordo com o Anexo III da Instrução Normativa Conjunta SEF/DEINFRA nº 1/2015, apontados no item 3.1.2 do Relatório de Auditoria do TCE, processo RLA nº 20/00103876.

Bens de Infraestrutura/Bens de Uso Comum do Povo

Os critérios e os procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura administrados pelo Poder Executivo estadual foram fixados obedecendo ao previsto nas NBCs TSP nos 16.9 e 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC nos 1.136 e 1.137, de 21 de

novembro de 2008, alteradas pela Resolução CFC n° 1.437, de 22 de março de 2013, todas em vigor à época da elaboração do documento, e em portarias da STN/MF que regiam a matéria. A NBC TSP n° 7, de 22 de setembro de 2017, apresenta que, uma vez atendidos os critérios para reconhecimento, os ativos de infraestrutura devem ser mensurados pelo valor de custo.

R\$ milhares

Contas de Registro	31/12/2020	31/12/2019	Variação
Ruas/Estradas/Rodovias	16.573.957	15.374.881	1.199.076
Pontes e Viadutos	4.029.733	3.158.794	870.939
Túneis	1.000.000	1.000.000	-
Barragens	71.303	59.955	11.348
Outros Bens de Uso Comum do Povo	25.946	-	25.946
TOTAL	21.700.938	19.593.629	2.107.309

No Anexo III da Instrução Normativa Conjunta SEF/DEINFRA nº 001, de 19 de janeiro de 2015, é apresentada a vida útil estimada dos ativos de infraestrutura.

Foram efetuados lançamentos de ajustes nas contas 1.2.3.2.1.03.01.01 - Rodovias Pavimentadas e 1.2.3.2.1.03.03.00 - Pontes e Viadutos, nos respectivos valores de R\$ 697,53 milhões e R\$ 857,14 milhões, pois em 2017 alguns bens de uso comum do povo foram contabilizados por valores abaixo dos apontados no "Estudo para sustentabilidade na conservação rodoviária – patrimônio rodoviário do Estado de Santa Catarina/Programa de Infraestrutura Logística de Santa Catarina - Programa BID VI", conforme apresentado no item 3.1.1 do Relatório de Auditoria do TCE, processo RLA nº 20/00103876.

Impacto da Contabilização no Resultado do Período

A Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda (DCIF/SEF) optou por seguir o padrão estabelecido pela STN, promovendo o lançamento da avaliação inicial de bens já integrantes do seu patrimônio (ou avaliação inicial) à conta de ajuste de exercícios anteriores. O efeito no resultado do exercício das depreciações sobre essa avaliação inicial e sobre baixas posteriores desses bens foi nulo em decorrência dessa opção.

A partir dos procedimentos de avaliação inicial, as novas avaliações são registradas nas contas de variações patrimoniais aumentativas (VPA), referentes às reavaliações positivas, ou variações patrimoniais diminutivas (VPD), referentes às reavaliações negativas ou à redução a valor recuperável.

Em 2020, as avaliações aumentaram o resultado do exercício em cerca de R\$ 17,62 milhões, conforme detalhamento apresentado a seguir.

Impacto no Resultado Patrimonial da Reavaliação/Redução a Valor Recuperável de Bens do Imobilizado

R\$ milhares

Contas de Registro	31/12/2020	31/12/2019
3.6.1.1.1.01 Reavaliação de Bens Móveis - VPD	(19.014)	(4.154)
3.6.1.5.1.02 Redução a Valor Recuperável de Bens Imóveis	(302.008)	(308.001)
4.6.1.1.01 Reavaliação de Bens Móveis - VPA	287	5.904
4.6.1.1.1.02 Reavaliação de Bens Imóveis	338.352	331.604
TOTAL	17.617	25.353

Empresas Públicas

As empresas estatais dependentes sujeitam-se às regras estabelecidas pela Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e às suas alterações e, portanto, estão impedidas de efetuar a reavaliação de seu imobilizado. Em 2020, ainda consta na contabilidade das empresas o valor de R\$ 5,81 milhões na conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido, permanecendo até a total realização desses valores, conforme o quadro a seguir:

Saldo da Reserva de Avaliação por Empresa Estatal Dependente	31/12/2020
Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - em liquidação	2.452
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	3.362
TOTAL	5.815

23. Intangível

R\$ milhares

		31/12/2020		31/12/2019		
Intangível	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Softwares	343.993	(121.131)	222.862	318.920	(100.356)	218.564
Softwares em Desenvolvimento	136.634	-	136.634	108.914	-	108.914
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	264	(81)	183	247	(81)	166
TOTAL	480.891	(121.212)	359.679	428.081	(100.437)	327.644
Redução a Valor Recuperável do Intangível	-	-	-	-	-	-
TOTAL	480.891	(121.212)	359.679	428.081	(100.437)	327.644

Os bens intangíveis do Poder Executivo compreendem especialmente, mas não exclusivamente, softwares adquiridos de empresas especializadas, visando atender necessidades específicas do Estado.

Um resumo da evolução do saldo das contas Softwares e Softwares em Desenvolvimento durante o exercício é apresentado a seguir.

Evolução do Saldo das Contas Softwares e Softwares em Desenvolvimento

R\$ milhares

	Softwares	Softwares em Desenvolvimento	Total
Saldo em 31/12/2019	318.920	108.914	427.834
Adições	51.328	27.881	79.209
Baixas	26.254	161	26.415
Saldo em 31/12/2020	343.993	136.634	480.627

Em 2020, o saldo da conta Softwares sofreu uma variação positiva de R\$ 25,07 milhões, sendo 55,04% desse aumento referente aos softwares registrados na Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, a qual apresentou um saldo final de R\$ 67,77 milhões.

6.61 4,22 Fundação Universidade Companhia Integrada de do Estado de SC 3,50 8,05 Desenvolvimento Secretaria da Empresa de Pesquisa Agrícola de SC Administração Agropecuária e Extensão Rural 15,01 Outros 17,31 Assembleia • Legislativa de SC 118,90 24,51 Tribunal de Ministério Justiça de SC Público de SC 37,16 Secretaria

da Fazenda

40,93 / Fundo de Materiais,

Publicações e Impressos

Oficiais

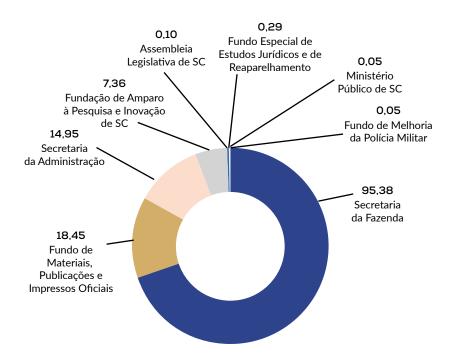
Saldos das Unidades Gestoras na Conta Softwares (R\$ milhões)

Já em relação à conta Softwares em Desenvolvimento, 83,86% da variação positiva ocorrida nesta conta (R\$ 23,25 milhões) foi registrada na Secretaria de Estado da Fazenda, a qual finalizou o ano com o saldo de R\$ 95,38 milhões com softwares em desenvolvimento.

67,77

Secretaria da

Infraestrutura e Mobilidade Saldos das Unidades Gestoras na conta Softwares em Desenvolvimento (R\$ milhões):



Impacto da Reavaliação/Redução a Valor Recuperável de Intangíveis no Resultado Patrimonial

Contas de Registro	31/12/2020	31/12/2019
3.6.1.6.1.01 - Redução a Valor Recuperável de Bens Intangíveis	(3.356)	-
4.6.1.2.1.01 - Reavaliação de Ativos Intangíveis	13.658	21
TOTAL	10.302	21

PASSIVOS

24. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

Obrigações Trabalhistas,		31/12/2020			31/12/2019	
Previdenciárias e Assistenciais a Pagar	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pessoal a Pagar	442.803	253.908	696.711	367.109	157.202	524.311
Salários	240	-	240	2	-	2
Férias	294.478	-	294.478	309.456	-	309.456
Décimo Terceiro Salário	25	-	25	295	-	295
Pessoal a Pagar de Exercícios Anteriores	33.365	-	33.365	30.679	-	30.679
Precatórios de Pessoal - Antes de 5/5/2000	-	-	-	-	-	-
Precatórios de Pessoal - A partir de 5/5/2000	105.526	253.908	359.433	25.538	157.202	182.740
Precatórios de Pessoal do Exercício	9.000	-	9.000	-	-	-
Outras Obrigações de Pessoal a Pagar	171	-	171	1.139	-	1.139
Benefícios Previdenciários a Pagar	162.540	13.663	176.203	44.340	254.063	298.403
Benefícios Previdenciários	2.351	-	2.351	2.351	-	2.351
Décimo Terceiro Salário	24	-	24	15	-	15
Precatórios de Benefícios Previdenciários - Antes de 5/5/2000	-	-	-	-	-	-
Precatórios de Benefícios Previdenciários - A partir de 5/5/2000	142.164	13.663	155.828	41.973	254.063	296.036
Precatórios de Benefícios Previdenciários do Exercício	18.000	-	18.000	-	-	-
Benefícios Assistenciais a Pagar	45	-	45	185	-	185
Benefícios Assistenciais a Pagar	45	-	45	185	-	185
Encargos Sociais a Pagar	72.281	273.163	345.444	62.805	303.343	366.148
FGTS sobre a Folha de Pagamento	-	-	-	557	-	557
Entidades de Previdência Privada e Complementar	3.248	-	3.248	3.395	-	3.395
Contribuição ao Plano de Saúde do Exercício	656	-	656	614	-	614
INSS a Pagar	68.274	273.163	341.437	58.240	303.343	361.583
PIS/PASEP sobre a Folha de Pagamento	103	-	103	-	-	-
TOTAL	677.670	540.734	1.218.403	474.439	714.608	1.189.046

No exercício de 2020, o Estado de Santa Catarina adotou medidas de contenção de despesas com pessoal no âmbito do Poder Executivo para o enfrentamento dos impactos negativos nas finanças públicas decorrentes da pandemia de Covid-19. Desse modo, o Grupo Gestor de Governo publicou, em abril de 2020, a Resolução GGG nº 010/2020, que entre outras rubricas, suspendeu o pagamento de valores retroativos referentes à remuneração dos servidores estaduais.

A suspensão do pagamento desta rubrica foi revogada em setembro de 2020 pela Resolução GGG nº 024/2020, sendo que, segundo a Informação SEA nº 235/2021, ao final do exercício de 2020 restava o total de R\$ 9.342.282,94 sob o título de pagamentos retroativos a serem pagos e que serão executados durante o exercício de 2021.

Férias

O saldo de férias corresponde ao reconhecimento por competência das obrigações decorrentes do período aquisitivo e que será pago durante o exercício de 2021.

Precatórios de Pessoal

R\$ milhares

		31/12/2020			31/12/2019	
Precatórios de Pessoal	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Tribunal de Justiça do Estado	55	6.505	6.560	921	10.975	11.896
Assembleia Legislativa do Estado	1.066	3.755	4.820	1.066	3.998	5.064
Tribunal de Contas do Estado	299	548	847	328	1.706	2.033
Ministério Público	23	98	122	23	91	114
Executivo	113.083	243.001	356.084	23.201	140.432	163.633
TOTAL	114.526	253.908	368.433	25.538	157.202	182.740

Em 2020, foi alterada a forma de repasse de recursos do Tesouro Estadual ao Tribunal de Justiça do Estado (TJSC) para o pagamento dos precatórios, passando a ser realizada por meio da execução orçamentária da despesa (empenho/liquidação/pagamento) no próprio Poder Executivo, UG 520002 (Encargos Gerais), em favor do TJSC, conforme Informação Técnica Contábil nº 013/2020. Segue quadro comparativo sobre a mudança de metodologia adotada.

	2020	
Forma de Repasse	Repasse extraorçamentário ao TJSC, gerando um ativo no Tesouro Estadual. Esse ativo é baixado na regularização do pagamento pela execução orçamentária	Execução orçamentária da despesa em favor do TJSC pela UG 520002
Baixa do Passivo "P"	Pelo módulo de precatórios com base na informação do TJSC (arquivos) referente aos pagamentos de precatórios	Na execução orçamentária da despesa, ou seja, no repasse efetuado pelo Tesouro Estadual ao TJSC

O saldo de precatórios de pessoal referente ao Poder Executivo está concentrado na unidade gestora Encargos Gerais do Estado.

Já o saldo de precatórios de benefícios previdenciários do Estado está concentrado na unidade gestora Encargos Gerais do Estado e no Fundo Financeiro, e totalizou o montante de R\$ 173,83 milhões a pagar em 2020.

25. Empréstimos e Financiamentos

R\$ milhares

Empréstimos e		31/12/2020		31/12/2019		
Financiamentos	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Internos	1.407.057	16.037.837	17.444.894	957.425	15.740.981	16.698.406
Externos	623.511	2.659.363	3.282.873	1.005.805	2.157.432	3.163.237
Financiamentos	1.648	1.596	3.245	5.521	3.345	8.866
Juros e Encargos de Empréstimos	-	98.891	98.891	-	-	-
TOTAL	2.032.216	18.797.687	20.829.904	1.968.751	17.901.758	19.870.509

Em 2020, o saldo total de empréstimos e financiamentos foi de R\$ 20,83 bilhões, o que representa um aumento de 4,83% em relação a 2019. Destaque para o grupo Financiamentos, que apresentou um saldo de R\$ 3,24 milhões, uma diminuição de 63,40% quando comparado com 2019.

Outros detalhes sobre empréstimos e financiamentos são encontrados no Relatório da Dívida Pública da Secretaria de Estado da Fazenda de 2020, incluído no Volume 2 deste Balanço Geral.

26. Fornecedores e Contas a Pagar

Compreendem as obrigações dos órgãos públicos, com vencimento no curto e no longo prazo, com os seus respectivos credores nacionais e internacionais tanto no que se refere ao fornecimento de mercadorias e de outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade quanto às obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, como energia elétrica, água, entre outros, aos entes públicos, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Farmanadaman Cantan		31/12/2020		31/12/2019		
Fornecedores e Contas a Pagar	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício	98.369	598	98.967	163.536	11.715	175.251
Fornecedores e Contas a Pagar de Exercícios Anteriores	2.177	-	2.177	30.084	-	30.084
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar Antes de 5/5/2000	-	-	-	-	-	-
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar a Partir de 5/5/2000	176.544	1.592.978	1.769.522	251.357	1.521.716	1.773.073
Precatórios de Fornecedores Repassados ao TJSC	38.722	-	38.722	-	-	-
Contas Parceladas a Pagar	37.690	11.701	49.391	37.098	46.531	83.628
TOTAL	353.503	1.605.277	1.958.779	482.074	1.579.962	2.062.036

Fornecedores e Contas a Pagar do Exercício e de Exercícios Anteriores por Órgão

R\$ milhares

Fornecedores e Contas a Pagar		31/12/2020		31/12/2019			
do Exercício e de Exercícios Anteriores	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Assembleia Legislativa do Estado	1.683	-	1.683	19	-	19	
Tribunal de Contas do Estado	-	220	220	3	220	223	
Tribunal de Justiça do Estado	-	-	-	3	-	3	
Ministério Público	-	-	-	-	-	-	
Executivo	136.553	12.079	148.632	230.693	58.026	288.719	
Fundo Estadual de Saúde	80.317	11.629	91.946	145.525	57.495	203.020	
Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais	32.947	-	32.947	-	-	-	
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - FUPESC	7.643	-	7.643	59.033	-	59.033	
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	3.070	-	3.070	1.933	-	1.933	
Fundo de Melhoria da Polícia Civil	2.559	11	2.570	-	11	11	
Secretaria de Estado da Educação	2.195	86	2.282	1.137	86	1.223	
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.	1.881	24	1.905	2.525	46	2.571	
Demais Órgãos	5.942	328	6.270	20.540	387	20.927	
TOTAL	138.236	12.299	150.535	230.717	58.246	288.963	

Em relação a fornecedores e contas a pagar de 2020, o Fundo Estadual de Saúde (FES) apresenta o maior saldo devedor, somando os valores de R\$ 80,32 milhões no curto prazo (58,10% do valor de fornecedores e contas a pagar a curto prazo) e de R\$ 11,63 milhões no longo prazo (94,56% do valor de fornecedores e contas a pagar a longo prazo).

Destaque para a Ação Civil Pública nº 0900182-19.2018.8.24.0023, promovida pelo Ministério Público de Santa Catarina contra o Estado, que apresenta como objeto o pagamento de dívida decorrente do atraso nos repasses financeiros à Fundação de Apoio ao HEMOSC e ao CEPON (FAHECE), notas de empenho 2018NE030129 e 2018NE030130, totalizando R\$ 47,80 milhões. Desse total, restou o saldo de R\$ 47,71 milhões a pagar.

O Estado propôs o pagamento dos valores atrasados em parcelas de R\$ 2,00 milhões, começando no mês de setembro de 2020 até finalizar a dívida, conforme a Informação Técnica Contábil (ITC) nº 33/2020. Com isso, o FES efetuou o pagamento de R\$ 8,00 milhões (2020OB160997) em dezembro de 2020, referentes aos meses de setembro a dezembro de 2020, conforme o processo SEF nº 7.994/2020, e em 2020 finalizou com o saldo de R\$ 39,71 milhões a pagar.

Já no que tange aos valores que permaneceram inscritos como Restos a Pagar Processados de exercícios anteriores, o FES efetuou o pagamento de quase todo o valor devido, permanecendo pendente o montante de R\$ 2,16 milhões (R\$ 2.057.729,32 de 2017 e R\$ 100.000,00 de 2019). Como informado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), destaca-se que a Nota de Empenho 2017NE006542, no valor de R\$ 2,02 milhões, está relacionada com o processo de apuração de tomada de contas especial, conforme disposto no Ofício TCE nº 004/2019. Assim, foi orientado à Secretaria de Estado da Saúde (SES) que adote os registros contábeis dispostos na NTPC nº 008/2016, que trata da inscrição em responsabilidade, e que o monitoramento permaneça até a finalização do processo de tomada de contas especial.

Precatórios de Fornecedores

Os precatórios são requisições de pagamento emitidas pelo Poder Judiciário que determinam a importância que a Fazenda Pública (nas esferas federal, estadual e municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, é a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu à pessoa física ou jurídica o direito constitucional de receber uma dívida que o poder público tem para com ela. O pagamento será determinado e executado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvados aqueles pagamentos oriundos de verbas de natureza alimentícia.

A segregação dos precatórios por período (anterior e posterior a 5/5/2000) decorre da Resolução do Senado Federal nº 40, de 21 de dezembro de 2001, que, em seu art. 1º, § 1º, inciso III, determinou que os precatórios judiciais emitidos a partir daquela data e não pagos durante a execução do orçamento no qual foram incluídos fazem parte da dívida pública consolidada para fins de cumprimento dos limites de endividamento.

Com a vigência da Emenda Constitucional nº 99/2017, o Estado de Santa Catarina tem até 31/12/2024 para liquidar os precatórios em mora.

Precatórios de		31/12/2020		31/12/2019		
Fornecedores e Contas a Pagar	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Executivo	214.767	1.589.938	1.804.705	250.828	1.518.246	1.769.074
Ministério Público do Estado de Santa Catarina	416	2.366	2.782	416	2.197	2.613
Tribunal de Justiça do Estado	43	621	664	66	943	1.009
Assembleia Legislativa do Estado	41	10	50	41	296	336
Tribunal de Contas do Estado	-	43	43	6	34	40
TOTAL	215.266	1.592.978	1.808.245	251.357	1.521.716	1.773.073

Até o exercício de 2019, algumas UGs realizaram a execução orçamentária da despesa para fins de regularização do pagamento de precatórios com base nas informações do TJSC. Já em 2020, as execuções orçamentárias das despesas referentes aos precatórios do Poder Executivo foram concentradas na UG 520002 (Encargos Gerais), tendo em vista a alteração na metodologia do repasse de recursos do Tesouro Estadual para o TJSC (vide nota explicativa nº 24).

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 8ª edição, parte III, Procedimentos Contábeis Específicos – dispõe sobre a execução orçamentária da despesa quando o ente devedor (Estado) e o Tribunal de Justiça pertencem à mesma esfera de governo:

"Se a entidade devedora pertencer à mesma esfera do Tribunal de Justiça, poderá optar por:

a. descentralização orçamentária para que o próprio Tribunal de Justiça realize a execução orçamentária do precatório; ou

b. execução orçamentária na própria entidade devedora do precatório."

No caso do Estado, a primeira alternativa não seria possível, tendo em vista que em 2018 foi decidido que a execução orçamentária referente a precatórios não ocorreria mais no TJSC. Assim, a alternativa adotada pelo Estado foi a execução orçamentária no próprio Poder Executivo, como a entidade devedora dos precatórios.

27. Obrigações Fiscais

R\$ milhares

31/12/2020				31/12/2019			
Obrigações Fiscais	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Tributos Renegociados	17.503	221.785	239.288	31.826	226.131	257.957	
Demais Obrigações Fiscais	17	-	17	1	-	1	
TOTAL	17.520	221.785	239.306	31.827	226.131	257.958	

Tributos Renegociados

Esse saldo refere-se, basicamente, ao parcelamento de débitos com a União no que tange ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), por meio da Lei Federal nº 12.810, de 15 de maio de 2013, e da Medida Provisória nº 574/2012.

Em 2020, houve amortização no valor de R\$ 13,50 milhões do parcelamento tributário do PASEP, apresentando saldo final de curto prazo de R\$ 17,50 milhões, e uma redução de 45% em comparação ao exercício anterior.

Esse contrato é corrigido pela Selic, acumulada do início do contrato até a data de contabilização. O índice acumulado é aplicado ao saldo devedor da dívida. Assim, junto com a amortização efetuada, em 2020 houve o pagamento de juros no montante de R\$ 8,83 milhões, totalizando a parcela paga de R\$ 22,33 milhões, conforme o Relatório Anual da Dívida Pública apresentado no Volume 2 deste Balanço Geral.

28. Provisões

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados e cujas prováveis saídas de recursos incorporem benefícios econômicos ou potencial de serviços para extinção da obrigação e que seja possível realizar estimativa confiável do valor da obrigação.

R\$ milhares

		31/12/2020			31/12/2019		
Provisões	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	
Provisão para Riscos Trabalhistas	15.407	14.119	29.526	15.635	9.559	25.195	
Provisão para Riscos Cíveis	1.909	8.560	10.469	1.909	6.460	8.370	
Provisão para Riscos Fiscais	1.318	-	1.318	1.318	-	1.318	
Provisão para Repartição de Créditos	1.155.109	-	1.155.109	905.285	-	905.285	
Provisões Matemáticas Previdenciárias	-	217.828.735	217.828.735	-	588.003	588.003	
Outras Provisões	215.717	-	215.717	181.598	-	181.598	
TOTAL	1.389.460	217.851.415	219.240.875	1.105.747	604.023	1.709.769	

O saldo da provisão para riscos trabalhistas é composto por quatro unidades gestoras (UGs): Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina; Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.; Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina S.A.; e Encargos Gerais do Estado. Em 2020, os saldos dessas UGs totalizaram os valores de R\$ 14,21 milhões, R\$ 7,63 milhões, R\$ 6,65 milhões e R\$ 1,03 milhão, respectivamente.

Já o saldo da provisão para riscos cíveis é composto por três UGs: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.; Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina S.A.; e Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina. No ano de 2020, os

saldos dessas UGs totalizaram os valores de R\$ 1,91 milhão, R\$ 5,86 milhões e R\$ 2,70 milhões, respectivamente.

Em relação ao valor da conta Outras Provisões, o destaque vai para o saldo na UG Secretaria de Estado da Fazenda, que totalizou R\$ 187,65 milhões, montante que se refere a valores inscritos na Procuradoria da Fazenda Nacional, em Dívida Ativa da União contra a Secretaria de Estado da Fazenda, sendo a maior parte do saldo resultante dos processos PGFN nº 11516723520/2013-23 e PGFN nº 11516723720/2018-91.

Provisão para Repartição de Créditos

Refere-se ao montante estimado de distribuição constitucional e legal das receitas reconhecidas pelo regime de competência no ativo para o exercício de 2020, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

31/12/2020			31/12/2019		
Impostos	Transferências ao Transferências aos Fundeb Municípios		Transferências ao Fundeb	Transferências aos Municípios	
ICMS	357.013	595.021	298.996	498.326	
IPVA	28.003	140.016	14.798	73.990	
ITCMD	35.056	-	19.176	-	
TOTAL	420.072	735.037	332.969	572.316	

Provisões Matemáticas Previdenciárias

R\$ milhares

Provisões Matemáticas Previdenciárias	Plano Previdenciário	Plano Financeiro
Provisões Matematicas Previdenciarias	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Benefícios Concedidos	115.508.501	588.003
Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios	132.620.467	111.981.201
Contribuições dos Inativos	(6.391.455)	(4.085.170)
Contribuições dos Pensionistas	(1.002.212)	(727.557)
Cobertura de Insuficiência Financeira	-	(101.089.238)
Compensação Previdenciária do Plano do RPPS	(9.718.299)	(5.491.233)
Provisão para Benefícios a conceder	102.320.234	-
Aposentadoria/Pensões/Outros Benefícios	145.997.333	103.217.530
Contribuições do Ente	(14.935.478)	(28.181.592)
Contribuições dos Ativos	(18.495.589)	(14.536.552)
Compensação Previdenciária	(10.246.032)	(3.295.943)
Cobertura de Insuficiência Financeira	-	(57.203.442)
TOTAL	217.828.735	588.003

As Provisões Matemáticas Previdenciárias (PMPs) representam o total dos recursos necessários ao pagamento das obrigações futuras relativas aos benefícios previdenciários, que serão pagos pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) aos segurados. Os valores são calculados atuarialmente, em geral uma vez ao ano, em valor presente.

Até 2019, segundo os cálculos atuariais, a contabilização das PMPs seguia o regramento e as contas contábeis aplicáveis ao Plano Financeiro, ou seja, o resultado atuarial não causava impacto no patrimônio do Estado de Santa Catarina, tendo em vista a existência da conta redutora dos valores decorrentes da provisão de cobertura da insuficiência financeira.

Em 2020, concomitantemente à edição da Nota Técnica de Procedimentos Contábeis nº 001/2020¹⁴, o cálculo atuarial¹⁵ apresentou as PMPs de acordo com o regramento e com as contas contábeis aplicados ao Plano Previdenciário, ou seja, o resultado atuarial passou a impactar o patrimônio estadual.

Dessa forma, a evidenciação do Passivo Atuarial ficou mais clara. Em 2020, representa o saldo da conta contábil nº 2.2.7.2.0.00.00.00 (Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo)

¹⁴ Disponível em: http://www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/orientacoes/275/NTPC_001_2020___Contabilizacao_Provisao_Matematica_RPPS.pdf.

¹⁵ As PMPs de 2020 basearam-se na avaliação atuarial realizada pela empresa Actuarial, inscrita no CNPJ 00.767.919/0001-05.

no valor de R\$ 217,83 bilhões. Já em 2019, o Passivo Atuarial era de R\$ 158,88 bilhões, obtido pelo deficit atuarial registrado nas contas contábeis 2.2.7.2.1.01.07 (Cobertura de Insuficiência Financeira) e 2.2.7.2.1.02.06 (Cobertura de Insuficiência Financeira do Plano Financeiro do RPPS) mais o total do ativo registrado no Fundo Financeiro apurado no exercício anterior.

29. Demais Obrigações

R\$ milhares

	31/12/2020			31/12/2019		
Demais Obrigações	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos de Clientes	71.414	49.031	120.445	72.382	123.581	195.963
Consignações	178.524	-	178.524	139.515	-	139.515
Garantias	7.677	-	7.677	7.758	-	7.758
Depósitos Judiciais	5.910.795	-	5.910.795	5.929.793	-	5.929.793
Depósitos	366.446	-	366.446	394.415	-	394.415
Outras Obrigações	192.693	1.118.523	1.311.216	375.958	1.037.801	1.413.759
TOTAL	6.727.549	1.167.553	7.895.103	6.919.820	1.161.381	8.081.201

Adiantamento de Clientes

Registra, sobretudo, os valores pagos antecipadamente pelo Banco do Brasil ao Governo do Estado de Santa Catarina pela cessão do direito de operacionalização dos serviços bancários pelo prazo de 60 meses, contabilizados na unidade gestora da Diretoria do Tesouro Estadual, sendo apropriadas as receitas (variações patrimoniais aumentativas) mensalmente para o resultado do período em obediência ao princípio da competência.

Depósitos Judiciais a Curto Prazo

R\$ milhares

Domásitos Iudisiais o Cueto Desco	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos Judiciais a Curto Prazo	Circulante	Circulante
Tribunal de Justiça do Estado	5.766.937	5.787.887
Diretoria do Tesouro Estadual (Setorial Financeira)	143.855	141.903
Fundo de Melhoria da Polícia Militar	3	3
TOTAL	5.910.795	5.929.793

Do total contabilizado na conta Depósitos Judiciais, o valor de R\$ 5,77 bilhões, que equivale a 97,57%, refere-se aos depósitos judiciais sob a guarda do Tribunal de Justiça. Esse valor não constitui obrigação financeira efetiva, tendo em vista que, por força da Lei Estadual nº 15.327/2010, os recursos provenientes de depósitos sob aviso à disposição da justiça em geral – depósitos judiciais – são apenas entradas compensatórias de caixa (ingressos extraorçamentários) e possuem disponibilidade correspondente bloqueada para tal fim (vide nota explicativa nº 10).

As regras atualmente em vigor permitem que os estados, o Distrito Federal e os municípios quitem os precatórios que se encontravam pendentes em 25 de março de 2015 até 31 de dezembro de 2024. Para tal, podem utilizar até 75% dos depósitos judiciais e dos depósitos administrativos nos quais o ente é parte, e 30% dos demais depósitos judiciais da localidade, sob jurisdição do Tribunal de Justiça (depósitos de terceiros).

EMBASAMENTO LEGAL:

Tipo de Depósito	Legislação e Alcance		
	LC n° 151/2015 (até 70%)		
Depósitos em que o ente é parte	EC n° 94/2016 (até 75%)		
	EC n° 99/2017 (até 75%)		
	EC nº 94/2016 (até 20%)		
Depósitos de terceiros	EC nº 99/2017 (até 30%)		

Com isso, o tratamento contábil será segregado entre os depósitos de lides nas quais o ente é parte e os depósitos de terceiros, conforme a Nota Técnica de Procedimento Contábil (NTPC) nº 003/2020.

Depósitos

A Medida Provisória nº 222¹6, de agosto de 2018, alterou a Lei Estadual nº 13.342, de 2005, e a partir de agosto de 2018 o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Catarinense (FADESC) ficou responsável pelo recolhimento mensal ao Tesouro do Estado do valor nominal correspondente ao somatório das parcelas pagas pelas empresas beneficiárias do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC). Esse recolhimento deve observar as vinculações constitucionais e legais, bem como os repasses efetuados aos municípios.

Com a mudança, os valores referentes ao PRODEC¹⁷ recebidos do FADESC¹⁸ estão sendo recolhidos ao Tesouro mensalmente e reconhecidos como receitas orçamentárias, não compondo mais a conta de depósitos. Dessa forma, registram-se esses recursos no Tesouro do Estado sob a rubrica de Receitas Correntes Tributárias – ICMS. A contabilização dos valores referentes ao PRODEC é feita na conta 2.1.8.8.1.04.20.00 - Depósitos do PRODEC e seu registro está previsto na NTPC nº 006/2018.

Da mesma forma, com a publicação do Decreto nº 1.715, de 30 de agosto de 2018, foi alterado o art. 14 do Decreto nº 704, de 17 de outubro de 2007, e o próprio Tesouro do Estado está repassando aos municípios o equivalente a 25% do benefício mensal de postergação do ICMS concedido pelo PRODEC.

Outras Obrigações

Nesta conta, no grupo não circulante, destacam-se os valores reclassificados da conta Depósitos Judiciais referentes à Emenda Constitucional nº 94/2016, os quais totalizam R\$ 720,54 milhões.

Neste grupo, ainda estão contabilizados os valores devidos aos municípios e ao Fundeb referentes às doações da Celesc para o Fundo Social e que foram caracterizadas pelo Tribunal de Contas do Estado como sendo de natureza tributária. Também estão contabilizados nesta conta valores devidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) decorrentes de divergência de valores apurados pelo Fundo.

¹⁶ A Medida Provisória nº 222/2018 alterou o art. 9º da Lei nº 13.342/2005.

¹⁷ Lei Estadual nº 13.342/2005 e alterações.

¹⁸ Decreto Estadual nº 704/2007, art. 14.

Passivo Decorrente das Doações da Celesc e do FNDE

R\$ milhares

	31/12/2020			31/12/2019		
Outras Obrigações	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Repasse aos Municípios	-	-	-	10.425	2.665	13.091
Fundeb - Doações	15.913	38.774	54.687	1.541	61.559	63.100
FNDE	19.916	48.144	68.060	1.846	76.685	78.531
TOTAL	35.829	86.918	122.747	13.813	140.909	154.722

Destaque para os repasses de 25% aos municípios, que têm como base legal a Lei Estadual nº 17.053/2016. Os contratos de dívida pública referentes a esses repasses foram concluídos em 2020 e apresentaram saldo zerado nas contas contábeis de curto e de longo prazos, 2.1.8.9.5.18.04.01 - =Repasse Municípios - 25% e 2.2.8.9.5.18.04.00 - =Repasse Municípios - 25%, respectivamente.

Credores a Pagar sem Execução Orçamentária

O valor registrado na conta Credores a Pagar sem Execução Orçamentária evidencia as despesas contratadas pelo Estado sem o devido suporte orçamentário. Em 2020, esse valor alcançou o montante de R\$ 63,91 milhões, uma redução de 26,95% quando comparado a 2019.

O quadro a seguir detalha o saldo desta conta por unidade gestora.

R\$ milhares

Unidades Gestoras	31/12/2020	31/12/2019
Fundo Estadual de Saúde	63.768	57.102
Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - FUPESC	141	30.254
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social	-	129
TOTAL DE CREDORES SEM EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	63.908	87.485

Destaque para o FES, que representa 99,78% do saldo dos credores sem execução orçamentária, no valor de R\$ 63,77 milhões. Cabe informar que os respectivos Ordenadores de Despesas estão inscritos em responsabilidade, e também há o reconhecimento do valor a pagar a cada credor, conforme as contas contábeis 8.9.7.3.1.11 - Responsáveis Apuração por Despesas Realizadas Excedentes a Programação Financeira, 2.1.8.9.1.28.01 - Credores a Pagar sem Execução Orçamentária e 8.9.8.3.1 - Passivo sem Execução Orçamentária (por FR).

Ressalta-se que, após o fechamento contábil do exercício de 2020 e sem que houvesse tempo hábil para o devido registro contábil, foi informada à contabilidade a ocorrência de inscrições e de baixas de despesas na conta Credores a Pagar sem Execução Orçamentária que, se informadas e registradas em época própria, resultariam num incremento ao passivo de R\$ 7,47 milhões.

30. Resultado Diferido

Os resultados diferidos são compostos por variações patrimoniais aumentativas que, por força da legislação, serão reconhecidas no resultado de exercícios futuros.

R\$ milhares

Resultado Diferido	Valor
2.2.9.1.1.01 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida	478.894
2.2.9.1.1.02 - Variação Patrimonial Aumentativa Diferida Fruição PRODEC	1.387.764
TOTAL	1.866.659

O saldo de 2020 é de R\$ 1,87 bilhão e está registrado na unidade gestora Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial de Santa Catarina (FADESC), que é a estrutura financeira do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC, previsto na Lei Estadual nº 13.342/2005.

Desse valor, R\$ 478,89 milhões referem-se ao saldo da conta contábil Variação Patrimonial Aumentativa Diferida, registrada em decorrência das previsões da Lei nº 15.335/2005, acumulada com o Decreto nº 3.748/2005 (R\$ 210,62 milhões) e da Lei nº 13.992/2007, combinada com o Decreto nº 1.534/2013 (R\$ 268,28 milhões).

O outro montante, no valor de R\$ 1,39 bilhão, é oriundo da conta Variação Patrimonial Aumentativa Diferida Fruição PRODEC. Essa fruição consiste na utilização do incentivo fiscal pelas empresas beneficiárias pelo PRODEC, registrado conforme previsão da Lei nº 13.342/2005 e de suas alterações.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO/SALDO PATRIMONIAL

31. Ajustes de Exercícios Anteriores

	R\$ milhares	
Ajustes de Exercícios Anteriores por Unidade Gestora Superavits ou Deficits Acumulados		
Fundo de Reaparelhamento da Justiça	10.872	
Secretaria de Estado da Saúde	2.915	
Tribunal de Justiça do Estado	(368)	
Fundo Estadual de Defesa Civil	(749)	
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais	(1.076)	
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Grande Florianópolis	(139.619)	
Fundo Patrimonial	(149.876)	
Demais Unidades Gestoras	(545)	
Deficit Acumulado	(99.395)	
Lucros e Prejuízos Acumulados		
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.	313	
Santa Catarina Turismo S.A.	(451)	
Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina	(0,1)	
Prejuízo Acumulado	(138)	
TOTAL	(99.533)	

A conta de Ajustes de Exercícios Anteriores é movimentada pelo reconhecimento decorrente de efeitos da mudança de práticas contábeis ou da retificação de erro imputável a exercícios anteriores e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Quadro-resumo do saldo dos valores registrados na conta Ajustes de Exercícios Anteriores

R\$ milhares

Ajuste de Exercícios Anteriores decorrentes de:	Valores
a) Mudança de Práticas Contábeis	-
b) Retificação de Exercícios Anteriores	(99.533)
SALDO	(99.533)

Fonte: Unidades Gestoras

Em 2020, o saldo total de ajuste decorrente de retificação de exercícios anteriores é composto, principalmente, pelos seguintes ajustes:

- » ajustes do saldo da contabilidade pública à contabilidade comercial realizados pelas empresas estatais dependentes devido à defasagem entre o fechamento contábil da área comercial e da pública;
- » ajustes decorrentes de extinção de unidades gestoras. Em 2020, tendo em vista o encerramento contábil das unidades gestoras 230001 Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte (SOL) e 870001 SDR da Grande Florianópolis em virtude das extinções estabelecidas pela Lei Complementar nº 741/2019 e pela Lei nº 16.795/2015, respectivamente, os valores apresentados na coluna Resultados Acumulados, da Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido de 2020, diferem dos valores do Balanço Patrimonial de 2020. Tal variação ocorreu porque, no encerramento do exercício de 2020, os saldos das contas contábeis 2.3.7.1.X.01 Superavits ou Deficits do Exercício, 2.3.7.1.X.02 Superavits ou Deficits de Exercícios Anteriores e 2.3.7.1.1.03 Ajustes de Exercícios Anteriores, das unidades gestoras extintas e que tiveram o encerramento contábil realizado em 2020, foram transferidos para a conta contábil nº 2.3.7.1.X.04 Superavits ou Deficits Resultantes de Extinção, Fusão e Cisão;
- » baixas de patrimônio (bens imóveis e obras em andamento) de uma determinada unidade gestora por estarem registradas em outra(s), como ocorreu na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional Grande Florianópolis, por exemplo;
- » ajustes de valores relacionados a depreciação, reavaliação e reclassificação de bens nos casos em que houve reconhecimento a maior ou a menor em exercícios anteriores pelas unidades gestoras.

PASSIVOS CONTINGENTES

32. Riscos Fiscais e Passivos Contingentes

R\$ milhares

Riscos Fiscais e Passivos Contingentes	31/12/2020	31/12/2019
INVESC	7.979.303	7.189.287
Caixa Títulos Emitidos - Letras do Tesouro - Lei nº 10.168/1997	3.102.445	3.029.718
Udesc	8.568	8.665
Epagri	4.948	4.620
Santur	143	143
Dívida com a Celesc	20.016	20.016
Débitos Diversos	945.274	945.285
TOTAL	12.060.697	11.197.734

Fonte: Gerência da Dívida Pública/SEF

INVESC

No ano de 1995, a empresa Santa Catarina Participação e Investimentos S.A. (INVESC) captou R\$ 104,22 milhões por meio da emissão de 10 mil debêntures. Os recursos foram transferidos para o Tesouro do Estado e aplicados em investimentos públicos. As referidas debêntures, vencidas em 31 de outubro de 2000 e não resgatadas pela INVESC, estão sendo cobradas judicialmente (Processo Judicial nº 023.00.005707-2 – Planner Corretora de Valores S.A. x INVESC).

Letras do Tesouro - Lei nº 10.168/1996 (LFTSC)

As Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC) foram emitidas em 1996 com amparo na Lei nº 10.168, de 11 de julho de 1996, e custodiadas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos Privados (CETIP). Movimentadas pelo Fundo de Liquidez da Dívida Pública do BESC, as LFTSCs foram retiradas de custódia pela CETIP em junho de 2000. Não foram pagas nos vencimentos, razão pela qual grande parte dos credores ingressou com ações judiciais. O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCESC) e o TJSC cancelaram os títulos, todavia os credores mantiveram os litígios judiciais em esferas superiores.

Em síntese, das 572.152 letras, 312.297 foram canceladas, 138.661 viraram precatórios, 110.655 estão com processos judiciais em andamento e para 10.539 não se localizou ação judicial. Ao final do exercício, estão contabilizadas como Risco Fiscal 121.194 letras no valor de R\$ 3.102.445.446,07, ou seja, desconsiderando-se apenas as que foram canceladas e as que estão devidamente contabilizadas como precatórios.

Udesc

Trata-se de ações que tramitam na Vara da Fazenda Pública. Em geral, são ações de repetição de indébito do ensino a distância, sendo, na sua maioria, pagas por meio de RPV.

Epagri

Os riscos fiscais da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) referem-se a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, registradas pela contabilidade.

Celesc

Trata-se de dívida que a Celesc cobra do Estado referente ao período de novembro de 1985 a dezembro de 2007, conforme o processo PSEF nº 97.521/043. Em dezembro de 2010, foi reclassificada parte do valor registrado para o passivo pelo reconhecimento de dívida, de acordo com o protocolo de intenções ECP nº 03/88 (PSEF nº 97.521/043, PSEF nº 93.345/097, SEF nº 198.457/098, SEF nº 64.127/958, SEPF nº 64.696/952, SEF nº 40.207/2010 e PSEF nº 88.046/095).

SANTUR

Esses riscos fiscais referem-se a ações trabalhistas, cíveis e tributárias, registradas pela empresa Santa Catarina Turismo S.A. (SANTUR) e lançadas até dezembro de 2019. A LC nº 741/2019 autorizou a dissolução, a liquidação e a extinção dessa empresa e a criação da autarquia Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina com o mesmo acrônimo (SANTUR).

Riscos Diversos

Destaca-se o item Débitos Diversos, cujos valores não eram considerados como riscos fiscais até 2015 e estavam contabilizados em outras contas do passivo. Com a implantação das funcionalidades referentes aos riscos fiscais do Módulo de Precatórios e riscos fiscais no SIGEF, esses valores passaram a ser classificados adequadamente a partir de 2016.

No Volume 2 deste Balanço Geral, encontra-se o Relatório da Dívida Pública, o qual detalha os riscos fiscais e os passivos contingentes.

Os riscos fiscais e os passivos contingentes das autarquias extintas pela LC nº 741/19, que ficaram ativas até o final do exercício de 2019, estão em análise, e à medida que forem confirmados, serão devidamente contabilizados nas secretarias e nos órgãos da administração direta que as assumiram.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

33. Tributos

A seguir, apresentam-se os valores das principais classes de tributos que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), de acordo com a NBC TSP nº 01 – Receita de Transações sem Contraprestação. Os valores apresentados já consideram as deduções dessas receitas, sendo, portanto, líquidos.

R\$ milhares

Tributos	31/12/2020	31/12/2019
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos	30.385.742	29.926.633
Taxas	1.391.723	1.332.710
TOTAL	31.777.465	31.259.343

Impostos	31/12/2020	31/12/2019
Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	1.751.761	1.667.189
Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	2.173.245	2.187.218
Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD e Transmissão de Bens Imóveis - ITBI	460.126	359.393
Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	26.000.610	25.712.833
TOTAL	30.385.742	29.926.633

R\$ milhares

Taxas	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	3.834	3.995
Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	22.420	22.550
Taxa de Regulação de Serviços de Gás Canalizado	4.064	3.168
Taxa de Prevenção de Sinistro	1.068	957
Taxa de Fiscalização dos Serviços Públicos de Saneamento	8.128	8.932
Taxa de Serviços Gerais	845.013	829.282
Taxa de Fiscalização do Transporte Coletivo Intermunicipal	10.799	15.750
Taxa de Selos de Fiscalização de Atos Registrais	51.803	46.924
Taxa de Fiscalização de Agrotóxicos	1.077	958
Taxa de Regularização e Controle do Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros	5.841	3.375
Taxa de Prestação de Serviços Ambientais	25.973	26.339
Emolumentos e Custas Judiciais	187.433	309.867
Taxa Judiciária	-	4.142
Taxa de Registro de Contrato de Veículo	52.421	54.693
Taxa de Segurança Preventiva	479	1.777
Taxa de Defesa Sanitária	569	-
Taxa Extrajudicial	170.800	-
TOTAL	1.391.723	1.332.710

34. Benefícios a Empregados

A seguir, apresentam-se os valores das principais classes de despesas com benefícios a empregados que compõem as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), de acordo com a NBC TSP $\rm n^{\circ}$ 15 – Benefícios a Empregados.

R\$ milhares

Remuneração a Pessoal	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal Civil - RPPS	5.432.889	5.457.490
Pessoal Civil - RGPS	1.685.004	1.477.441
Pessoal Militar - RPPS	1.159.118	1.115.370
TOTAL	8.277.011	8.050.301

R\$ milhares

Encargos Patronais	31/12/2020	31/12/2019
Encargos Patronais - RPPS	3.464	2.684
Encargos Patronais - RGPS	375.632	349.861
Encargos Patronais - FGTS	24.533	22.887
Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência	42.060	37.241
Outros Encargos Patronais	11.781	7.943
TOTAL	457.470	420.616

R\$ milhares

Benefícios a Pessoal	31/12/2020	31/12/2019
Benefícios a Pessoal – RPPS	281.580	280.860
Benefícios a Pessoal - RGPS	129.678	124.242
Benefícios a Pessoal - Militar	72.973	66.937
TOTAL	484.231	472.039

Outras VPDs - Pessoal e Encargos	31/12/2020	31/12/2019
Indenizações e Restituições Trabalhistas	193.162	219.401
Pessoal Requisitado de Outros Órgãos e Entes	8.876	10.661
TOTAL	202.038	230.062

R\$ milhares

Benefícios Previdenciários e Assistenciais	31/12/2020	31/12/2019
Aposentadoria e Reformas	5.937.845	5.722.026
Pensões	1.123.972	1.091.953
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	27.931	35.351
TOTAL	7.089.748	6.849.331

35. Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial consolidado do exercício foi negativo em R\$ 215,18 bilhões. O item de maior relevância e que impactou nesse resultado foram as Provisões Matemáticas Previdenciárias, no valor de R\$ 217,24 bilhões.

Até 2019, o registro do Passivo Atuarial incorporado no Balanço Patrimonial era anulado pelo lançamento da cobertura da insuficiência financeira projetada no cálculo atuarial. Em 2020, os lançamentos foram realizados com base na NTPC nº 001/2020, conforme detalhamento na nota explicativa nº 28 - Provisões Matemáticas Previdenciárias, não sendo anulada a provisão de 2020 pela cobertura da insuficiência financeira e, também, os valores de anos anteriores foram ajustados, fatos que resultaram no elevado deficit patrimonial.

Assim, tendo em vista o contexto de implantação de novos procedimentos, não é correto afirmar que esse aumento do deficit se deve a uma deterioração das contas públicas. Tal resultado foi decorrente da melhora da informação patrimonial. Cabe destacar que a existência de patrimônio líquido negativo não é, necessariamente, reflexo de má gestão ou indicativo de problemas fiscais. Ao contrário do setor privado, o setor público não tem como objetivo a obtenção de lucros, mas a prestação de serviços à sociedade, os quais, em sua maioria, não são remunerados ou mensurados patrimonialmente. Assim, a inversão do patrimônio líquido é comum no setor público.

As variações patrimoniais qualitativas representam as incorporações e as desincorporações de ativos e passivos resultantes da execução orçamentária das receitas e das despesas de capital, não afetando o resultado patrimonial do período.

Impacto no Resultado Patrimonial das Provisões Matemáticas Previdenciárias

Contas Contábeis	31/12/2020	31/12/2019
4.9.7.1.1.03.00.00 - Reversão de Provisões Matemáticas Previdenciárias	32.969.471	162.994.110
3.9.7.2.1.00.00.00 – Provisões Matemáticas Previdenciárias	250.210.203	163.077.705
DIFERENÇA	(217.240.732)	(83.596)

Impacto no Resultado Patrimonial das Variações Patrimoniais Financeiras

R\$ milhares

Contas Contábeis	31/12/2020	31/12/2019
4.4.0.0.0.00.00 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.596.662	1.911.902
3.4.0.0.00.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	3.838.832	2.887.418
DIFERENÇA	(2.242.170)	(975.516)

Impacto no Resultado Patrimonial das Transferências

R\$ milhares

Contas Contábeis	31/12/2020	31/12/2019
4.5.0.0.00.00.00 - Transferências e Delegações Recebidas	8.090.834	6.403.798
3.5.0.0.0.00.00.00 - Transferências e Delegações Concedidas	13.356.660	12.792.298
DIFERENÇA	(5.265.827)	(6.388.500)

Impacto no Resultado Patrimonial das Participações Societárias

Contas Contábeis	31/12/2020	31/12/2019
4.9.2.0.0.00.00 - Resultado Positivo de Participações ¹⁹	236.546	292.061
3.9.2.0.0.00.00 - Resultado Negativo de Participações	262.249	335.655
DIFERENÇA	(25.703)	(43.594)

¹⁹ Inclui a receita de dividendos.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

36. Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações

A disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa. O saldo de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias. Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez bem como os valores arrecadados e não recolhidos aos cofres do Tesouro, os quais são contabilizados como arrecadação indireta.

Para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), os valores da fonte de recursos extraorçamentários (9.9.99) não integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, pois são recursos não utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. São exemplos desses recursos os depósitos e cauções recebidos.

Com relação ao Balanço Financeiro (BF), os valores da fonte de recursos extraorçamentários (9.9.99) integram o saldo de caixa e os equivalentes de caixa, diferindo, portanto, do saldo de caixa e dos equivalentes de caixa apresentados na DFC.

Dos valores considerados como caixa e equivalentes de caixa na DFC, a quantia de R\$ 605,90 milhões está aplicada em fundos de investimentos temporários de renda fixa pelo Regime Próprio de Previdência dos Servidores estaduais, tendo restrições de uso imediato por parte daquele regime.

Tabela Demonstrațiva de Caixa e Equivalentes de Caixa das Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial/ Balanço Financeiro	VALOR	Demonstração dos Fluxos de Caixa	VALOR	
Caixa e Equivalentes de Caixa	11,226,180	Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto disponibilidade extraorçamentária)	5.014.764	
Caixa e equivalentes de Caixa	11.220.100	11.220.100	Aplicações em Segmento de Renda Fixa – RPPS	583.368
		Aplicações em Taxa de Administração do RPPS	22.527	
TOTAL	11.226.180	TOTAL	5.620.660	

37. Outros Ingressos Operacionais/Outros Desembolsos Operacionais

Nesta linha, estão sendo contemplados os valores a título de transferências resultantes da execução orçamentária entre órgãos e entidades do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, tais como as cotas, os repasses e os sub-repasses. Também são consideradas as movimentações financeiras que não decorrem da execução orçamentária como a antecipação do repasse constitucional do PRODEC, os valores apreendidos por decisão judicial e os pagamentos sem respaldo orçamentário.

38. Resultado Orçamentário e Geração Líquida de Caixa

Para se obter a geração líquida de caixa a partir do resultado orçamentário do exercício, determinadas informações devem ser consideradas para fins de exclusão ou inclusão, pois, embora algumas operações afetem o resultado orçamentário, isso não significa necessariamente que tenham influenciado na geração líquida de caixa. Um exemplo dessa situação são os restos a pagar inscritos no período, que, embora tenham sido despesas consideradas no ano para fins orçamentários, ainda não foram pagos e, portanto, não reduziram o caixa. Operação inversa ocorre com os restos a pagar pagos no exercício e que foram despesas orçamentárias de exercícios anteriores. Apresenta-se, a seguir, a conciliação do resultado orçamentário com a geração líquida de caixa.

Conciliação do Resultado Orçamentário com a Geração Líquida de Caixa

Item	2020
1. Resultado orçamentário (ver nota explicativa nº 42)	1.863.549
2. Restos a pagar inscritos no período, inclusive serviços da dívida a pagar (despesas empenhadas e não pagas)	920.209
3. Restos a pagar pagos no período (despesas empenhadas em anos anteriores)	(989.843)
4. Saldo de transações extraorçamentárias (impactadas na DFC)	46.977
5. Perdas na aplicação financeira do RPPS	(2.577)
6. Outros pagamentos e recebimentos extraorçamentários	1
7. Geração líquida de caixa (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6)	1.838.315

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)

39. Variação do Patrimônio Líquido no Período

O patrimônio líquido do Estado variou negativamente 1.177,35%, resultando no valor de -R\$ 197,00 bilhões ao final de 2020.

Essa variação significativa se deu em virtude da mudança na contabilização das Provisões Matemáticas Previdenciárias (PMPs) – conforme já mencionado na nota explicativa nº 35 –, cujo impacto foi de -R\$ 217,24 bilhões.

Os ajustes de exercícios anteriores, fruto de retificação de exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, reduziram o patrimônio líquido em R\$ 99,53 milhões, conforme disposto na nota explicativa nº 31.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

40. Detalhamento das Receitas e Despesas Intraorçamentárias

As receitas intraorçamentárias líquidas do período corresponderam a R\$ 1,66 bilhão e foram arrecadadas no Poder Executivo, sendo R\$ 1,65 bilhão de receitas correntes e R\$ 10,29 milhões de receitas de capital.

Do total das receitas intraorçamentárias arrecadadas, 76,64% referem-se às contribuições previdenciárias do RPPS arrecadadas pelo Fundo Financeiro. Destaque também para as contribuições ao Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais, que representaram 17,04% das receitas arrecadadas.

Já as despesas intraorçamentárias empenhadas do período corresponderam a R\$ 1,66 bilhão. Desse valor, R\$ 1,64 bilhão refere-se às despesas correntes, e R\$ 24,09 milhões foram despesas de capital.

Detalhamento da Despesa Intraorçamentária

R\$ milhares

	Despesa Intraorçamentária				
Poder/Órgão	Pessoal e Encargos	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversão Financeira	Total
Executivo	938.632	309.628	15.191	8.896	1.272.347
Legislativo	57.080	4.224	-	-	61.305
Judiciário	223.088	28.608	-	-	251.696
Ministério Público	75.278	2.360	4	-	77.642
Consolidado Geral	1.294.078	344.820	15.195	8.896	1.662.989

41. Superavit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente

R\$ milhares

Superavit Financeiro Utilizado para Financiar as Despesas Orçamentárias do Exercício Corrente	2020
Despesa Corrente	1.150.262
Pessoal e Encargos Sociais	490.384
Juros e Encargos da Dívida	0,0001
Outras Despesas Correntes	659.879
Despesa de Capital	457.080
Investimentos	398.625
Inversões Financeiras	1.877
Amortização da Dívida	56.578
TOTAL	1.607.342

Do total das despesas executadas no ano de 2020, o valor de R\$ 1,61 bilhão foi custeado com o superavit financeiro de exercícios anteriores, ou seja, com saldo de caixa referente às receitas arrecadadas em outros anos.

42. Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do exercício foi superavitário em R\$ 1,86 bilhão e é obtido por meio da diferença entre a receita líquida acumulada no período (R\$ 29,95 bilhões) e a despesa empenhada (R\$ 28,09 bilhões). Mais informações sobre o resultado orçamentário estão detalhadas no capítulo Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial deste relatório.

R\$ milhares

Resultado Orçamentário por Categoria Econômica	2020
Receita Corrente	29.580.086
Despesa Corrente	25.758.502
Resultado Corrente	3.821.584
Receita de Capital	372.448
Despesa de Capital	2.330.483
Resultado de Capital	(1.958.035)
Resultado Orçamentário	1.863.549

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

43. Resultado Financeiro

O resultado financeiro evidenciado no Balanço Financeiro foi positivo no valor de R\$ 1,75 bilhão e corresponde à variação das disponibilidades no final do ano (R\$ 11,23 bilhões) e no início do ano (R\$ 9,48 bilhões).

A conciliação do resultado financeiro a partir do resultado orçamentário demonstra os valores que devem ser deduzidos e acrescentados para alcançar o valor do impacto financeiro real do ente no exercício.

Conciliação do Resultado Orçamentário com o Resultado Financeiro

Itens	2020
1. Resultado Orçamentário (ver nota explicativa nº 42)	1.863.549
2. Restos a pagar inscritos no período, inclusive serviços da dívida a pagar (despesas empenhadas e não pagas)	920.209
3. Restos a pagar pagos no período (despesas empenhadas em anos anteriores)	(989.843)
4. Saldo de transações extraorçamentárias (depósitos restituíveis e valores vinculados)	(981)
5. Resultado extraorçamentário das aplicações do RPPS	(40.969)
6. Perdas na aplicação financeira do RPPS	(2.577)
7. Outros pagamentos e recebimentos extraorçamentários	1
8. Resultado Financeiro (1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7)	1.749.388

OUTRAS NOTAS RELEVANTES

44. Renúncia de Receita

R\$ milhares

Renúncia/Espécie	Previsão na LDO	%	Renunciado Janeiro a novembro de 2020	%
Benefícios Concedidos e Previstos na LDO	5.535.271	100,00%	6.946.453	99,85%
Crédito Presumido	4.227.382	76,37%	5.457.245	78,44%
Alteração de Alíquota ou Modificação da Base de Cálculo	428.758	7,75%	650.327	9,35%
Isenção	670.097	12,11%	646.454	9,29%
Outros Benefícios Diferenciados	193.258	3,49%	178.579	2,57%
Subsídio	15.776	0,29%	13.849	0,20%
Outros Benefícios Concedidos	-	-	10.724	0,15%
Anistia ²⁰	-	-	10.724	0,15%
Remissão de Débitos de Pequeno Valor	-	-	-	-
TOTAL	5.535.271	100,00%	6.957.177	100,00%

Fonte: Diretoria de Administração Tributária/Secretaria de Estado da Fazenda

O total de renúncia previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 foi de R\$ 5,54 bilhões. Porém, R\$ 6,96 bilhões foram renunciados e registrados em contas de controle na contabilidade, valor esse referente à renúncia dos meses de janeiro a novembro de 2020.

²⁰ O valor da anistia não está previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, uma vez que a divulgação prévia desse tipo de informação poderia incentivar os contribuintes a deixarem de cumprir as suas obrigações tributárias ao longo do ano para se beneficiarem de um eventual programa de recuperação de créditos.

R\$ milhares

Renúncia/Espécie	Previsão na LDO 2020	%	Renunciado Janeiro a Novembro de 2020	%
De Acordo com o art. 14 - LRF	4.931.030	89,08%	6.363.341	91,46%
Anistia	-	0,00%	10.724	0,15%
Subsídio	15.776	0,29%	13.849	0,20%
Crédito Presumido	4.227.382	76,37%	5.457.245	78,44%
Isenção de Caráter não Geral	109.101	1,97%	92.578	1,33%
Alteração de Alíquota ou Modificação da Base de Cálculo	428.758	7,75%	650.327	9,35%
Outros Benefícios Diferenciados	150.013	2,71%	138.618	1,99%
Fora do Escopo do art. 14 - LRF	604.241	10,92%	593.836	8,54%
Isenção de Caráter Geral	560.996	10,13%	553.875	7,96%
Outros Benefícios Diferenciados	43.245	0,78%	39.960	0,57%
TOTAL	5.535.271	100,00%	6.957.177	100,00%

Do total renunciado de R\$ 6,96 bilhões no período de janeiro a novembro de 2020, R\$ 6,36 bilhões são renúncias, conforme o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, valor esse que corresponde a 91,46% do total renunciado. Já o valor de R\$ 593,84 milhões refere-se a espécies de renúncia fora do escopo da LRF, o que equivale a 8,54% do valor renunciado.

Após o encerramento do exercício, a Diretoria de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda informou o valor renunciado referente ao mês de dezembro, que totalizou R\$ R\$ 609,02 milhões. Assim, o valor total renunciado em 2020 chegou à quantia de R\$ 7,57 bilhões.

O detalhamento das renúncias de receitas no exercício, pelas espécies previstas no art. 14, § 1°, da Lei de Responsabilidade Fiscal, é apresentado no Volume 2 deste Balanço, no Relatório do Desempenho da Arrecadação Tributária.

45. Transações entre Partes Relacionadas

Em atendimento à NBC TSP 22 – Divulgação sobre Partes Relacionadas e visando melhorar o padrão de divulgação das informações financeiras do Estado, apresentam-se as principais transações financeiras ocorridas em 2020 – aumento/redução de capital, ressarcimento de pessoal requisitado, subvenções econômicas, prestação de serviços, dividendos e juros sobre o capital

próprio, valores a pagar, avais e garantias entre o Governo do Estado, ente controlador, e suas empresas controladas:

- a. BADESC
- b. BRDE
- c. CASAN
- d. Celesc
- e. CIASC
- f. CODESC
- g. CODISC
- h. Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz
- i. IA7PF
- j. Sapiens Parque
- k. SCPar

Aumento de Capital

Durante o exercício de 2020, o Governo do Estado repassou R\$ 74,77 milhões para aumento de capital das seguintes empresas:

R\$ milhares

Empresa	Valor
BADESC	20.500
CASAN	19.048
CODESC (extinta em 2020)	250
CODISC (em liquidação)	71
Companhia Hidromineral Caldas da Imperatriz	4.384
IAZPE	101
INVESC	19
Sapiens Parque	24.500
SCPar	5.896
TOTAL	74.769

(Valores liquidados no subelemento 45.90.65.02 e acumulados até dezembro).

Ressarcimento de Salários de Pessoal Cedido ao Governo

No exercício de 2020, o valor das despesas de ressarcimento de salários de pessoal cedido ao Governo foi de R\$ 2,38 milhões considerando a liquidação das despesas realizadas no ano.

Do total das despesas liquidadas, 53,36% referem-se a ressarcimento de salários de pessoal cedido da empresa CIASC, 34,15% são de ressarcimento de salários de pessoal da CASAN e 12,49% das demais empresas.

R\$ milhares

Empresa	Valor
SCPar	204
Celesc	94
CASAN	814
CIASC	1.272
Total	2.384

(Valores liquidados no subelemento 31.90.96.01 para as partes relacionadas acumulados até dezembro)

Subvenções Econômicas

Durante o exercício de 2020, o Governo repassou à Agência Financeira de Fomento do Estado (BADESC) o valor de R\$ 5,95 milhões como subvenção econômica. Desse valor, R\$ 4,69 milhões foram destinados ao Programa Juro Zero, e R\$ 1,26 bilhão foi reservado para o subsídio parcial da taxa de juros remuneratórios de operações de créditos a micros e pequenos empreendedores com sede no Estado, tendo como objetivo o enfrentamento dos prejuízos econômicos advindos da emergência de saúde pública provocada pela Covid-19, conforme a Lei nº 17.935/2020.

Prestação de Serviços de Partes Relacionadas

Em 2020, o Estado consumiu R\$ 170,10 milhões em serviços das empresas controladas. Os serviços tomados do CIASC foram os mais representativos (46,55% do total), e a maior parte deles englobou serviços de tecnologia da informação e comunicação contratados. A Celesc, responsável pelo fornecimento de energia elétrica, foi a segunda maior fornecedora entre as partes relacionadas do Estado (40,53% dos serviços). Os serviços de água e esgoto, fornecidos pela CASAN, representaram 12,92% do total contratado.

R\$ milhares

Empresa	Valor
CIASC	79.178
Celesc	68.949
CASAN	21.978
TOTAL	170.104

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Em 2020, Santa Catarina recebeu R\$ 10,73 milhões de juros sobre o capital próprio do BADESC.

R\$ milhares

Juros sobre o Capital Próprio Recebido	Valor
BADESC	10.725

O Estado tem registrado no seu ativo o valor de R\$ 31,99 milhões de dividendos a receber.

R\$ milhares

Dividendos a Receber	Valor
CASAN	20.628
SCPar	9.255
Celesc	2.103
TOTAL	31.986

Valores a Pagar

 $Santa\ Catarina\ tem\ os\ seguintes\ valores\ reconhecidos\ como\ restos\ a\ pagar\ pelas\ partes\ relacionadas:$

R\$ milhares

Empresa	Restos a Pagar Não Processados	Restos a Pagar Processados	Total
Celesc	9.621	156	9.777
CIASC	15.590	871	16.461
CASAN	3.859	52	3.910
TOTAL	29.070	1.079	30.149

(Relatório Imprimir Nota Empenho Célula, Consolidado Geral, Credor CNPJ de cada empresa, valores até dezembro)

Avais e Garantias Concedidas

O Estado é garantidor de operações internas e externas da CASAN e da Celesc:

R\$ milhares

Avais e Garantias do Estado	31/12/2020	31/12/2019
CASAN		
Caixa Econômica Federal	183.156	174.864
Agence Française de Développement	413.554	346.152
Celesc		
Banco Interamericano de Desenvolvimento	710.522	474.597
TOTAL	1.307.231	995.613

46. Controle dos Recursos Recebidos para Enfrentamento da COVID-19

Para o registro dos valores recebidos, foram criadas naturezas de receitas específicas para registrar as doações e as transferências com a finalidade de enfrentar a pandemia ou servir como apoio financeiro em função dela.

Também foram criados códigos próprios para o detalhamento de fonte de recurso:

000101 - Enfrentamento do coronavírus; e

000102 - Recursos do SUS e SUAS - auxílio financeiro da LC nº 173, art. 5°, inciso I).

Em relação aos recursos sem aplicação vinculada ao enfrentamento do coronavírus, foi utilizado o código 000015 (demais receitas de fontes detalhadas). Os referidos detalhamentos foram associados às fontes de recursos detalhadas:

0.2.23 - Convênio SUS;

0.2.29 - Outras Transferências;

0.1.29 - Outras Transferências Recursos do Tesouro; e

0.1.69 - Outros Recursos do Tesouro.

Natureza de Receita	Fonte de Recursos
1.7.1.8.03.9.1.01 – Outros programas financiados por transferências Fundo a Fundo – Covid-19	0223.000101
1.7.1.8.99.1.1.08 – Outras transferências da União – Covid-19	0229.000101
1.7.1.8.99.1.1.09 - Outras transferências da União - MP n° 938/2020	0129.000015
1.7.1.8.99.1.1.10 – Outras transferências da União – LC n° 173/2020	0129.000015 (art. 5°, inciso II) 0129.000102 (art. 5°, inciso I)
1.7.4.8.10.1.1.13 – Transferências de instituições privadas – Doações Covid-19	0169.000101
1.7.7.8.01.9.1.01 – Outras transferências de pessoas físicas – Doações Covid-19	0169.000101
7.7.2.8.10.9.1.01 – Outras transferências de convênio dos estados (intra) – Covid-19	0228.000000
1.7.1.8.99.1.1.11 - Outras Transferências da União - Lei nº 14.017/2020	0229.000015

Os recursos recebidos por meio de transferências com posterior prestação de contas, exceto os recursos Fundo a Fundo, foram registrados em domicílio bancário específico aberto no Banco do Brasil, na agência Setor Público (001/3582-3/801817-0 – Despesas Coronavírus), como no caso dos valores repassados diretamente ao Fundo Estadual de Saúde (FES) pelo Tribunal de Justiça e pela Justiça Federal.

As doações efetuadas pela Assembleia Legislativa (ALESC) e pelo Tribunal de Contas (TCESC) nas fontes de recursos 0.1.00 e 0.3.00, respectivamente, foram contabilizadas como devoluções espontâneas de duodécimo, não constituindo receita orçamentária.

Complemento de empenho

Visando a correta identificação dos recursos aplicados no enfrentamento da pandemia, foi criado no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF) o complemento de empenho de código 515 (despesas com enfrentamento do coronavírus), de utilização obrigatória por todas as unidades orçamentárias do Poder Executivo.

Assim, Santa Catarina vem conseguindo identificar as despesas relacionadas ao enfrentamento da pandemia desde a realização do empenho da despesa, o que garante maior planejamento das ações e controle da aplicação dos recursos por parte do Estado, da sociedade e dos órgãos de controle.

Aprovação de Legislação

Lei nº 17.982/2020: alterou a programação físico-financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, criando a Subação 15037 – Enfrentamento da pandemia Covid-19, e destinando recursos a ela.

Lei nº 17.988/2020: autorizou a abertura de crédito especial em favor do Fundo Estadual de Saúde na LOA 2020 e a adequação do orçamento, concentrando as despesas de enfrentamento da pandemia em subações específicas.

Decreto nº 648/2020: regulamentou o empenho das gratificações temporárias instituídas pela Medida Provisória nº 228/2020, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (SES), criando novos subelementos na classificação da despesa pública (319004-12, 319004-13, 319004-14, 319004-15, 319004-16, 319011-52, 319011-53, 319011-54, 319011-55 e 319011-56).

47. Abertura de Créditos Suplementares

Após o encerramento do exercício de 2020, foram abertos créditos suplementares utilizando o superavit financeiro das fontes do FUNDEB (0.3.31 e 0.3.86) por meio do Decreto nº 1.120, de 28 de janeiro de 2021, no total de R\$ 77,92 milhões, e da Fonte 0.1.00, por meio do Decreto nº 1.220, de 19 de março de 2021, no total de R\$ 70 milhões. Essas dotações, abertas em favor da Secretaria de Estado da Educação, da Fundação Catarinense de Educação Especial e da UDESC, com suficientes disponibilidades orçamentárias e financeiras no exercício de 2020 para atendimento de despesas da Função 12 - Educação, têm como objetivo complementar as ações realizadas em 2020 na manutenção e no desenvolvimento do ensino (MDE), correspondendo ao total de aplicação faltante para que o percentual mínimo constitucional de 25%, sem o cômputo algum de inativos, fosse alcançado no ano.

Decreto	Fonte de origem	Destino	Valor (R\$)
		Secretaria de Estado da Educação	33.450.000,00
1.220/2021	0.1.00	0.1.00 Fundação Catarinense de Educação Especial	
		Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina	29.550.000,00
Total			70.000.000,00
4 4 20 / 2024	0.3.31	Secretaria de Estado da Educação	75.234.658,59
1.120/2021	0.3.86	Secretaria de Estado da Educação	2.687.359,57
Total			77.922.018,16
Total dos Créditos Sup	lementares		147.922.018,16

48. Eventos Subsequentes

Da data do fechamento do exercício até a data de autorização destas demonstrações contábeis, a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais da Secretaria de Estado da Fazenda não tomou conhecimento de quaisquer eventos enquadrados pelas normas de contabilidade como subsequentes.



INDICADORES CONTÁBEIS



INDICADORES CONTÁBEIS

A divulgação compreensível das contas públicas é um desafio que move os responsáveis pela elaboração dessas informações. A busca de formas para apresentar e explanar os dados em uma linguagem acessível e de fácil entendimento para os diversos leitores, incluindo aqueles com pouco conhecimento técnico ou mesmo que desconhecem totalmente o assunto, é um aspecto que norteia a divulgação de informações sobre as finanças públicas, as quais têm características bastante técnicas.

Formas que possibilitam propiciar a compreensão dessas informações são a definição e o acompanhamento de indicadores – aqui definidos como indicadores contábeis –, que podem ser aplicados para as finanças públicas estaduais com a intenção de simplificar o entendimento dos resultados e dos valores apurados nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Balanço Geral de 2020.

Os indicadores contábeis podem ser definidos como unidades de medida quantitativas – geradas a partir de valores registrados no sistema contábil – que permitem estabelecer uma relação entre dois valores. O valor do indicador gera uma informação a partir da forma como for interpretado, o que, por sua vez, visa o entendimento de algum aspecto das contas públicas estaduais. Os valores podem ser também comparados entre si ou com alguma referência prévia, e também ao longo do tempo, geralmente considerando exercícios financeiros anteriores. A variação de valor entre o ano de pesquisa e o anterior é denominada Análise Horizontal (AH) e será apresentada percentualmente para que os usuários da informação possam perceber como cada indicador evoluiu nos últimos dois anos.

Os indicadores contábeis apresentados nesta seção estão organizados a partir das DCASPs, que trazem aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais das contas públicas, dividindose em Indicadores do Balanço Orçamentário, Indicadores do Balanço Financeiro, Indicadores da Demonstração dos Fluxos de Caixa, Indicadores do Balanço Patrimonial e Indicadores da Demonstração das Variações Patrimoniais. Em cada parte, consta uma breve explanação de cada uma das demonstrações, a descrição e a explicação de cada indicador junto com os seus valores e, ao término, apresenta-se um quadro sumarizado de todos os indicadores bem como a análise consolidada de alguns aspectos das contas públicas de 2020, obtida a partir dos indicadores contábeis.

INDICADORES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário (BO) apresenta as receitas e as despesas orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e a execução ocorrida no ano, e apurando também o resultado orçamentário, que corresponde à diferença entre as receitas e as despesas.

Os indicadores do BO buscam informações relacionadas à execução do orçamento público, que é gerado a partir dos valores iniciais decorrentes da aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), instrumento que estabelece as receitas e fixa as despesas estaduais. Durante o exercício

financeiro, ocorrem ingressos de valores para o Estado (receitas arrecadadas) que são gastos em diversas finalidades (despesa pública). Para o entendimento do processo de execução de receitas e despesas do exercício, foram definidos três indicadores.

Resultado Orçamentário

O indicador Resultado Orçamentário apresenta o quanto as receitas arrecadadas atendem as despesas empenhadas (comprometidas no orçamento para pagamentos) de determinado exercício. Este indicador é estruturado pela divisão entre o total da receita realizada e o total da despesa empenhada, e possibilita saber se ocorreu superavit ou deficit orçamentário. Quando o valor do quociente é maior do que 1, indica superavit (receita maior que despesa), e menor do que 1 representa deficit (receita menor que despesa). Uma situação favorável para o Estado é que tenhamos um quociente maior do que 1. Na prática, é improvável que a receita seja igual à despesa. O superavit representa uma economia, mas precisa ser avaliado para que não deixe de atender demandas sociais importantes no ano. Por outro lado, o deficit demonstra a ocorrência de endividamento público no ano.

R\$ milhares

Resultado Orçamentário					
Metodologia	2020		2019		ALL (9/)
	Cálculo (R\$)	Valor	Cálculo (R\$)	Valor	- AH (%)
Receita Realizada ÷ Despesa Empenhada	29.952.534 ÷ 28.088.985	1,07	28.199.068 ÷ 28.037.309	1,01	6%

Em 2020, o quociente do resultado orçamentário demonstrou a ocorrência de superavit orçamentário, que em 2019 foi de R\$ 162 milhões e agora é de R\$ 1,86 bilhão. A receita realizada em 2020 ficou 7% acima da despesa empenhada. Essa relação ampliou-se quando comparada a 2019, ano em que tinha sido de 1%. A variação no indicador entre 2020 e 2019 foi positiva em 6% e apresentou um aumento no valor do superavit orçamentário, sendo o principal fator relacionado ao incremento da receita realizada (maior em R\$ 1,8 bilhão), uma vez que a despesa não sofreu grandes alterações (aumento de R\$ 52 milhões).

Execução da Receita Corrente

O indicador Execução da Receita Corrente estabelece a relação entre as receitas arrecadadas correntes e a sua previsão orçamentária (definida na LOA) antes de iniciar o ano. As receitas correntes representam o montante mais alto de ingressos de recursos, pois nelas se concentram os impostos arrecadados diretamente pelo Estado e aqueles recebidos da União. Este indicador consiste na divisão entre o total da receita realizada corrente e o total da receita prevista corrente, já considerando os valores de redução da receita bruta, como os repasses do Estado para os municípios. Quando o indicador é maior do que 1, mostra que os ingressos superaram a previsão do ano e provavelmente atenderam as necessidades dos gastos planejados. Por outro lado, um

indicador menor do que 1 aponta valores abaixo do previsto e que podem ter comprometido a execução das despesas a partir desses recursos.

R\$ milhares

Execução da Receita Corrente						
Makadalasta	2020		2019		A11/0/\	
Metodologia	Cálculo (R\$)	Valor	Cálculo (R\$)	Valor	- AH (%)	
Receita Realizada Corrente ÷ Receita Prevista Corrente	29.580.086 ÷ 28.563.624	1,04	27.975.072 ÷ 27.510.491	1,02	2%	

Em 2020, a execução da receita corrente foi maior do que 1, indicando que a arrecadação ultrapassou a previsão da LOA. Esse aumento foi na ordem de 4% (R\$ 1 bilhão) e superou a execução de 2019, que foi de 2% (R\$ 465 milhões), demonstrando o excesso de arrecadação corrente no ano. A análise horizontal do indicador mostra um incremento de 2% de 2020 em relação a 2019, mantendo assim o cenário similar ao desse último ano, quando o valor arrecadado superou o previsto, mas agora em um nível melhor.

Execução Orçamentária de Capital

O indicador Execução Orçamentária de Capital indica quanto das receitas de capital foram utilizadas no atendimento das despesas de capital. O termo *capital relacionado à receita* é um conceito para identificar principalmente as receitas recebidas pela constituição de dívidas externas, assim como é empregado para as despesas com investimentos, como obras e aquisições de bens, que não fazem parte da manutenção da máquina pública, além daquelas aplicadas no pagamento do principal das dívidas do Estado. Este indicador é estruturado pela divisão entre o total da receita realizada de capital e o total da despesa empenhada de capital. Para o Estado, um indicador menor do que 1 é um bom sinal, pois uma parte das despesas foi custeada com receitas correntes (recursos de impostos, por exemplo), não sendo apenas provenientes de receitas de capital.

R\$ milhares

Execução Orçamentária de Capital						
Nasta dala sia	2020		2019		A11/0/\	
Metodologia	Cálculo (R\$)	Valor	Cálculo (R\$)	Valor	- AH (%)	
Receita Realizada de Capital ÷ Despesa Empenhada de Capital	372.448 ÷ 2.330.483	0,16	223.995 ÷ 2.238.447	0,10	60%	

O indicador Execução Orçamentária de Capital manteve-se abaixo de 1 em 2020, confirmando a continuidade de utilização de fontes de receitas correntes arrecadadas no ano ou de recursos, mesmo que de capital, mas já arrecadados em anos anteriores. Como complemento das receitas de

capital, que representaram 16%, foram aplicados 84% de recursos correntes em 2020 para financiar as despesas de capital. Em 2019, foram utilizados 90% de receitas correntes e 10% de receitas de capital. A variação no indicador foi de 60%, passando de 0,10 para 0,16, motivada principalmente pelo incremento de R\$ 148 milhões de receitas de capital em 2020, uma vez que o aumento da despesa de capital ficou na ordem de R\$ 92 milhões. Apesar da variação, o financiamento das despesas de capital continua sendo maior com a utilização de receitas correntes, o que é benéfico para o Estado.

INDICADORES DO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) demonstra o fluxo de disponibilidades no ano (ingressos e dispêndios) a partir de um valor recebido do exercício anterior (saldo inicial), incluindo as movimentações dos ingressos e dos dispêndios ocorridos durante o ano até chegar a um determinado montante no término do ano (saldo final).

Os indicadores do BF buscam evidenciar como ocorreram os ingressos e os dispêndios de recursos de um determinado exercício, considerando aqueles gerados no orçamento (receitas e despesas empenhadas), as transferências financeiras entre os entes públicos (recebidas e concedidas) e as movimentações extraorçamentárias. Essas movimentações agrupam valores que não dependem da autorização legislativa, como o recebimento de garantia de contratos nos quais o Estado apenas mantém os valores temporariamente (recursos de terceiros) e a execução de restos a pagar (despesas não liquidadas ou pagas de exercícios anteriores) e que não fazem parte do orçamento do ano. Para o entendimento da movimentação financeira do exercício, estabeleceram-se três indicadores.

Resultado Financeiro

O indicador Resultado Financeiro apresenta a relação entre o valor disponível que passa para o exercício seguinte e o valor disponível recebido do exercício anterior. A divisão do indicador mostra também como foram as movimentações dos saldos financeiros no exercício. Quando o valor do quociente é maior do que 1, indica superavit (os ingressos foram maiores que os dispêndios), e menor do que 1 apresenta deficit (os dispêndios foram maiores que os ingressos). Normalmente um valor acima de 1 configura resultado positivo, indicando melhor saldo financeiro para o exercício seguinte. É importante destacar que o valor positivo pode ser influenciado pelo ingresso excessivo de recursos de empréstimos (endividamento), o qual pode transmitir um bom desempenho não condizente, ao passo que um valor negativo (abaixo de 1) pode refletir uma redução do endividamento pela utilização de recursos para saldar dívidas, sendo, portanto, benéfico.

R\$ milhares

Resultado Financeiro						
Matadalasia	2020		2019		A11/0/\	
Metodologia	Cálculo (R\$)	Valor	Cálculo (R\$)	Valor	— AH (%)	
Saldo que passa para o exercício seguinte ÷ Saldo do exercício anterior	11.226.180 ÷ 9.476.792	1,18	9.476.792 ÷ 8.673.412	1,09	8%	

O quociente do resultado financeiro indicou a ocorrência de superavit dos valores em 2020, com um incremento de 18% do saldo final do exercício em relação ao do início. O quociente do indicador passou de 1,09 em 2019 para 1,18 em 2020, representando uma variação positiva de 8%. Em valores monetários, isso corresponde a R\$ 1,7 bilhão em 2020, valor superior aos R\$ 803 milhões de 2019. Destaca-se o ingresso de receitas correntes, que pode ser visto no indicador Execução da Receita Corrente. Ressalta-se ainda que a apuração de superavit ou deficit financeiro é realizada por indicador do balanço patrimonial.

Orçamentário do Resultado Financeiro

O indicador Orçamentário do Resultado Financeiro mostra a relação entre o resultado orçamentário e o resultado financeiro, indicando a participação da execução orçamentária na variação do resultado financeiro do exercício. O valor do indicador abaixo de 1 demonstra que houve uma participação parcial no total dos saldos financeiros, representando uma parcela desse valor, ao passo que acima de 1 evidencia uma contribuição que superou o valor. Nesse caso, a redução dos saldos ocorre em função do resultado negativo das outras participações: resultado extraorçamentário e/ou das transferências financeiras. O indicador é obtido a partir da divisão entre o resultado orçamentário (diferença da receita realizada com a despesa empenhada) e o resultado financeiro (saldo que passa para o exercício seguinte – saldo do exercício anterior). Uma situação desejável é um quociente maior do que 1, indicando que o resultado financeiro teve grande contribuição a partir do resultado do orçamento do ano.

R\$ milhares

Orçamentário do Resultado Financeiro						
Makadalasta	2020		2019		A11 (0/)	
Metodologia	Cálculo (R\$)	Valor	Cálculo (R\$)	Valor	– AH (%)	
Resultado Orçamentário ÷ Resultado Financeiro	1.863.549 ÷ 1.749.388	1,07	161.759 ÷ 803.381	0,20	429%	

Em 2019, o resultado orçamentário contribuiu com 20% na variação do resultado financeiro, diferentemente de 2020, ano em que se obteve um valor 7% superior. Essa diferença corresponde ao valor de R\$ 114 milhões, sendo reduzida em função de o resultado extraorçamentário ter sido negativo, uma vez que as transferências financeiras concedidas foram iguais às recebidas. A análise

horizontal demonstrou a mudança de composição entre os dois anos com um incremento de 429% no valor do indicador em virtude da predominância do resultado orçamentário sobre o resultado financeiro.

Extraorçamentário do Resultado Financeiro

O indicador Extraorçamentário do Resultado Financeiro apresenta a relação entre o resultado extraorçamentário e o resultado financeiro, retratando a participação da execução extraorçamentária na variação decorrente do resultado financeiro do exercício. Este indicador é realizado pela divisão entre o resultado extraorçamentário (diferença entre os recebimentos e os dispêndios extraorçamentários) e o resultado financeiro (saldo que passa para o exercício seguinte – saldo do exercício anterior). Um indicador com valor abaixo de 1 demonstra que houve uma participação parcial do resultado extraorçamentário no total dos saldos financeiros, ao passo que acima de 1 mostra uma contribuição acima. Uma situação favorável é manter abaixo de 1, indicando que o saldo financeiro ao término do exercício teve pouca participação dos recursos extraorçamentários.

R\$ milhares

Extraorçamentário do Resultado Financeiro					
Mada dala da	2020		2019		A11/0/\
Metodologia	Cálculo (R\$)	Valor	Cálculo (R\$)	Valor	– AH (%)
Resultado Extraorçamentário ÷ Resultado Financeiro	- 114.161 ÷ 1.749.388	-0,07	641.622 ÷ 803.381	0,80	- 108%

O quociente extraorçamentário do resultado financeiro em 2020 foi de 0,07 negativo. Representou uma diminuição de 7% no valor dos saldos financeiros do ano. O resultado negativo extraorçamentário ocorreu devido ao fato de os dispêndios (R\$ 20,8 bilhões) superarem os recebimentos (R\$ 20,7 bilhões), gerando um resultado negativo do saldo extraorçamentário de R\$ 114 milhões. Em 2019, o resultado foi positivo e representou 80% na variação dos saldos financeiros, refletindo também a participação menor (20%) do resultado orçamentário. A análise horizontal de 108% (negativa) demonstrou a mudança de composição no valor do indicador nos dois anos, tendo em vista a redução do resultado extraorçamentário sobre o resultado financeiro, que em 2019 era predominante.

INDICADORES DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta os ingressos e os desembolsos de recursos por tipos de atividades (operacionais, de investimento e de financiamento) e também o total da geração líquida do ano, que é resultante da integração das três atividades que determinam a variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa do exercício. Os valores na DFC não incluem os recursos extraorçamentários (recursos de terceiros dos quais o Estado é mero depositário), que não são utilizados para financiar os fluxos de atividades. No término do exercício, por meio da

DFC, é conhecido o valor do fluxo de caixa (contas bancárias) e equivalentes de caixa disponíveis (aplicações bancárias) resultante dos ingressos e desembolsos das três atividades, assim como são mostrados os saldos inicial e final para o próximo exercício.

As atividades operacionais demonstram os ingressos e desembolsos de recursos voltados para a prestação dos serviços do Estado, incluindo, por exemplo, as receitas tributárias e os pagamentos com despesas de pessoal e encargos. As atividades de investimento retratam a movimentação financeira dos bens adquiridos e vendidos, a execução de obras e o fluxo financeiro dos demais investimentos efetuados no ano. Por fim, as atividades de financiamento resultam de operações de crédito realizadas por empréstimos e financiamentos obtidos e pagos (principal – amortização), além de outras atividades financeiras. Os indicadores da DFC apresentam indicativos do comportamento dos fluxos de recursos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento no exercício.

Atividade Operacional

O indicador Atividade Operacional mostra a relação entre o caixa líquido gerado a partir das operações e o total da geração líquida de caixa. A interpretação deste indicador retrata a parcela da geração líquida de caixa que foi atribuída pelo fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (ingressos menos desembolsos operacionais). O indicador é estruturado pela divisão do caixa líquido gerado das operações pelo total da geração líquida de caixa do ano. O valor do indicador abaixo de 1 demonstra que houve uma participação parcial da atividade operacional no total da geração líquida de caixa, representando uma parcela da geração líquida de caixa, ao passo que acima de 1 representa uma contribuição que supera o valor total da geração líquida de caixa, que é reduzida em função do resultado negativo das demais atividades (de investimento e/ou de financiamento). Essa situação é benéfica, pois o Estado consegue manter um equilíbrio na gestão financeira das atividades operacionais e também contribui para custear as atividades de investimento e de financiamento.

R\$ milhares

Atividade Operacional						
Matadalasia	2020		2019		A11 (9/)	
Metodologia	Cálculo (R\$)	Valor	Cálculo (R\$)	Valor	– AH (%)	
Caixa Líquido Gerado das Operações ÷ Total da Geração Líquida de Caixa	3.280.781 ÷ 1.838.315	1,78	2.227.318 ÷ 457.485	4,87	- 63%	

O indicador Atividade Operacional apurado para o exercício de 2020 demonstra que o caixa líquido gerado das operações contribuiu positivamente para o total da geração líquida de caixa, seguindo a tendência de 2019. O valor do caixa líquido das operações ficou 78% (R\$ 1,44 bilhão) acima da geração total líquida, que foi reduzida pelos fluxos negativos de investimento (R\$ 885 milhões) e de financiamento (R\$ 558 milhões). Este indicador demonstra que a atividade operacional conseguiu financiar uma parcela das demais atividades: desembolso de investimentos com recursos próprios

e amortização de valores de operações de crédito e outros desembolsos financeiros. A análise horizontal de 63% (negativa) entre 2020 e 2019 demonstra que foi reduzida a participação do caixa líquido gerado das operações no total da geração líquida de caixa, que em 2019 foi maior.

Capacidade de Amortização da Dívida

O indicador Capacidade de Amortização da Dívida apresenta a relação entre o total da geração líquida de caixa e do passivo circulante, indicando a parcela de recursos gerados pelo Estado relacionada com as dívidas estaduais de curto prazo que vencem no término do exercício financeiro seguinte (próximos doze meses). O indicador é estruturado a partir da divisão entre o total da geração líquida de caixa, considerando as três atividades, pelo total passivo circulante, que é ajustado com a retirada dos valores de terceiros dos quais o Estado é depositário e que não são utilizados para financiar as suas atividades. Tecnicamente, esses valores representam a fonte de recurso chamada 9.9.99 (fonte extraorçamentária). Um valor de indicador acima de 1 demonstra que os recursos da geração líquida de caixa conseguem cobrir todas as obrigações de curto prazo do Estado, situação desejável para as finanças. Um quociente abaixo de 1 mostra a parcela que a geração de caixa líquido do ano pode contribuir para o Estado honrar as obrigações que vencem nos próximos doze meses. Quanto mais próximo de 1, mais benéfico para o Estado.

R\$ milhares

Capacidade de Amortização da Dívida					
Matadalasia	2020 2019			A11 (0/)	
Metodologia	Cálculo (R\$)	Valor	Cálculo (R\$)	Valor	– AH (%)
Geração Líquida de Caixa ÷ Passivo Circulante Ajustado	1.838.315 ÷ 4.986.503 (11.197.919 - 6.211.416)	0,37	457.485 ÷ 4.723.284 (10.982.658 - 6.259.374)	0,10	281%

A capacidade de amortização da dívida de 2020 apresentou o valor de 0,37, demonstrando que o total da geração líquida de caixa do ano contribuiu com valores para amortizar 37% da dívida de curto prazo (R\$ 4,9 bilhões), a qual exclui os valores de terceiros (fonte de recurso extraorçamentária – 9.9.99). Considerando a inclusão dos valores resultantes de exercícios anteriores (saldo inicial de caixa) na ordem de R\$ 3,8 bilhões, o Estado terminou 2020 com recursos em caixa suficientes para honrar os seus compromissos de curto prazo dentro de uma visão geral do caixa estadual (o caixa final de R\$ 5,6 bilhões supera a dívida de curto prazo de R\$ 4,9 bilhões). A análise horizontal apresenta uma variação positiva de 281% no valor do quociente, uma vez que em 2019 a geração líquida de caixa contribuiu com um valor menor para amortizar a dívida de curto prazo (10%). Na ocasião, o valor do caixa final (R\$ 3,8 bilhões) não era suficiente para arcar com os compromissos de curto de prazo (R\$ 4,7 bilhões).

INDICADORES DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial (BP) evidencia a situação do patrimônio público ao término do exercício, sendo representado pelo ativo (bens e direitos), pelo passivo (obrigações) e pelo patrimônio líquido (valor residual do ativo depois de deduzido o passivo). Os ativos e os passivos são agrupados e classificados em "circulante" e "não circulante" com base nos seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

No curto prazo (circulante), encontram-se os ativos com disponibilidade para realização imediata ou aqueles com expectativa de realização até o término do exercício seguinte (próximo ano), assim como os passivos com obrigações exigíveis até o final do exercício seguinte e aqueles valores de terceiros dos quais o Estado é fiel depositário, independentemente do prazo de exigibilidade. Os demais ativos e passivos são classificados no longo prazo (não circulante), como créditos a receber, terrenos, bens móveis e dívidas com fornecedores, precatórios, empréstimos e financiamentos com vencimento que supera o exercício seguinte. Os indicadores do BP demonstram alguns aspectos das contas públicas que relacionam o ativo e o passivo. Para o BP, foram estabelecidos seis indicadores.

Situação Financeira

O indicador Situação Financeira indica a capacidade financeira do Estado em honrar as suas dívidas e os seus compromissos financeiros cujo pagamento independe de autorização orçamentária. É representado pelo passivo financeiro, a ser pago a partir dos valores numerários e dos créditos que fazem parte do ativo financeiro, que também independe de autorização orçamentária. Quando o valor do quociente é maior do que 1, indica superavit financeiro, e menor do que 1 apresenta deficit financeiro. Uma situação favorável é que o valor esteja acima de 1, demonstrando que o Estado possui capacidade para arcar com os seus compromissos do passivo financeiro. O indicador é feito a partir da divisão entre o total do ativo e do passivo financeiros, ajustando-os com a retirada dos valores de terceiros dos quais o Estado é depositário (fonte de recurso extraorçamentária – 9.9.99).

R\$ milhares

Situação Financeira					
Makadalada	2020 2019			A11 (0/)	
Metodologia	Cálculo (R\$)	Valor	Cálculo (R\$)	Valor	– AH (%)
Ativo Financeiro Ajustado ÷ Passivo Financeiro Ajustado	6.009.640 (12.221.056 - 6.211.416) ÷ 1.120.185 (7.331.601 - 6.211.416)	5,36	4.134.540 (10.393.914 - 6.259.374) ÷ 1.364.356 (7.623.730 - 6.259.374)	3,03	77%

O indicador Situação Financeira mostra que os valores do ativo financeiro superaram o passivo financeiro, o que resultou em um superavit financeiro de R\$ 4,9 bilhões considerando a retirada dos valores de terceiros (fonte de recurso extraorçamentária – 9.9.99). Este indicador demonstra que o

Estado dispõe de R\$ 5,36 de recursos no ativo financeiro para cada R\$ 1,00 das dívidas do passivo financeiro. Em 2020, o indicador aumentou 77% em relação a 2019, ano em que Santa Catarina tinha R\$ 3,03 para cada R\$ 1,00 das obrigações, melhorando assim a capacidade financeira do Estado para honrar os seus compromissos.

Liquidez Geral

O indicador Liquidez Geral apresenta uma medida que aponta a capacidade do Estado para honrar todas as suas exigibilidades, contando com recursos de curto e longo prazos, exceto os classificados como investimentos, imobilizado e intangível. O indicador é estruturado pela divisão entre o somatório dos grupos do Ativo Circulante e do Ativo Realizável a Longo Prazo, que reúnem as disponibilidades, os bens e os direitos com maior liquidez, e o somatório do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante, que agrupam todas as obrigações estaduais. Uma situação benéfica é um valor maior do que 1, indicando que o Estado dispõe de ativos com liquidez imediata e com conversibilidade facilitada para o pagamento de todas as suas obrigações. Para valores menores do que 1, Santa Catarina precisará contar com ativos provenientes de investimentos, do imobilizado e do intangível, que apresentam a característica de serem menos conversíveis em moeda, ou necessitará também buscar recursos de terceiros para poder liquidar os passivos existentes, incorrendo, provavelmente, em novas dívidas.

R\$ milhares

Liquidez Geral					
Matadalagia	2020		2019		A11/0/\
Metodologia	Cálculo (R\$)	Valor	Cálculo (R\$)	Valor	- AH (%)
Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo ÷ Passivo Circulante + Passivo não Circulante	20.269.195 (18.158.216 + 2.110.979) ÷ 253.249.029 (11.197.919 + 242.051.110)	0,08	17.214.655 (15.309.147 + 1.905.508) ÷ 34.846.963 (10.982.658 + 23.864.305)	0,49	-84%

Em 2020, a liquidez geral do Estado demonstra uma grande insuficiência (R\$ 233 bilhões) resultante da pouca disponibilidade de ativos no circulante e no realizável a longo prazo (R\$ 20,3 bilhões) para poder honrar as obrigações de curto e longo prazos (R\$ 253,2 bilhões). O valor do indicador foi de 0,08, o que retrata poucos recursos na visão apresentada. Ressalta-se que nesse ano ocorreu um grande aumento no passivo resultante do valor das provisões matemáticas previdenciárias de longo prazo (R\$ 217,8 bilhões), quando comparadas com o valor de R\$ 0,6 bilhão de 2019. Isso contribuiu para a redução de 84% do valor do indicador, que em 2019, apesar de estar abaixo de 1, era mais representativo (0,49 contra 0,08 de 2020).

Endividamento Geral

O indicador Endividamento Geral demonstra o grau de endividamento do Estado considerando todas as obrigações do passivo e todos os ativos disponíveis para atendê-las. Aponta também o quanto dos ativos está comprometido para atender o capital de terceiros (passivo total). Este indicador é representado por meio da divisão entre o somatório do Passivo Circulante (curto prazo) e do Passivo não Circulante (longo prazo), agrupando assim todas as exigibilidades, pelo Ativo Total (curto e longo prazos), que representa todos os bens e direitos do Estado. A situação desejável é obter um indicador abaixo de 1, o que reflete a superioridade dos ativos em relação às obrigações, ao passo que acima de 1 demonstra que o Estado não dispõe de recursos para cumprir todas as suas obrigações caso sejam liquidadas.

R\$ milhares

Endividamento Geral					
	2020 2019			A11/0/)	
Metodologia	Cálculo (R\$)	Valor	Cálculo (R\$)	Valor	– AH (%)
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante ÷ Ativo Total	253.249.029 (11.197.919 + 242.051.110) ÷ 56.250.560	4,50	34.846.963 (10.982.658 + 23.864.305) ÷ 53.132.455	0,66	586%

Em 2020, o endividamento geral do Estado sofreu um grande acréscimo em virtude do valor total das obrigações, que totalizaram 253,2 bilhões, superando o total dos ativos em 4,5 vezes. O principal motivo foi o aumento das provisões matemáticas previdenciárias de longo prazo, que foi de R\$ 217,8 bilhões, comparadas com o valor de R\$ 0,6 bilhão de 2019 conforme disposto na nota explicativa n° 28 – Provisões Matemáticas Previdenciárias deste Balanço Geral. Em 2019, o valor do indicador foi 0,66, o que apontava que os ativos estavam comprometidos em 66% para financiar o capital de terceiros (passivo total). O indicador em 2020 foi de 4,5, mostrando que mesmo com o comprometimento de todos os ativos, o Estado ainda precisa de recursos para saldar as obrigações dos passivos circulante e não circulante. Em termos monetários, Santa Catarina não dispõe de R\$ 197 bilhões para liquidar as suas obrigações (passivo total), mesmo considerando a liquidação de seu ativo total (R\$ 56,25 bilhões). Essa significativa alteração entre os anos de 2020 e 2019 consta na análise horizontal, que mostra o incremento de 586% do endividamento geral do Estado.

Endividamento de Curto Prazo

O indicador Endividamento de Curto Prazo apresenta a parcela do endividamento de curto prazo do Estado no tocante à composição do total de obrigações devidas. Nesse caso, o indicador normalmente fica abaixo de 1, pois o fato de o ente público não possuir obrigações de longo prazo constitui uma situação improvável. O melhor é que o indicador se mantenha com os níveis baixos para que o Estado não comprometa os seus recursos com dívidas de curto prazo. O indicador é calculado por meio da divisão entre o Passivo Circulante e o somatório do Passivo Circulante e do Passivo não Circulante.

R\$ milhares

Endividamento de Curto Prazo					
Nasta dala ata	2020		2019		A11 (04)
Metodologia	Cálculo (R\$)	Valor	Cálculo (R\$)	Valor	- AH (%)
Passivo Circulante ÷ Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	11.197.919 ÷ 253.249.029 (11.197.919 + 242.051.110)	0,04	10.982.658 ÷ 34.846.963 (10.982.658 + 23.864.305)	0,32	-86%

O endividamento de curto prazo no final de 2020 teve a sua parcela reduzida substancialmente em relação ao valor total (curto e longo prazos), passando a ser 4% diante dos 32% de 2019. No entanto, essa redução se refere principalmente ao incremento da dívida de longo prazo que afetou o endividamento geral, causada principalmente pelo grande aumento das provisões matemáticas previdenciárias de longo prazo, que foram de R\$ 217,8 bilhões quando comparadas com o valor de R\$ 0,6 bilhão de 2019. A análise horizontal demonstra a variação negativa (redução) de 86% provocada na composição do endividamento. Em termos monetários, o endividamento de curto prazo aumentou R\$ 215 milhões em relação a 2019 (incremento de 2%), passando de R\$ 11 bilhões para R\$ 11,2 bilhões ao término de 2020. Por outro lado, o endividamento de longo prazo passou de 68% para 96% o seu percentual de representatividade em relação ao montante total das obrigações (passivo total).

Passivo Oneroso Total

O indicador Passivo Oneroso Total apresenta a relação entre a disponibilidade de caixa e equivalentes de caixa do final do exercício com o montante denominado de passivo oneroso, que consiste nas obrigações que incorrem em taxas e juros (empréstimos e financiamentos). O indicador é estruturado pela divisão entre os valores do caixa e equivalentes de caixa do final do exercício, excluídos os valores de terceiros dos quais o Estado é mero depositário (fonte de recurso extraorçamentária – 9.9.99), com os valores de empréstimos e financiamentos que compõem o passivo oneroso, tanto aqueles presentes no ativo circulante (curto prazo) como no ativo não circulante (longo prazo). Para um valor de indicador acima de 1, a disponibilidade de caixa pode atender todo o passivo oneroso do Estado. Um quociente abaixo de 1 mostra a parcela com que o caixa e os equivalentes de caixa poderiam atender essa obrigação ao término do exercício caso todos os recursos sejam destinados a ela. Quanto mais próximo de 1, mais benéfico é para o Estado.

R\$ milhares

Passivo Oneroso Total					
	2020		2019		A11 (0()
Metodologia	Cálculo (R\$)	Valor	Cálculo (R\$)	Valor	- AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa do Final do Exercício ÷ Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazos	5.620.660 ÷ 20.829.904 (2.032.216+ 18.797.687)	0,27	3.782.345 ÷ 19.870.509 (1.968.751+ 17.901.758)	0,19	42%

A capacidade de amortização do passivo oneroso total ficou abaixo de 1, demonstrando que o Estado não possui disponibilidade de caixa para liquidar o total dos seus empréstimos e financiamentos caso seja considerada toda a destinação de valores para essa finalidade. A disponibilidade consegue atender 27% do passivo oneroso (R\$ 5,6 bilhões contra R\$ 20,8 bilhões), ou seja, o Estado dispõe de 27 centavos para cada real de dívida. Se for considerado apenas o passivo de curto prazo (R\$ 2 bilhões), o montante disponível conseguiria atender. Em comparação com 2019, que teve um indicador de 0,19, o que representa 19% da disponibilidade de caixa em relação ao passivo oneroso total, ao término de 2020 esse aspecto apresentou melhoria, com crescimento de 42%, conforme a análise horizontal. No entanto, é importante destacar que o valor do passivo oneroso total foi incrementado em 5% em relação a 2019. Isso representa um aumento de quase R\$ 1 bilhão (R\$ 959 milhões), passando a obrigação total de R\$ 19,9 bilhões para R\$ 20,8 bilhões ao término de 2020.

Estoque da Dívida Ativa

O indicador Estoque da Dívida Ativa apresenta a variação do estoque da dívida ativa ocorrida no exercício. A dívida ativa consiste nos créditos que o Estado possui quando um devedor não paga os seus débitos dentro do prazo estabelecido por lei. Este indicador considera o estoque da dívida ativa tributária, relacionado aos impostos arrecadados, e também da dívida ativa não tributária, aquela referente a outros aspectos que não envolvem questões tributárias, como a aplicação de multas por alguns entes estaduais. A diminuição do estoque é benéfica para o Estado, que passa a contar com o ingresso de valores não recebidos em um determinado momento do passado, podendo ampliar as suas receitas. O indicador faz a relação dos valores do estoque final com o inicial da dívida ativa. Um valor acima de 1 indica que o montante de valores ao término do exercício financeiro, resultante do fluxo de ingressos e de saídas do estoque, foi maior do que no início do ano, o que configura uma situação desfavorável, pois o Estado ampliou mais créditos a receber do que recebeu numerários. Por outro lado, um indicador com valor abaixo de 1 demonstra redução no estoque da dívida ativa, apontando um fluxo maior de valores que puderam ser analisados e recuperados para redução do estoque.

R\$ milhares

Estoque da Dívida Ativa					
Nata dala sia	2020		2019		A11/0/\
Metodologia	Cálculo (R\$)	Valor	Cálculo (R\$)	Valor	— AH (%)
Estoque Final da Dívida Ativa ÷ Estoque Inicial da Dívida Ativa	21.523.168 ÷ 19.564.767	1,10	19.564.767 ÷ 16.960.369	1,15	- 5%

Em 2020, o indicador do estoque da dívida ativa foi de 1,10, demonstrando que a movimentação de valores de saída foi inferior à de entrada no estoque no ano, o que ampliou o estoque da dívida ativa. Esse estoque, que no início do exercício era de R\$ 19,6 bilhões, passou para R\$ 21,5 bilhões, representando um crescimento de 10% (R\$ 2 bilhões). Comparado a 2019, ano em que o estoque aumentou 15%, houve melhoria de 5% em 2020, ou seja, o incremento foi menor. No entanto, seguiu a tendência de 2019 de aumento de estoque, que não é benéfico para o Estado. Traçando-se uma trajetória do início de 2019 (R\$ 17 bilhões) até o término de 2020 (R\$ 21,5 bilhões), o aumento do estoque da dívida ativa foi de 27%, percentual que representa R\$ 4,6 bilhões.

INDICADORES DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio público durante o exercício financeiro, podendo ser quantitativas, quando aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, ou qualitativas, quando ocorrem transações que alteram a composição dos elementos do patrimônio público, mas sem afetá-lo.

Na DVP, é apurado o resultado patrimonial pela diferença dos valores entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e as variações patrimoniais diminutivas (VPD). A própria nomenclatura mostra que a VPA representa as transações que aumentam o patrimônio público, ao passo que a VPD diminui o patrimônio, podendo ser feita uma analogia com as receitas e as despesas, mas sob o enfoque patrimonial, que observa os fatos geradores e as transações ocorridos no período de competência. Os indicadores da DVP apresentam alguns aspectos decorrentes das VPAs e VPDs ao término do exercício, como o próprio resultado patrimonial. Para a DVP, foram definidos dois indicadores.

Resultado Patrimonial

O indicador Resultado Patrimonial apresenta a relação entre o total das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e o total das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs), demonstrando outra forma de evidenciar o resultado patrimonial do exercício. Quando o valor do quociente é maior do que 1, indica superavit patrimonial (as VPAs foram maiores que as VPDs), e quando for menor

do que 1, representa deficit patrimonial (as VPAs foram menores que as VPDs). O valor acima de 1 é positivo, pois demonstra que ao término do exercício o serviço público promoveu alterações quantitativas positivas no patrimônio público.

R\$ milhares

Resultado Patrimonial					
Matadalasia	2020		2019		A11/0/\
Metodologia	Cálculo (R\$)	Valor	Cálculo (R\$)	Valor	– AH (%)
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas ÷ Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	78.970.562 ÷ 294.154.989	0,27	211.054.139 ÷ 209.671.263	1,01	- 73%

Este indicador mostra que em 2020 ocorreu deficit patrimonial no exercício. O valor foi de 0,27, o que demonstra que as VPAs representaram 27% das VPDs, sendo o valor das últimas 3,7 vezes superior ao das primeiras. Em termos monetários, o deficit do resultado patrimonial foi de R\$ 215,2 bilhões. Em 2019, o resultado apurado apresentou um superavit patrimonial de R\$ 1,4 bilhão, com valores de VPA superiores em 1% de VPD. A análise horizontal negativa em 73% mostra a variação significativa gerada entre os dois anos. A principal motivação decorre do reconhecimento das provisões matemáticas previdenciárias, afetadas também por mudança de procedimentos de contabilização que, a partir de 2020, passaram a registrar os efeitos da cobertura da insuficiência financeira no resultado do exercício, e não mais em conta própria do passivo, conforme previa o plano de contas do regime de previdência.

Provisões Previdenciárias

O indicador Provisões Previdenciárias apresenta a parcela da Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) de Provisões Previdenciárias em relação ao total das VPDs do exercício, demonstrando a sua representatividade nas variações que diminuem o patrimônio líquido. Nesse caso, o indicador normalmente ficará abaixo de 1, pois o ente público tende a sempre possuir obrigações relacionadas às provisões previdenciárias, que não ultrapassarão o montante de VPDs, pois sempre serão apenas uma parte. É benéfico que os valores sejam mantidos com os níveis baixos, pois isso demonstra que o Estado está conseguindo mitigar o deficit atuarial de longo prazo. O indicador é calculado por meio da divisão da VPD de Provisões Matemáticas Financeiras de Longo Prazo pelo valor total das VPDs do exercício.

R\$ milhares

Provisões Previdenciárias					
Matadalasia	2020		2019		A11/0/\
Metodologia	Cálculo (R\$)	Valor	Cálculo (R\$)	Valor	- AH (%)
VPD de Provisões Matemáticas Previdenciárias ÷ Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	250.210.203 ÷ 294.154.989	0,85	163.077.705 ÷ 209.671.263	0,78	9%

Em 2020, o quociente das provisões previdenciárias foi de 0,85, o que indica que esta VPD representou 85% do total de VPDs do exercício, tendo um grande impacto no resultado patrimonial dada a sua representatividade. Em 2019, o indicador foi de 0,78 (78% da parcela do total das VPDs), menor do que em 2020, ficando demonstrado um aumento de 9% entre os dois anos pela análise horizontal. Observando-se os valores de 2020 (R\$ 250,2 bilhões) e de 2019 (R\$ 163,1 bilhões), constata-se um aumento de 53% da VPD em 2020, representada por um incremento de R\$ 87,1 bilhões.

ANÁLISE CONSOLIDADA DOS INDICADORES CONTÁBEIS

Os indicadores contábeis estabelecidos para este exercício financeiro estão apresentados de forma consolidada no Quadro Sumarizado dos Indicadores Contábeis - 2020, trazendo alguns aspectos das contas públicas a partir das demonstrações contábeis para entender o comportamento orçamentário, financeiro e patrimonial do Estado em 2020.

No aspecto orçamentário, os indicadores mostram que ocorreu um superavit orçamentário, ou seja, as receitas superaram as despesas em 7% (indicador Resultado Orçamentário). A receita corrente, que tem origem principalmente na arrecadação de impostos, foi maior do que o valor previsto no ano pela Lei Orçamentária Anual (LOA), gerando um incremento de recursos de 4% acima do planejado (indicador Execução da Receita Corrente).

Nesse sentido, uma parcela das receitas correntes do exercício conjugada com as arrecadadas de exercícios anteriores pôde ser aplicada em despesas de capital, como obras e aquisições de bens, representando 84% dos recursos dessas despesas. Os 16% restantes foram financiados com receitas de capital, provenientes principalmente de empréstimos e financiamentos obtidos no ano e arrecadados em exercícios passados (indicador Execução Orçamentária de Capital).

O desempenho favorável da execução orçamentária teve reflexos no aspecto financeiro do Estado, que obteve um resultado financeiro positivo com os ingressos superiores aos dispêndios, finalizando o ano com um saldo financeiro de caixa e equivalentes de caixa superior ao do início do ano (indicador Resultado Financeiro). A variação ocorrida entre o saldo final e o inicial do ano teve predominância de recursos orçamentários, que superaram em 7% o resultado financeiro, o qual

acabou sendo reduzido em função do resultado extraorçamentário, que teve dispêndios maiores do que ingressos no fluxo de recursos de terceiros, restos a pagar e outros valores extraorçamentários (indicadores Orçamentário do Resultado Financeiro).

Outro reflexo positivo está relacionado às atividades operacionais do Estado que tiveram ingressos de recursos superiores aos desembolsos, resultando em uma geração positiva de caixa líquido que inclusive pôde contribuir para custear as atividades de investimento e de financiamento, as quais tiveram geração negativa de caixa líquido (os ingressos foram menores que os desembolsos), situação desejável visto que o Estado contou com recursos correntes para honrar o seu fluxo de investimento e de financiamento.

Com isso, o caixa líquido gerado em decorrência da atividade operacional ficou 78% acima da geração total líquida de caixa, pois esta última foi reduzida pelas gerações líquidas de caixa das atividades de investimento e de financiamento (indicador Atividade Operacional). Além disso, no final do ano o valor da geração total líquida de caixa foi positivo, tendo como consequência valores em caixa para o Estado honrar as suas obrigações de curto prazo, contribuição essa que representa 37% do montante devido do passivo circulante, que agrega as dívidas de curto prazo (indicador Capacidade de Amortização da Dívida).

Em relação ao aspecto patrimonial (bens, direitos e obrigações), os indicadores mostram como ficou a situação do Estado em termos de liquidez, endividamento, dívida ativa e resultado patrimonial de 2020, permitindo uma visão de curto e longo prazos após o término do exercício financeiro.

Em 2020, ocorreu superavit financeiro, indicando superioridade dos ativos em relação aos passivos financeiros, numa relação superior a 5 (o Estado dispõe de cinco reais no ativo financeiro para cada real de dívidas do passivo financeiro), que é benéfica para o atendimento das obrigações de curto prazo (indicador Situação Financeira). Já a liquidez geral mostra que Santa Catarina possui pouca disponibilidade de bens e direitos, de curto e de longo prazos (exceto ativos de investimentos, imobilizado e intangível), para honrar as suas obrigações totais de curto e longo prazos (passivo total), dispondo de oito centavos para cada real de dívida (indicador Liquidez Geral).

O endividamento geral mostra que o passivo total é superior ao ativo total em 4,5 vezes, indicando carência do Estado para honrar as suas obrigações totais, principalmente de longo prazo (indicador Endividamento Geral). A composição da dívida de curto prazo, ou seja, as obrigações com vencimento até o término do exercício seguinte, representa 4% do montante total de curto e de longo prazos (indicador Endividamento de Curto Prazo). Em relação ao passivo oneroso (dívidas com empréstimos e financiamentos), o caixa e equivalentes de caixa ao término do exercício, considerando que sejam aplicados para pagamento apenas dessa obrigação, dispõem de 27 centavos para cada real dessa dívida (indicador Passivo Oneroso Total). Em 2020, o passivo oneroso aumentou 5% em relação a 2019.

O estoque da dívida ativa de curto e longo prazos, que corresponde aos créditos que o Estado possui de valores tanto de origem tributária como não tributária e que não ingressaram nos cofres públicos em um dado momento, sofreu aumento de 10% em relação a 2019, refletindo um fluxo maior do número de inscrições do que de baixas em 2020 (indicador Estoque da Dívida Ativa). Foi mantida a tendência de crescimento da dívida ativa registrada em 2019, acumulando um crescimento de 27% nesses dois últimos anos.

INDICADORES CONTÁBEIS

O resultado patrimonial foi deficitário, com as variações patrimoniais diminutivas (VPDs) superando 3,7 vezes as variações patrimoniais aumentativas (VPAs), ou seja, o valor das últimas corresponde a 27% das primeiras (indicador Resultado Patrimonial). O principal fator do resultado patrimonial deficitário decorre das provisões previdenciárias, que representaram 85% do total das VPDs, com um aumento de 53% em relação a 2019. Uma causa desse aumento foi a mudança da contabilização em 2020, que passou a registrar os efeitos da cobertura da insuficiência financeira em conta de VPD, sem a respectiva reversão da provisão, como ocorria até 2019, o que diminuiu o resultado patrimonial, e não mais em conta própria do passivo, conforme previa o plano de contas do regime de previdência (indicador Provisões Previdenciárias).

	Quadro Sumariz	ado dos Ir	ndicadores Contábeis - 2020
Indicador	Demonstrativo	Valor	Situação Desejável
Resultado Orçamentário	Balanço Orçamentário	1,07	Quanto maior, melhor (acima de 1, ocorre superavit orçamentário; as receitas são maiores que as despesas)
Execução da Receita Corrente	Balanço Orçamentário	1,04	Quanto maior, melhor (a arrecadação da receita supera o planejado na LOA; ocorre excesso de arrecadação no ano)
Execução Orçamentária de Capital	Balanço Orçamentário	0,16	Quanto menor, melhor (as despesas de capital são atendidas também com as receitas correntes)
Resultado Financeiro	Balanço Financeiro	1,18	Quanto maior, melhor (acima de 1, o resultado financeiro é positivo; o saldo financeiro é maior no final do ano)
Orçamentário do Resultado Financeiro	Balanço Financeiro	1,07	Quanto maior, melhor (saldo financeiro com predominância de recursos orçamentários no final do ano)
Extraorçamentário do Resultado Financeiro	Balanço Financeiro	-0,07	Quanto menor, melhor (saldo financeiro com predominância de recursos orçamentários no final do ano)
Atividade Operacional	Demonstração dos Fluxos de Caixa	1,78	Quanto maior, melhor (acima de 1, o caixa das operações atende a atividade operacional e parte das atividades de investimento e/ou de financiamento)
Capacidade de Amortização da Dívida	Demonstração dos Fluxos de Caixa	0,37	Quanto maior, melhor (sobra de caixa e equivalentes de caixa gerada no ano para amortizar a dívida de curto prazo)
Situação Financeira	Balanço Patrimonial	5,36	Quanto maior, melhor (acima de 1, ocorre superavit financeiro; o ativo financeiro é maior que o passivo financeiro)
Liquidez Geral	Balanço Patrimonial	0,08	Quanto maior, melhor (acima de 1, a soma do ativo circulante e do ativo realizável a longo prazo é maior que o passivo total)
Endividamento Geral	Balanço Patrimonial	4,50	Quanto menor, melhor (abaixo de 1, o ativo total é maior que o passivo total)
Endividamento de Curto Prazo	Balanço Patrimonial	0,04	Quanto menor, melhor (menor a dívida de curto prazo em relação ao passivo total; necessidade menor de recursos de curto prazo)
Passivo Oneroso Total	Balanço Patrimonial	0,27	Quanto maior, melhor (quanto da disponibilidade pode atender o pagamento de empréstimos e financiamentos)
Estoque da Dívida Ativa	Balanço Patrimonial	1,10	Quanto menor, melhor (abaixo de 1, ocorre a redução no estoque da dívida ativa de curto e longo prazos)
Resultado Patrimonial	Demonstração das Variações Patrimoniais	0,27	Quanto maior, melhor (acima de 1, ocorre superavit patrimonial; as variações patrimoniais aumentativas são maiores que as diminutivas)
Provisões Previdenciárias	Demonstração das Variações Patrimoniais	0,85	Quanto menor, melhor (menor impacto das provisões previdenciárias no patrimônio público)



Fotos: Mioucicia Mieiro e Ricardo Wolffenbüttel - SECOM





